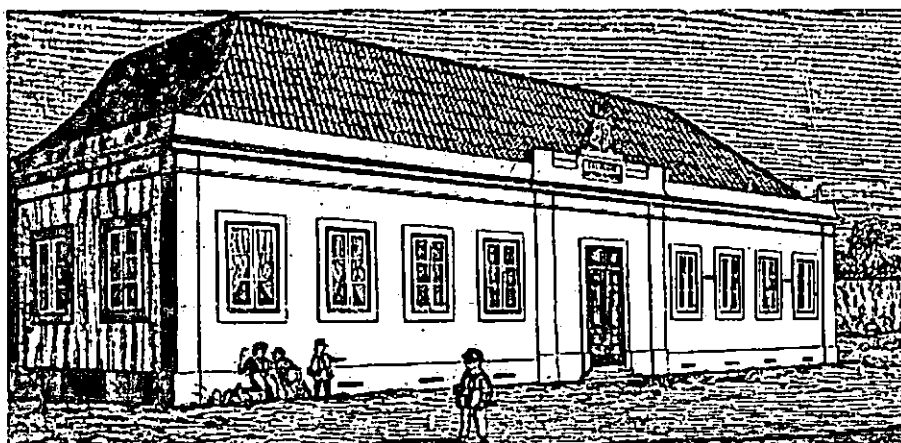


**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**ESCOLAS BELAS OU ESPAÇOS SÃOS?**

**Uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa**

**(1860-1920)**



**Carlos Miguel de Jesus Manique da Silva**

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação  
(História da Educação)**

**Orientação: Professor Doutor António Nóvoa**

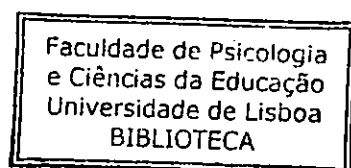
**Lisboa - 2000**

# **ESCOLAS BELAS OU ESPAÇOS SÃOS?**

**Uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa**

**(1860-1920)**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



**ESCOLAS BELAS OU ESPAÇOS SÃOS?**

**Uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa**

**(1860-1920)**

**Carlos Miguel de Jesus Manique da Silva**

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação  
(História da Educação)**

**Orientação: Professor Doutor António Nóvoa**

**Lisboa – 2000**

## Índice

Agradecimentos	vii
I - Um Percurso Introdutório	9
1. Pensar a arquitectura escolar...	9
2. Um tema negligenciado pela historiografia educativa	18
3. Um breve olhar histórico sobre os espaços educativos portugueses: da criação dos liceus à segunda década do século XX.	22
4. Entre a definição de um campo conceptual e as preocupações de ordem metodológica	28
II - A Emergência da Procura de um Lugar com "Natureza Própria" para a Escola	45
1. As primeiras traduções arquitecturais: a efémera "visibilidade" dos liceus.	48
2. "Amor pelo estudo, pelo asseio e pela boa ordem"... a prioridade de novos locais para o ensino popular.	60
III - A Concepção de um Aparelho Regulamentar em Matéria de Locais Escolares	75
1. O legado do conde de Ferreira ou do primeiro momento da aplicação das normas de construção de escolas de instrução primária (1866)	78
2. O crescendo do discurso pedagógico sobre a criança e a afirmação das teses da decadência portuguesa nos anos 70: a "descoberta" da necessidade de educação física.	84
3. A intensificação da divulgação sobre procedimentos de construção e investigação em higiene escolar: o papel das exposições universais e dos congressos internacionais.	91
4. O projecto descentralizador dos anos 80: um novo élan para a arquitectura escolar?	98
5. Programas de edificação de liceus em finais de Oitocentos: a sentida ausência de um enquadramento normativo específico.	112
6. "Valores" e contradições no plano oficial de escolas primárias (1898)	124

IV - A Criação de um Domínio Sócio-Sanitário na Esfera Escolar	137
1. A adopção da ginástica pelo método sueco e a afirmação da Inspeção Sanitária Escolar junto dos liceus	139
2. Um contributo veiculador de uma nova sensibilidade aos problemas da higiene e edificação escolares: o IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose.	164
3. Orientação e alcance da intervenção da Direcção Técnica das Construções Escolares (1901-1908)	172
V - Uma Nova Arquitectura para os Liceus	188
1. Um processo renovador no secundário liceal: a dotação de equipamentos e material pedagógico nos últimos anos da monarquia constitucional.	190
2. A definição de uma solução programática para o liceu central de Lisboa (Passos Manuel)	202
3. Os edifícios dos liceus Camões e Pedro Nunes: uma concepção arquitectónica a introduzir uma ruptura com o passado.	219
4. A República e a falaciosa "florescência de fundações e melhoramentos escolares": o expressivo exemplo dos liceus do Porto.	230
VI - Conclusão	244
Fontes e Bibliografia	249
Elenco de Imagens	267
Anexos	272
I - Principais momentos de intervenção legislativa em matéria de construção, material e mobiliário escolares (1860-1920)	273
II - Edifícios projectados para liceus (meados do séc. XIX - finais da segunda década do séc. XX)	279
III - Projecto de regulamento de higiene geral aplicável aos estabelecimentos oficiais de instrução secundária (18 de Janeiro de 1909)	291
IV - "Arquitectos da Escola": notas biográficas.	304

### **Lista de abreviaturas utilizadas**

IAN/TT - Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

AHME - Arquivo Histórico do Ministério da Educação (Av.ª 5 de Outubro)

ALPN - Arquivo do Liceu Pedro Nunes

AFCML- Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (Rua da Palma)

AHMEPAT - Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território

ESEL - Escola Superior de Educação de Lisboa

DGEMN - Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

## **Agradecimentos**

Aos docentes e funcionários de todos os liceus visitados, em Lisboa e no Porto, pela disponibilidade e facilidades concedidas no decurso do nosso trabalho.

Ao Professor António Nóvoa, pela orientação estimulante e pelos reparos críticos enunciados.

Ao Professor Rogério Fernandes e ao Dr. Jorge do Ó, pela enriquecedora troca de experiências no decorrer da parte curricular do curso de Mestrado.

Ao Manuel Henrique Figueira, pelos momentos de partilha ao longo de uma mesma caminhada.

Ao Dr. Manuel Lopes, responsável pela Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim, pelo envio de documentação relativa ao liceu local.

À Dr. Isabel Damasceno, presidente da Câmara Municipal de Leiria, pelo empenho posto no nosso pedido de prospeção dos arquivos camarários.

À Alda e aos meus filhos Filipe e Beatriz, para quem as palavras de agradecimento expressam pouco o que devo.

"First we shape the buildings and then the buildings shape us."

Winston Churchill

"I take the stand that buildings are not primarily art, technical or investment objects, but social objects."

(Thomas A. Markus, *Buildings and Power. Freedom and Control in the Origin of Modern Building Types*, Routledge, London and New York, 1993, p. XIX).

"Por mais hiperbólico e extraordinário que pareça o quadro vergonhoso em que a fantasia descreva a miséria das nossas casas de escola, a realidade excede em muito tudo quanto possa imaginar-se."

(José Simões Dias, *A Escola Primária em Portugal*, Porto, 1897, p. 41).

"Para quem é anémico, debilitado, predisposto de qualquer maneira à tísica, as alturas deixam de ser indispensáveis [...] que os edifícios se situem no meio de jardins ou de bosques de pinheiros."

(Carta da rainha D. Amélia a D. Maria Emília Brandão Palha, in Costa Sacadura, *A Obra de A. N. dos Tuberculosos e a Rainha D. Amélia através de algumas Cartas Inéditas*, 1949).



## I - Um Percurso Introdutório

### 1. Pensar a arquitectura escolar...

Pode a arquitectura escolar ser entendida como um domínio específico da produção arquitectural, no mesmo sentido que se aplica à arquitectura militar ou religiosa? Ao colocar tal questão, François Loyer pretendeu evidenciar a contradição entre o desenvolvimento da construção escolar na época contemporânea, e a sua quase ausência em períodos anteriores.<sup>1</sup>

Com efeito, falar de espaços educativos intencionalmente desenvolvidos para essa função é reportarmo-nos a uma realidade muito recente em termos históricos, pese embora o facto da implantação da escola num determinado espaço para esse fim ser um dos elementos característicos da própria instituição escolar, particular e eloquentemente expresso por Afonso X, o Sábio, no século XIII:

"Estudio es ayuntamiento de maestros et de escolares que es fecho en algun lugar com voluntad et com entendimiento de aprender los saberes." <sup>2</sup>

Apesar da diversidade de modalidades que encerrou e pode encerrar a "escola como lugar"<sup>3</sup>, é notória ao longo dos tempos a tendência para a fixação e estabilidade num determinado local. A afirmação da especificidade da escola, acentuando simultaneamente a sua vocação de isolamento, estará muito ligada à necessidade de esta se demarcar do seu entorno, tornando-se um lugar à

---

<sup>1</sup>Cf. François Loyer, "Prélude: de l'Architecture Scolaire", in Ane-Marie Châtelet (dir.), *Paris à l'École, "qui a eu cette Idée Folle..."*, Éditions du Pavillon de l'Arsenal, Paris, 1993, pp. 14-18.

<sup>2</sup>*As Sete Partidas*, Partida Segunda, Título XXXI, Lei I. Citado por Jaume Trilla, *Ensayos sobre la Escuela. El Espacio Social y Material de la Escuela*, Laertes S.A. Ediciones, Barcelona, 1986, 2.ª edição, p. 20.

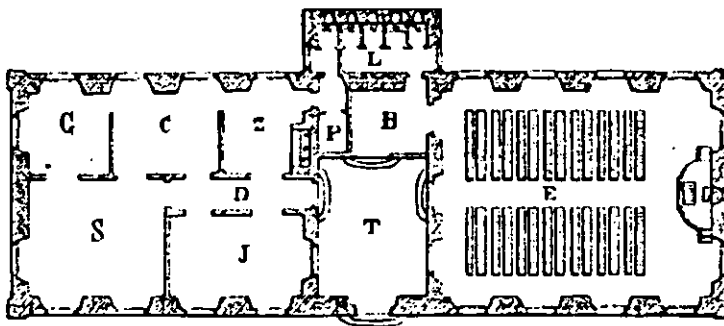
<sup>3</sup>Sobre o assunto ver Antonio Viñao Frago, "Del Espacio Escolar y la Escuela como Lugar: Propuestas e Cuestiones", *Historia de la Educación*, Edições da Universidade de Salamanca, n.ºs 12 e 13, 1993-1994, pp. 17-74.

parte, identificando-se mais do que confundindo-se, relevando a sua dimensão simbólica.

Num certo sentido, durante muito tempo, a escola foi o próprio mestre. A casa onde vivia, único local que dispunha para essa prática, foi frequentemente esteio da própria estrutura educacional existente, como acontecia nas auras do século XIX português:

“Não parecendo ao mesmo senhor conveniente agravar o subsídio literário com novas despesas, nem que as aulas se erijam nas casas das câmaras e concelho, é servido determinar que elas continuem a ter o seu devido exercício nas casas dos mesmos professores, como até agora.”<sup>4</sup>

A dicotomia casa do mestre/escola vai ser estreitíssima até períodos bem recentes, e influenciar decisivamente a organização interna das escolas. A peculiar expressão “casa de escola”, consagrada em finais do século XIX, acarreta a dupla ideia de alojamento para o mestre e de salas organizadas e apetrechadas para receber os alunos às horas das lições.<sup>5</sup>



1. A dicotomia casa do mestre/escola. Planta de modelo de escola de instrução primária desenhada pelo arquitecto Valentim José Correia (Mariano Ghira, “Casas para Escolas”, *Archivo Pittoresco*, vol. VII, 1864, p. 165).

G, C e J - Quartos    S - Sala    Z - Cozinha    D - [corredor]    P - ?    T - Vestíbulo  
L - Latrinas    B - Pequeno quarto (vestiário)    E - Escola com bancadas largas

<sup>4</sup>“Aviso” de 26 de Julho de 1802 destinado ao reitor D. Francisco de Lemos relativamente a uma representação da Junta da Directoria dos Estudos. Citado por Rogério Fernandes, *Os Caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*, Porto Editora, Porto, 1994, p. 151.

<sup>5</sup>Cf. F. Buisson (dir.), *Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*, Paris, 1887, 1.ª parte, tomo II, entrada “maison d'école”, p. 1776. Ainda em relação a esta dicotomia, António Nóvoa refere-se à presença do professor na escola/habitação como um importante elemento de afirmação no seio das populações rurais (Cf. *Le Temps des Professeurs*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987, vol. II, p. 581).

Manuel Brullet, tendo por base o referencial da escola inglesa, introduz o conceito de *domesticidade* (associado à dimensão protectora da arquitectura), demonstrando que na casa do mestre a sala destinada a aulas em resultado de novas necessidades qualitativas e quantitativas vai progressivamente tornar-se independente e agregar outros espaços.<sup>6</sup> Na verdade, o edifício escolar inglês irá estruturar-se a partir da segunda metade do século XIX e até princípios do século XX à volta do hall central, precisamente a reminiscência da “scholl room” que constituía a parte da casa do mestre reservada às lições.

O nascimento de uma verdadeira arquitectura escolar tem de ser procurado na centúria de Oitocentos. São as modificações económicas, políticas e sociais surgidas no século XIX, marcando uma fractura no tempo, que vão contribuir decisivamente para uma nova dimensão da arquitectura pública, conhecendo-se então em resposta a novas exigências e tendências uma propensão para a definição de tipos arquitecturais, imbricando intimamente a concepção dos programas com a sua tradução arquitectural, conforme o enquadrado Thomas A. Markus:

“By 1850 there had been a typological explosion: a host of new industrial buildings, railway stations, town halls, baths and wash-houses, highly specialised urban markets; libraries, art galleries and museums; civic universities, schools and secular colleges; vastly expanded prisons and hospitals out of which grew asylums and work-houses, hotels and offices.”<sup>7</sup>

Efectivamente, no chamado século das “explosões científicas”, as técnicas industriais de construção e as potencialidades proporcionadas pela máquina vão permitir que a arquitectura pública seja o agente de uma mudança, compro-

---

<sup>6</sup>Cf. “L’Arquitectura dels Espais Educatius”, *Temps d’Educació*, Divisão de Ciências de Educação da Universidade de Barcelona, n.º 19, 1.º semestre de 1998, p. 24 e ss.

<sup>7</sup>Thomas A. Markus, *Buildings and Power. Freedom and Control in the Origin of Modern Building Types*, Routledge, London and New York, 1993, p. XIX.

metendo-se com a funcionalidade que os tempos impõem e participando nas primeiras soluções para a cidade moderna.

Veja-se que, sob o ponto de vista focado, a história da escola enquanto programa arquitectónico não é muito diferente de outros programas destinados a equipamentos colectivos coetâneos, quer se trate de prisões, hospitais, bairros económicos, balneários...

A constituição de um espaço público para a educação dar-se-á pela duplicação e superação do seu lugar natural (família/casa do mestre)<sup>8</sup>, devendo ser entendida em função da onnipresença da educação no discurso pedagógico setecentista - dada pela nova sensibilidade e ideia da criança não estar preparada para a vida, para seguir de perto a interpretação de Ariès - conduzindo na centúria seguinte à questão da obrigatoriedade escolar e, de forma consequente, ao problema das estruturas escolares.

Nesse momento histórico, a implantação da escola será pensada no âmbito das propostas de renovação urbana, acerca das quais tantas vezes entre nós Fialho de Almeida emitiu vivas opiniões:

"Na rotunda maior, centro de vida cívica, estaria a biblioteca pública do bairro, o lactário, a creche, o balneário gratuito, o ginásio, a igreja, a casa de conferências e comícios, e enfim a escola."<sup>9</sup>

A emergência de um tipo arquitectural específico para a escola será, numa primeira instância, potenciado pela divulgação de um conjunto de instruções sobre os procedimentos construtivos.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup>Esse aspecto, bem analisado por Phillipe Ariès (Cf. *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Relógio D'Água, s.l., 1988, [texto de 1960]), colhe interessante paralelo com a concepção de hospital enquanto espaço "dobrado" da família, conforme o traçou Michel Foucault (Cf. *Naissance de la Clinique*, Quadrige/PUF, Paris, 1997, 5.ª edição [1.ª edição 1963]).

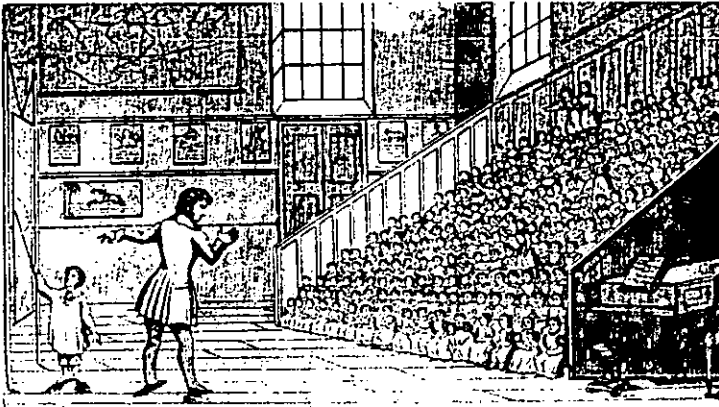
<sup>9</sup>«*Barbear, Pentear*», Círculo de Leitores, s.l., 1992 (1.ª edição de 1911 - póstuma), 12.º vol., p. 91.

<sup>10</sup>Nesse âmbito, com referencial ao ensino mútuo, se inclui a importante e pioneira obra no panorama europeu de A. Bouillon, *De la Construction des Maisons d'École Primaire*, Paris, 1834.

Na segunda metade do século XIX, a intervenção regulamentar no desejo de conceber de forma precisa as disposições arquitecturais será a pouco e pouco acompanhada de uma série de planos-tipo com carácter explicativo, visando objectivamente a tradução da norma jurídica em norma arquitectural.

No entanto, esses normativos vão dizer essencialmente respeito à distribuição interna das salas de aulas, configurando um modelo de espaço a partir de uma concepção mecanicista da higiene e da relação pedagógica, não condicionando decisivamente o seu exterior, dependente das ambições monumentais do projecto, dos recursos materiais existentes na região ou das possibilidades financeiras.

Salientemos que, na escola primária, a relação de base mestre/aluno será mesmo o primeiro factor a modular o espaço da "classe", com a escolha do método de ensino mútuo durante a primeira metade do século XIX a determinar uma peculiar disposição espacial - a sala rectangular com pelo menos 8,6 m de largura, o uso do banco colectivo, os semicírculos com um metro de raio destinados aos monitores encarregues de dirigir as lições de aritmética e leitura a grupos de 8 a 9 alunos... - e, na segunda metade, pela afirmação de uma



2. e 3. Dois modos de utilização para a galeria Wilderspin (S. Wilderspin, *A System for the Education of the Young*, Londres, 1840).

A coexistência, no mesmo espaço arquitectónico, da instrução ao grande grupo onde o mestre ensina com o auxílio do monitor, e a instrução individualizada feita por monitores a grupos pequenos divididos pelos dois lados da sala e fila da retaguarda da galeria.

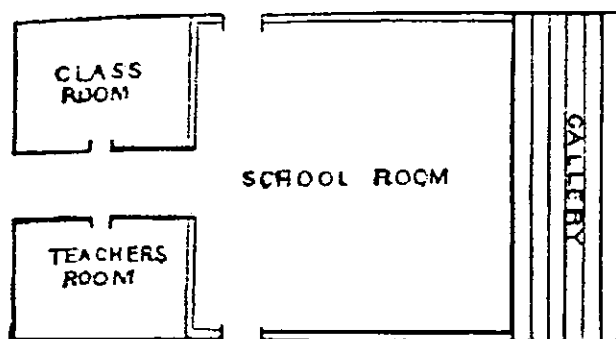


Imagens reproduzidas a partir da obra de Thomas A. Markus, *Buildings and Power...*, p. 76.

instrução individualizada a grupos pequenos (sem intermediários), com o banco singular a permitir uma relação mais directa entre alunos e professor.<sup>11</sup>

#### APPROVED PLANS OF SCHOOL-ROOMS.

NO. 1.



4. Planta n.º 1 para a escola infantil Billby and Ridgeway's (T. Billby e R. B. Ridgeway, *The Infant Teacher's Assistant*, Londres, 1834).

A separação do espaço arquitectónico para as "aulas de classe" e de "galeria".

Imagem reproduzida a partir da obra de Thomas A. Markus, *Buildings and Power...*, p. 75.

As primeiras normas sobre construção escolar publicadas em vários países da Europa (França, 1858; Suíça, 1861; Portugal, 1866; Bélgica, 1874...), já num período de superação do *monitorial system*, vão centrar-se na nova ordem pedagógica, isto é, na "classe" como agrupamento de alunos (e como sala):

"Pour une salle de classe destinée à recevoir de 25 à 50 élèves, il faut 6 doubles rangées de tables avec bancs, chaque double rangée contenant 8 places [...] Ces 6 rangées avec les 4 passages entre les bancs occupent 4 m, 925 de la longueur de la salle. Les passages devant l'entrée, et entre les deux divisions élémentaire et réelle, 3m,60. La longueur de la salle doit être en consequence de  $4m,925 + 3m,60 = 8m,52$ ." <sup>12</sup>

Nesse sentido, o desenho reflecte (e induz) um pretendido efeito educacional dado pela organização de base fundada na "classe", entendida enquanto grupo

<sup>11</sup>Cf. Bernard Toulhier, "L'Architecture Scolaire au XIXe Siècle: de l'Usage des Modèles pour l'Édification des Écoles Primaires", *Histoire de l'Éducation*, n.º 17, Dezembro de 1982, p. 3.

<sup>12</sup>F. Buisson (dir.), *op. cit.*, 1887, 1.ª parte, tomo II, entrada "salle de classe", p. 2677. A citação diz respeito ao artigo 12.º do regulamento suíço (cantão de Zurique) de 26 de Junho de 1861 para as "casas de escolas".

pré-definido de alunos que, dispostos em frente de um professor, aprende de forma simultânea um conjunto delimitado de conhecimentos.<sup>13</sup>

Paralelamente, as regulações que falávamos incidirão de modo muito particular a sua atenção sobre a sala de “classe” no capítulo das obrigações higienistas (ventilação, iluminação, cubagem...), não influenciando notoriamente, na linha do que expressámos atrás, no tipo de edifício.

Se tivermos em mente o primeiro marco da arquitectura escolar portuguesa, as conhecidas escolas erigidas com a verba do testamento do conde de Ferreira (4/10/1782 - 24/03/1866), ainda hoje visíveis um pouco por todo o país, reconhecemos que a intencionalidade de tais edifícios procurarem obedecer às normas estipuladas para a construção de escolas pela portaria de 20 de Julho de 1866, bem como a uma planta e alçados previamente definidos, vindo a conferir-lhes uma inquestionável unidade (e identidade), não invalidou que ao nível do prospecto exterior se viessem a registar algumas diferenças de escola para escola, desde logo resultantes das críticas feitas ao projecto inicial, bem como da dificuldade em concertar o relacionamento entre os testamentários e as entidades camarárias, com implicações decisivas no arranque e período de construção nos diversos concelhos do país.<sup>14</sup>

Mesmo assim, podemos afirmar de modo indubitável que o signo arquitectural que distingue as escolas conde de Ferreira na paisagem arquitectónica é, um pouco à semelhança do que sucedeu nas escolas francesas contemporâneas, o pequeno campanário, embora tal não permita remeter de forma segura para a função do edifício.

Todavia, é óbvio que a arquitectura deve ser julgada pela essencialidade do espaço interior enquanto protagonista da própria arquitectura, e não decisivamente pelos prospectos dos edifícios, numa interpretação próxima da defendida por Bruno Zevi:

---

<sup>13</sup>Utilizámos este conceito na acepção dada por João Barroso, *Os Liceus. Organização Pedagógica e Administração (1836-1960)*, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1995, vol. I. A este propósito ver ainda David Hamilton, “De la Instrucción Simultánea y el Nacimiento de la Clase en el Aula”, *Revista de Educación*, n.º 296, 1991, pp. 23-42.

<sup>14</sup>Citem-se, como exemplos de referência, as escolas conde de Ferreira de Lagos e Sintra, respectivamente inauguradas em Agosto de 1868 e Julho de 1883.

“Dizer que o espaço interior é a essência da arquitectura não significa efectivamente afirmar que o valor de uma obra arquitectónica se esgota no valor espacial.”<sup>15</sup>

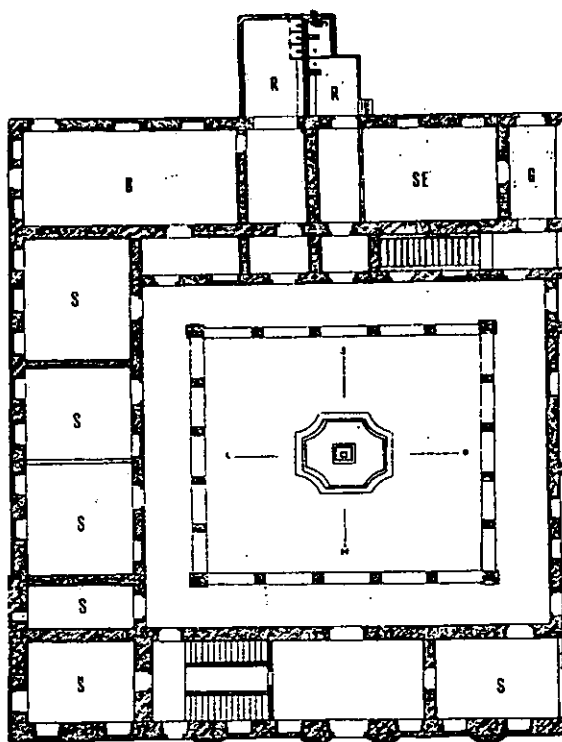
No fundo, o que pretendemos aqui frisar, recorrendo para o efeito a uma metáfora de Zevi, é precisamente o entendimento da arquitectura como uma grande escultura escavada onde, no seu interior, o ser humano caminha e experiencia vivências, fazendo-nos ter presente a inovadora mensagem veiculada por P. Frankl em 1914 fundada na definição de edifício como “theatre of human activity”.<sup>16</sup>

O recurso a edifícios públicos devolutos e a sua reutilização, amiudadamente praticados durante o século XIX, retardará o aparecimento de construções escolares com alguma qualidade.

5. Um exemplo de *apropriação* em espaço escolar. Planta do piso térreo do convento onde esteve instalado o liceu nacional de Braga, 1909 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4086).

Legendagem adicional do autor.

S - Sala de aula  
B - Biblioteca  
SE - Secretaria  
G - Gabinete do reitor  
R - Retretes



<sup>15</sup> *Saber Ver a Arquitectura*, Martim Fontes, São Paulo, 1989, p. 26.

<sup>16</sup> Cf. a este respeito Thomas A. Markus, *op. cit.*, p. 27 e ss.



Contudo, tanto nos espaços reutilizados como nos projectados de raiz a *apropriação* será um denominador comum, pelo facto da estrutura física perdurar sobre os métodos e organizações pedagógicas ao longo do tempo.

Por vezes, o estímulo para a *apropriação* será muito menor, ou com menos possibilidades de flexibilização, num edifício expressamente erigido para escola, assente numa lógica de justaposição de espaços e não de organismo arquitectónico homogéneo.

A estruturação interna dos edifícios escolares a partir da unidade organizativa dominante no ensino desde a última década do século XIX, a “classe”, será um elemento de resistência à inovação e garante da permanência de um determinado sistema pedagógico, impossibilitando a instalação de uma escola de “opções múltiplas”.<sup>17</sup>

Uma arquitectura escolar de qualidade resultará de um lento processo de maturação atravessando todo o século XIX, acumulando experiências a partir da implementação de normativos para a construção de escolas, da publicação de planos-modelo, da divulgação e reconstituição de classes-modelo nas exposições universais e, sobretudo, pela multiplicidade de projectos e do debate teórico a eles associado.

Enquanto área de especialistas, onde intervêm arquitectos, pedagogos e higienistas, a arquitectura escolar sublinhará os valores associados à racionalidade e à eficácia (higiene, vigilância, economia, conforto...) - em superação das propostas mais “historicistas” provindas da academia - criando uma arquitectura repetitiva, económica e de fâcies homogéneo.

Em finais do século XIX, a temática dos equipamentos escolares suscitará amplo interesse nas *Beaux-Arts* parisienses, afirmando e autonomizando a arquitectura escolar como domínio específico da produção arquitectural.

No término da centúria de Oitocentos, em resultado de uma tradição secular, as tipologias dos edifícios escolares denunciarão ainda a sua remota ascen-

---

<sup>17</sup>Cf. Jean Ader, *La Escuela de Opciones Múltiples: sus Incidencias sobre las Construcciones Escolares*, Ministerio de Educación y Ciencia, Bilbao, 1977.

dência: o plano conventual no caso dos liceus, onde os pátios claustrais serão uma revivescência evidente, e a casa do mestre na escola de instrução primária.

A especificidade da arquitectura escolar, à parte o seu programa, residirá necessariamente no seu principal utilizador: a criança.<sup>18</sup> O espaço experienciado por ela não é neutro, mas sim uma forma de ser íntimo da sua acção (recorde-se a metáfora de Zevi), conferindo ao arquitecto um papel capital:

"L'architecte est un éducateur. C' est même, après les parents, le premier éducateur car son enseignement se transmet au travers des formes qu'il a conçues et qui constituent l'environnement de l'enfant dès son plus jeune âge." <sup>19</sup>

## 2. Um tema negligenciado pela historiografia educativa

O estudo do espaço escolar na sua perspectiva histórica tem sido algo desatendido pelos investigadores. Há cerca de seis anos a esta parte, procurando colmatar uma lacuna historiográfica, a revista *Historia de la Educación* dedicou uma monografia ao espaço escolar na história.<sup>20</sup> Pretendendo uma abrangência extra fronteiras, e contando para esse efeito com a colaboração de autores de nacionalidade espanhola, alemã e francesa, o conjunto das análises propostas revela bem as potencialidades deste objecto de estudo, denotando maior diversificação de abordagens em relação ao que acontecera nos anos 80 no seio da comunidade científica.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup>Cf. Manuel Brullet, *op. cit.*, p. 23.

<sup>19</sup>George Mesmin, *L' Enfant, l'Architecture et l'Espace*, Casterman, Tournai, 1973, p. 17.

<sup>20</sup>Cf. *Historia de la Educación*, Edição da Universidade de Salamanca, n.º 12 e 13, 1993-1994. Esta monografia revela-se um elemento de trabalho extremamente útil, pois engloba uma listagem de obras publicadas sobre a temática em diversos países. Em 1997, no seu número 16 (monográfico sobre a História da Escola), a revista incluiu outros artigos sobre espaço e mobiliário escolares.

<sup>21</sup>Citem-se, a propósito, os artigos de Agustín Escolano, "La Arquitectura como Programa. Espacio-Escuela y Currículum" (pp. 97-129) e de Christa Kersting com Helga Schmidt Tomsen, "Arquitectura Escolar en Berlín a Comienzos del Siglo XX: Currículum Oculto y Género" (pp. 225-244).

Efectivamente, as investigações desenvolvidas a partir dos anos 80 em Inglaterra<sup>22</sup> e França, e dos anos 90 em Espanha, colocaram o seu enfoque na influência do higienismo nos programas de construção de escolas: na evolução dos conceitos da planificação, sobretudo pelo interesse crescente dos médicos pelos assuntos relativos à educação<sup>23</sup>; como factor de uniformização, isto é, à forma uniforme imposta pelas prescrições higienistas universais na arquitectura escolar corresponderam métodos de ensino uniformes<sup>24</sup>; na transmissão de uma retórica tendente a uma "higienização" físico social, adquirindo um cariz "eugénico" e nacionalista.<sup>25</sup>

Contrariando essa tendência, afigura-se-nos com particular importância o catálogo lançado em 1993 a propósito da realização da exposição "Qui a eu cette Idée Folle. Paris à l'École" no Pavilhão do Arsenal.<sup>26</sup> O conjunto dos textos publicados, tentando focar diversos pontos de vista (arquitectónico, pedagógico, higienista...), perspectiva historicamente dois séculos de escola pública, vindo relevar no caso francês a cumplicidade arquitectura/educação nos séculos XIX e XX, comprovada por abundante documentação gráfica.

A análise do modelo de espaço arquitectónico configurado por determinada pedagogia tem sido um eixo de trabalho a suscitar menor interesse. Um dos estudos mais interessantes sobre a relação entre o método pedagógico e o programa arquitectural deve-se a Purificación Lahoz Abad, a propósito da introdução do sistema Froebel em Espanha.<sup>27</sup> Com efeito, como a autora de-

---

<sup>22</sup>Nos finais da década de 70 foi publicado em Inglaterra, com alguma precocidade no panorama europeu, um estudo ainda hoje de referência neste domínio de investigação da autoria de Malcolm Seaborne e Roy Lowe, *The English School. Its Architecture and Organization 1870-1970*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1977, vol. II.

<sup>23</sup>Cf. Roy Lowe, "Compulsory Schooling and the Redefinition of English Education", in Giovanni Genovesi (ed.), *Compulsory Education: Schools, Pupils, Teachers and Methods*: Università di Parma-Bolletino C.I.R.S.E., 1986, vol. II, pp. 115-124.

<sup>24</sup>Cf. Attila Horvath, "The Effects of Compulsory Education on School Architecture", in Giovanni Genovesi (ed.), *op. cit.*, vol. II, pp. 127-136. O artigo resume alguns aspectos abordados pela autora em *Social Control and School Architecture: a Brief History of Thought on Elementary Education and School Building Design*, Tese de Doutoramento Apresentada à Universidade de Dalhousie, Halifax, 1984.

<sup>25</sup>Cf. Purificación Lahoz Abad, "Hygiene y Arquitectura Escolar en la España Contemporánea (1838-1936)", *Revista de Educación*, n.º 298, Maio - Agosto de 1992, pp. 89-118.

<sup>26</sup>Cf. Ane-Marie Châtelet (dir.), *Paris à l'École, "qui a eu cette Idée Folle..."*, Éditions du Pavillon de l'Arsenal, Paris, 1993.

<sup>27</sup>Cf. "El Modelo Froebeliano de Espacio-Escuela. Su Introduccion en España", *Historia de la Educación*, n.º 10, 1991, pp. 107-133.

monstrou, a própria formação arquitectónica do pedagogo da Turíngia teve influência decisiva na definição do seu sistema pedagógico, conformando um modelo de espaço escolar com características muito específicas, isto é, dinâmico, flexível, e com amplas possibilidades de desenvolvimento para as crianças.

No quadro dos problemas levantados pela industrialização de finais do século XVIII/inícios do século XIX e, conseqüentemente, da rápida urbanização, tem ainda lugar a referência a um estudo de Thomas A. Markus sobre o crucial papel do espaço escolar na produção do novo sistema social. Como argumentou o autor, novos tipos de escola surgiram para oferecer educação às crianças das camadas trabalhadoras: em si a escola veio a tornar-se um microcosmos da nova estrutura de classes.<sup>28</sup>

No âmbito da História da Educação portuguesa, onde o leque de abordagens temáticas era ainda muito restrito nos inícios da presente década<sup>29</sup>, o estudo do espaço escolar pouco interesse poderia ter suscitado, havendo naturalmente razões a concorrer para esse desapego. A primeira, de índole historiográfica, prender-se-á com o facto de o espaço escolar dificilmente despertar atenção a uma história da educação muito centrada na história das ideias desde a década de 50, isto é, no pensamento pedagógico de certos autores. Poderia, eventualmente, ter interessado a uma história da política educativa - embora esta tivesse estado mais ligada a aspectos ideológicos ou legais - ou a uma história institucional, onde os autores procuraram fundamentalmente a génese e o processo da consolidação das instituições, planos de estudos, professores, alunos, sendo apenas breves e factuais as referências aos edifícios ou espaços que ocuparam.

---

<sup>28</sup>Cf. "Early Nineteenth Century School Space and Ideology", *Paedagogica Historica*, vol. XXXII, 1996, pp. 9-50. Neste artigo o autor seguiu de perto a análise que tinha desenvolvido em estudo anterior e já citado por nós (*Buildings and Power...*).

<sup>29</sup>Cf. a este respeito António Nóvoa, *História da Educação*, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

O notável impulso da História da Educação nos anos 80, onde o ponto de vista da história social foi claramente majoritário nas abordagens então realizadas<sup>30</sup>, não foi (contrariamente ao que sucedeu noutros países) catalisador de um interesse e predisposição para um estudo não só do espaço como também do tempo escolares, sobretudo ligados à análise da escola enquanto realidade social e material com cultura específica.

Uma segunda razão estará certamente ligada com a dificuldade de tratar e integrar interesses profissionalmente muito distantes, como sejam o médico-higienista, o arquitectónico, o pedagógico, ou o político-administrativo, o que fez com que as poucas incursões neste campo privilegiassem apenas um ponto de vista.

Não obstante o quadro traçado, seria redutor não mencionar alguns estudos onde o tema do espaço escolar, não se constituindo como eixo principal de investigação, acabou por ser abordado de forma complementar. São disso exemplo os trabalhos de Vasco Pulido Valente<sup>31</sup> e de Áurea Adão<sup>32</sup> para o processo de implantação dos liceus e das suas reformas, e de Joaquim Ferreira Gomes para a educação infantil.<sup>33</sup>

Numa via essencialmente descritiva, mas de inegável utilidade, incluiríamos a obra de Rubén Landa sobre o ensino secundário, com importantes informes sobre as instalações do liceu Pedro Nunes e das práticas pedagógicas.<sup>34</sup>

Deixámos intencionalmente para o fim alguns trabalhos, sem paralelo entre nós, onde a principal preocupação foi de facto estudar o espaço escolar numa perspectiva histórica. Com abordagem similar, destacamos um inventário tipológico sobre os edifícios destinados ao ensino primário<sup>35</sup>, e um catálogo lan-

---

<sup>30</sup>Cf. António Nóvoa, *História da Educação...*, p. 87.

<sup>31</sup>Cf. *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses. 1834-1930*, Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1973.

<sup>32</sup>Cf. *A Criação e a Instalação dos Primeiros Liceus Portugueses. Organização Administrativa e Pedagógica (1836/1860)*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras, 1982.

<sup>33</sup>Cf. *A Educação Infantil em Portugal*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1986, 2.ª edição. Esta obra inclui alguns projectos de edifícios destinados a jardins de infância.

<sup>34</sup>Cf. *La Enseñanza Secundaria en Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928.

<sup>35</sup>Cf. Filomena Beja et al., *Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*, Ministério da Educação e Cultura/Direcção Geral dos Equipamentos Educativos, Lisboa, [1987], vol. I, 1.ª parte. Em 1996 foi publicado o vol. II, sendo dedicado ao período compreendido entre os anos 40 e 70. Anterior a essas obras, embora com o mesmo cariz, situa-se o trabalho coordenado pelo arquitecto José Afonso, *Escolas Primárias*, Centro Nacional de Cultura, Lisboa, 1984.

çado nas comemorações dos 10 anos de actividade da Escola Superior de Educação de Lisboa.<sup>36</sup> Sem objectivos de aturadas reflexões teóricas, e inserindo-se claramente no âmbito de uma história monográfica, as duas publicações (fundamentalmente a primeira) afiguram-se essencialmente úteis pelo levantamento de fontes iconográficas, constituindo um importante repositório para ulteriores investigações.

No âmbito de uma investigação académica, cabe ainda fazer especial referência à tese recentemente defendida na Universidade de Lisboa por Fernando Moreira Marques.<sup>37</sup> Em nossa opinião, para a cronologia privilegiada, o estudo vem sobretudo a assumir um importante contributo para o entendimento da arquitectura escolar enquanto instrumento ideológico e de produção de relações de hierarquia e poder.

A incontestável importância da dimensão espacial da actividade humana, da educativa neste caso em particular, proporcionará certamente, como se tem ultimamente observado, um maior interesse por assuntos ligados ao espaço das instituições escolares (não só do ponto de vista histórico), fazendo despontar novas investigações associadas a problemas actuais.<sup>38</sup>

### **3. Um breve olhar histórico sobre os espaços educativos portugueses: da criação dos liceus à segunda década do século XX.**

A situação portuguesa no que concerne às instalações escolares, sem querer por agora entrar em detalhes, mostra ao longo do século XIX, em termos genéricos, uma incapacidade para levar a cabo algumas iniciativas reformadoras nesse plano, tanto mais evidente quando olhamos para o sector do ensino secundário. Com efeito, já no Plano dos Liceus Nacionais de Passos Manuel

---

<sup>36</sup>Cf. A.A.V.V., *Escolas Espaços de Educação*, Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa, 1995.

<sup>37</sup>*Os Liceus do Estado Novo: Arquitectura, Currículo e Poder*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

<sup>38</sup>Começa hoje a prestar-se maior atenção às interações entre o espaço arquitectónico e educação, nomeadamente no que diz respeito à questão dos valores, da prevenção de delitos, etc. (Cf. *Temps d'Educató*, Divisão de Ciências de Educação da Universidade de Barcelona, n.º 19, 1.º semestre de 1998).

(dec. de 17 de Nov. de 1836)<sup>39</sup> se preconizava que os liceus, então criados, fossem “estabelecidos em edifícios públicos, bem situados e saudáveis”.<sup>40</sup> A instalação dos primeiros liceus só viria a ocorrer passados quatro anos após o citado decreto, e em condições de grande precariedade, ficando esse facto a dever-se em larga medida às dificuldades em encontrar edifícios adequados para esse fim, e à impossibilidade financeira de os construir de raiz.<sup>41</sup>

Nos alvares dos anos 60, o problema das inadequadas condições materiais dos liceus continua a não se constituir numa linha de intervenção notória por parte dos poderes oficiais, ficando essencialmente circunscrito ao interior da instituição escolar que, nalguns exemplos e de *per si*, procura encontrar dinâmicas próprias no sentido de obviar ao estado das coisas.

A maior consciencialização da grave situação na década de 70, numa altura em que esta passa para o domínio público pela crítica de personalidades como Ramalho Ortigão<sup>42</sup>, não consegue contrariar a marcada incapacidade para reformar o sistema. Isso mesmo é percepcionado numa auscultação feita pelo governo em Novembro de 1876 aos conselhos dos liceus, no sentido de proceder a uma reorganização do ensino secundário. Da prolixidade dos esclarecimentos então expedidos, destacam-se os formulados pelo conselho do liceu nacional de Lisboa, que considerou como um dos defeitos da organização da instrução secundária a ausência de edifícios próprios para o ensino oficial.<sup>43</sup>

No início da penúltima década de Oitocentos - época em que em França se erigiam os liceus Voltaire, Janson de Sailly, Molière e Buffon, sob um programa construtivo definido - apesar da subida de tom das queixas em relação às más instalações dos nossos liceus, estava-se ainda longe de um verdadeiro debate centrado nesse assunto, mobilizador que fosse da conceptualização de um

---

<sup>39</sup>Para as reformas do ensino em Portugal seguimos ao longo do nosso trabalho a obra de Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, 2.ª edição e a compilação *Reformas do Ensino em Portugal*, publicada pelo Ministério da Educação em vários volumes (Cf. Fontes e Bibliografia).

<sup>40</sup>O texto legal previa para cada edifício, além das salas de aula, laboratório químico, biblioteca, jardim experimental para as aplicações de botânica, gabinete para experiências com três secções (física e mecânica, zoologia e mineralogia), sendo ainda preconizado por circular de 29 de Dezembro de 1836 a existência de um terreno suficiente para os exercícios de ginástica e recreios, e quartos para habitação dos professores solteiros e alunos internos.

<sup>41</sup>Sobre este assunto continua a ser fundamental o citado trabalho de Áurea Adão.

<sup>42</sup>Carta enviada ao Ministro do Reino em Agosto de 1875 (Cf. *As Farpas*, vol. II, p. 146).

<sup>43</sup>Cf. José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artísticos da Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, vol. VIII, 1879, p. 138.

programa mínimo, com excepção feita a algumas vozes mais esclarecidas, surgidas de forma isolada:

"A minha opinião é que os liceus centrais devem ter um tipo uniforme, do mesmo modo que os liceus nacionais hão-de obedecer a um padrão comum; e que estes edifícios escolares devem ser levantados, desde os alicerces, em harmonia com os fins a que são destinados." <sup>44</sup>

O esforço político-legislativo levado a cabo para erigir um edifício para o liceu nacional de Lisboa (1884, 1896, 1897, 1902)<sup>45</sup>, mostra bem para a viragem do século, nesse campo, o desfasamento existente entre as disposições legais e o seu efectivo cumprimento no terreno.

Seria preciso esperar até a um particular momento, ou seja, os anos que precederam de perto a implantação da República para, num sentido de modernização fundamentalmente no ensino secundário, aflorarem de forma decisiva as questões respeitantes à instalação dos liceus em edifícios de raiz, à dotação de material didáctico, ou ainda de outros equipamentos destinados ao ensino experimental, e se verificarem algumas realizações.<sup>46</sup>

Entre 1910 e o final da segunda década do século, especificamente no capítulo da edificação de liceus, fora as concretizações com origem na parte final do período monárquico (inauguração dos liceus Passos Manuel e Pedro Nunes, em Lisboa), o quadro observável traduz uma impotência generalizada para finalizar as iniciativas então surgidas (projectos dos liceus Maria Amália, em Lisboa, Alexandre Herculano e Rodrigues de Freitas, no Porto), que um conjunto de medidas legislativas tomadas em meados do ano de 1919<sup>47</sup> não consegue contrariar, vindo apenas a ter eco já em pleno Estado Novo.

---

<sup>44</sup>Visconde de Benalcanfor, *Apontamentos de um Inspector de Instrucção Secundaria*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1882, p. 16.

<sup>45</sup>Cf. Anexo I.

<sup>46</sup>Cf. Rogério Fernandes, "Ensaio de Modernização do Ensino Liceal e Investigação Pedagógica no Limiar do Século XX", in *Ciências da Educação: Investigação e Acção. Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, Porto, 1995, vol. I, pp. 331-340.

<sup>47</sup>Cf. Anexo I. Estas medidas legislativas inserem-se numa linha de preocupações com as instalações escolares, expressa na Reforma da Instrução Secundária de 14 de Julho de 1918.



No que diz respeito ao ensino primário, as preocupações oitocentistas centradas nesse sector fizeram com que desde a década de 60 dessa centúria houvesse uma tomada de consciência em relação à importância das instalações e mobiliário escolares, encarados como elementos indissociáveis do aperfeiçoamento das práticas educativas, como foi colocado de forma incisiva em 1864 por Mariano Ghira:

“Se se quiser que a instrução primária seja uma realidade, é indispensável cuidar seriamente da construção de casas apropriadas para escolas.”<sup>48</sup>

A citação anterior encontra evidente enquadramento nos resultados da inspecção extraordinária de 1863-1864. De facto, a análise dos dados recolhidos, ainda que considerados como indicadores gerais, permite ter uma ideia do problema das instalações escolares à época.<sup>49</sup> A conclusão mais imediata, e que ressalta aos nossos olhos, é que na maior parte das vezes os edifícios para as escolas nacionais eram cedidos pelos próprios professores, o mesmo se aplicando em relação ao mobiliário escolar.

A execução do testamento do conde de Ferreira determinando que se construíssem 120 escolas primárias nas terras que fossem cabeça de concelho, e a primeira regulamentação das condições a observar na construção das casas das escolas de instrução primária (citada portaria de 20 de Julho de 1866), marcarão decisivamente os primeiros passos da arquitectura escolar portuguesa, apesar das dificuldades sentidas no cumprimento das exigências impostas, claramente descontextualizadas da realidade do nosso país e, por esse motivo, flexibilizadas em legislação complementar.

Até 1898, ano em que pela primeira vez foi oficialmente aberto um concurso público para escolas primárias tipo, o tema dos equipamentos escolares ganhou em importância, sendo ponto de agenda das Conferências Pedagógicas

---

<sup>48</sup>“Casas para Escolas”, *Archivo Pittoresco*, 1864, vol. VII, p. 165.

<sup>49</sup>Cf. *Estatística da Instrução Primária em Portugal Organizada sobre a Inspeção Extraordinária de 1863 a 1864*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867, p. 15 e ss.

do Distrito de Lisboa em 1869 e 1883, assim como no Congresso Pedagógico de Lisboa em 1897. Na verdade, e digamos que de forma não estranha, a entrada do assunto na arena pública, e o crescendo de interesse por ele registado, têm precisamente lugar no período em que Maria Manuela Ferreira Martinho identificou uma concepção de “Bem - Estar” da criança<sup>50</sup>, perpassante aliás em alguns testemunhos:

“Ao pensar no espectáculo repugnante que oferecem as edificações escolares da maior parte das freguesias rurais disseminadas pelo nosso país, é-me lícito perguntar que flores poderão ver-se nelas e como poderão entrar aí com a alma aberta e sôfrega de vida, se muitas crianças vão buscar ali o gémén da morte!”<sup>51</sup>

De igual forma, é ainda nos inícios do último quartel do século XIX que irrompem as primeiras diligências para a instalação de jardins de infância, principalmente pelo método de Froebel, dada a acção preponderante do pelouro da instrução da Câmara Municipal de Lisboa e da Sociedade de Instrução do Porto.<sup>52</sup>

Parece ser evidente, pelo menos até o início do século XX, que o parque escolar da instrução primária esteve muito ao sabor da iniciativa e beneficência particulares<sup>53</sup>, muitas vezes estimuladas pelos próprios governos através de medidas legislativas. Mais, pensamos ser plausível dizer que esse dado é também válido para períodos mais recentes, já que até 1935, ano em que são elaborados os projectos-tipo regionalizados para a construção de escolas primárias nas regiões do sul de Portugal, sob direcção de Raul Lino, não é manifestamente contrariado, nem mesmo pelo cometimento às autarquias desse encargo no período descentralizador de 1911 a 1919.

---

<sup>50</sup>Cf. “*Salvar os Corpos, Forjar a Razão*”, *Contributo para uma Análise Crítica da Criança e da Infância como Construção Social*, Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, 1995.

<sup>51</sup>Custódio Dias Guerreiro, *Edifícios e Material Escolar*, Memória apresentada no Congresso Pedagógico de Lisboa na sessão inaugural de 12 de Abril de 1897, p. 20.

<sup>52</sup>Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *op. cit.*

<sup>53</sup>Até meados da década de 80, para avaliar esta questão, continua a ser fundamental a obra de D. António da Costa, *Auroras da Instrução pela Iniciativa Particular*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1884.

De acordo com o que foi sendo dito, é possível identificar um período balizado entre a segunda metade do século XIX, e a parte derradeira da segunda década do século XX, no qual se ensaiam e geram gradual e respectivamente os primeiros programas construtivos de edifícios para os ensinos primário e secundário. Esta cronologia tem evidente enquadramento (numa primeira fase) na expansão da rede escolar cerca de 1860, onde o discurso pedagógico se centra no papel da escola enquanto instrumento indispensável de regeneração e integração social.<sup>54</sup> Nesse momento, em que serão cada vez mais os que afluirão à escola, torna-se imperioso pensar na natureza e disposição espaço-temporal e no equipamento escolar, recaindo as preocupações sobre o ensino primário.

No que se refere aos liceus, só após 1901 através da acção da Direcção Técnica das Construções Escolares, e sobretudo depois da Reforma da Instrução Secundária de 29 de Agosto de 1905, de Eduardo José Coelho, a questão dos edifícios e material escolares nesse sector recebeu, de facto, a atenção devida por parte do Estado, reconhecendo-se então que

"o estado dos nossos edifícios liceais é tal, o material tão pobre, e o mobiliário tão antigo que bem pode dizer-se que, neste importantíssimo capítulo da administração escolar, pouco temos progredido." <sup>55</sup>

O aumento significativo das dotações liceais privativas, cumulativamente com a inscrição no orçamento do Estado de verbas para a aquisição de material escolar a partir do ano de 1906-1907<sup>56</sup>, vai pela primeira vez permitir um ensaio de modernização dos liceus.

O plano dos edifícios construídos até 1920, ou pelo menos projectados até essa data, iria fundamentalmente obedecer ao texto regulamentar de 29 de Agosto de 1905.

---

<sup>54</sup>Cf. Sérgio Campos Matos, "Política de Educação e Instrução Popular no Portugal Oitocentista", *Clio*, Edições Colibri, Lisboa, 1997, pp. 85-107.

<sup>55</sup>Preâmbulo do decreto da Reforma da Instrução Secundária de 29 de Agosto de 1905.

<sup>56</sup>Cf. Agostinho de Campos, *Educação e Ensino*, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris/Lisboa, 1922, 2.ª edição [texto de 1910], vol. I, pp. 144-145.

O arranque da construção dos liceus de Lisboa mediante os decretos de Julho, Outubro e Dezembro de 1907<sup>57</sup>, inscreve-se numa conjuntura muito própria a situar nesse período, a resultar (entre outros motivos) da evidente ruptura das instalações existentes face ao crescente aumento da frequência dos liceus, marcadamente notório após a Reforma de Eduardo Coelho<sup>58</sup>, e de pressões associadas às questões higienistas, destacando-se pelo seu impacto o IV Congresso da Liga Nacional Contra a Tuberculose (1907).

No citado período, a planificação dos liceus, por oposição à edificação de escolas primárias reguladas por portaria desde 1866 e mais tarde pelas normas de 1917, alicerçar-se-á nos pareceres emitidos por comissões expressamente nomeadas para o efeito.

#### **4. Entre a definição de um campo conceptual e as preocupações de ordem metodológica**

É no contexto dos discursos produzidos ao longo do século XIX, assentando na ameaça de desagregação social pelas modificações impostas pelo rápido desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, na procura de uma reorganização e regeneração da sociedade, que se situa parte da nossa investigação.

O movimento higiênico-sanitário nascido na Europa no século XIX teve decisiva importância na configuração do espaço escolar, particularmente patenteado sob dois aspectos distintos: como matéria de ensino destinada a informar/formar hábitos de conduta, e como exigência arquitectónica. Neste último vector, conforme argumentou Purificación Lahoz Abad<sup>59</sup>, foi onde se fez sentir de forma mais acentuada a capacidade conformadora da higiene, tendo desempenhado por isso uma importante função social e cultural modernizadora, o

---

<sup>57</sup>Cf. Anexo I.

<sup>58</sup>Para uma ideia da progressão registada na frequência dos liceus portugueses entre os anos lectivos de 1900-1901 a 1907-1908 consulte-se, por exemplo, J. M. de Queiroz Veloso, *O Ensino Secundário em Portugal (Discurso Pronunciado na Camara dos Senhores Deputados na Sessão de 21 de Agosto de 1908)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909, pp. 30 e 31.

<sup>59</sup>Cf. "Higiene y Arquitectura Escolar en la España Contemporánea (1838-1936)"..., p.90.

que veio a conferir à arquitectura escolar uma “dimensão semântica” como foi, aliás, defendido por Agustín Escolano.<sup>60</sup>

Numa perspectiva histórica, o nascimento do movimento higienista esteve intimamente ligado e foi potenciado pelo desenvolvimento das “ciências positivistas”, que no seu afã experimentalista trouxeram novas teorias, métodos de trabalho e de medida especializados.

Necessariamente, o fenómeno tem de ser observado à luz do desenvolvimento industrial e das conseqüentes alterações provocadas na estrutura dos países europeus nos séculos XIX e XX, trazendo novos antagonismos surgidos pelo incremento das forças produtivas, mostrando que a realidade social era uma entidade mutável, portanto com analogias à fenomenalidade natural e implicando conseqüentemente a possibilidade da sua observação e experimentação.<sup>61</sup>

A exigência de explicação do novo mundo social, em nome do racionalismo científico, levou a que a sociedade se questionasse a si mesma, às suas normas, às suas estruturas, crendo-se assim que o conhecimento científico podia fornecer os fundamentos normativos necessários à vida moderna, substituindo a acção tradicionalmente conduzida pela filosofia e religião:

“To Von Lilienfeld [1829-1903], human society was, like the natural organism, a real being, a continuation of nature, only a higher expression of the same forces that are the basis of all natural phenomena.”<sup>62</sup>

O meio e a hereditariedade passam a ser entendidos como os elementos constituintes da doença, e já não de forma essencial os pecados humanos ou os desígnios divinos.

---

<sup>60</sup>Cf. *op. cit.*, pp. 106-107.

<sup>61</sup>Cf. Fernando Catroga, *Os Inícios do Positivismo em Portugal. O seu Significado Político-Social*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1977.

<sup>62</sup>Peter Weingart, “Biology as Social Theory: the Bifurcation of Social Biology and Sociology in Germany, circa 1900”, in Dorothy Ross (ed.), *Modernist Impulses in the Human Sciences 1870-1930*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore & London, 1994, cap. 11, p. 259.

É no âmbito dos projectos de racionalização da vida social, ocorridos em finais do século XIX, que são lançadas as chaves do novo progresso. Com efeito, em associação com a nova sociedade industrial, a moral burguesa de Oitocentos veio a adoptar o higienismo como um bem necessário para a ordem e transparência sociais. A própria higiene corporal será um constrangimento perfeitamente interiorizado, bem expresso nas palavras do deputado Martin Nadaud em 1888:

"J'ai toujours remarqué que les hommes qui se tiennent propres comme ceux qui s'adonnent au travail sont presque tous de bons citoyens et de bons pères de famille." <sup>63</sup>

No quadro da nova organização social orientada pelos valores higiénicos, a escola vai configurar-se como um espaço sectorizado privilegiado para proteger a saúde e educar as novas gerações de "cidadãos sãos".

Nos meados do século XIX, numa situação generalizada de escolas com más condições higiénicas (responsabilizadas por uma "educação homicida"), assiste-se a um discurso tendente a estabelecer na educação pública formas de protecção física e moral.<sup>64</sup>

Uma estratégia de moralização das classes populares é posta em prática, constituindo as *Habitations à Bon Marché* uma via privilegiada para esse fim, procurando-se dessa forma melhorar as condições de vida dos operários, na forte convicção de que daí adviria a resolução de problemas de índole social, invertendo assim a situação vigente:

"Quand, au retour du travail, il [l'ouvrier] rentre dans un de ces bouges infects qui peuplent les quartiers de la capitale où l'ont exilé les percements des grandes voies et la cherté des loyers, et qu'il ne trouve dans ce taudis, où grouille toute une famille aux traits émaciés par le manque d'air, ni espace pour se retourner, ni lu-

---

<sup>63</sup> Jean-Pierre Goubert, *La Conquête de l'Eau*, Robert Laffont, Paris, 1986, p. 224.

<sup>64</sup> Sobre o assunto consultar Jacques Donzelot, *A Polícia das Famílias*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1986, 2.ª edição.

mière pour se livrer à quelque distraction, l'ouvrier court au cabaret et s'y perd irrémédiablement.”<sup>65</sup>

Curiosamente, é possível estabelecer um interessante confronto entre a organização espacial do novo “lar” e das escolas projectadas, sendo similares alguns dos princípios observados na distribuição interna: função de vigilância mútua (onde a visibilidade pais → filhos; mestre → alunos, é regra); indispensável separação dos sexos...

Num mecanismo totalizador, a higiene enquanto instrumento de saúde e moralidade progredirá até atingir os costumes mais íntimos:

“Como a higiene atrai higiene, a da habitação atrairá a do vestuário, a do corpo e por fim a dos costumes.”<sup>66</sup>

Dessa forma, a habitação será um vector complementar à escola no controlo das crianças.<sup>67</sup>

O período de constituição de uma escola pública verá, pelo “argumento preventivo”, a rigorosa regulamentação dos espaços da escola, permitindo suprimir as fontes consideradas incómodas nas salas de aula, tornando-as mais claras, melhor aquecidas e arejadas.

Segundo a mesma ideia de prevenção, o desenvolvimento das pesquisas sobre o mobiliário escolar visará a todo o custo as deformações na coluna vertebral e as perturbações na visão dos alunos. No entanto, a imobilização da criança e a definição rigorosa das posturas encerrará também o desejo de disciplinar os corpos e evitar quaisquer desordens:

---

<sup>65</sup>Paul Gout, “L’Habitation Ouvrière”, *Encyclopédie d’Architecture et des Arts qui s’y Rattachent*, Paris, 2.º vol., 1889-1890, p. 45.

<sup>66</sup>É. Verdet, *Souvenirs de la Vie Littéraire*, Paris, 1879, p. 326. Citado por Georges Vigarello, *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1988, p. 152.

<sup>67</sup>Cf. Jacques Donzelot, *op. cit.*, p. 46.

"La tenue qui protège des affections et déformations physiques est aussi celle qui protège de désordres plus étendus. L'ordre de la santé garantit préalablement, et dans l'évidence, l'ordre de la classe."<sup>68</sup>

A superação da contradição colocada pela necessidade de melhorar as constituições físicas, ao mesmo tempo que se mantinham as crianças em espaços fechados e longo tempo sentadas, só vai ser possível graças ao papel da higiene. O aspecto dinâmico dessa acção vai ser constituído por determinados dispositivos espaciais como ginásios, piscinas, *préaux*...

A crítica global à atenção e concentração prolongadas, conduzindo ao chamado *surménage*, assim como ao excesso de imobilidade, constituirá a partir da segunda metade do século XIX a justificação por excelência da degenerescência da natureza humana.

Tendo subjacente a ideia de uma racionalização da produção e da força de um país, o recurso ao ginásio surge como uma forma de melhorar as "eficiências laboriosas". Todavia, o exercício físico concernindo em primeira instância às classes mais pobres, nas quais o trabalho físico precoce é entendido como causa de deformação morfológica, não excluirá as classes mais elevadas, onde o excesso de inactividade induzirá a semelhantes efeitos:

"Les positions assises persévérantes, sans grandes variations, ne rendraient pas mieux conformé l'enfant du riche que celui soumis au travail précoce."<sup>69</sup>

Até à plena aceitação das teorias de Pasteur, na sequência de uma lenta revolução que teve ao seu segundo tempo entre os anos de 1888 e 1894 (fundação do Instituto Pasteur e o 8.º Congresso de Higiene e Demografia de Budapeste)<sup>70</sup>, as prescrições relativas à construção de escolas vão mostrar como pressupostos de partida a vontade de isolar e a vontade de arejar, dois desejos

<sup>68</sup> Georges Vigarello, *Le Corps Redressé*, Jean-Pierre Delarge, Éditions Universitaires, Paris, 1978, p. 228.

<sup>69</sup> Idem, p. 183.

<sup>70</sup> Cf. Claire Salomon-Bayet, "Penser la Révolution Pastorienne", in Claire Salomon-Bayet (dir.), *Pasteur et la Révolution Pastorienne*, Payot, Paris, 1986, p. 49.



intimamente conectados com o debate teórico entre “contagionistas” e “infeccionistas”.

Com as descobertas de Pasteur, fundamentalmente a partir do último decénio do século XIX, a percepção da higiene modifica-se e vai implicar um novo asseio. As preocupações passam a centrar-se na contaminação e, de forma consequente, na imperiosa necessidade da desinfecção. De acordo com esta perspectiva, a função higiénica torna-se definitiva, isto é, o asseio é uma das condições essenciais da conservação da saúde.

A influência “pasteuriana” marcará o espaço da escola pela adição de novos anexos: as salas para exames médicos, os duches, os vestiários - lavabos, as fontes..., situando-se a mudança radical na instauração de um verdadeiro discurso sobre a poluição microbiana da água.<sup>71</sup>

A par, o início do século XX é o tempo propício para um movimento de solidariedade em torno das questões da protecção da infância, anseio maior da classe médica, já que qualquer intervenção deveria começar pelas crianças, pois eram elas que corporizavam as desgraças coetâneas e prefiguravam um futuro pouco auspicioso<sup>72</sup>, o que conduzirá em linhas mais abrangentes à procura de melhores condições de vida e à justificação do ponto de vista social da criação de um direito de saúde pública.

A nossa investigação assume ainda o princípio geral que um determinado modelo arquitectónico configura uma pedagogia, o que, evidentemente, pode também ser postulado em termos inversos. Malcolm Seabourne, ao argumentar essa tese, relevou o facto de os professores serem muito mais influenciados pelo ambiente físico (leia-se espaço escolar) do que consciencializam, citando a propósito o caso de um professor que na sua experiência profissional constatou que “the building made the teaching method.”<sup>73</sup>

De acordo com uma concepção clássica, a organização pedagógica tem sido estruturada e fundada sobre a unidade base que constitui a “classe”. Enquanto bloco indissociável, o grupo unidade constituído por 25 a 30 crianças ocupa em

---

<sup>71</sup>Cf. Jean - Pierre Goubert, *op. cit.*, p. 10.

<sup>72</sup>Cf. Maria Manuela Martinho Ferreira, *op. cit.*, p. 109.

<sup>73</sup>Malcolm Seabourne, *Primary School Design*, RKP, Londres, 1971, p. 1.

cada período de tempo um determinado espaço sob a responsabilidade de um professor, estando os alunos dispostos em fila e sentados individualmente, ou dois a dois frente ao quadro negro. Esta base de programação tem evidentes limitações pedagógicas, já que cada grupo deve apropriar-se plenamente de um local, isto é, da sala de aula.

Aos elementos de base que constituem as salas de aula, repetidos na sua forma, dimensões e funções, juntam-se outros elementos especiais (biblioteca, museu, laboratórios...) que podem considerar-se como "serviços comuns", vindo a ser utilizados por vários "grupos classes".<sup>74</sup>

Implícita, ao nível do ensino secundário, está a ideia que o grupo deve rentabilizar ao máximo a sala de aula que lhe é destinada, sendo a circulação efectuada pelos professores. Os "serviços comuns", a um nível complementar, vêm provocar um sub-emprego do espaço disponível, já que cada "grupo classe" ao utilizá-los deixa livre o lugar habitualmente destinado ao seu uso exclusivo.

A normalização que decompõe o espaço em unidades celularmente distribuídas tem evidente correspondência com a normalização da disciplina. Nesse sentido, através da rigorosa codificação do espaço, a escola será um instrumento de generalização disciplinária, cujas disposições arquitecturais reflectirão e procurarão assegurar a vigilância, evitar as circulações difusas e as aglomerações perigosas.<sup>75</sup>

Em presença do que fomos escrevendo é agora possível tomar clara a questão de partida do nosso trabalho, vindo a receber a seguinte formulação:

Em que medida a ordem pedagógica, na acepção anteriormente dada, e os discursos decorrentes dos saberes médicos e biológicos e dos movimentos higienistas se traduzem na configuração do espaço escolar no período considerado?

---

<sup>74</sup>Cf. Jean Ader, *op. cit.*, p. 91.

<sup>75</sup>Cf. Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, Vozes, Petrópolis, 13.ª edição, 1996 [1.ª edição 1975], p. 130 e ss.

A resposta a essa interrogação básica vai ser conduzida por um conjunto de hipóteses explicativas, que procuraremos sustentar ao longo do texto:

1. A procura de um espaço com “natureza própria” para a escola, emergindo cerca dos anos 60 do século XIX, no momento em que se acentua a função doutrinária e moral do ensino e afloram decisivamente as preocupações com a saúde da infância, reflecte a preocupação e o desejo de manter as crianças (separadas sexualmente) num ambiente “são”; seja por uma cuidada vigilância de modo a assegurar a compostura, a boa ordem e evitar os “hábitos viciosos”, onde o princípio da visibilidade vai ser um elemento chave, seja também pela manutenção dos alunos num espaço físico salubre (ideia de espaço complementar e preventivo);

2. A divulgação das conquistas de Pasteur e a legitimação da ciência médica em finais do século XIX/inícios século XX influenciam a concepção dos espaços escolares pela observação de determinados imperativos destinados a facilitar as lavagens e desinfecções, assim como pela adopção de “dispositivos” (lavabos, ginásios, mobiliário concebido em acordo com a pesquisa médica...) demonstrativos do intento de difusão de um código de civilidade e de moral higiénica, reflectindo simultaneamente uma vontade educativa associada à intensificação da condição física;

3. Concomitantemente, a higiene (enquanto factor decisivo no desenho das escolas no período identificado) reforça um determinado arranjo frontal da “classe” - dado por exemplo pela iluminação unilateral da esquerda, pela regulação da altura das janelas de molde a evitar as distrações para o exterior..., no que daí advém da promoção da unidireccionalidade dos olhares em relação ao lugar fixo do mestre/professor - não encorajando por esse motivo arranjos espaciais diferentes;

4. A escola, progressivamente medicalizada, vai ser entendida como um espaço privilegiado para o combate e erradicação de certas doenças, cujo exemplo mais marcante se prende com a luta contra a tuberculose, apostando-se num consequente efeito educativo centrífugo sobre as famílias;
5. Na organização espacial dos edifícios dos liceus são factores preponderantes a matriz de base fundada na "classe" (concepção regularmente celular) - dominando as salas com actividades centradas no professor e situando-se os espaços especializados (laboratórios, ginásios, bibliotecas...) a nível complementar - assim como o princípio pedagógico de separar as crianças de idades muito distintas, evitando-se assim as comunicações entre elas;
6. A fragmentação e especialização em espaços funcionais é pensada numa perspectiva reducionista, ou seja, um espaço para cada actividade, complexificando as deslocações dos alunos e revalorizando por esse mesmo facto a concepção dos locais de circulação;
7. Nas duas primeiras décadas do século, os programas construtivos dos liceus são equacionados em acordo com o modelo ideal de "escola microcosmo"<sup>76</sup>, isto é, em clara ruptura com o espaço exterior;
8. Nas citadas décadas, a argumentação médico-higienista constitui factor potenciador da resolução do problema das instalações dos liceus e de controlo na concepção dos novos edifícios então levantados.

O objecto de estudo desta investigação centra-se no período compreendido entre 1860 e 1920. As razões dessa escolha prendem-se obviamente com as

---

<sup>76</sup>A propósito da dicotomia "escola microcosmo"/"escola permeável" ver Marie-Claude Derouet-Besson, *L'École et son Espace*, Institut National de Recherche Pédagogique, Paris, 1984.

primeiras evidências de construções escolares de raiz no nosso país, bem identificáveis - aliás o limite cronológico inferior, pontualmente flexibilizado a margens mais recuadas, encerra o simbolismo da primeira inauguração de um edifício escolar construído de raiz - e a consolidação de um programa construtivo de liceus com características claramente tipificadas.

Embora de modo não formal na sua orgânica, a tese constitui-se em dois "tempos" distintos. O primeiro, balizado entre 1860 e 1901, é marcado pelo despontar das preocupações com a arquitectura escolar no nosso país, pela consecução de alguns projectos nomeadamente no que diz respeito ao ensino primário (a justificar o enfoque que lhe demos nessa cronologia), e por um relativo alheamento e incapacidade por parte do poder político para levar a cabo semelhantes concretizações no capítulo da edificação dos liceus. Período esse em que genericamente podemos dizer que se traduzem do ponto de vista arquitectural os primeiros normativos em matéria de construção escolar, e onde claramente se evidenciam as dificuldades de afirmação de um modelo monumental de escola. Do ponto de vista histórico coincide com a orientação do discurso médico para a normalização da escola (medicalização do espaço escolar)<sup>77</sup>, vindo assim a ser majorada a preocupação com a construção da "casa da escola".

Por outro lado, o segundo período marca, a partir de 1901, uma clivagem relativamente ao precedente, fundamentalmente pela criação da Inspecção Sanitária Escolar e da Direcção Técnica das Construções Escolares, mostrando um interesse crescente e intencionalidade de maior controlo por parte do Estado nesses domínios. Este segundo "tempo" assistirá à consolidação de um primeiro código normativo em matéria de higiene escolar - particularmente preocupado com a medicalização do aluno e com a entrada na escola da criança - com linhas programáticas bem definidas ainda durante a última fase da monarquia constitucional, recebendo novo rumo depois da implantação da República. Nele nascem também os projectos dos primeiros liceus construídos em Portugal sob uma linha programática minimamente concertada e mantida em

---

<sup>77</sup>Cf. a este respeito Carlos Abreu, *Limpos, Sadios e Dóceis, História da Saúde Escolar em Portugal no Estado Novo 1930 a 1960*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999, p. 45.

termos identitários pelo menos até finais da segunda década do século - contextualmente diferenciada de liceus projectados nos inícios da década 30 (a exemplo do Fialho de Almeida, em Beja) ou, mais tarde, dos erigidos no âmbito do *Programa de Novas Construções, Ampliações e Melhoramentos de Edifícios Liceais* de 1938<sup>78</sup> -, sendo nossa intenção analisar o processo de conformação desses edifícios.<sup>79</sup>

Antes de nos determos propriamente nos aspectos metodológicos, importa frisar que a síntese explicativa se assume como um ponto de vista possível, considerando que, para parafrasear um consagrado investigador, um ponto de vista é sempre a vista a partir de um ponto. Por esse mesmo motivo, tal síntese traduz um percurso em que a nossa subjectividade não foi exclusivamente considerada como um obstáculo ou barreira com que nos tivéssemos de defrontar, embora procurássemos ser (se é possível dizê-lo) o mais objectivos possível, numa postura que reflecte algumas das actuais orientações da investigação histórico-educativa. A esse respeito parece-nos apropriado citar as palavras de Julio Ruiz Berrio sobre a utilização do método histórico nos trabalhos de História da Educação, que no fundo situam o nosso posicionamento nessa matéria:

"Desde las técnicas a utilizar hasta el mismo enfoque de ese método están dependiendo de la temática de tal Historia. Según el conocimiento que pretendamos, así utilizaremos unas reglas del método, unas fuentes, unas técnicas, unas tareas metodológicas determinadas."<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup>Acerca deste assunto ver o citado trabalho de Fernando Moreira Marques. Cabe frisar que é de facto através do Programa de 38 que o parque escolar dos liceus recebe notável influxo, depois da estéril década de 1920 a 1930.

<sup>79</sup>Pela especificidade que revestia a análise dos edifícios respeitantes ao ensino técnico resolvemos não incluir tal vertente no presente estudo. De qualquer modo, para o período estudado destacamos a edificação da Escola Industrial Marquês de Pombal, actual Escola Secundária Fonseca de Benevides, entre 1886 e 1888, cujo traço se ficou a dever ao arquitecto Pedro Ávila, e a Escola Brotero em Coimbra (1910). Num outro contexto, cabe ainda fazer referência ao edifício da Escola Médica de Lisboa inaugurado em 1906. Esperamos que o nosso trabalho possa de algum modo contribuir para estabelecer o necessário cotejo entre a organização espacial das escolas técnicas e dos liceus.

<sup>80</sup>"El Método Histórico en la Investigación Histórico-Educativa", in Narciso de Gabriel e Antonio Vifao Frago (eds.), *La Investigación Histórico-Educativa. Tendencias Actuales*, Ronsel Editorial, Barcelona, 1997, p. 149.

Ao certo, no caso presente, a adopção do que designaríamos por “postura de indução” na interrogação dos dados empíricos colheu sentido no quadro das preocupações conceptuais expressas, isto em ordem à “formulação” de respostas para as perguntas básicas da investigação, para nos aproximarmos do entendimento destas questões proposto por J. Topolsky.<sup>81</sup>

Além de baseado na nossa experiência prática (familiaridade com objectos), o processo de construção histórica assentou na combinatória e cruzamento das fontes iconográficas com as fontes literárias, partindo do princípio que os aspectos físicos do espaço projectam elementos culturais e simbólicos que é possível perceber numa aproximação histórica.<sup>82</sup>

Implícito, se bem que sob a aparência de unidade no trabalho efectivo, está um método de abordagem que operacionalizou três níveis de análise distintos face ao objecto de interpretação, passando da apreensão do seu *significado primário ou natural*, ao *significado secundário ou convencional* até ao *significado ou conteúdo intrínseco*.<sup>83</sup>

Mais do que “ler” os edifícios escolares como produção artística ou técnica, interessou-nos o reconhecimento do seu evidente papel social, percebido não apenas como resultado ou consequência de determinadas forças e contextos, mas também como poder gerador de transformação na sociedade<sup>84</sup>, ou seja, a um tempo *reflexo* e *objecto*.

O nosso estudo vem assim a preocupar-se com edificações acerca das quais existem “textos”, e aqui referimo-nos mais especificamente a palavras, sabendo-se de antemão as dificuldades que levanta a relação do mundo material com o nosso mundo “interior” através da linguagem. Generalizando a qualquer registo documental, o problema acresce já que não podemos ignorar que

“the documentary record is itself always textually processed before any given historian comes to it.”<sup>85</sup>

---

<sup>81</sup>Cf. *Metodologia de la Historia*, Cátedra, Madrid, 1982, p. 452.

<sup>82</sup>Cf. Agustín Escolano, *op. cit.*

<sup>83</sup>Consultar a este propósito Erwin Panofsky, *O Significado nas Artes Visuais*, Editorial Presença, Lisboa, 1989, p. 38.

<sup>84</sup>Ver a este respeito a obra de Thomas Markus, *Buildings and Power...*

<sup>85</sup>Dominick Lacapra, *History & Criticism*, Cornell University Press, Ithaca and London, 1985, p. 35.

Tratou-se dessa forma, em boa verdade, de acordo com as orientações metodológicas e em presença do conjunto de documentação a questionar, de tentar uma visão “crítica e activa” do passado. Note-se que as fontes referenciadas (iconográficas e literárias) limitaram à partida a própria apreensão do “significado” dos edifícios a estudar, pois não abrangeram um domínio importante, isto é, o do sujeito enquanto utilizador e experienciador dos espaços educativos, em especial a criança e o jovem, manifestamente difícil de alcançar dada a cronologia da investigação.<sup>86</sup>

No que concerne à análise crítica das fontes, muito particularmente das literárias, a preocupação primeira centrou-se no reconhecimento do contexto de produção, assim como na adequação à verificação do modelo de hipóteses. Asseguradas a autenticidade e veracidade desses materiais, procurou-se depois interpretá-los e desconstruí-los em ordem a estabelecer o sentido literal do texto e o sentido real. Assim, o propósito foi perceber a conotação da palavra, de percepção possibilidades de censura, de descortinar o que não estava explícito, de diagnosticar enfoques desmedidos ou omissões intencionais...

Atendendo à natureza de tais registos, sobretudo pelo facto de se tratarem de amostras restritas, impossibilitando a constituição de séries contínuas, a análise de conteúdo centrou-se nas intenções ou efeitos da mensagem, ou mesmo no modo como esta reflectia fenómenos mais profundos, e não propriamente na repartição/frequência dos conteúdos.<sup>87</sup>

Efectivamente, a documentação consultada veio a revestir alguma heterogeneidade que é preciso elucidar. Em primeiro lugar procurámos identificar fontes primárias que se reportassem à intencionalidade de projectar escolas, não se limitando a pesquisa apenas aos liceus, já que se tratava de uma fase emergente, mas também às escolas de instrução primária. Nesse domínio, foram sobretudo os materiais localizados no IAN/TT (fundos Ministério do Reino e Mi-

---

<sup>86</sup>Nessa perspectiva, seriam muito úteis memórias ou relatos de alunos testemunhando as suas vivências, permitindo assim a reconstrução dessas presenças históricas nos espaços educacionais a analisar.

<sup>87</sup>Seguimos as indicações propostas por René L'Écuyer, *Méthodologie de l'Analyse Développementale de Contenu. Méthode G.P.S. et Concept de Soi*, Presses de l'Université du Québec, Silbery/Québec, 1990.



nistério da Instrução Pública)<sup>88</sup> que vieram a revelar-se do maior interesse, re-censeando-se algumas memórias descritivas de escolas a edificar, projectos de regulamentação de vária ordem, relatórios de reitores, relatórios de júris de exame, listagens de material didáctico e de equipamentos, bem como correspondência diversa dos reitores dos liceus para a Direcção Geral de Instrução Pública.

Essa documentação por nós utilizada - ínfima parte das potencialidades que os citados fundos podem oferecer ao nível da investigação em História da Educação - além do contributo decisivo para a análise do nosso problema de investigação que evidentemente assume, lança também, pelo particularismo de se tratarem de novos materiais de investigação, pistas de estudo apenas tangencial e exploratoriamente tocadas por nós, porventura reservadas a ulteriores programas de trabalho.

Simultaneamente, no âmbito de proceder à identificação e à análise dos diferentes discursos produzidos, especificamente sobre a criança e das questões médicas e pedagógicas a ela associadas, prospectámos alguns dos títulos da imprensa periódica que julgámos mais pertinentes procurando tanto quanto possível cobrir o período em estudo, embora só a partir dos anos 80 do século XIX a periodicidade de tais publicações permitisse assegurar o necessário cruzamento com outros documentos.

Ao mobilizarmos o conjunto de fontes indicado optámos pela actualização da ortografia, procurando dessa forma tornar mais perceptível, e consequentemente mais fluente, a leitura do texto. Por outro lado, as ligações estabelecidas por nós entre partes citadas de um documento tiveram também por base esse objectivo, sendo no entanto realizadas com o cuidado de não alterar o sentido de conjunto do mesmo.

Procurando um alargamento das possibilidades de fontes documentais no campo da pesquisa em História da Educação, o recurso à evidência iconográfica veio a constituir um "caminho a mais" para a compreensão do objecto de

---

<sup>88</sup> Advertimos que a catalogação do fundo Ministério da Instrução Pública não obedece exactamente, em termos cronológicos, aos períodos de vigência desse organismo.

estudo. Todavia, breves observações impõem-se a respeito do uso de imagens em investigação histórica.<sup>89</sup> Em primeiro, pelo facto de se tratar de um suporte documental fascinante, facilmente conducente a conclusões precipitadas e animadoras, a sua utilização de *per si* conduz a inevitáveis perigos, requerendo de modo imprescindível a mobilização de outros materiais empíricos de forma a permitir a desconstrução da evidência, mantendo aliás presente que "seeing can itself be learned only by complex stages".<sup>90</sup> Por outro lado, e porventura, muitas das interrogações a colocar permanecerão sem resposta, ou melhor, o tipo de fonte em causa apontará para uma diversidade de leituras, relevando de algum modo as possibilidades de exploração e a sua inesgotabilidade.

No capítulo da recolha de elementos iconográficos, o *corpus* levantado constituiu-se basilarmente a partir da prospecção efectuada no IAN/TT, não sendo de ignorar alguns contributos importantes provindos do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, do Arquivo do liceu Pedro Nunes, do antigo Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (hoje do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território), do Arquivo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, bem como de algumas publicações periódicas.

Para o fim, se bem que já anunciada, deixámos a explicação da ordem adoptada na apresentação do trabalho.

Em larga medida, a redacção da tese foi condicionada pela emergência do problema específico no momento em que a escolarização começa a ter mais impacto. Na verdade, a dependência da própria possibilidade de expansão da rede escolar de estruturas arquitectónicas adequadas, acrescendo o facto de à luz do fenómeno da "revolução industrial" a escola passar a deter uma função que ultrapassa a base tradicional de inculcação de normas e valores, conectando-se então a novos imperativos de racionalidade económica, com o

---

<sup>89</sup>Sobre a utilização da evidência iconográfica em pesquisa histórica, são referenciados alguns dos estudos mais importantes em Jeroen J. H. Dekker, "A Republic of Educators: Educational Messages in Seventeenth-Century Dutch Genre Painting", *History of Education Quarterly*, vol. 36, n.º 2, Verão de 1996, p. 156.

<sup>90</sup>Francis Haskell, *History and its Images. Art and the Interpretation of the Past*, Yale University Press, New Haven and London, 1993, p. 3.

que isso encerra de “sectorização da infância”, vem a explicar a influência íntima do movimento higiénico-sanitário.

Assim, no primeiro capítulo além da proposta de reflexão em torno da temática da arquitectura escolar, de uma breve contextualização histórica nesse domínio aplicada a Portugal para o período considerado, e do *estado da arte*, procurou-se definir o quadro conceptual e as preocupações de ordem metodológica que nortearam a investigação.

O segundo capítulo, concerne ao momento em que emerge de forma decisiva a procura de um lugar com “natureza própria” para a escola, diagnosticando-se entre meados dos anos 50 e meados dos 60 do século XIX (sobretudo a partir desta última cronologia) algumas soluções arquitectónicas encontradas na esfera restrita da escola (caso dos liceus) para resolver o grave problema das instalações escolares e, no caso do ensino primário, as primeiras tentativas de promoção de modelos para construção de escolas (na superação do “modo mútuo”) no que reflectem do novel entendimento e compreensão desse problema do ponto de vista político e educativo.

O terceiro capítulo, procura analisar entre os anos de 1866 e 1898, ou seja, entre o legado do conde de Ferreira e o primeiro programa oficial de construção de escolas primárias tipo, a organização espacial desses edifícios levantados já na obediência a um texto regulamentar normalizador, relevando os contributos higienistas para a uniformização da arquitectura escolar até finais do século XIX (não esquecendo os veículos de difusão dessa informação), no que isso vem também a implicar de certa uniformização de métodos pedagógicos, como se argumenta. Essa leitura pretende cruzar os discursos pedagógico e higienista e percepçionar a sua tradução ao nível dos programas arquitectónicos. Paralelamente, esboçam-se alguns dos traços marcantes dos liceus planeados nas décadas de 80/90 do século XIX, neste caso num registo diferenciado (e contrastante) dada a ausência de qualquer enquadramento normativo de suporte.

O quarto capítulo, tenta elucidar de que maneira o discurso totalizador sobre o reforço da condição física das crianças no início do século XX, coincidindo com o crescente acreditar que a prevenção/cura de determinadas doenças específi-

cas, caso paradigmático da tuberculose, resolveria problemas de ordem social, vem a afectar a vida escolar nesse período e a condicionar a planificação dos edifícios. A análise privilegia a intervenção da Inspeção Sanitária Escolar junto de alguns liceus centrais, onde foi de facto efectiva, dando-se particular ênfase à codificação legislativa de aspectos sócio-sanitários, e aos mecanismos reguladores e de controlo encontrados, a exemplo da criação da Direcção Técnica das Construções Escolares. De igual modo é salientado o papel da Liga Nacional contra a Tuberculose, enquanto movimento de influência na afirmação de uma consciência crítica no que diz respeito à precaridade das condições materiais das escolas e das questões médico escolares associadas, e de promotor de debate no sentido do solucionamento dessa situação, onde significativamente se inclui o aspecto da configuração do edifício escolar.

O quinto capítulo, tendo presente a contextualização do capítulo anterior e lançando novos aportes sobre o processo modernizador verificado no secundário oficial nos primeiros anos do século XX, traça os passos decisivos da “pesquisa” levada a cabo nesse período em ordem à definição de um programa de liceu minimamente concertado, avaliando ao nível final das produções construtivas as soluções encontradas dos pontos de vista arquitectónico, higienista e pedagógico.

Finalmente, nas conclusões, para além de uma síntese dos resultados obtidos no presente estudo, lançam-se “novas” pistas de investigação no quadro de referência da *escola de massas*.

## II - A Emergência da Procura de um Lugar com “Natureza Própria” para a Escola

“Je pense que l'architecture est comme toutes les productions sociales: elle sert un certain nombre de besoins que la société a, à un moment donné.”

(Robert Joly, *L'École & la Nation*, n.º 352, Outubro de 1984, p. 13).

Na segunda metade do século XIX, no quadro do movimento denominado por Regeneração, criaram-se em Portugal as condições necessárias para o crescimento sustentado e modernização do país, fundamentalmente pela tranquilidade política alcançada. Na verdade, até Maio de 1851, data em que Costa Cabral é definitivamente afastado do poder, o país vive uma situação de grande instabilidade política e de graves problemas financeiros, sobrevivendo as cíclicas depreciações dos preços dos géneros agrícolas a partir da década de 30, bem como a crise financeira de 1846 que só viria a ser resolvida quatro anos mais tarde.<sup>1</sup>

A partir de 1851, Portugal conhece um contínuo (embora lento) processo de reestruturação com inevitáveis implicações económicas, sociais e mentais. O registado incremento da produção industrial, sobretudo nas cidades do Porto e Lisboa, e das relações comerciais, fundamentalmente pela contribuição decisiva dos caminhos de ferro (agente privilegiado da política de Fontes Pereira de Melo), a abertura de estradas, a inauguração de pontes..., assim como outras medidas de carácter distinto mas de inegável efeito na sociedade (abolição dos morgadios e da escravatura, o Código Civil de 1867, a unificação de pesos e medidas um ano depois...), revelam a contemporaneidade possível.

---

<sup>1</sup>Cf. Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, [1985], vol. V, entrada “Regeneração”, pp. 251-256.

De forma concordante, o período da Regeneração é também de grande desenvolvimento em termos educacionais, como particularmente comprovou António Nóvoa.<sup>2</sup>

Note-se que, logo em 1852, o interesse demonstrado por Fontes Pereira de Melo pela educação das classes operárias, consubstanciado na organização dos ensinos industrial e agrícola, vinha revelar a importância da instrução dessas camadas da população para a efectivação do progresso capitalista.<sup>3</sup>

Entendida aos olhos da nossa elite intelectual de Oitocentos como instrumento eficaz de regeneração da sociedade e de integração social, da instrução popular se fazia depender em grande parte o progresso material e moral do país, e a ela se associava também a própria ideia de independência.<sup>4</sup>

Nesse sentido, e passando o problema pela forma de tornar efectivo o alargamento do sistema de instrução pública nacional face à sentida resistência à escolarização, sobretudo nos meios rurais<sup>5</sup>, é lícito percepçionar qual a sensibilidade e quais as prioridades por parte do poder político para a necessária modernização do ensino, nomeadamente no concernente às instalações e aos equipamentos educativos.

A leitura da documentação disponível vem sugerir para os meados do século XIX português uma situação preocupante no capítulo das instalações escolares, conforme indiciámos no capítulo I.

Particularmente ao nível do ensino secundário, tanto as disposições do Plano dos Liceus Nacionais de Passos Manuel, a que já nos referimos, como as da Reforma de Costa Cabral (dec. de 20 de Set. 1844), mais simplificadas e a aconselhar apenas que as aulas dos liceus fossem colocadas em "edifícios públicos devidamente apropriados", sugerindo para o efeito a utilização dos seminários eclesiásticos, não lograram os resultados desejáveis pelo facto

---

<sup>2</sup>Cf. *Le Temps des Professeurs...*, vol. I, p. 333 e ss.

<sup>3</sup>Veja-se a este propósito o estudo de Rogério Fernandes, "Instrução Operária e Intervenção Estudantil em Coimbra nos Começos da Regeneração", *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1990, vol. 12, pp. 221-256.

<sup>4</sup>Sobre esta questão consultar Sérgio Campos Matos, *op. cit.*, p. 85 e ss.

<sup>5</sup>Idem, p. 96 e ss.

desses critérios não terem decisivamente presidido à escolha dos edifícios, assistindo-se ao aproveitamento generalizado dos imóveis que surgiam devolutos.

A instalação maioritária dos 17 liceus existentes no território continental até 1856 em extintos conventos e noutros edifícios religiosos, como se sabe bastante vandalizados em 1834 após a extinção das ordens religiosas e nas consequentes manifestações anticlericais, constituirá um factor de grande perturbação para o ensino.

**Quadro I**

Lisboa	Convento de S. João Nepomuceno
Porto	Academia Politécnica
Coimbra	Salas do Hospital da Universidade
Évora	Aulas Gerais da antiga Universidade
Braga	Convento dos Congregados do Oratório
Santarém	Seminário Patriarcal
Viseu	Seminário Episcopal
Castelo Branco	Antiga casa da Misericórdia
Beja	Prédio cedido pelo Bispo
Bragança	Edifício de S. Bento
Leiria	Rés-do-chão do Paço Episcopal
Aveiro	Convento de St.º António
Vila Real	Convento das Recolhidas de N.ª S.ª das Dores
Faro	Seminário Episcopal
Portalegre	Seminário Episcopal
Guarda	Sala do edifício do Governo Civil à Rua de S. Vicente
Viana do Castelo	Palacete na Rua da Bandeira

Locais de instalação dos liceus do território continental português no ano de 1856.

Fonte: elaboração própria a partir de dados coligidos em Áurea Adão, *op. cit.*, pp. 156-157; Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, vol. XIV, pp. 87-88; *Liceus de Portugal*, n.º 17, Maio de 1942; António Nóvoa (dir.), *Roteiro dos Liceus Históricos Portugueses* (a publicar).

Um caso que merece ser relatado, pelo paradigma que constitui, é o vivido precisamente no ano de 1856 no liceu nacional de Lisboa. Perante o estado do

convento de S. João Nepomuceno, em iminente fase de ruína, alguns dos professores do liceu resolvem em 23 de Janeiro do dito ano representar ao rei justificando a imperiosa necessidade em abandonar o cenóbio, no qual alguns dos alunos pela razão indicada haviam deixado de frequentar as aulas.<sup>6</sup> Parecendo sensível às súplicas dos professores, D. Pedro V visita o liceu em Junho de 1857 reconhecendo a impropriedade das instalações e deixando transparecer a ideia de fazer surgir desde os alicerces um edifício adequado a esse fim.<sup>7</sup>

Alargando o horizonte aos restantes liceus do país, essa ideia de fazer erigir um edifício expressamente destinado ao ensino parece de facto despontar na década de 50, ainda que de forma titubiante, sendo pertinente tentar perceber quais os mecanismos utilizados para conseguir esse desiderato.

### **1. As primeiras traduções arquitecturais: a efémera "visibilidade" dos liceus.**

O decreto de 20 Dezembro de 1850 (*Diário do Governo* n.º 307, de 30 de Dez.) ao estabelecer que os reparos com a casa da escola pública seriam da responsabilidade das câmaras municipais, e que estas enquanto autoridades administrativas teriam parte activa na promoção da construção de casas para escolas na inexistência de edifícios públicos, recorrendo para isso a subscrições, donativos ou quaisquer outros subsídios voluntários, não trouxe resultados imediatos. Em 1870, D. António da Costa considerava tal decreto improdutivo, lamentando na altura conhecer apenas um caso recente e de excepção no concelho de Tomar, onde tinha sido erigida uma escola primária graças à munificência de um cidadão.<sup>8</sup>

Pelo conhecimento que hoje temos, que corrobora no essencial as palavras de D. António, as primeiras concretizações e as preocupações mais visíveis no

---

<sup>6</sup>Cf. José Guerreiro Murta, *Evocação História do Primeiro Liceu de Lisboa e do País (Discursos e Anotações)*, Lisboa, 1953, pp. 41-42.

<sup>7</sup>Idem, p. 42.

<sup>8</sup>Cf. D. António da Costa, *A Instrução Nacional*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870, pp.287-288.



capítulo da construção escolar não emergem no seio da municipalidade, nem tão pouco dizem respeito, ao contrário do que seria de esperar, às escolas de instrução primária. Com efeito, antes de ser enfocada a questão da expansão da escola elementar na década de 60, é o problema dos edifícios dos liceus que ganha maior evidência, e é na tentativa da sua superação que surgirão algumas propostas arquitecturais.

De acordo com os dados compulsados, o liceu de Aveiro constitui um caso precedente e bem sucedido na solução do problema das instalações escolares. Os primeiros tempos da existência do liceu, criado em 1851 e sediado interinamente no paço episcopal, seriam marcados por sucessivas e atribuladas mudanças de localização que constituiriam o *leit-motiv* para a consecução de um edifício próprio.

A construção do liceu ficou a dever-se em larga medida aos esforços do tribuno José Estêvão Coelho de Magalhães, a requerer em sessão parlamentar de 16 de Julho de 1853

"que o governo mande fazer planta e orçamento de um edifício para estabelecer o liceu do distrito de Aveiro, tendo por adjunto a biblioteca pública, que está decretada para aquela cabeça de distrito, assim como para todos os mais." <sup>9</sup>

Em 1854, na órbita do Ministério das Obras Públicas (criado em 1852), a planta e o orçamento do edifício estavam já prontos, embora a portaria a aprovar o projecto apresentado pelo director de Obras Públicas do Distrito de Aveiro e a ordenar as obras de construção tivesse sido publicada só em 5 de Março de 1855, sendo firmada por Fontes Pereira de Melo.<sup>10</sup>

Os trabalhos são iniciados no final desse mesmo ano, vindo o liceu a implantar-se numa zona central do município, ou seja, nas antigas ruínas da albergaria de S. Brás, local esse que tinha sido sugerido pelo próprio José Estêvão.

<sup>9</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853, vol. VII, p. 266.

<sup>10</sup> Cf. *Liceus de Portugal*, n.º 17, Maio de 1942, p. 1379.

Em Novembro de 1859, o edifício encontrava-se praticamente concluído, resolvendo então o conselho escolar

“que se representasse a S. Majestade sobre a necessidade de se mobilar correspondentemente o novo liceu, antes de lá se começarem os exercícios literários, visto que da mobília que presentemente se acha no convento de Santo António [...] nenhuma corresponde à grandeza do novo edifício, antes servirá para de algum modo o deturpar.”<sup>11</sup>

No que concerne à data da inauguração do novo edifício, tanto Silvestre Ribeiro<sup>12</sup> como Marques Gomes<sup>13</sup> apontam o dia 15 de Fevereiro de 1860.

Desconhecemos a planta primitiva do projecto, mas a descrição feita por Marques Gomes e a imagem do liceu permitem ter uma ideia do seu programa arquitectónico. Efectivamente, no exterior sobressaía a vasta fachada simétrica com janelas e portas ogivais, bem ao gosto da época. A parte central, a mais nobre por natureza, era animada por um frontão triangular e pela aposição do escudo de armas português.

Ao nível da organização interna do liceu, as indicações de Marques Gomes deixam concluir que ao fundo do átrio de entrada existiam três portas correspondentes às que observamos na fachada principal, dando a central acesso ao pavimento térreo e as laterais para escadarias que se dirigiam a um patamar intermédio que por sua vez comunicava com o segundo pavimento.<sup>14</sup>

Neste último encontravam-se as salas de aulas dispostas em anfiteatro com cadeiras de braços em semicírculo, um gabinete com vitrines que continham instrumentos de física, mineralogia, ornitologia..., a sala de espera e a biblioteca pública.<sup>15</sup>

---

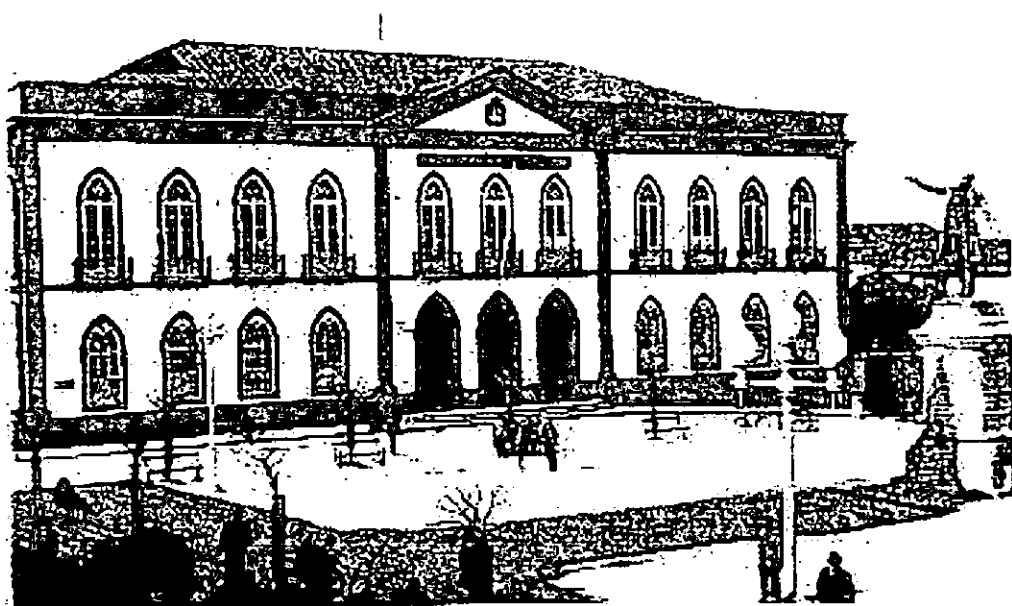
<sup>11</sup>*Liceus de Portugal*, n.º 17, Maio de 1942, p. 1382.

<sup>12</sup>Cf. *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia...*, vol. XIV, 1885, p. 94.

<sup>13</sup>Cf. *Memórias de Aveiro*, Aveiro, 1875, p. 127.

<sup>14</sup>Idem, p. 128.

<sup>15</sup>Idem, p. 128.



6. Fachada principal do liceu de José Estêvão, em Aveiro, projectado em 1854 (*Liceus de Portugal*, n.º 18, Junho de 1942).

O primeiro edifício construído de raiz para liceu em Portugal (actual Escola Secundária Homem-Cristo).

É difícil, perante a escassez de outros elementos, conhecer aspectos tidos importantes, como sejam o número de alunos para o qual o liceu foi concebido, a existência ou não de áreas específicas para além das referidas, a exemplo de jardins e recreios, a disposição e as condições das instalações sanitárias, locais para residência de professores ou para alunos em eventual regime de internato, etc. No entanto, os dados em presença permitem desde já tecer algumas considerações e adiantar o que julgamos serem pelo menos dois dos traços perspectivadores da escola típica do século XIX.

Será de destacar, em primeiro lugar, a ideia do edifício do liceu ser concebido para possibilitar pelo menos o desenvolvimento de duas actividades em paralelo, como se patenteia na inextricável ligação escola/biblioteca pública o que, aliás, voltaremos a encontrar alguns anos mais tarde também num projecto de liceu, um pouco à semelhança (se é possível estabelecer o paralelo) do que sucedia em idêntico período em França com a *maison d'école*

que albergava vários serviços comunais. Esta abrangência de funções da casa onde está a escola, ao mesmo tempo que a limita numa certa capacidade de afirmação enquanto estabelecimento de ensino uno, confere-lhe também um estatuto de parceiro privilegiado, a par de outros, na animação do desenvolvimento comunitário.

Em segundo, a própria implantação do liceu de Aveiro no coração do município, assim como a envergadura e a solenidade da decoração da construção, bem sintetizadas na expressão "grandeza do novo edifício", reforçam objectivamente a sua presença pública e fazem dele um verdadeiro "monumento cívico". Por esse facto, a centralidade é algo de adquirido: transformar a escola em centro da vida local (simbolismo público) e a facilidade de acesso determinam esse imperativo.

Quanto à estruturação interna do liceu, a clara separação entre o que chamaríamos os serviços escolares por um lado e, por outro, os serviços gerais, pressupondo que estes últimos estariam no piso térreo pelo que nos é dado inferir, constituirá um elemento referencial (e normativo) em futuros programas construtivos. Frisemos que, à data da concepção do liceu de Aveiro, estávamos ainda um pouco longe de conhecer as primeiras regulamentações sobre a construção de escolas.<sup>16</sup>

No plano pedagógico, parece-nos importante ter presente que o projecto do liceu foi concebido com a Reforma da Instrução Pública de 1844 em pleno vigor. É certo que o decreto de Costa Cabral reduziu consideravelmente o conteúdo escolar em relação ao estabelecido no Plano de Passos Manuel, nomeadamente em quase tudo o que dizia respeito ao ensino científico, levantando-se por esse motivo a dúvida se o gabinete experimental do liceu de Aveiro descrito em 1875 estaria instalado à data de inauguração do edifício ou se, porventura, teria resultado da aplicação de uma reforma posterior.

Salientemos, por outro lado, a inequívoca opção pela disposição das salas de aula em anfiteatro e com cadeiras individualizadas. A esta solução se refere José Estêvão numa interessante carta dirigida ao reitor Francisco José de

---

<sup>16</sup>A nível europeu, ao que sabemos, a circular Rouland (França, 1858) é a primeira a precisar as normas de construção de forma exclusiva às escolas de instrução primária. Também em França, o primeiro regulamento sobre a edificação de liceus data de 1891.

Oliveira Queiroz em 26 de Janeiro de 1860, que julgamos de interesse transcrever na íntegra:

"Queiroz - É indispensável que quanto antes, e mesmo sem estar de posse do liceu, mas alegando que estão próximos a entrar, é indispensável digo que requises pelo Ministério do Reino - 1.º As estantes e mais mobília necessária para a livraria - 2.º A construção de anfiteatros volantes para as casas de aula que não devem ser mais de três - 3.º Alguma pequena soma que se mande dar ao corpo catedrático do liceu ou ao seu Reitor, para compra de mobília miúda. Esta requisição deve ser feita quanto antes e remetida ao Ministério do Reino. Não peçam muito para a mobília miúda, trezentos mil reis será demais e cuidado em os empregar com juízo. Logo que o liceu estiver pronto, metam-se de dentro, e dá parte de assim o teres feito ou estão em véspera de o fazer. Amigo José Estevão."<sup>17</sup>

Desconhecemos exactamente em que consistiriam os anfiteatros volantes, embora seja admissível encerrarem qualquer espécie de mobilidade. Contudo, a disposição em si, que ainda na década de 70 de Oitocentos é mencionada nas enciclopédias de arquitectura por cotejo com a organização que hoje se conota como "tradicional" (fileiras de carteiras voltadas para o quadro preto...), sendo também preferentemente utilizada nos primeiros cursos do liceu Chaptal em França, será progressivamente abandonada até final do século nas salas de aula reservadas aos "grupos classes".

Refira-se, no entanto, que os dispositivos em causa assentarão sobretudo numa lógica de controlo visual do mestre sobre os alunos, e nas possibilidades de estes poderem receber de forma igual as lições, aspectos estes consignados pela primeira vez entre nós em articulado do Regulamento para os Liceus Nacionais de Fontes Pereira de Melo (dec. de 10 de Abril de 1860), apesar de não ser indicada qualquer disposição específica a adoptar na sala de aula.

---

<sup>17</sup> *Liceus de Portugal*, n.º 17, Maio de 1942, p. 1382.

Diga-se também que em meados do século, através da análise do já citado decreto de 20 de Dezembro de 1850, é perceptível um crescendo de preocupação da parte dos governantes com alguns aspectos da vida escolar, acentuando-se a necessidade de se exercer maior vigilância sobre a compostura dos alunos e relevando-se as questões ligadas à civilidade.<sup>18</sup>



7. Uma sala de aula no liceu Chaptal em finais da década de 70 do séc. XIX ("Cent-Cinquantenaire du Lycée Chaptal, 1844-1994", in *Patrimoine Protégé*, n.º 1, Novembro de 1994).

Em verdade, do ponto de vista histórico, a consecução dos objectivos perseguidos pelo tribuno José Estêvão, onde claramente a vontade pessoal se sobrepôs à iniciativa governativa, não pode ser vista apenas como uma nota de sucesso, de excepção e de alcance circunscrito, mas também como um importante elemento de referência a constituir o lábaro da acção reivindicativa de outros liceus.

Assim nos foi possível verificar em documentação inédita concernente ao liceu nacional do Porto. Com efeito, queixando-se desde 1845 das graves condições materiais em que se achava acomodado, o liceu do Porto procura em 1861 obviar a essa situação promovendo o seu projecto para edifício próprio, reclamando para si o que tinha sido alcançado pelos aveirenses:

---

<sup>18</sup>Note-se que tal diploma tinha por objectivo melhorar a execução do decreto de 20 de Setembro de 1844, precisamente na parte da administração literária moral e disciplinar das escolas de instrução primária.

"Senhor! A cidade do Porto, o centro da actividade das províncias do norte, não deve merecer a Vossa Majestade menor atenção do que mereceu Aveiro, para cujo liceu de segunda ordem se construiu um palácio." <sup>19</sup>

Por esse documento constatamos que os problemas acrescidos para o liceu advieram da tentativa de implementação do Regulamento de Fontes Pereira de Melo, a exigir maior capacidade de resposta e a obrigar a uma expansão e especialização das instalações pela alteração do plano de estudos que reintroduziu o ensino da física, da química, da história natural e incluiu pela primeira vez o ensino do desenho linear. Na ausência de edifícios públicos e de casas particulares para albergar o liceu, o conselho resolveu propor a edificação de uma "casa especial" na cerca do extinto convento das Carmelitas, perto da praça de Santa Teresa.

Entre os pormenores mais curiosos contavam-se a autoria do projecto a pertencer a Manuel de Almeida Ribeiro, engenheiro e professor de desenho linear no liceu, e a maneira de suportar o financiamento para a obra. Neste caso, numa identificada manifestação de autonomia, o orçamento que se estimava em 35 132\$600 reis seria coberto por um empréstimo a conceder pelo governo, cujos juros seriam pagos pelas propinas das matrículas dos alunos, bem como pelas rendas provenientes dos armazéns que estavam projectados para o piso inferior do liceu. Todavia, o conselho do liceu colocava ainda a hipótese de ser o governo a edificar a obra por arrematação e fornecendo directamente os meios, passando dessa forma a parte inferior do edifício a ser destinada a estabelecimentos públicos como a Inspecção de Pesos e Medidas, a escola de ensino mútuo (neste período uma forma escolar em abandono)<sup>20</sup> e a escola normal primária, entre outros.

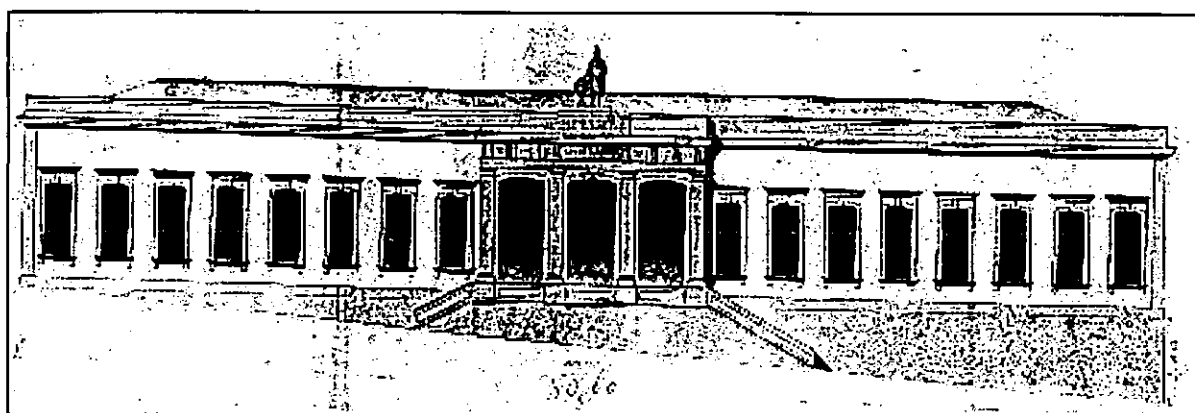
---

<sup>19</sup>Carta do Conselho do liceu nacional do Porto ao rei D. Pedro V em 4 de Julho de 1861 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 3599, processo 624). Até indicação em contrário, os dados que apresentamos em seguida foram extractados a partir da carta em questão, assinada à cabeça pelo reitor e comissário dos estudos, Luís António Pereira da Silva.

<sup>20</sup>Em 1857, ao que conseguimos apurar, funcionavam em Portugal três escolas de ensino mútuo: em Lisboa, no convento do Desterro e na Casa Pia e, no Porto, precisamente no convento das Carmelitas (Cf. IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 146, processo 4). Nesse mesmo ano, em França o ensino mútuo era ainda praticado em Rouen, no momento em que veio a apelar-se da sua "morte saison" (Cf. Michel Lainé, *Les Constructions Scolaires en France*, Presses Universitaires de France, Paris, 1996, p. 56). A logística necessária para esse ensino "massificado" dificultou, tanto em Portugal como

O fâcies externo do edifício projectado para o liceu revela, uma vez mais, o desejo e a necessidade de este deter um aspecto monumental.

O recurso a uma fachada principal bastante extensa, onde a multiplicação das janelas acentuava a horizontalidade do imóvel e, de igual forma, a utilização de uma gramática formal neoclássica sobretudo na zona central, a exemplo dos tríglifos e das métopas, certamente nobilitavam um edifício destinado ao fim público da instrução. Contudo, o conselho do liceu via na ordem exterior do edifício a singeleza e a modéstia suficientes, tanto quanto podia ser para não prejudicar a decência. Acresce ainda que, como elementos identificadores e simbólicos, se colocavam sobre a cornija uma estátua do infante D. Henrique com uma placa identificadora onde se lia "Nasceu na cidade do Porto aos 4 de Março de 1394" e, um pouco abaixo, a legenda "Liceu Nacional".



8. Fachada principal do edifício projectado para o liceu nacional do Porto, 1861 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 3599, processo 624).

Projecto sem concretização final.

A projectada disposição interna do liceu é bastante interessante, podendo felizmente ser comentada a par da planta correspondente. Passada a zona de entrada ou vestíbulo, que comunicava directamente com a sala de exames

---

noutros países, a sua expansão. Ainda a este respeito importa referir que em 1823, conforme testemunha Silvestre Ribeiro, na ilha da Madeira foi aberta uma escola de ensino mútuo levantada segundo planos providos de Inglaterra, e que no ano de 1835 foi publicado um anteprojecto de uma sala de aula destinada ao ensino mútuo no n.º 1 do *Jornal Mensal de Educação*.



(significativamente a maior, revelando o papel que o exame mensal detinha) e com duas salas de aula contíguas, surgia uma galeria coberta que corria ao longo de toda a parte traseira do edifício desempenhando um papel organizativo fulcral no acesso às restantes salas de aula, às latrinas, à secretaria, à sala dos conselhos, à biblioteca, ao gabinete de física e história natural, bem como ao laboratório químico. A indicada galeria servia também para a deambulação dos alunos no intervalo das aulas.

Para além da constatável preocupação em elaborar o projecto de acordo com as prescrições do Regulamento para os Liceus Nacionais de 10 de Abril de 1860, bem patente na nota de modernidade dada pela inclusão dos chamados estabelecimentos auxiliares de ensino, é notório que presidiu à concepção espacial a facilitação da fiscalização dos trabalhos e o policiamento dos alunos:

"Ao longo de todas as salas, entre elas e a galeria coberta, corre uma galeria interna, que dá passagem para as tribunas abrindo sobre todas as salas, e destinadas à inspecção do serviço das aulas. Ao fundo da galeria coberta fica uma casa para habitação do porteiro, que deve morar dentro do edifício. Deste modo todas as aulas se acham em um só pavimento, e dominadas pelos dois lados da galeria, nos quais é fácil a inspecção e fiscalização." <sup>21</sup>

A esse nível, a organização do espaço escolar reflecte a observação de um princípio preconizado e sustentado por um universo teórico em pleno meado do século XIX, isto é, o da continuidade da vigilância sobre as crianças, com especial incidência nos ambientes escolares:

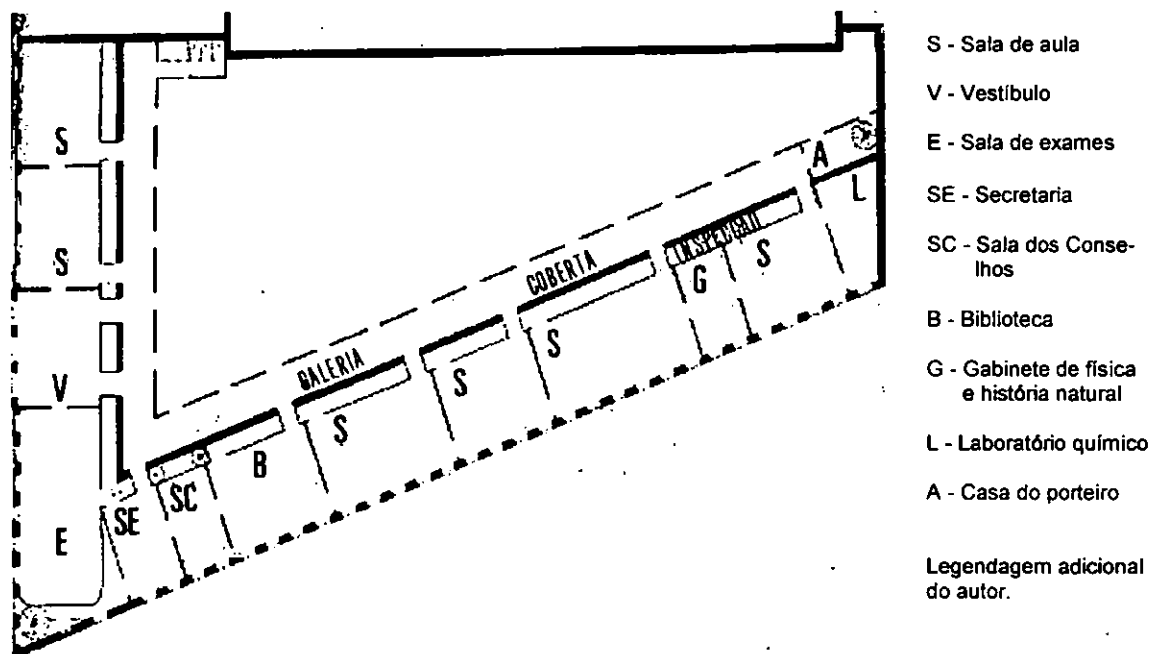
"On sait, en effet, que dans tous les lieux où ils sont réunis en grand nombre, quel que soit leur sexe, les enfants ne doivent jamais être seuls ni le jour ni la nuit." <sup>22</sup>

---

<sup>21</sup>Carta do Conselho do liceu nacional do Porto ao rei D. Pedro V em 4 de Julho de 1861...

<sup>22</sup>Ambroise Tardieu, *Dictionnaire d'Hygiène Publique et de Salubrité*, Paris, 1854, tomo II, entrada "lycées", p. 332.

Princípio esse evidentemente associado a considerações de ordem moral, mas também a razões que se conectavam com a própria eficácia do desenvolvimento dos trabalhos escolares.



9. Planta do 1.º piso do edifício projectado para o liceu nacional do Porto, 1861 (IAN/TT, Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, maço 3599, processo 624).

A continuidade da vigilância onnipresente na concepção espacial.

Em Abril de 1862, o Conselho do liceu do Porto é instado pela Direcção Geral de Instrução Pública a prestar esclarecimentos sobre a melhor localização para o liceu da cidade, vindo o reitor a justificar do ponto de vista teórico as vantagens em seguir-se o projecto elaborado em 1861 em detrimento das restantes opções aventadas, nomeadamente a instalação no seminário, a compra de uma casa na rua da Duquesa de Bragança ou a remodelação do edifício da Graça, onde estava instalada a Academia Politécnica e parte das Belas Artes.<sup>23</sup>

<sup>23</sup>Cf. Carta do reitor do liceu nacional do Porto ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, José Eduardo de Magalhães Coutinho, em 9 de Junho de 1862 (IAN/TT, Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, maço 3599, processo 624). Trata-se de um manuscrito não paginado.

De entre os motivos apontados, nem sempre com a maior coerência como veremos, impunha-se a centralidade do edifício projectado e a proximidade deste dos outros estabelecimentos de instrução pública, o que constituía na opinião do reitor uma forma de aumentar a frequência e de obstar às dificuldades em reunir as mesas dos exames. Procurando enfocar os pontos fortes da sua tese, o reitor sustentava que

"o liceu apenas distará do coração da cidade quanto se requer para que não fique envolvido no maior bulício do comércio [...] enfim o edifício terá com largueza todas as acomodações desejáveis, e facilitará a polícia tanto que para ela bastará um só guarda postado no ângulo da galeria interna. Preenche, pois, todas as indicações da teoria." <sup>24</sup>

Ao mesmo tempo, no que viria a ser o aspecto capital a inviabilizar o projecto, Luís António Pereira da Silva, apesar de reconhecer como inconveniente a questão dos armazéns no andar inferior do edifício, insistia na sua necessidade para financiar o empreendimento. É precisamente esse facto que denota alguma incoerência e fragilidade na sua argumentação, pois a opinada centralidade, quanto bastasse para não envolver o liceu na confusão do comércio, era perfeitamente contraditória com a forma indicada para o seu financiamento.

Em 1864, perante as dificuldades em implementar o projecto, um relatório da Junta Geral do Distrito do Porto vinha defender a posição do reitor do liceu:

"Objectam que as lojas ou armazéns fazem-na [obra] feia. Não fazem tal, e fazem-na possível. A academia politécnica também tem armazéns por baixo, e não é deles que lhe vem o mal que lhe querem, e contra o qual esta Junta tem que representar a V. M." <sup>25</sup>

---

<sup>24</sup>Carta do reitor do liceu nacional do Porto ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, José Eduardo de Magalhães Coutinho, em 9 de Junho de 1862...

<sup>25</sup>*Boletim do Clero do Professorado*, n.º 84, 3 de Dezembro de 1864, p. 543.

A adjectivação utilizada, revelando em nossa opinião uma conotação mais ampla do que a simples consideração estética, indicia o aflorar de uma nova sensibilidade em relação aos ambientes escolares, isto no sentido em que estes deviam constituir-se como locais agradáveis, confortáveis, atractivos e higiénicos, sendo portanto de afastar qualquer elemento considerado perturbador e prejudicial para a criança. Sensibilidade essa que é perfeitamente identificável e explicável na década de 60, e que irá ser demonstrada e privilegiada a partir desse momento nas propostas para a construção de escolas de instrução primária.

## **2. "Amor pelo estudo, pelo asseio e pela boa ordem"... a prioridade de novos locais para o ensino popular.**

Na segunda metade do século XIX, como fomos deixando de alguma maneira expresso, a função moralizadora da escola acentuou-se com o propósito de se incutirem valores morais e doutrinários às novas gerações:

"É necessário que se saiba que as crianças, especialmente das classes pobres, não frequentam as aulas só para receberem a instrução propriamente dita, mas para também a par desta adquirirem bons costumes, os quais não se conseguem senão pelo aturado trabalho do professor, pela permanência dos discípulos nas escolas e pela sujeição a que aí de necessidade são obrigados." <sup>26</sup>

Num momento em que questões como a obrigatoriedade escolar ou a secularização do ensino eram frequentemente debatidas, a primazia era geralmente dada ao ensino primário para a reforma da instrução pública nacional, passando transversalmente o problema pela forma de motivar as classes populares rurais para a escola.

---

<sup>26</sup>Idem, n.º 19, 5 de Setembro de 1863, p. 146.

Face à visibilidade das propostas tendentes a alargar a frequência do ensino, marcadamente acentuadas a partir da citada década (instituição de cursos nocturnos, a produção de uma literatura popular, as bibliotecas populares, todas com antecedentes, e a longa campanha de António Feliciano de Castilho pela educação do povo), bem como as medidas destinadas a melhorar a instrução em si (aposta na formação dos professores pela criação de escolas normais em 1862, a promoção de inspecções às escolas...) <sup>27</sup>, coloca-se o problema de saber em que medida a intencionalidade de melhorar as condições físicas das escolas foi também entendida por parte do poder político, por um lado, como uma estratégia para alcançar o objectivo de aumentar a frequência dos alunos tornando a escola mais atractiva e, por outro embora decorrente, como um meio privilegiado para a regeneração moral das camadas populares no âmbito de um projecto de uniformização social que ganhará contornos mais precisos a partir da década de 70, como teremos oportunidade de focar. <sup>28</sup> E, a admitir a verosimilidade dessas teses, qual o concurso para a eficácia dessa intenção homogeneizante? <sup>29</sup> Seriadamente interrogações que nos levam a confrontar o discurso teórico, o texto legal, bem como as intenções de implementação de projectos de escolas com a realidade escolar vivida em Portugal na segunda metade do século XIX, e para as quais tentaremos encontrar respostas iniciando a nossa sondagem no presente capítulo.

Ao interesse manifesto no início dos anos 60 pela instrução popular corresponderá, de forma lógica, o privilegiar da construção de espaços educativos destinados à instrução primária.

Isso mesmo nos é dado a concluir pelo sentido da orientação legislativa (Cf. Anexo I) e das parcas dotações para a edificação de escolas, a exemplo do sucedido na sessão da Câmara Electiva de 19 de Abril de 1864 onde uma proposta inicial para votação de 20 contos de reis para a compra, renda e

---

<sup>27</sup>Para uma análise de todas estas questões são de indispensável consulta os citados trabalhos de António Nóvoa (1987), Rogério Fernandes (1990) e Sérgio Campos Matos (1997).

<sup>28</sup>Estas ideias fundam-se na importância da organização do espaço escolar no sentido da produção de relações interpessoais assentes numa base ideológica de disciplina, vigilância, religião, hierarquia..., na linha do que defendeu Thomas A. Markus (Cf. "Early Nineteenth Century School Space and Ideology"...).

<sup>29</sup>Frisemos que para responder a esta formulação devem estar bem presentes dois indicadores, isto é, o crescimento da rede escolar pública fundamentalmente no período compreendido entre 1860 e 1900 e, obviamente, a taxa de analfabetismo.

arranjo de escolas de instrução primária e secundária viu a redacção final ser restringida apenas à primeira por intervenção de José Maria de Abreu.<sup>30</sup>

Por outro lado, o projecto de lei de instrução primária apresentado em 1863 à Câmara Electiva, assinado por individualidades como Francisco Fernandes da Costa, António Cabral de Sá Nogueira, Manuel Pereira Dias, entre outros, consignava no seu articulado a dotação de uma verba anual para construção de edifícios exclusivamente destinados a escolas primárias, incluindo a habitação do professor.<sup>31</sup>

De acordo com a perspectiva expressa, compreende-se também que os estudos visando a regulamentação e normalização do espaço escolar tivessem contemplado primeira e determinantemente as escolas destinadas aos alunos da instrução primária. Em 1864, esse era um dado válido não apenas para nós, mas também para países numa fase mais avançada de pesquisa nesse campo como a França:

"L'architecture spéciale des lycées n'a pas encore été déterminée. Jusqu'ici on a distribué les locaux qu'exigent les différents services autour des cours, de manière a faciliter la surveillance et les communications."<sup>32</sup>

Mas, se nos anos 60 o crescente intuito de através da escola se inculcarem valores morais e doutrinários se traduz naturalmente numa inquietação em relação à vigilância dos alunos, reflectindo-se pelo menos nos poucos exemplos que se conhecem e que indicámos na configuração do espaço escolar a par da ordem pedagógica, será também nesse período que, em nossa opinião, se começa a perceber mais claramente uma preocupação ainda latente entre nós nos finais do século XVIII que simultaneamente favorecerá e condicionará a edificação de escolas: a saúde da infância.

---

<sup>30</sup>Cf. *Boletim do Clero e do Professorado*, n.º 52, 23 de Abril de 1864, p. 114.

<sup>31</sup>Cf. *Idem*, n.º 8, 20 de Junho de 1863, p. 63. O projecto de lei em causa não chegou a ser discutido.

<sup>32</sup>Circular de 10 de Maio de 1864. Citado por Michel Bouillé, *L'École, Histoire d'une Utopie?*, Rivages, Paris, 1988, p. 71, nota 36. Em França a regulamentação dos espaços escolares até meados do século XIX concerniu de forma essencial às escolas primárias e às *salles d'asile*.

Com efeito, a partir de finais do século XVIII, num quadro de prevalência de uma educação ético-religiosa, visando o "adornar de virtudes a alma", surgirão as primeiras obras onde as questões relativas à personalidade física da criança serão abordadas. Em Portugal será sobretudo pela mão dos médicos Francisco de Melo Franco e Francisco José de Almeida que assuntos especificamente ligados à higiene geral, à higiene da alimentação, à educação física das crianças... receberão uma abordagem para além do comum tratamento subsidiário.<sup>33</sup>

O princípio de que a saúde da população era responsabilidade do Estado, sendo gerado na tomada de "consciência política" em finais do século XVIII perante as ameaças epidémicas, aliás presente na pioneira obra de António Ribeiro Sanches, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, publicada em Paris em 1756 e anterior portanto ao célebre trabalho do Dr. Tissot, *Avis au Peuple sur sa Santé* (1761), conduzirá no século XIX aos primeiros esboços do que viriam a ser os sistemas de higiene pública. No caso português, e de forma precoce no panorama europeu, é de destacar o Regulamento de Saúde Pública assinado por Passos Manuel em 1837. Ao Conselho de Saúde Pública, então criado na dependência do Ministério do Reino, competia a fiscalização de tudo o dissesse respeito:

- a) "à educação física dos habitantes;
- b) à vigilância sanitária das crianças das escolas;
- c) à prática da medicina, cirurgia e farmácia;
- d) à polícia médica."<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup>Os médicos em causa publicaram em 1790 duas obras sob o título *Tratado sobre a Educação Física dos Meninos*. Sobre esta questão consulte-se Rogério Fernandes, *op. cit.*, 1994, p.224 e ss.

<sup>34</sup>F. A. Gonçalves, *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1990, p. 243.

Tais competências consagram para a primeira metade do século XIX as ambições científicas e políticas defendidas entre os médicos higienistas segundo os quais

"la médecine n'a pas seulement pour object d'étudier et de guérir les maladies, elle à des rapports intimes avec la organisation sociale." <sup>35</sup>

A higiene pública, enquanto "arte de conservar a saúde aos homens reunidos em sociedade", assumirá a sua vocação para a "vistoria social" e exercício do poder em nome de um novo saber científico, colocando pois o acento sobre o meio ambiente.

Afirmada como uma verdadeira moral laica (da vida material), a higiene alterará a tradicional concepção de subordinação do corpo à alma e estabelecerá relações íntimas e de reciprocidade entre eles. A nova moralização pela higiene associará de forma dicotómica limpeza/virtude e insalubridade/vício. Perante esta sensibilidade é a alma que se socorre do corpo, conforme recomendava o engenheiro Marty em 1866:

"Si vous voulez moraliser les masses, procurez-leur d'abord l'hygiène du corps et vous arriverez ainsi facilement à l'hygiène de l'âme." <sup>36</sup>

De forma consonante, a ideia de que a pureza material era necessária para preparação da pureza moral orientará a acção dos Estados para a melhoria das condições materiais de vida das populações.

Enleada relação essa que, no meado do século XIX, é nitidamente reforçada pelo sentido da intervenção legislativa dos nossos governantes, nomeadamente ao nível da instituição escolar. Falamos do intento central em melhorar as condições da instrução primária, razão de ser da inspecção

---

<sup>35</sup> *Annales d'Hygiène Publique et de Médecine Légale*, tomo I, 1.ª parte, 1829, p. V. Citado por Bernard P. Lécuyer, "L'Hygiène en France avant Pasteur 1750-1850", in Claire Salomon-Bayet (dir.), *op. cit.*, p. 100.

<sup>36</sup> *Hydrologie Hygiénique*, Paris, 1866, p. 11. Citado por Julia Csergo, *Liberté, Égalité, Propreté. La Morale de l'Hygiène au XIX<sup>e</sup> Siècle*, Éditions Albin Michel, Paris, 1988, p. 36.



extraordinária regulada desde 1859 e mandada executar pelo decreto de 23 de Julho de 1863, cujo artigo 5.º reforçava que

"dirigindo-se à escola, os visitantes deverão sindicar com igual cuidado, tanto da parte material do estabelecimento como das condições literárias e morais do ensino."<sup>37</sup>

São, de facto, vários os indicadores que nos revelam que na segunda metade de Oitocentos o poder cede à obsessão higiénica no desejo de evitar as alterações da saúde.<sup>38</sup>

Na procura de uma nova ética assente em bases científicas, as iniciativas vão centrar-se na escola, na caserna ou nas cidades operárias, sendo por isso necessário "enfermer pour dégrasser", na feliz expressão de Julia Csérgo.

Nesse sentido, e recordando o que dissemos no primeiro capítulo, no espaço privilegiado que constituirá a escola, a higiene vai ser considerada em duas vias: como matéria de estudo e como exigência arquitectónica. No que concerne à primeira, cabe registar a inclusão do *Compendio de Hygiene Popular* publicado no ano de 1858 por Francisco Ramirez Vaz em Espanha, e vertido para português em 1860 por Manuel de Castro Sampaio, na relação dos livros aprovados e adoptados em 1861 pelo Conselho Geral de Instrução Pública para a instrução primária.<sup>39</sup> No prefácio da obra eram esclarecedoras as palavras do tradutor em relação ao móbil da publicação:

---

<sup>37</sup> *Boletim do Clero e Professorado*, n.º 15, 8 de Agosto de 1863, p. 117. Na inspecção extraordinária de 1863-1864, as condições materiais das escolas foram analisadas em relação à capacidade, indicando-se se eram suficientes ou insuficientes, e ao estado de conservação e higiene, registando-se neste último item os seguintes e expressivos resultados: 15,8 % em bom estado, 37,9% sofríveis e 46,3% em más condições (Cf. *Estatística da Instrução Primária em Portugal Organizada sob a Inspeção Extraordinária de 1863 a 1864*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867, tabela 7.ª, p. 16; Cf. também António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs...*, vol. I, p. 401). Refira-se ainda que já na portaria assinada por José Maria Abreu em 2 de Novembro de 1859, relativa às instruções para os relatórios anuais de todos os estabelecimentos de ensino público dependentes do Ministério do Reino, a questão das condições materiais e higiénicas recebia destaque assinalável (seguimos o diploma manuscrito localizado no IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 146, processo 15).

<sup>38</sup> Cabe referir que desde meados do século XIX Portugal esteve a par da informação de vanguarda no campo da pesquisa e das medidas a adoptar em termos de saúde pública, pelo facto de ter estado oficialmente representado entre 1851 e 1912 em todas as Conferências Sanitárias Internacionais, ratificando todas as Convenções Sanitárias (Cf. Claire Salomon-Bayet, dir., *op. cit.*, anexo J).

<sup>39</sup> Cf. *Boletim Oficial de Instrução Pública*, n.º 10, Outubro de 1861, p. 335.

"Há entre nós, é verdade, diversos tratados de higiene mas não são esses os próprios para doutrinar as classes populares, porque escritos em linguagem científica não facultam a essas classes o cumprimento de seus preceitos." <sup>40</sup>

No entanto, será fundamentalmente na configuração do espaço escolar que a higiene exercerá de forma mais sensível a sua capacidade conformadora.

Sobre esse aspecto nos ilustram as considerações redigidas em Julho de 1864 por Mariano Ghira a propósito da edificação de escolas de instrução primária, imbuídas já de medidas e recomendações de carácter higiénico, e com aportações à referenciada circular Rouland de 1858.<sup>41</sup>

Com o intuito fundamental de chamar a atenção das juntas de paróquia e câmaras municipais para alguns projectos, o comissário dos estudos do distrito de Lisboa expressava de forma clara, e depois bem sustentada no decorrer do texto, que

"se a casa da escola não estiver em condições convenientes, se os alunos estiverem constrangidos, apertados, e metidos em uma atmosfera viciada, não pode haver gosto pelo estudo, nem disciplina, nem saúde." <sup>42</sup>

Os projectos reproduzidos, juntamente com as necessárias explicações, alertavam para a necessidade da escola ficar num lugar central, isolada de habitações insalubres, e afastada de locais ruidosos ou de outros elementos que pudessem perturbar os trabalhos escolares pela distração dos alunos.

Outra das tónicas era colocada na ventilação. Na parte inferior dos edifícios das escolas eram colocadas pequenas aberturas (ventiladores) por onde entrava o ar exterior que, através de uma circulação permanente, fazia com que houvesse a renovação da atmosfera pela saída do ar viciado através dos tubos de ventilação colocados na parte superior do edifício.

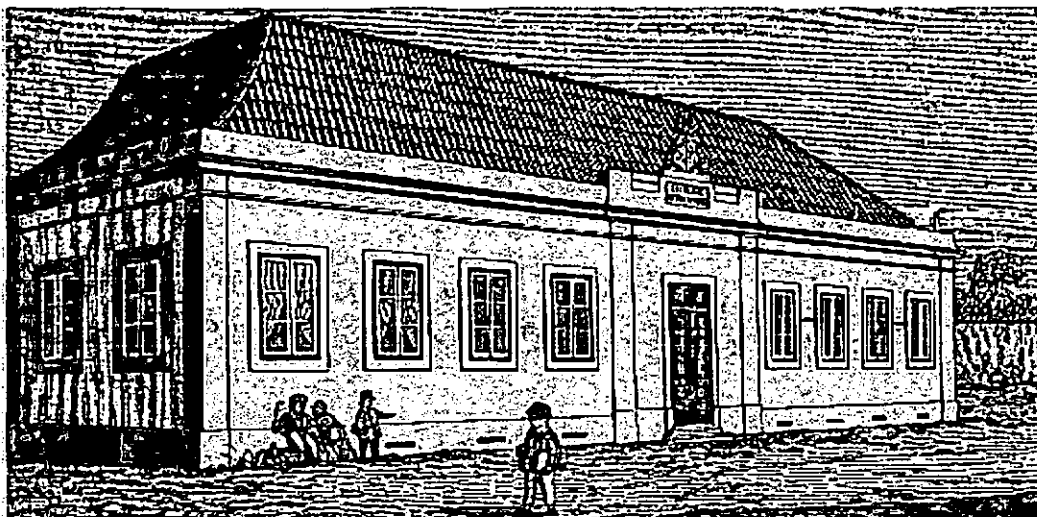
---

<sup>40</sup>*Compendio de Hygiene Popular*, Tipografia da Voz do Alentejo, Elvas, 1860.

<sup>41</sup>Cf. Mariano Ghira, "Casas para Escolas", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, 1864, pp.164-168 e pp. 207-208.

<sup>42</sup>Mariano Ghira, "Casas para Escolas"..., p. 164. Os projectos em causa foram divulgados junto dos administradores dos concelhos do distrito de Lisboa.

Estas prescrições mostram à partida a intencionalidade de isolar e de arejar, ensejo esse que tem de ser entendido à luz do debate propagado em torno de duas teorias a que já fizemos alusão: contagionismo e infeccionismo. Grosso modo, a primeira teoria, ao considerar que as doenças contagiosas se transmitiam por contacto directo, preconizava o isolamento, enquanto que a segunda entendia que o ar era o principal agente de transmissão das epidemias.<sup>43</sup>



10. Modelo de escola de instrução primária (Mariano Ghira, "Casas para Escolas", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, 1864, p. 165).

Cf. a planta correspondente reproduzida na imagem 1.

A importância dada ao ar pela convicção generalizada de que as grandes epidemias provinham de lugares infectados onde este libertava odores nauseabundos (emanações miasmáticas), fundamentalmente em meios com grande acumulação de pessoas, vem assim a justificar o acento posto na ventilação das habitações em geral e das escolas em particular.

Nitidamente, a tomada de responsabilidade quanto à instrução e o intervencionismo do Estado em relação à saúde pública vêm a afirmar-se de forma paralela.<sup>44</sup>

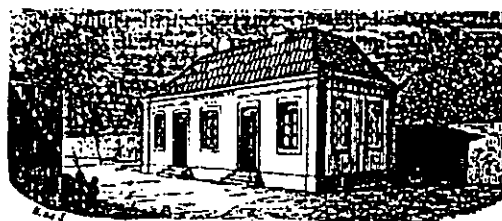
<sup>43</sup>Sobre o assunto ver Michel Lainé, *op. cit.*, p. 128 e ss. e Bernard P. Lécuyer, *op. cit.*, pp. 95-96.

<sup>44</sup>Atente-se nas datas das três grandes reformas de saúde e sanitárias em Portugal durante o século XIX (1837, 1845 e 1868).

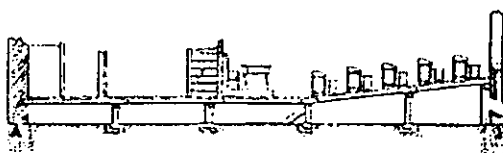
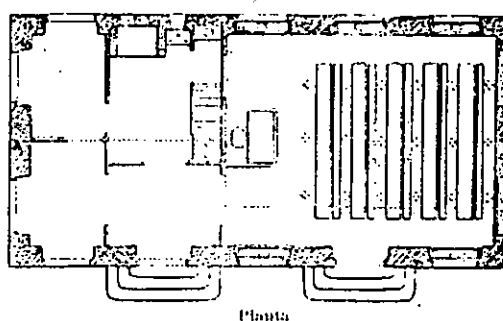
Veja-se que, perante a ameaça da cólera-morbus, as instruções higiénicas emanadas do Conselho de Saúde Pública em Outubro de 1865 visando o aconselhamento das populações, vão insistir na ventilação das casas como o meio mais energético para a purificação do ar.<sup>45</sup>

Já no domínio escolar, a superfície útil ideal a ocupar por cada aluno e o pé-direito das salas de aulas vão ser rigorosamente precisados numa base científica, de modo a tornarem mais efectiva a ventilação das escolas. A este propósito, e respectivamente, Mariano Ghira vai propor para os modelos de escola de instrução primária 1m<sup>2</sup> e 3,30m a 4 m, em perfeita sintonia com a regulamentação francesa coeva.<sup>46</sup>

Os projectos para escolas primárias divulgados em 1864, num número total de quatro, revelavam alguma uniformidade no que concernia à prevalência da habitação do professor, ao aspecto exterior modesto e com poucos símbolos



III -- Modelo de casa para a escola de instrução primária da Freiria, concelho de Torres Vedras



11. Modelo de escola de instrução primária para 50 alunos. Na planta observa-se a distribuição da habitação do professor, assim como a sala de aula onde sobressaem as bancadas largas, podendo receber até 10 alunos. As marcas no soalho junto às bancadas correspondem a orifícios por onde se fazia a ventilação. No corte vertical é visível o espaço por baixo do soalho (caixa de ar) em comunicação com a sala de aula através dos citados orifícios para a renovação da atmosfera. Registe-se ainda a opção pela disposição em anfiteatro (Mariano Ghira, "Casas para Escolas", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, 1864, p. 208).

<sup>45</sup>Cf. *Boletim do Clero e do Professorado*, n.º 129, 14 de Outubro de 1865, p. 722.

<sup>46</sup>É de salientar a acção prospectiva do Comissário de Estudos, destacando-se ainda que por volta de 1866 viria a visitar o estrangeiro para se inteirar da organização das escolas primárias (Cf. *Boletim do Clero e do Professorado*, n.º 238, 16 de Novembro de 1867, p. 1187).

distintivos (geralmente legenda identificativa da escola e, apenas num caso, o escudo português) e aos dispositivos higiénicos adoptados. No caso em questão, contrariando o que verificámos nos projectos dos liceus, o edifício da escola destinava-se ao fim único da instrução.

Em relação aos espaços arborizados para recreio das crianças e para os exercícios ginásticos, apesar de aconselhados, apenas num dos modelos de escola tinham relevante representação.

Um outro aspecto focado pelo comissário de estudos dizia respeito ao mobiliário e ao equipamento das escolas. Assim, na sua opinião uma escola bem organizada deveria conter:

- a) "Estrado e mesa do professor;
- b) Quadro preto;
- c) Bancadas para os alunos (carteira e banco ligados entre si);
- d) Crucifixo;
- e) Busto ou retrato do rei;
- f) Contador mecânico com 100 esferas;
- g) Relógio;
- h) Mapa de Portugal;
- i) Quadro do novo sistema legal de pesos e medidas, com correspondentes modelos representativos;
- j) Pote com torneira para água, copo ou púcaro de metal;
- l) Lavatório;
- m) Cabides numerados para bonés, capas...;
- n) Livros para empréstimo aos alunos mais pobres;
- o) Exemplaes para escrita e cadernos para escrita e para contas."<sup>47</sup>

A preconização da bancada corrida, destinada portanto a ser utilizada por vários alunos e com evidente filiação nos modelos de mobiliário adoptados no ensino mútuo, será prevalecente até finais dos anos 80 como sucedeu para igual período em Espanha.<sup>48</sup>

A questão da postura corporal, apesar de aquém da formulação científica em que assentará a partir das décadas de 70/80, receberá no caso presente

---

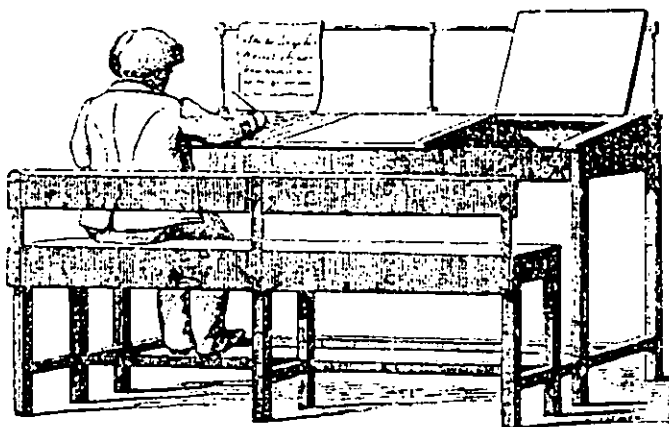
<sup>47</sup>Mariano Ghira, "Mobília para Escolas", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, 1864, pp. 247-248.

<sup>48</sup>Cf. Antón Costa Rico, "Mobiliario, Dotación y Equipamento Escolar en el Siglo XIX", *Historia de la Educación*, N.º 16, 1997, p. 109.

alguma atenção. O reconhecimento da inexistência generalizada de um mobiliário adequado nas escolas, constando muitas vezes de simples bancos separados (mochos), despertará apreensões em relação ao estado físico da criança:

"É muitíssimo inconveniente e prejudicial à saúde, conservar os alunos encostados às paredes húmidas e frias, ou curvados sobre os bancos por não terem onde se encostarem." <sup>49</sup>

Por outro lado, ao abordar o mobiliário destinado às escolas do sexo feminino, para as quais era consignado o mesmo tipo utilizado nas masculinas acrescentando-se ainda um espaço separado da sala de aula para as actividades de costura e labores, Ghira referia-se de forma mais incisiva ao problema das más posturas adquiridas pelas meninas durante o exercício de tais actividades.



12. Modelo de carteira para 3 alunos adoptado na Casa Pia de Lisboa e divulgado em 1864 (Mariano Ghira, *Relatório sobre a Visita de Inspeção Extraordinária às Escolas do Districto de Lisboa feita no Anno Lectivo de 1863-1864*, Typographia Portuguesa, Lisboa, 1865, p. 286).

No entanto, confirmando a investigação de Michel Lainé, num primeiro tempo as preocupações com o mobiliário escolar serão secundarizadas pela

---

<sup>49</sup>Mariano Ghira, "Mobília para Escolas"..., p. 248.

obsessão com a corrupção do ar que canalizará todas as atenções, dando mais tarde lugar a uma prolixa pesquisa médica estritamente direccionada para os desvios da coluna vertebral e para as perturbações oculares.<sup>50</sup>

De facto, será o ar que até finais do século XIX/inícios do século XX irá constituir o elemento essencial da salubridade e da saúde, até na sua dialéctica com a "água útil".

Apesar da aceitação da água não ser ainda unânime em finais de Oitocentos<sup>51</sup>, pela escola passará em larga medida a sua difusão e futura conquista, nomeadamente pela adopção de práticas promotoras da sua utilização como sejam as indicadas pela presença de um dispositivo como o lavatório na listagem atrás transcrita, e que será um elemento obrigatório nos projectos de escolas dos anos 80 pelo efeito da descoberta da poluição microbiana da água.

Face à inquestionável modernidade dos projectos aconselhados em 1864, será lógico saber qual a recepção e a tradução prática que encontraram por parte dos concelhos. Apesar de não dispormos de elementos seguros, é de admitir com grande verosimilidade que algumas escolas tenham sido edificadas segundo tais directrizes. Com efeito, os modelos apresentados reportam-se a localidades concretas no distrito de Lisboa (S. Mamede da Ventosa e Freiria no concelho de Torres Vedras; Reguengo Grande no concelho da Lourinhã), anexando-se de igual forma os orçamentos detalhados de duas das escolas a construir.

Mas, seguramente mais importante para o assunto será o facto do estímulo para fomentar as estruturas escolares nos referidos locais ter resultado de uma iniciativa inédita da parte do próprio governo. Ainda segundo nos conta Mariano Ghira, em 30 de Julho de 1863 o Ministério do Reino deu instruções aos inspectores das escolas primárias para sensibilizarem as câmaras municipais e juntas de paróquia no sentido de proverem à falta ou inaptidão das instalações escolares, assumindo o governo o compromisso de auxiliar essas obras de

---

<sup>50</sup>Cf. *op. cit.*

<sup>51</sup>Cf. Jean-Pierre Goubert, *op. cit.*

acordo com as suas possibilidades.<sup>52</sup> Em consequência dessa medida não só foi concedido apoio para a edificação das escolas nas freguesias citadas<sup>53</sup>, como foi também intencionalidade do governo erigir em Lisboa na zona da Lapa uma escola modelo e uma biblioteca popular, cedendo para esse efeito o terreno.<sup>54</sup>



Parece-nos evidente que o problema das estruturas escolares emerge decisivamente no momento (inícios dos anos 60) em que se denota um esforço político no sentido do aperfeiçoamento das condições do ensino elementar, única forma de o estender às camadas pobres e desvalidas da sociedade, precisamente as que aos olhos da nossa elite cultural constituíam o fim principal da escola pública e de cuja instrução dependia o progresso do país. A assunção dessa prioridade será manifesta na orientação política governativa ao nível educativo que incidirá a sua acção na implementação da inspecção às escolas primárias, na regulação das habilitações dos professores... e, ao contrário do que já foi ventilado<sup>55</sup>, na tentativa de melhoria das condições materiais das escolas. Particularmente neste último aspecto, é o reconhecimento de que a maioria dos municípios não dispunha de capacidade financeira para fazer face às despesas locais, considerando-se imprudente o princípio da descentralização, assumido por exemplo por um observador atento como Mariano Ghira<sup>56</sup>, que impele o Estado numa conjuntura muito específica

---

<sup>52</sup>Cf. "Casas para Escolas"..., p. 207. Recorde-se que pelo decreto de 20 de Dezembro de 1850 as obras com as "casas das escolas" eram competência das entidades camarárias e que, de forma extensível, o fornecimento das instalações e mobiliário eram adoptados como condição *sine qua non* para a concessão de escola a determinada povoação.

<sup>53</sup>Pensamos que esse apoio resultou de verbas provenientes da dotação votada na referenciada sessão da Câmara Electiva de 19 de Abril de 1864.

<sup>54</sup>Cf. "Casas para Escolas"..., p. 208.

<sup>55</sup>Cf. *Muitos Anos de Escolas...*, vol I, 1.ª parte, p. 51.

<sup>56</sup>Consultar a este respeito o *Relatorio sobre a Visita de Inspecção Extraordinaria às Escolas do Districto de Lisboa feita no Anno Lectivo de 1863-1864*, Typographia Portuguesa, Lisboa, 1865, p. 250.



a intervir no que por lei era exclusiva atribuição dos municípios, procurando assim o necessário alargamento da rede escolar.

A consciência de que essa concretização no âmbito de um projecto de uniformização social passaria, entre outras medidas, por uma escola mais atractiva capaz de a ela chamar e de nela fazer permanecer os alunos em condições "ideais", constituindo-se assim no "santuário" de uma nova liturgia, explica a intencionalidade de normalização do espaço escolar.

Nos alvares dessa evolução, a prioridade será claramente dada às escolas de instrução primária, não sendo perspectivado singular interesse por parte do Estado na edificação dos liceus.

Em acordo com a primeira hipótese por nós expressa, a análise da configuração do espaço através dos exemplos difundidos, particularmente nos modelos para escolas primárias (1864), reflecte a observação de alguns princípios associados ao bem estar físico das crianças, claramente conectados com uma pretendida dimensão preventiva/protectora na esfera escolar face a ameaças exteriores - com as inquietações essenciais a situarem-se com a corrupção do ar -, assim como o reforço das funções doutrinária e disciplinar da escola, a última das quais manifesta no recurso frequente à disposição em anfiteatro nas salas de aula, garantia da continuidade visual do mestre sobre os alunos.

Nesta fase histórica, os limitados programas de liceus identificados denotam ainda a ausência dos postulados higienistas aplicados às escolas primárias, vindo no entanto a ser determinante na organização do espaço a facilidade das comunicações e, de igual forma, a contínua vigilância sobre os alunos.

Recorrente será também a questão da implantação do edifício escolar, elegendo-se a centralidade como condição garante da fácil acessibilidade e do consequente aumento da frequência.

Cabe agora ver de forma mais fina no período balizado entre 1866 e 1898, isto é, entre o legado do conde de Ferreira e o primeiro projecto-tipo de escola primária, passando naturalmente pelo entremeio descentralizador de 1878, em que medida a efectiva expansão da rede escolar foi acompanhada de uma aposta na edificação de novas escolas primárias. Trata-se no fundo, retomando

questões enunciadas, de procurar saber no que se cifrou a prolixidade do discurso teórico e as intenções reformadoras na realidade quotidiana da instituição escolar, identificando as cotas de participação estatal e particular.

Por outro lado, para a cronologia referida, esperamos de igual forma analisar a evolução registada no capítulo das instalações liceais, em ordem a detectar continuidades e eventuais rupturas.

### III – A Concepção de um Aparelho Regulamentar em Matéria de Locais Escolares

"Architecture shaped moral values, and a well-constructed school decisively influenced the health, tastes, manners, minds, and morals of each successive generation of children."

(Henry Barnard, 1848. Citado por William Reese, *The Origins of the American High School*, Yale University Press, New Haven & London, 1995, p. 84).

Em 1914, em tom necessariamente irónico, o professor José Alves de Sousa referia-se a Portugal como um país ubérrimo em legislação sobretudo no capítulo da instrução primária, sendo o primeiro a decretar a gratuidade do ensino e dos primeiros a legislar sobre a obrigatoriedade escolar.<sup>1</sup> Fazendo depender em termos muito estreitos a frequência escolar da qualidade e do número de edifícios escolares, Alves de Sousa ressaltava na altura o facto de não ter sido pela falta de regulamentação própria no campo da construção escolar que a intencionalidade de generalizar a escola ficou por cumprir.<sup>2</sup>

De facto, o reconhecimento e a consciencialização nos princípios dos anos 60 do século XIX de que a escola popular precisava de estar em boas instalações, bem como o ensejo proporcionado pelo legado do conde de Ferreira, conduziram à publicação na folha oficial do primeiro texto legislativo sobre as condições que deviam ser observadas na construção das "casas de escola".<sup>3</sup>

Mas, antes mesmo de analisarmos tal diploma, parece útil reflectir que sob o pensamento aglutinador que mais escolas e em melhor estado significariam numa relação de causa e efeito maior afluência de crianças, existe também uma outra realidade entroncada e subjacente a esse mesmo pensamento ainda com algum significado (de resistência) no período em causa e precisamente conectada com as condições das escolas, isto é, o binómio educação pública/educação familiar.

---

<sup>1</sup>Cf. *Edifícios Escolares* (tese apresentada ao 1.º Congresso Pedagógico do Sindicato dos Professores Primários de Portugal), Tipografia A. F. Vasconcelos, Porto, 1914, p. 3.

<sup>2</sup>Idem, p. 3.

<sup>3</sup>Referimo-nos à portaria de 20 de Julho de 1866, a que já aludimos, publicada no *Diário de Lisboa* de 23 de Julho de 1866, com a chancela de Martens Ferrão, então Ministro do Reino.

Repare-se que no Portugal dos primórdios de Oitocentos, no debate estabelecido em torno das duas modalidades de ensino, a questão da saúde era frequentemente um dos argumentos fortes dos defensores da educação familiar, já que as perniciosas condições higiénicas das escolas públicas trariam necessariamente efeitos negativos sobre os alunos.<sup>4</sup>

Nos anos 70 do século XIX, num momento em que no plano internacional a denúncia dos perigos da educação pública sobre a saúde das crianças ganha uma nova dimensão através da acção de reputados higienistas<sup>5</sup>, as opções pedagógicas em causa continuavam a mobilizar algumas atenções em Portugal, suscitando intervenções de vulto da parte de D. António da Costa, um dos arautos da educação pública, e de Augusto Filipe Simões. No fundo, as posições genericamente concordantes dos dois autores, preconizavam que perante a premente necessidade de se tratar da educação física e moral a reforma das escolas traria resultados mais rápidos do que a aposta na família, já que os pais, na sua esmagadora maioria ignorantes, não estavam em situação de o fazer.<sup>6</sup>

Com efeito, o interesse pela educação da família nas camadas populares será mais perceptível para os finais do século XIX, nomeadamente através da proliferação de uma verdadeira literatura de feição catequizadora destinada especificamente a esses estratos.<sup>7</sup>

Seguindo essa ordem de pensamentos, poderia pressupor-se que a questão do internato pudesse colher algum eco entre nós, nomeadamente no sector do ensino secundário, à semelhança do que sucedia noutros países. No entanto, no ano de 1869, aquando da discussão das bases para a reforma da instrução

---

<sup>4</sup>Sobre esta matéria ver Rogério Fernandes, *Os Caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras...*, p. 125 e ss.

<sup>5</sup>Tal é o caso do Dr. Fonssagrives que publica obras de grande divulgação, contando-se entre elas *De la Régénération Physique de l'Espèce Humaine par l'Hygiène de la Famille et en Particulier du Rôle de la Mère dans l'Éducation Physique des Enfants* (1867) e *Dictionnaire de la Santé ou Répertoire d'Hygiène Pratique à l'Usage des Familles et des Écoles* (1876).

<sup>6</sup>Para o período em análise, Augusto Filipe Simões traça interessantes análises a propósito da educação pública, mobilizando os textos de D. António da Costa e fazendo recurso às posições antagónicas sustentadas por Locke e Quintiliano (Cf. *Educação Physica*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1879, 3.ª edição [1.ª edição de 1872]). É ainda interessante referir a este propósito a tese de Antero de Quental expressa em 1859, segundo a qual a educação deveria começar não pelas escolas, mas sim pelas mulheres, educadoras naturais (Cf. *Prelúdios Literários*, 1859).

<sup>7</sup>Dessa literatura, que começa a ser publicada em Portugal nos inícios dos anos 80, destacamos os seguintes títulos: *A Hygiene das Famílias* (1882); *A Saúde Pública* (1884); *Encyclopedia das Familias* (1886); *Hygiene Popular* (1890) e, de forma mais abrangente, *Bibliotheca do Povo e das Escolas* (1880).

secundária em Portugal, o intento de transformar os liceus em colégios para alunos internos e externos foi subscrito por poucos professores, votando a maioria pela manutenção do externato.<sup>8</sup>

Alguns anos mais tarde, A. Coelho lamentava o facto dos liceus portugueses não terem o internato oficial não podendo, na sua opinião, receber como as escolas particulares tal investidura de direitos.<sup>9</sup>

Na verdade, no ensino oficial essa ideia não ganhará grande acolhimento no nosso país e, nos vários projectos de edificação de liceus que estudámos e que abordaremos ao longo do nosso trabalho, apenas o regime de semi-internato foi alvo de conceptualização.<sup>10</sup>

Paralelamente, é também perceptível ao longo da segunda metade do século XIX, pelo menos por parte de observadores mais informados e conhecedores da realidade no terreno escolar, o sentimento da utopia da obrigatoriedade da instrução primária num quadro em que a instalação material das escolas suscitava metáforas tão depreciativas e constituía em si uma das principais causas do estado em que se encontrava tal sector da instrução pública.<sup>11</sup>

Naturalmente, alguns desses observadores sentem a incongruência de pedir

"aos pais de família que sacrifiquem a saúde de seus filhos, encerrando-os a maior parte do dia em recintos desguarnecidos, infectos e mal ventilados, numa aglomeração incómoda e até prejudicial." <sup>12</sup>

<sup>8</sup>Cf. Augusto Filipe Simões, *op. cit.*, p. 328. O autor e outros três professores do liceu de Évora foram os únicos a pugnar pela adopção de um novo regime.

<sup>9</sup>Cf. "Dificuldade da Educação Moral nos Lyceus", *Revista de Educação e Ensino*, n.º 1, Junho de 1894, p. 9. Seria interessante perceber até que ponto as más condições de instalação dos liceus constituíram elemento inviabilizante ou impeditivo do regime em causa.

<sup>10</sup>A luz dos nossos conhecimentos, o liceu normal de Lisboa (a funcionar no Pedro Nunes) foi o único a possuir o regime de semi-internato com início no ano lectivo de 1931-1932. Apesar de ter sido tornado obrigatório para os alunos do liceu normal pelo decreto n.º 20 741, despertou pouco interesse por parte das famílias, daí a sua fugacidade (Cf. a propósito *Liceus de Portugal*, n.º 26, Maio de 1943, p. 2149 e Rubén Landa, *op. cit.*, p. 73). Pese embora o que foi dito, os liceus projectados na parte final da monarquia acusam na sua conformação uma notória e orientada preocupação com o regime de semi-internato, como teremos oportunidade de verificar.

<sup>11</sup>Vejam-se, a título de exemplo, as observações de D. António da Costa, *A Instrução Nacional*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870, p. 288, de Custódio Dias Guerreiro, *op. cit.*, p. 20, de José Simões Dias, *A Escola Primária em Portugal*, Porto, 1897, p. 52 e ss. e em José António Simões Raposo (dir.), *Conferências Pedagógicas. Relatório das Conferências de Lisboa em 1883*, Lisboa, 1884 (intervenções dos professores Artur Lucas Marinho da Silva, José Lopes Pacheco, Luís Bernardino Pacheco...).

<sup>12</sup>José Simões Dias, *op. cit.*, p. 52.

O mesmo será dizer qual a validade de argumentar em favor de uma educação pública em tais condições? Este será, na nossa perspectiva, um dos factores claramente obstaculizantes ao chamamento à escola pública que conheceremos de forma persistente até às primeiras décadas do século XX, sobretudo nos meios rurais, e que é aliás bem perpassante na nossa literatura pedagógica.<sup>13</sup>

Perante um tal estado das coisas, a regulamentação de 1866 e o legado do conde de Ferreira terão sido apenas, e respectivamente, uma "providência platónica" e um "exemplo de ouro"?

### **1. O legado do conde de Ferreira ou do primeiro momento da aplicação das normas de construção de escolas de instrução primária (1866)**

Os 144 000 reis legados pelo conde de Ferreira para a edificação de 120 escolas de instrução primária nas sedes dos concelhos, nos termos da execução testamentária que decorreu a partir de 24 de Março de 1866, obrigaram o governo a regulamentar tão vultuosa empresa. Além do legado em si, foi concedido pelas instâncias governativas um subsídio de 10 000 reis destinado a facilitar a construção dessas escolas, sendo também tramitada a forma como decorreriam as expropriações necessárias.<sup>14</sup>

A portaria de 20 de Julho de 1866 condensa em si um conjunto de princípios eivados das concepções pedagógicas da época e, sobretudo, o que se julgava serem as condições ideais para a manutenção das crianças num espaço escolar em ordem a garantir a sua segurança física e moral.

A separação dos sexos era um dado de base estipulando-se que, na inexistência de escola para o sexo feminino num determinado círculo escolar, a

---

<sup>13</sup>Consulte-se a este propósito o artigo de Manuel Antunes Amor, "O que mais tem Contrariado a Expansão do Ensino Popular tem sido a falta de Casas para Escolas", *O Século*, (Cultura Nacional, n.º 2), 20 de Fevereiro de 1930, pp. 5-6.

<sup>14</sup>Sobre o legado e escolas conde de Ferreira ver fundamentalmente as obras de D. António da Costa, *História da Instrução Popular em Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1871, p. 195 e ss. e *A Instrução Nacional...*, pp. 288 e 289, bem como o já citado trabalho *Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941...*, vol. I, 1.ª parte, p. 45 e ss.

separação dos alunos na sala de aula fosse feita através de uma divisória movediça com 1,40 m a 1,70 m de altura.

à recevoir des enfants des deux sexes, une séparation

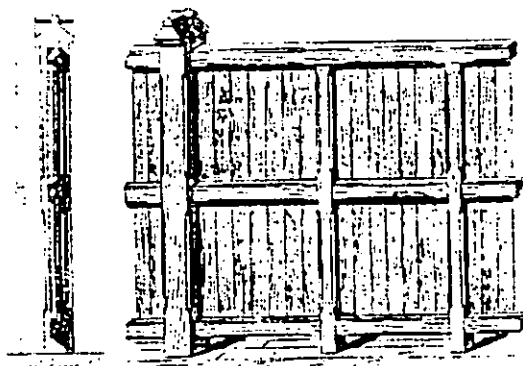


Fig. 22.

13. Separador em madeira utilizado em França para dividir a sala de aula em duas partes nas escolas destinadas a receber crianças de ambos os sexos (*Encyclopédie d'Architecture*, Paris, 1873, vol. II, deuxième série, p. 84).

Para além desse aspecto, o programa pedagógico contemplava pelo menos a existência de uma sala de aula e uma outra a ela contígua destinada a biblioteca, a recitações e recepções, podendo no caso das escolas femininas ser também usada para os trabalhos. Em termos mais genéricos era reservado um espaço de 600 a 900 metros quadrados destinado a fins diversos, dando-se particular relevo à sua utilização para os exercícios ginásticos.

A prolixidade da portaria em causa decorre, fundamentalmente, da tentativa de regulamentação de tudo o que de alguma forma se relacionava e influía no estado físico e moral das crianças. A própria implantação da escola devia ser

“saudável, central, de fácil acesso, desviada das estradas de muito movimento, remota de estabelecimentos incômodos ou perigosos.”<sup>15</sup>

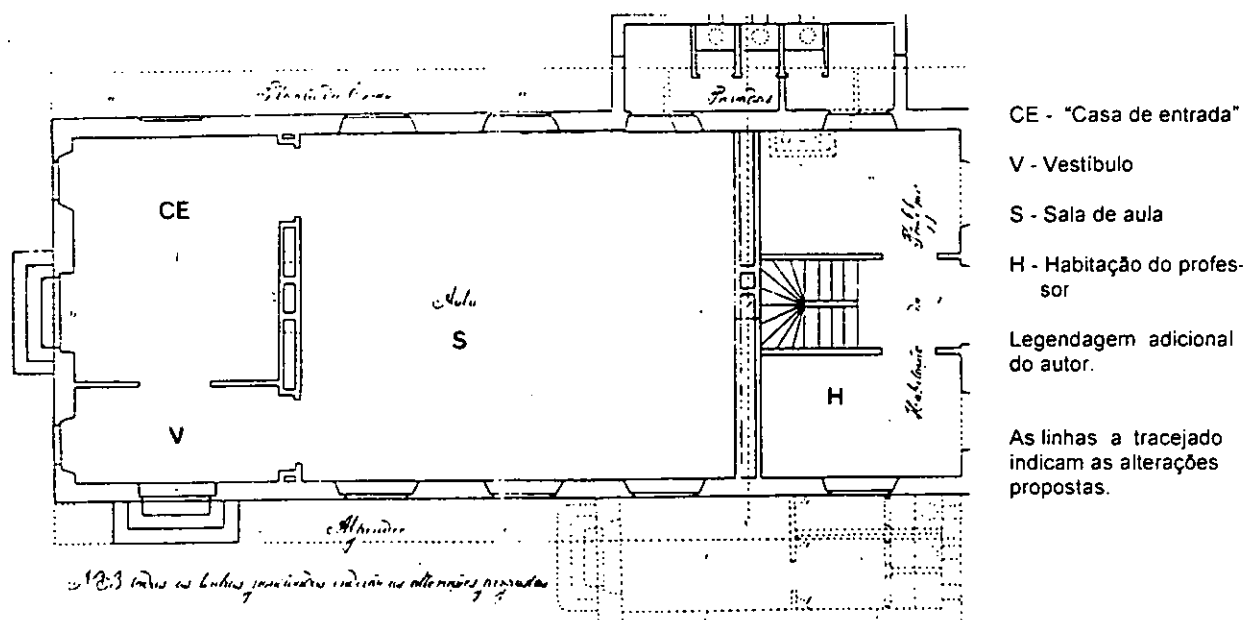
Por outro lado, era aconselhado que as escolas tivessem junto a elas um adro coberto para que os alunos se abrigassem das adversidades atmosféricas,

<sup>15</sup>Portaria de 20 de Julho de 1866, cap. IV, 1.ª condição.

assim como eram precisadas as condições relativas à exposição e luz, à temperatura, ao mobiliário (preconizadas bancadas para 5 a 8 alunos) e ao sistema de ventilação - nesse caso com extrema minúcia técnica pela obrigatoriedade da existência de dois tubos para a renovação do ar: um injecter para a entrada do ar novo a desembocar no estrado do professor e outro ejector para a expulsão do ar impuro -, com o último claramente a majorar as preocupações. Acresce ainda que, no concernente aos sanitários, as disposições indicavam que estes deviam ficar afastados do edifício da escola e inteiramente separados nas escolas mistas, isto de forma a poder exercer-se facilmente a vigilância.

Curiosamente, por oposição aos modelos divulgados por Mariano Ghira em 1864, não eram expressas quaisquer instruções relativamente à utilização da "água útil".

As normas a que nos referimos conduziram ainda no ano de 1866 à apresentação ao governo de um projecto segundo um plano uniforme, com o intuito de ter a correspondente tradução architectural no seio dos vários concelhos do país. Todavia, ao projecto primitivo foram aditadas algumas alterações, conforme se pode observar na planta reproduzida.

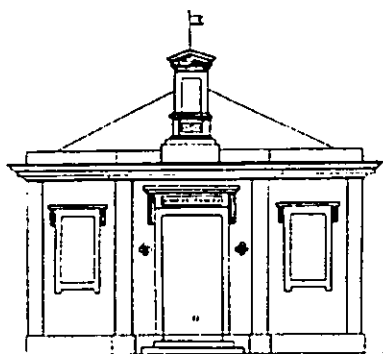


14. Planta do projecto apresentado ao governo para as escolas conde de Ferreira em 1866, já com a proposta de alteração inicial (*Muitos Anos de Escolas...*, vol. I, 1.ª parte, p. 55).

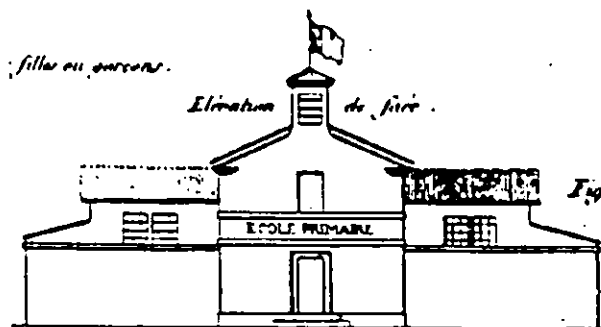
A organização interna resulta de uma lógica de justaposição axial de espaços intercomunicantes, saindo sobrevalorizada a sala de aula.



No projecto em questão, constando de várias peças, alguma legendagem encontrava-se em francês o que fez supor ao architecto José Afonso tratar-se de um modelo importado de França.<sup>16</sup> Efectivamente, a fachada principal das escolas conde de Ferreira, se nos alhearmos das escalas architectónicas, faz lembrar alguns alçados reproduzidos na já referida obra de A. Bouillon, *De la Construction des Maisons d'École Primaire*, dada à estampa em Paris, no ano de 1834, com a intenção de divulgar projectos teóricos de escolas baseadas no método de ensino mútuo, o que pode abonar em favor da tese referida.



15. Fachada principal do projecto apresentado ao governo para as escolas conde de Ferreira em 1866 (*Muitos Anos de Escolas...*, vol. I, 1.ª parte, p. 55).



16. Fachada lateral de uma escola mista para 250 alunos segundo o método de ensino mútuo. Projecto da autoria de A. Bouillon, *De la Construction des Maisons d'École Primaire*, Paris, 1834 (Bernard Toulier, *op. cit.*, p. 10).

Em nossa opinião, as observações publicadas na revista *Archivo de Architectura Civil* em Outubro de 1866, onde foi também reproduzida a planta por nós apresentada, terão constituído o *corpus* da proposta de alteração ao programa original.

Nota positiva era dada à singeleza adoptada para o fâcies do edifício, sendo no entanto feitos certos reparos sobretudo em razão da inobservância de algumas das condições da portaria de 1866. Grande parte das críticas então surgidas prendia-se com aspectos ligados ao bem estar e à vigilância das crianças, como sejam a inexistência do adro coberto, a colocação das instalações

<sup>16</sup>Cf. *op. cit.*, p. 10.

sanitárias junto ao corpo da escola e as suas deficientes condições de salubridade, a perigosidade dos degraus das portas com ângulos rectos... De igual forma, era aconselhado que no centro dos frontais que separavam a sala de aula da sala de visitas (entrada) fosse colocado um caixilho envidraçado, sendo possível através desse dispositivo panóptico o professor observar quem entrasse na escola e vigiar os alunos quando recebesse visitas.

Pela primeira vez surgem referências ao problema das perturbações da visão, adiantando-se que a aplicação única da cor branca da cal nas paredes da sala de aula causaria um enfraquecimento da vista pela excessiva alvura.<sup>17</sup> De qualquer modo, a opção expressa por uma cor pálida não contemplava a parede fronteira aos alunos, situada portanto nas costas do professor, onde era aconselhada a representação de uma grande carta corográfica de Portugal, valorizando-se “l’enseignement par les yeux” como método pedagógico que, como veremos, será uma das linhas orientadoras das escolas concebidas nos anos 80.<sup>18</sup>

Como focámos anteriormente, a aplicação do projecto das escolas conde de Ferreira não veio a revelar-se tarefa fácil, o que é bem expresso na *décalage* registada no período de construção das escolas.

Primeiramente, importa dizer que os edifícios que hoje subsistem e que conhecemos permitem desde logo concluir que as propostas de alteração não encontraram na prática a correspondente tradução, o que se compreende pelas dificuldades que as câmaras tiveram em promover o próprio plano inicial, bem como pelos encargos que evidentemente adviriam de acrescidos requisitos.<sup>19</sup>

Uma ideia das dúvidas surgidas às câmaras municipais pode ser dada pela análise das questões levantadas em 1867 pela Câmara Municipal da Lousã à Direcção Geral de Instrução Pública. Entre vários quesitos pretendia-se saber se as cornijas no exterior e as pilastras do edifício, à excepção do alçado

<sup>17</sup>Cf. “Explicação da Estampa XIII. Novas Casas para Escolas de Ensino Primario em Portugal”, *Archivo de Architectura Civil*, n.º 6, Outubro de 1866, coluna 91.

<sup>18</sup>Sobre este assunto consulte-se F. Buisson (dir.), *op. cit.*, 1887, 1.ª parte, tomo II, entrada “imagerie scolaire”, pp.1320-1322.

<sup>19</sup>A este respeito vejam-se as observações tecidas por F. de Almeida no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 1881, tomo III, n.º 4, p. 56.

principal, tinham que ser em pedra de cantaria, o que se relacionava evidentemente com os custos, e em que material se construiriam os dois tubos para a ventilação.<sup>20</sup>

Em resposta, a Direcção Geral de Instrução Pública mostrava alguma flexibilização no concernente aos materiais a utilizar, desde que se respeitasse a cantaria na fachada principal, advertindo no entanto que quaisquer outras alterações eram arriscadas sem contender com os testamenteiros, pelo que sugeria que com eles a Câmara da Lousã estabelecesse contacto directo ou através da Direcção Geral.<sup>21</sup>

Houve mesmo casos em que o legado não chegou a ser aplicado, como sucedeu em Lisboa, vindo a suscitar críticas a esse respeito, e outros em que o subsídio recebido foi devolvido aos testamenteiros pela incapacidade de construir o edifício e discordância do projecto.<sup>22</sup>

Se é verdade que só em si o legado do conde de Ferreira constituiu uma iniciativa meritória, compelindo de alguma maneira o governo a intervir no processo de construção de tais escolas, fundamentalmente através da regulamentação das condições a observar, e que cada edifício deteve um simbolismo muito particular corporizando a desejada modernização nesse sector<sup>23</sup>, também não é menos verdadeiro que a expansão da rede escolar no intento de uniformização das camadas populares não pôde alicerçar-se nem cumprir-se nessa medida. Em 1870, implicitamente a esse facto se referia D. António da Costa:

"Valioso donativo foi este decerto [...] mas que são 120 edifícios para as 2213 escolas que existem, e para mais de 8000 de que se necessita?"<sup>24</sup>

<sup>20</sup>Cf. IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 183, processo 44.

<sup>21</sup>Cf. Idem.

<sup>22</sup>Referimo-nos ao concelho de Aveiro cuja escola conde de Ferreira durante a fase de construção chegou a desabar, obtendo a câmara local autorização para vender o edifício por lei de 10 de Março de 1876, desde que aplicasse o dinheiro da venda na construção de uma nova escola. Posteriormente, a Câmara de Aveiro resolveu rejeitar tal projecto (Cf. IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 183, processo 75).

<sup>23</sup>Esse simbolismo é bem manifesto no edifício levantado em 1930 a instâncias de um particular para instalar as escolas primárias de Alvarenga de Arouca, seguindo muito de perto a traça das escolas conde de Ferreira (Cf. *O Século*, 3 de Abril de 1930, p. 5).

<sup>24</sup>*A Instrução Nacional...*, p. 288. Tendo em conta a proba informação de D. António e os dados coligidos por António Nóvoa (Cf. *Le Temps des Professeurs...*, vol. I, p. 373) entre 1870 e finais de 1874 foram criadas cerca de 419 novas escolas primárias públicas, o que demonstra desde logo a limitação da contribuição proporcionada pelo legado do conde de Ferreira.

Já no que concerne às normas de 1866, parecendo-nos indiscutível a sua filiação na referenciada circular Rouland (França, 1858), apesar das dificuldades impostas pela minúcia dos seus termos não deixarão de constituir um omnipresente referencial em projectos futuros.

## **2. O crescendo do discurso pedagógico sobre a criança e a afirmação das teses da decadência portuguesa nos anos 70: a “descoberta” da necessidade da educação física...**

No início dos anos 70 de Oitocentos detectam-se mais claramente entre nós dois discursos aparentemente antitéticos com referencial marcante à escola pública. Por um lado, acentua-se a preocupação em relação aos confrangimentos a que a criança normalmente estava sujeita, conotando-se frequentemente a escola como “geole de la jeunesse captive”, para utilizar a expressão de Montaigne, e, por outro, começa a tomar forma o discurso sobre a decadência portuguesa. E dissemos aparentemente antitéticos, pois o modo de libertar ao máximo a criança, tomando assim possível o seu crescimento harmónico, e a maneira de obstar a essa decadência, vão ser estabelecidos em torno de um eixo comum e focalizado na escola, ou seja, a educação física. Frequentes vezes as causas da decadência vão ser atribuídas à ausência de exercício físico, à precária higiene, às más condições das escolas e das habitações, com especial incidência em Lisboa.

São bem conhecidas as argutas observações de Eça de Queiroz à menina solteira da capital:

“Ser magrito, pálido, metido dentro do vestido de grande puff [...] movendo os passinhos numa tal fadiga, que mal se compreende como poderá jamais chegar ao alto do Chiado e da vida.”<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup>As *Farpas*, Março de 1872. Citado por António Machado Pires, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, Vega, Lisboa, 1992, 2.ª edição, p. 175.

Em contraponto, Ramalho Ortigão, que alguns anos mais tarde chega a imputar à falta de higiene da capital parte da responsabilidade da decadência nacional, exalta as virtudes da oxigenação do ar livre em ambientes privilegiados como o das Caldas da Rainha.<sup>26</sup>

A tese em crescente expansão até finais do século XIX de que o excesso de civilização destruía a "natureza", transparecida numa espécie de maniqueísmo de imagens, cujo caso de Jacinto de *A Cidade e as Serras* será porventura o exemplo mais expressivo, terá visivelmente as suas repercursões ao nível escolar.

Precisamente, duas das críticas feitas por D. António da Costa às escolas conde de Ferreira prendiam-se com a inexistência de jardim e de espaço para o que chamava de "educação ginástica".<sup>27</sup>

Essas e outras ideias persistentemente defendidas por D. António da Costa vão ter enquadramento legal na Reforma da Instrução Primária de 16 de Agosto de 1870, de que foi autor.

Os princípios então propostos faziam eco das preocupações do legislador ao consignar no diploma a ginástica elementar e a higiene popular. Segundo o mesmo texto, com intentos iminentemente descentralizadores, o encargo com o edifício da escola e com a habitação do professor constituía despesa obrigatória da paróquia. A própria filosofia da Reforma, apesar de procurar conjugar temporariamente o município com paróquia, tinha em embrião o projecto da escola se tornar paroquial.

No entanto, o "intuito de chamar a localidade" a participar no processo de difusão do ensino popular foi rapidamente abortado pela efemeridade do governo a que pertencia D. António da Costa.

O fim do projecto de 1870 trouxe consequências negativas no capítulo da **edificação** escolar, mantendo a municipalidade numa generalizada inacção (excepcionando o município da capital) que só iria registar alguma superação,

---

<sup>26</sup>Cf. a propósito António Machado Pires, *op. cit.*, p. 175.

<sup>27</sup>Cf. *A Instrução Nacional...*, p. 289. No capítulo IV, dedicado à educação física, D. António defende a imperiosa necessidade da educação física na escola primária como forma de obstar à degeneração progressiva da espécie: "Desprezar a educação física de cada criança, é pôr a descoberto a futura individualidade de cada homem." (p. 154).

como teremos oportunidade de analisar, alguns anos mais tarde já no quadro da Reforma de Rodrigues Sampaio decretada a 2 de Maio de 1878.

O discurso sobre a necessidade de educação física da criança e da protecção da sua saúde, associado em larga medida à interpretação de fenómenos de decadência, parece, na verdade, instalar-se entre nós na década de 70, embora só por volta dos anos 80/90 se inscreva como temática predominante e à luz de um novo conceito: o de *degenerescência*.<sup>28</sup>

No plano teórico as teses defendidas, entre outros, por D. António da Costa (*op. cit.*, 1870), Augusto Filipe Simões (*op. cit.*), Brito Aranha (*Leituras Populares*, 1872), e Ramalho Ortigão (*As Farpas*, Fevereiro de 1875) fazem a apologia da *mens sana in corpore sano*.

Igualmente, no plano prático, se vislumbram algumas medidas reveladoras da preocupação que falávamos. Com efeito, no extenso Regulamento do Asilo de D. Pedro V para a Infância Desvalida, o primeiro capítulo era dedicado à educação física das alunas estabelecendo-se que nos intervalos das aulas deviam

“entreter-se no terreiro e no ginásio, por serem estes meios os que promovem a educação física das crianças.”<sup>29</sup>

Em 1871, a Escola Francesa lançava o projecto de um estabelecimento para uma escola modelo na capital. Nas considerações redigidas exaltavam-se as virtudes do desenvolvimento físico a par do desenvolvimento moral, afirmando-se então que

“todos os dias vemos nos nossos jardins um alegre bando de crianças, vigorosas, ricas de cor e de saúde, muitas das quais nos foram entregues enfezadas, macilentas, tristes e receosas.”<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup>Cf. José Carlos Seabra Pereira, *Decadentismo e Simbolismo na Poesia Portuguesa*, Coimbra, 1975, p. 20 e António Machado Pires, *op. cit.*, p. 105.

<sup>29</sup>*Regulamento Interno do Asylo de D. Pedro V para a Infancia Desvalida*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870, p. 27.

<sup>30</sup>*Projecto para o Estabelecimento de uma Escola Modelo*, Tipografia Luso-Britânica, Lisboa, 1871, p. 3.

De facto, o exercício físico detinha particular relevo na organização do pretendido edifício para escola modelo, pugnando-se pela existência de jardins e esplanadas, espaços privilegiados para os jogos de argolinha, de bola e de péla, baloiços, lutas de críquet...<sup>31</sup>

Também em Lisboa, o vereador da Câmara Municipal Elias Garcia desenvolve desde 1875 vários esforços em prol da introdução da ginástica e da instrução pré-militar nas escolas primárias, como modo de revigoração rácico, que conduziria nos anos 80 aos fugazes "batalhões académicos", organizados nos moldes dos seus congéneres franceses de larga divulgação após o período da guerra franco-prussiana.<sup>32</sup> Dois anos mais tarde, sendo já responsável pelo pelouro da instrução o Dr. Luís Jardim, é introduzida na Escola Municipal n.º 1 a ginástica escolar, numa iniciativa que à época chegou a causar controvérsia.<sup>33</sup>

Cabe ainda registar a pioneira acção de introduzir a educação física na Casa Pia de Lisboa no ano de 1862, a instâncias do provedor José Maria Eugénio de Almeida, exemplo que viria a granjear alguma fama na década de 70 a ponto de sugerir a Augusto Filipe Simões as seguintes palavras:

"Percorrei as ruas de Lisboa, atentai naquelas crianças linfáticas, pálidas [...] Entrai na Casa Pia. Reparai nos trezentos rapazes que a povoam. Perguntareis a vós mesmos se estais ao pé de Lisboa ou a centenares de léguas de distância." <sup>34</sup>

D. António da Costa tece de igual forma elogios à Casa Pia de Lisboa, lamentando a carência de ginástica nas escolas oficiais.<sup>35</sup>

<sup>31</sup>Cf. Idem, p. 3.

<sup>32</sup>Sobre esta questão ver Albano Estrela, *Elementos e Reflexões sobre a Educação Física em Portugal no Período Compreendido entre 1834 e 1910. Da Necessidade da Educação Física*, Instituto Nacional de Educação Física, Lisboa, 1972, p. 24. Frequentes vezes será invocado o fortalecimento da Prússia como resultado do investimento na instrução do povo, garantindo dessa forma a liberdade e a independência da nação. Cf., por exemplo, o discurso de Alfredo de Brito na inauguração da Escola Castilho em 1876 (*Boletim n.º 1 da Escola Castilho*, Janeiro de 1876, Tipografia das Horas Românticas, Lisboa, 1877, p.10).

<sup>33</sup>Cf. *Muitos Anos de Escolas...*, vol. I, 1.ª parte, p. 75. A Escola Municipal n.º 1 havia sido construída em 1872 na freguesia da Pena, vindo cinco anos mais tarde a ser aprovado pela vereação da câmara um projecto de ginásio para as suas instalações.

<sup>34</sup>*Op. cit.*, p. 349.

<sup>35</sup>Cf. *A Instrução Nacional...*, pp. 163-164.

De que modo são sentidos e acusados na esfera dos poderes oficiais as inquietações transmitidas e os discursos produzidos? Ou, invertendo o sentido da formulação, é essa mesma esfera de *per si* produtora de iniciativas reveladoras de uma intencionalidade em ordem à melhoria das instalações escolares e da possibilidade de estas serem apetrechadas com dispositivos para a prática de exercícios físicos?

Por mais paradoxal que possa parecer, assistimos em 1871 à flexibilização da portaria de 20 de Julho de 1866 sobre construções escolares, após parecer da Junta Consultiva da Instrução Pública. Assinada por José Maria de Abreu, a nova portaria dada em 7 de Julho do citado ano reduzia quase ao mínimo os objectos indispensáveis para a organização das escolas primárias, quando não fosse possível observar o que havia sido estipulado em 1866. As instruções resumiam-se às condições da mobília e da sala para a aula, sendo curioso reproduzir em que consistiam as últimas:

- "Superfície interna de 1 metro quadrado por aluno. O cálculo do número de alunos é o mesmo que servir de base à criação da escola;
- Altura de 3 metros desde o sobrado até ao tecto;
- Pavimento que não seja térreo, nem lajeado ou empedrado;
- Duas ou mais janelas envidraçadas, além da porta da entrada."<sup>36</sup>

Contudo, as disposições desta portaria têm de ser interpretadas, conforme se infere do próprio texto legislativo e de fontes precedentes, à luz dos inconvenientes da criação de escolas de instrução primária que permaneciam sem ser providas pela ausência de espaço físico e de mobiliário para as aulas, ou que funcionavam em deficientes instalações.

A consulta das actas do Conselho Geral de Instrução Pública permitiu-nos perceber as motivações das bases do diploma de 1871. A questão foi colocada na sessão de 15 de Junho de 1870 pelo vogal Mariano Ghira que alertou para

---

<sup>36</sup>Portaria de 7 de Julho de 1871.



"a deficiência das casas e da mobília oferecidas pelas municipalidades e paróquias para o exercício das escolas [propondo então que] não se concedam novas cadeiras enquanto não se regular convenientemente o modo de ser satisfeito aquele subsídio." <sup>37</sup>

Também nessa sessão, sendo reconhecido que a sustentação das escolas primárias era encargo municipal obrigatório, deliberou-se que anualmente fosse incluída no orçamento do Estado uma verba para a construção e conservação de escolas (só regulada em 1881).

A portaria de 1871, claramente facilitadora e destinada sobretudo a possibilitar o crescimento da rede escolar pública em padrões mínimos de aceitação no que concerne às instalações, acabará por inviabilizar um verdadeiro comprometimento e cumplicidade da arquitectura escolar nesse processo de expansão.<sup>38</sup> Esse facto, aliás não surpreendente face aos dados que já tínhamos apontado, será manifesto em 1875 no inquérito - inspecção então realizado, mostrando que mais de metade dos edifícios das escolas pertencia a pessoas particulares.

#### Quadro II

Câmaras	15,2 %
Paróquias	16,7%
Confrarias	4,4%
Professores de instrução primária	10,0%
Pessoas particulares	53,7%

Propriedade dos edifícios das escolas de instrução primária oficiais, segundo o inquérito-inspecção de 1875.

Fonte: António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs...*, vol. I, p. 402.

Como já afirmámos, sensivelmente até aos anos 80 será evidente a falta de iniciativa dos municípios, sobretudo devido à ausência de dotações próprias e

<sup>37</sup>AHME, *Actas do Conselho Geral de Instrução Pública*, vol. 3, fl. 113. O subsídio a que se refere o texto citado tem assento legal na portaria de 17 de Outubro de 1859, que aprova o parecer do Conselho Geral de Instrução Pública sobre as regras a observar na criação de cadeiras de instrução primária requeridas pelas câmaras e juntas de paróquia. Cf. ainda sobre este assunto as actas das sessões de 23 de Fevereiro de 1871 e de 11 de Maio de 1871. Na primeira sessão mencionada, Mariano Ghira foi encarregue de apresentar as bases para a nova regulamentação.

<sup>38</sup>Note-se que as disposições da citada portaria de 1871 tiveram um longo período de vigência, sendo incluídas com alguns aditamentos no Regulamento do Ensino Primário de 19 de Setembro de 1902.

de um enquadramento legal para esse fim em ordem a viabilizar a afirmação de um modelo de escola.

Pese embora essa constatação, parece ter havido na esfera da participação portuguesa na Exposição Universal de Viena (1873) a intencionalidade de generalizar um projecto de escola, reconhecendo-se para o efeito a necessidade de contar com a participação dos municípios, de doadores particulares e de outras corporações.

O conhecimento de tal intento, surge através da análise de uma representação do Asilo D. Pedro V para a Infância Desvalida ao rei D. Luís I, no ano de 1874. Na verdade, um dos elementos do Conselho Director tinha sido o responsável por uma escola modelo apresentada na supra citada Exposição, projecto esse então galardoado com uma medalha de distinção. Não sendo portanto estranho ao facto, o Asilo propunha ao monarca que a escola a levantar fosse situada num local onde pudesse

“ser visitada por nacionais e estrangeiros a fim de generalizar as construções daquele género, e mostrar aos estranhos que visitem a localidade que o nosso país não descure um assunto que actualmente constitui um dos mais imperiosos deveres da moderna civilização.”<sup>39</sup>

O sítio era, obviamente, ao Campo Grande (onde estava implantado o Asilo), comprometendo-se o Conselho Director mediante a abertura de uma aula pública para o sexo masculino, a suportar os encargos com o mobiliário, conservação e pintura da escola.

A despeito do reconhecimento internacional do modelo de escola, a proposta do Asilo D. Pedro V não trouxe qualquer consequência prática, espelhando bem (para a década de 70) a disparidade existente entre o discurso teórico/intenções e o campo das realizações.

---

<sup>39</sup>IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 183, processo 64.

### 3. A intensificação da divulgação sobre procedimentos de construção e investigação em higiene escolar: o papel das exposições universais e dos congressos internacionais.

Iniciadas em Londres no ano de 1851, em plena revolução industrial, as exposições internacionais e universais constituirão ao longo de toda a segunda metade de Oitocentos vias privilegiadas para a divulgação das novas conquistas técnicas. O espírito de tais certames encerrava implicitamente a ideia de competição entre países ou mesmo entre cidades de uma nação.<sup>40</sup>

Nesse sentido, também as exposições escolares na órbita dos referidos certames serão imbuídas dessa ideia, apelando a um criterioso esforço para mostrar o que de superior era produzido.<sup>41</sup>

**Quadro III**

1862	Exposição Internacional de Londres
1867	Exposição Universal de Paris
1873*	Exposição Universal de Viena
1876	Exposição Universal de Filadélfia
1878	Exposição Universal de Paris
1889	Exposição Universal de Paris
1900*	Exposição Universal de Paris

Exposições internacionais e universais entre 1862 e 1900 onde as questões relativas ao ensino foram alvo de maior destaque.

O asterisco indica os certames onde identificámos atribuição de prémios a representantes portugueses.

Fonte: Representação do Asilo D. Pedro V para a Infância Desvalida ao rei D. Luís I, a solicitar a abertura de uma aula pública para o sexo masculino e a adopção de um modelo de escola, 1874 (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 183, processo 64); Processo individual do arquitecto Adães Bermudes (AHMEPAT); F. Buisson (dir.), *op. cit.*, 1882, 1.ª parte, tomo I, entrada "Expositions Scolaires", pp. 974-979.

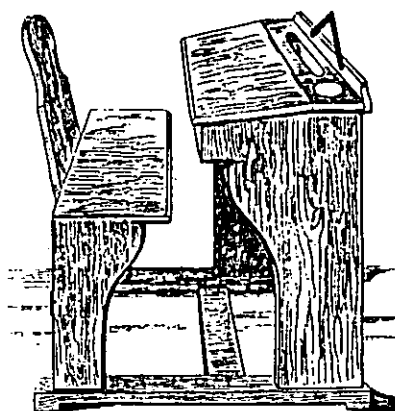
A Exposição Internacional de Londres no ano de 1862 foi a primeira a consagrar uma secção especial aos objectos relativos ao ensino, embora só em 1867 fossem apresentados planos e reconstituições de classes modelos na Exposição Universal de Paris. Com efeito, a última exposição referida anuncia um ponto de viragem na ideologia desses eventos pela valorização de uma nova preocupação:

<sup>40</sup>Sobre este assunto é extremamente útil consultar Jacques Bertrand, *La Page Francophone des Expositions Universelles*, 1997 (site <http://netrover.com/~berta/refl.html>).

<sup>41</sup>Cf. F. Buisson (dir.), *op. cit.*, 1882, 1.ª parte, tomo I, entrada "Expositions Scolaires", p. 975.

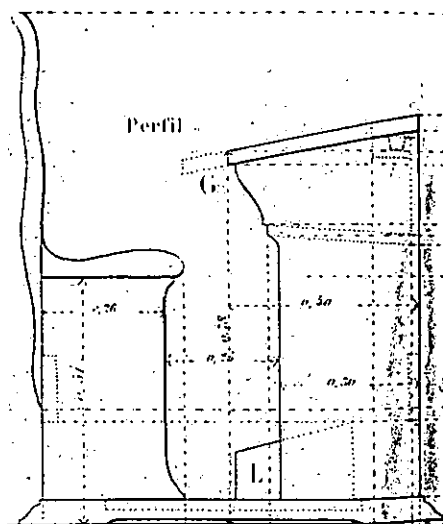
"C'est une des plus nobles idées que l'Exposition puisse féconder que celle de pourvoir à l'amélioration morale et physique des classes populaires, c'est un sérieux appel à la sollicitude de tous." <sup>42</sup>

Também na Exposição Universal de Paris de 1867 foi verdadeiramente colocada pela primeira vez a questão da reforma do mobiliário escolar, assinalando-se os efeitos negativos sobre a saúde dos alunos, um pouco na esteira dos trabalhos pioneiros sobre a matéria desenvolvidos por Henri Barnard nos Estados Unidos da América desde 1854 e, na Europa, a partir dos inícios da década de 60 pelos Drs. Guillaume e Fahrner.



Pupitre et banc d'élève dans l'école suédoise.

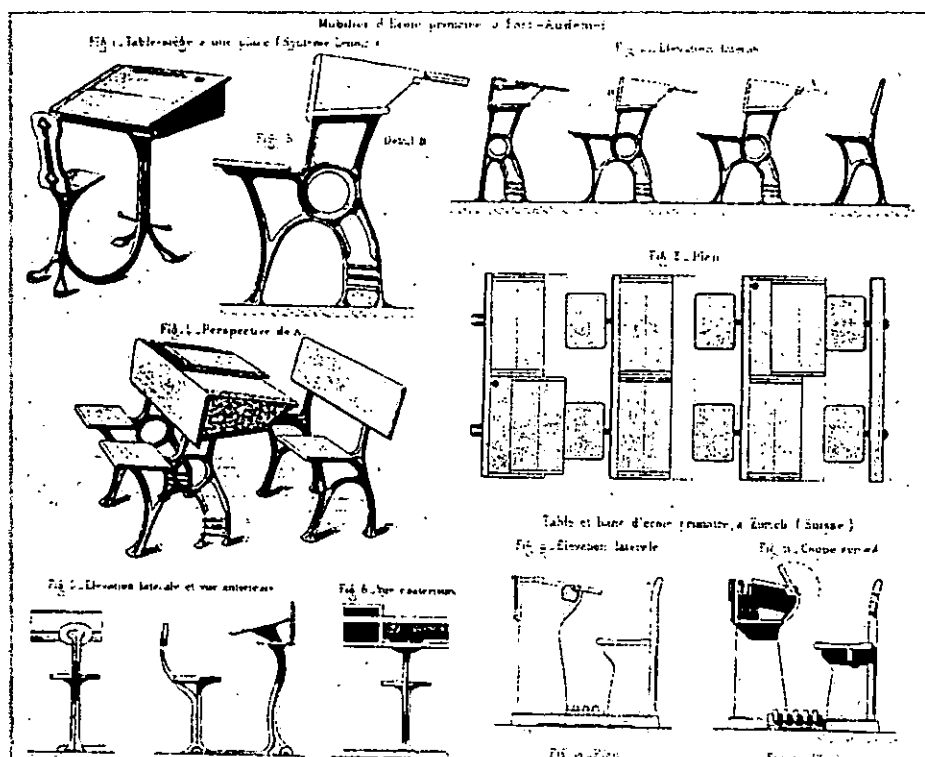
17. Modelo de carteira divulgado na Exposição Universal de Paris em 1867 (Charles Defodon, *Promenade à l'Exposition Scolaire de 1867*, Paris, 1868, p. 86).



18. Modelo de Kunze apresentado na Exposição Universal de Viena em 1873 (*Modelos de Mobília para Escolas de Instrução Primária Organizados por ordem da Direcção Geral de Instrução Publica*, Lisboa, 1877).

Na década de 70 do século XIX serão sobretudo as Exposições Universais de Viena e Paris a fazer eco de modo mais intenso dos progressos técnicos nos planos da arquitectura e mobiliário escolares, estimulando e especializando um mercado de construtores no último caso.

<sup>42</sup>Curiosités de l'Exposition Universelle, Paris, Setembro de 1867, p. 100.



19. Alguns dos modelos de mobiliário escolar expostos na Exposição Universal de Paris de 1878 (Anne-Marie Châtelet, *Paris à l'Ecole...*, Paris, 1993, p. 111).

A difusão de modelos apenas de 1 ou 2 lugares, em consonância com os resultados das investigações médicas.

Podemos mesmo dizer que a instrução pública constituiu o fulcro da Exposição Universal de Paris de 1878, espelho da preocupação crescente na Europa com a escolarização, sendo a mostra de objectos escolares, tanto do lado francês como das outras nações envolvidas, a primeira a ser observada pelos visitantes. O próprio governo francês criou condições especiais para reunir em Paris um elevado número de individualidades ligadas ao ensino, e de permitir a presença dos mestres das escolas que puderam visitar os vários expositores e também participar nas conferências pedagógicas então realizadas.

Pelo conhecimento que possuímos, a participação de Portugal na exposição de 1878 cifrou-se sobretudo no envio de alguns trabalhos executados por alunos<sup>43</sup>

<sup>43</sup>Neste caso incluem-se os trabalhos dos alunos da Casa Pia de Lisboa (Cf. *Breve Notícia da Real Casa Pia de Lisboa Seguida de uma Relação de Alguns Trabalhos dos Alunos Enviados à Exposição Universal de Paris em 1878*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1878).

e pela publicação de algumas memórias alusivas ao estado da instrução pública no país.<sup>44</sup>

É bem sintomático do interesse que a instrução pública despertou aquando da realização da Exposição Universal de Paris em 1878, o facto de ter sido propositadamente rectificado para o evento o mapa elaborado por Manier sobre a instrução popular na Europa, de acordo com novos dados estatísticos disponíveis.<sup>45</sup>

A visibilidade do interesse pelos problemas da instrução pública em finais da década de 70, ao possibilitar e incrementar na esfera internacional a troca de experiências entre países, conduzirá especificamente no capítulo da arquitectura e mobiliário escolares a uma evidente normalização em consonância com os avanços da investigação pedagógica e da higiene escolar, o que faz com que identifiquemos uma linguagem de substrato comum.

Compreende-se que a generalizada ideia de que a escola enquanto factor privilegiado de moralização contribuiria por um lado para a depopulação das prisões e, por outro, para aliviar os orçamentos hospitalares, tenha potenciado a pesquisa no sentido do espaço escolar no seu conjunto estar ao serviço dessas exigências.

Nesse sentido, a partir de finais da década de 70/inícios da década de 80 de Oitocentos a atenção dos higienistas começará a orientar-se com maior evidência para o mobiliário escolar, entendido como instrumento de *redressement* por excelência, sendo esse o *feedback* que obtemos não só na leitura dos programas das exposições universais como nos congressos internacionais.

Efectivamente, no Congresso Internacional de Pedagogia realizado em Bruxelas em 1880 o Dr. Guillaume expôs os seus argumentos em favor da carteira escolar de dois lugares (condenando o antigo mobiliário de 6 ou mais

---

<sup>44</sup>Cf., por exemplo, *Exposition Universelle de Paris en 1878. Mémoire sur l'Instruction Secondaire en Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1878 e *Catalogue Spécial de la Section Portugaise à l'Exposition Universelle de Paris en 1878*, Paris, 1878.

<sup>45</sup>Cf. *Exposición Universal de Paris en 1878. La Instrucción Popular en Europa*, Madrid, 1878. Na classificação estabelecida, que recorria a quatro categorias, Portugal encontrava-se na antepenúltima, ou seja, entre os países em que a maior parte da população não sabia ler nem escrever.

assentos contíguos) e em função das dimensões dos alunos, após ter realizado numerosas mensurações para esse fim com crianças de Neuchâtel.<sup>46</sup>

Repare-se que a ambição de precisão morfológica sobrelevada na segunda metade do século XIX, dará lugar a variados sistemas de mobiliário de acordo com as dimensões dos alunos, onde sobressaem o francês da autoria de Cardot e o alemão de Erismann, o primeiro com cinco escalas e o segundo com oito<sup>47</sup>, explicitando das intenções de uniformização de “maneiras” e atitudes em relação a um público escolar iminentemente e em primeiro lugar popular. Com efeito, se na primeira metade do século XIX as rectitudes corporais vão essencialmente associar-se às questões da civilidade e da correcção das maneiras das “massas populares” chegadas à escola, assistimos a partir da segunda metade do século e sobretudo nos anos 80 à valorização do argumento higiénico, onde a orientação da postura e a intencionalidade de imobilização dos alunos num mobiliário especificamente estudado é garantia não só de uma ordem que permite o desenrolar dos trabalhos na sala de aula, bem como da protecção da saúde das crianças.<sup>48</sup>

Saliente-se também que este desejo de prescrever rigorosa e cientificamente as posturas das crianças e de as imobilizar nos ambientes das salas de aulas, como referimos, não colide com o maior interesse revelado pela classe médica nesse período em relação às crianças em idade escolar no sentido de as libertar de todos os constrangimentos ou incómodos, e sobretudo de aligeirar o seu trabalho intelectual. Nessa direcção apontavam as observações do Dr. Guillaume no Congresso de Bruxelas:

“En améliorant la construction du mobilier d'école, on doit songer, non pas a augmenter le nombre des leçons, mais bien à le diminuer, et répartir les leçons du programme de manière que l'élève ne soit jamais forcé d'écrire sans relâche pendant une heure entière.”<sup>49</sup>

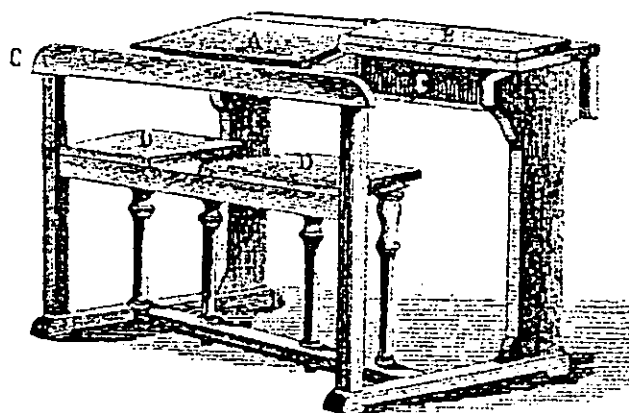
<sup>46</sup>Cf. Relatório do Dr. Guillaume, “Quel est le Meilleur Ameublement Scolaire sous le Rapport Hygiénique?”, *Congrès International de l'Enseignement*, Bruxelles, 1880, p. 71 e ss.

<sup>47</sup>Cf. F. Buisson (dir.), *op. cit.*, 1887, 1.ª parte, tomo II, entrada “Mobilier Scolaire”, p. 1943.

<sup>48</sup>Cf. Georges Vigarello, *Le Corps Redressé...*, p. 224 e ss.

<sup>49</sup>“Quel est le Meilleur Ameublement Scolaire sous le Rapport Hygiénique?”, *Congrès International de l'Enseignement*, Bruxelles, 1880, p. 74.

Digamos que não é só na sua relação fundamental com a educação física, conduzindo à revalorização de espaços como os *préaux* ou os ginásios, que o problema do excessivo tempo de imobilidade da criança na sala de aula será, por assim dizer, compensado. Na verdade, algumas carteiras escolares divulgadas no Congresso de Bruxelas previam exactamente "duas posições" em acordo com dois tempos distintos de actividade/pausa na aula, ou seja, uma para a correcta postura durante o trabalho de escrita e outra para uma mudança de posição no resto do tempo conforme as exigências do organismo.



Legenda:

- A - Parte fechada da prancha inclinada para o acto da escrita
- B - Parte levantada da prancha para o repouso do aluno
- C - Interior da caixa do aluno
- D - Assento
- G - Espaldar

20. Modelo de carteira concebida pelo Dr. Kaiser (Relatório do General KoKhowsky, "Quel est le Meilleur Ameublement Scolaire sous le Rapport Hygiénique?", *Congrès International de l'Enseignement*, Bruxelles, 1880, p. 83).

O Congresso Internacional de Pedagogia de Bruxelas em 1880, que teve uma repercussão importante para o nosso país, espelha bem as inquietudes de uma época em ordem a garantir por todos os meios possíveis que as crianças que frequentavam a escola tivessem um desenvolvimento progressivo tanto do ponto de vista físico como moral. Em termos sintéticos, o encadeado de teses defendidas no Congresso, precisamente na sexta secção (higiene escolar), apontava nesse sentido ao centrar-se no efeito da escola enquanto:

- agente de moralização;
- factor prioritário para o desenvolvimento físico dos alunos;



- via de disseminação de conhecimentos pelos pais.<sup>50</sup>

Tais aspectos seriam garantidos pela instituição legal da vigilância higiénica escolar. A efectividade dessa vigilância, a despeito de ser assegurada de forma antecipada em países da Europa como a Bélgica e a França entre o meado e o final da década de 70, só após a realização do Congresso de Higiene e Demografia de Viena em 1887 terá a devida implementação numa escala mais abrangente, já que as determinações então emanadas aportavam nessa direcção:

"Há interesse sério para o Estado, assim como para as famílias, em assegurar a participação permanente de médicos competentes na administração das escolas. O fim desta participação é subtrair os alunos às influências perniciosas da frequência da escola e do ensino." <sup>51</sup>

Em ordem a avaliarmos o verdadeiro impacto que os congressos internacionais detinham na esfera interna de cada país participante, revelam-se elucidativas as considerações de Manuel Constantino Teófilo Augusto Ferreira que participou no Congresso Pedagógico de Bruxelas de 21 a 28 de Agosto de 1880, aproveitando também para visitar escolas de países vizinhos.<sup>52</sup> As reflexões no Congresso tornaram-no sensível à necessidade de fundar em Portugal os jardins de infância segundo o modelo de Froebel, cujo ensejo de aplicação prática surgiria em 1882, então já na qualidade de responsável do pelouro da instrução da Câmara Municipal de Lisboa:

"Ecoavam ainda agradavelmente nos nossos ouvidos as acaloradas e instrutivas discussões havidas no Congresso de ensino de Bruxelas entre as senhoras

---

<sup>50</sup>Cf. sobre o assunto o relatório do Dr. E. Janssens, "Comment doit être Organisé le Service Médical dans les Écoles?", *Congrès International de l'Enseignement*, Bruxelles, 1880, p. 135 e ss.

<sup>51</sup>A *Medicina Contemporânea*, n.º 47, 20 de Novembro de 1887, p. 368.

<sup>52</sup>Frisemos que o nosso país no plano oficial achou-se representado ao mais alto nível, fazendo parte do comité geral por Portugal onze individualidades onde se incluía António Maria Amorim, Director Geral de Instrução Pública.

Brandt, Gatti de Gamond e de Portugal. Conservámos ainda na memória o enlevo que nos despertara a leitura dos excelentes relatórios dos senhores Fischer, Guillaume e da Sr.<sup>a</sup> Portugal, conhecíamos os esforços empregados pelo Sr. José Luciano de Castro durante o seu ministério para aclimar e estabelecer entre nós o ensino froebeliano, por isso logo nesta sessão fizemos a proposta que acima fica transcrita.”<sup>53</sup>

Em presença do que fomos referindo, importa sobretudo reter que em finais do século XIX, onde a relação com o tempo e com a distância era seguramente bem diferente dos dias de hoje, a participação em congressos internacionais ou exposições universais, com as últimas a afirmarem-se como símbolos da universalidade da transformação do mundo em torno da ideia do desenvolvimento industrial, sugerindo por esse mesmo facto a alguém a expressão “milestones along the highway of human progress”, aliás emblematicamente patenteado na Exposição de 1889 de Paris com a inauguração da Torre Eiffel, constituía uma mais-valia importante para cada país pela forma de contacto em antecipação com novos conhecimentos e conquistas técnicas em vários domínios que, na maior parte das vezes, alcançavam generalização só alguns anos (por vezes décadas) mais tarde. A par desses canais de informação se manteve Portugal, pela permanente representatividade em tais eventos.

#### **4. O projecto descentralizador dos anos 80: um novo élan para a arquitectura escolar?**

A reorganização da instrução primária de 2 de Maio de 1878 retomava, genericamente, o que havia sido veiculado no diploma da Reforma de 1870 no capítulo da dotação do ensino. De acordo com o seu articulado, incumbia às juntas de paróquia fornecer a casa para a escola, o mobiliário escolar, a

---

<sup>53</sup> *Relatório do Pelouro da Instrução da Câmara Municipal de Lisboa relativo ao Ano Civil de 1882*, Lisboa, 1883, p. 256. Citado por Joaquim Ferreira Gomes, *op. cit.*, p. 31. Acrescente-se que o jardim de infância de Lisboa (à Estrela) pelo sistema Froebel viria a ser inaugurado ainda no ano de 1882.

habitação para os professores, além de organizar a biblioteca das escolas e auxiliar as comissões promotoras de beneficência e ensino. As verbas para fazer face a tais encargos seriam anualmente votadas nos orçamentos das juntas gerais dos distritos.

No entremeio de três anos que decorreu até à regulamentação da Reforma de António Rodrigues Sampaio, ocorrida em 28 de Julho de 1881, algumas das diligências tomadas na esfera governativa evidenciam uma grande preocupação com o melhoramento das escolas, particularmente com a forma como as câmaras municipais e juntas de paróquia poderiam prover aos encargos resultantes da aplicação da lei.

Uma primeira medida foi tomada no mês de Dezembro de 1879. Numa circular dirigida a todos os governadores civis do país, o governo procurava tramitar a forma como a construção das escolas deveria doravante decorrer. Trata-se, em nossa opinião, de um documento de relevante significado pelo que, apesar da sua extensão, julgamos útil transcrever alguns trechos:

“II.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.- Entre as mais instantes exigências a que importa atender para que a instrução primária possa desempenhar a elevada e profícua missão que lhe está reservada nas modernas sociedades, avulta a que se refere às casas escolares. Não basta que um país tenha muitas escolas, nem ainda professores suficientemente habilitados, é necessário que os locais escolares reünam por acertada e inteligente disposição todas as possíveis disposições de comodidade e higiene [...] Tomando a escola atractiva para o aluno, inspirando ao pai de família a convicção de que a saúde de seus filhos não andarà arriscada durante os estudos, e oferecendo ao professor decorosa e modesta habitação, onde se lhe deparem, a ele e aos seus, comodidades e gozos que lhe compensem as fadigas do trabalho quotidiano e a exiguidade dos vencimentos, alcançaremos a frequência assídua dos alunos, a persistente dedicação dos professores, o amor verdadeiro pela instrução [...] Logo que as juntas de paróquia tenham escolhido o terreno para as escolas que se propuserem edificar ou reconstruir, deve-lo-ão participar a V. Ex.<sup>a</sup> para que precedendo vistoria por pessoas competentes, e verificando-se que ele satisfaz aos preceitos legais, se proceda ao levantamento das plantas e à organização dos orçamentos pela direcção das obras públicas do distrito.”<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup>Citado por José Simões Dias, *op. cit.*, pp. 48-50.

Apesar da iniciativa da edificação das escolas pertencer às juntas de paróquia, e de a elas ficarem cometidos os encargos inerentes, um rigoroso controlo sobre os preceitos a observar na construção (alicerçados nas normas de 20 de Julho de 1866) era garantido pela intervenção das direcções distritais das Obras Públicas, directamente dependentes do respectivo Ministério.

É difícil avaliar o preciso impacto da circular de Dezembro de 1879, o que requeria uma aturada prospecção de arquivos camarários, podendo no entanto afirmar-se que despoletou acções em alguns distritos.

**Quadro IV**

Ano	Projecto de Escola
1880	Escola para os dois sexos a construir no Vimeiro, concelho de Alcobaça, distrito de Leiria.
1880	Escola para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém.
1880	Escola do sexo masculino na freguesia de N.ª S.ª da Assunção do Monte Alvo, concelho de Constância, distrito de Santarém.
1880	Escola feminina na freguesia de N.ª S.ª da Graça das Areias, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém.
1880	Escola masculina na freguesia de S. Vicente de Paio Mendes, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém.
1880	Escola masculina na freguesia de N.ª S.ª da Graça de Águas Belas, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém.
1880	Escola masculina na freguesia de N.ª S.ª do Pranto de Dornes, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém.

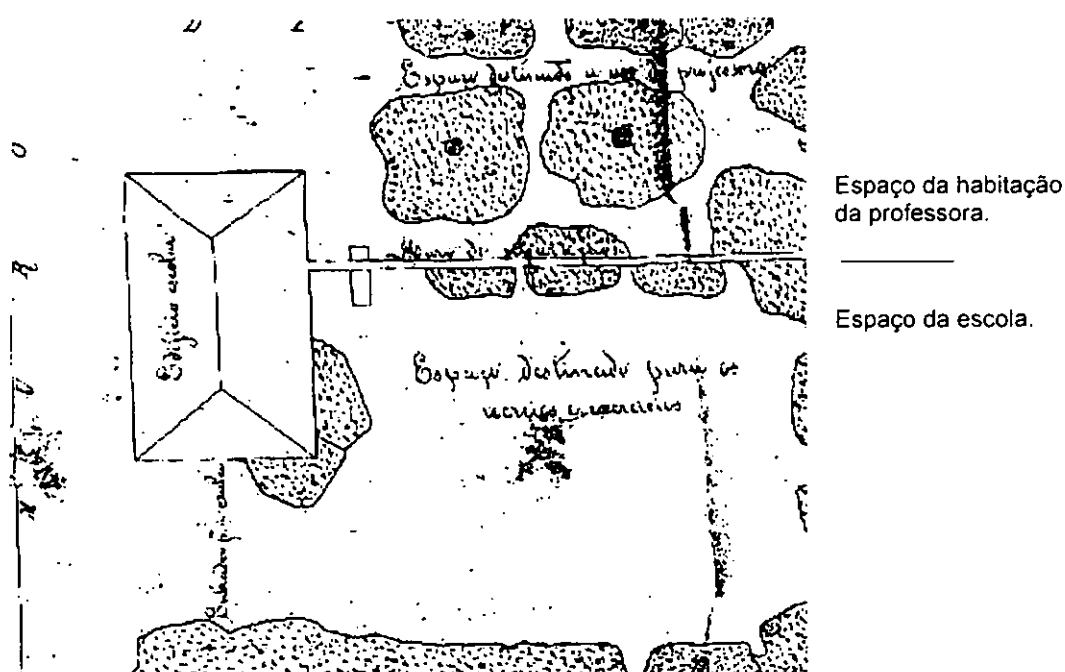
Alguns projectos de escolas de instrução primária, a construir de raiz, propostos por juntas de paróquia dos distritos de Leiria e Santarém.

Fonte: IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, maço 149; Idem, Cx. 184, processo 6; Idem, Cx. 185, processo 49.

Os projectos apresentados, nomeadamente os que diziam respeito ao distrito de Santarém, caracterizavam-se por uma grande uniformização e por uma obediência expressa às disposições publicadas em 1866. As memórias descritivas e os desenhos anexos<sup>55</sup>, elaborados sob a responsabilidade da

<sup>55</sup>Foi seguido um padrão comum para as escolas do distrito de Santarém referenciadas no Quadro IV.

Direcção de Obras Públicas do Distrito de Santarém, em 27 de Abril de 1880, permitem-nos analisar a forma, espaço e função dessas escolas e, posteriormente, tentar lê-las à luz de um conjunto de teses defendido para a arquitectura escolar europeia dos anos 70/80, pensando sobretudo na escola, ou na sala de aula, como uma “tecnologia”, na linha do que argumentou Martin Lawn.<sup>56</sup>



21. Vista de implantação da escola, e habitação para a respectiva professora, projectada para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém. 1880 (IAN/TT, Ministério da Instrução Pública, Cx. 184, processo 6).

Saliente-se a revalorização de zonas não edificadas, a exemplo de um espaço com 600 m<sup>2</sup> para exercícios ginásticos e recreio das alunas.

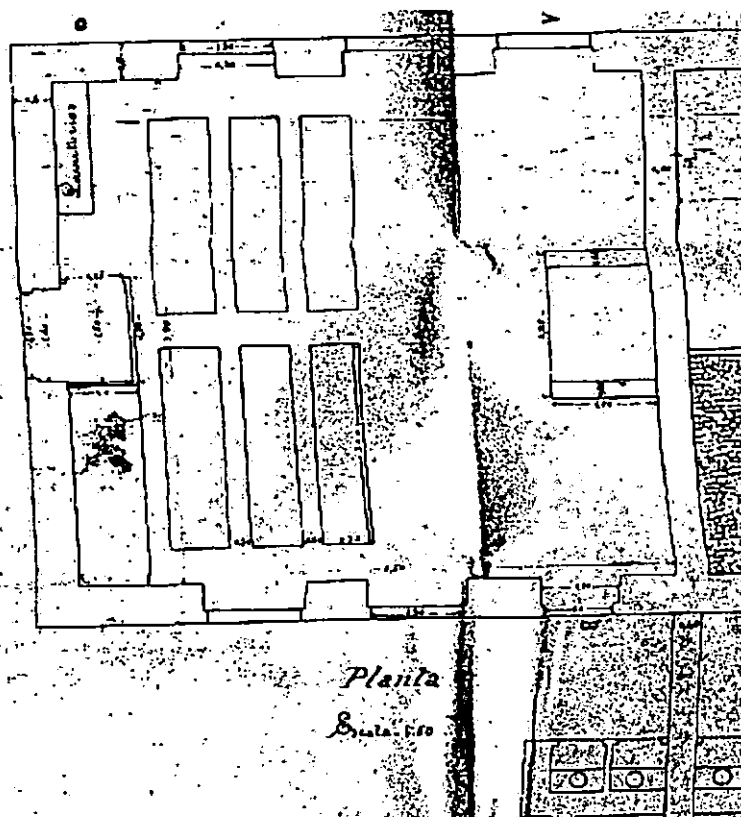
A implantação de cada escola era pensada em função da centralidade na povoação, do abrigo dos ventos de norte, do isolamento de outros edifícios e da inexistência de lagoas ou pântanos próximos. Procurando obedecer à segunda condição da portaria de 20 de Julho de 1866, em redor do edifício escolar existia uma área com 600 m<sup>2</sup> destinada aos exercícios físicos e ao recreio das crianças.

<sup>56</sup>Cf. *Silences and Images: The Social History of the Classroom*, 1999, (texto policopiado).

Numa normalização quase absoluta, o espaço da sala de aula era rigorosamente precisado pelos seguintes parâmetros:

- N.º de alunas previsto: 45 a 50
- Superfície útil por aluna:  $\frac{\text{área da sala (65m}^2\text{)}}{45 \text{ a } 50 \text{ alunas}} \rightarrow 1,31 \text{ m}^2$
- Pé direito: 4,05 m
- Capacidade da aula: 265,07 m<sup>3</sup> <sup>57</sup>

A análise atenta da planta da escola feminina da freguesia de S. Miguel de Ferreira, que utilizámos como referência, revela-nos alguns pormenores de interesse. Note-se, desde logo, a supressão do vestíbulo de entrada por um guarda-vento com porta de mola. Tal anteparo detinha um papel importante na circulação e preparação das alunas antes da entrada na aula, ficando ao seu lado esquerdo os lavatórios e, no oposto, os cabides.



22. Planta da escola de instrução primária projectada para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira... 1880 (IAN/TT, Ministério da Instrução Pública, Cx. 184, processo 6).

Uma distribuição interior organizada em dois registos distintos: a "antecâmara" de preparação para a aula com lavatórios (à esquerda da entrada) e cabides (à direita) e, propriamente, o espaço da sala aula, configurador de circulação diminuta e de grande imobilidade para as alunas.

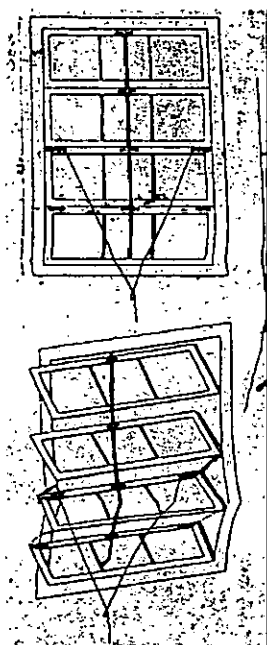
Destaque para a localização dos sanitários a 2 metros do edifício da escola, mas no campo de visão do estrado, determinando uma forma particular de interacção comportamental entre docente e discentes.

Paralelamente aos postulados do higienismo e da racionalidade panóptica, saliente-se no plano pedagógico a assunção da relação directa professora / alunas que perspectiva, no entanto, a diversidade etária das alunas que frequentariam a escola, bem expresso no tipo de mobiliário utilizado (bancada corrida) destinado a albergar indistintamente crianças com idades muito diferentes.

<sup>57</sup> Cf. a Memória descritiva do projecto de escola de instrução primária para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém. 1880 (IAN/TT, Ministério da Instrução Pública, Cx. 184, processo 6). Trata-se de um manuscrito não paginado.

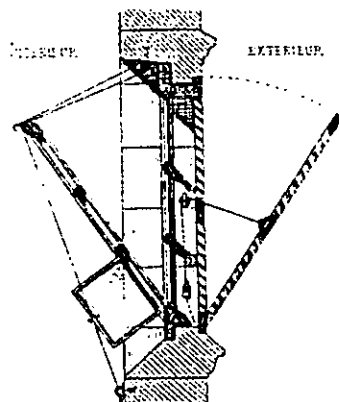
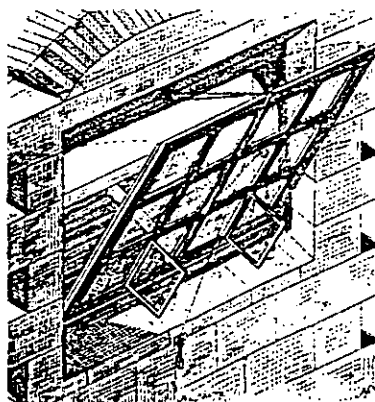
No esquema de conjunto, as janelas foram distribuídas de forma a receber a maior intensidade de luz do lado esquerdo

“achando-se colocadas a 1,5m acima do pavimento, afim de incidir de alto a luz sobre as carteiras das alunas, e evitar-lhes as distrações para o exterior.”<sup>58</sup>



23. Modelo de janela para a escola de instrução primária projectada para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira... 1880 (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 184, processo 6).

A mobilidade das bandeiras a permitir uma regulação da entrada de ar de modo a evitar correntes de ar.



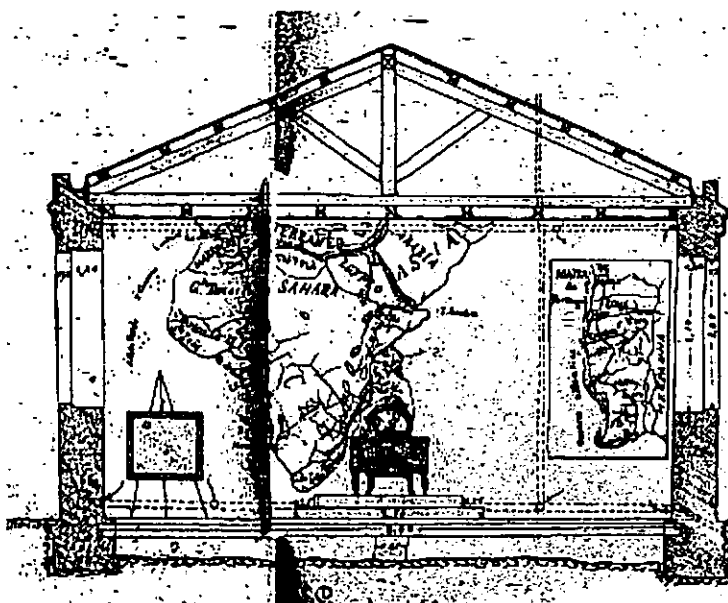
24. Modelo de janela para escolas de instrução primária preconizado em França no início da década de 70 (*Encyclopédie d'Architecture*, Paris, 1873, vol. II, deuxième série, p. 79).

Na linha do que já fora defendido em 1866 para as escolas conde de Ferreira, embora sem ser cumprido na prática, demonstrava-se uma vez mais a vantagem de pintar a parede fronteira aos alunos com mapas geográficos de Portugal e possessões ultramarinas em grande escala, disposição essa que tinha

“a notável vantagem da vista das alunas não cair sobre uma superfície excessivamente branca que, reflectindo os raios luminosos, poderia afectar consideravelmente os órgãos da vista em tão tenras idades.”<sup>59</sup>

<sup>58</sup> Memória descritiva do projecto de escola de instrução primária para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira... (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 184, processo 6).

<sup>59</sup> Idem.



25. Vista em corte da parede fundeira da escola de instrução primária projectada para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira... 1880 (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 184, processo 6).

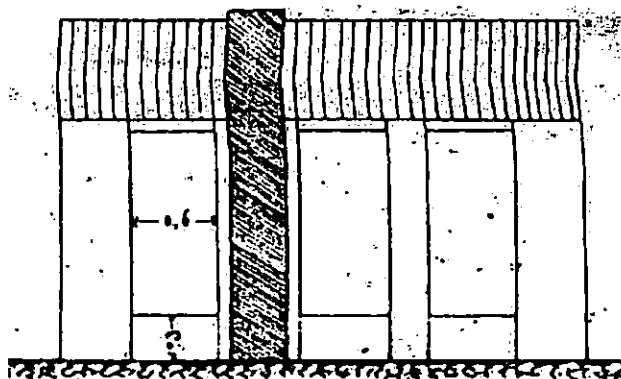
Uma disposição resultante da conjugação de dois factores distintos: protecção dos órgãos da visão e aprendizagem pela memorização visual:

"Quiconque a beaucoup vu peut avoir beaucoup retenu."

(F. Buisson, dir., *op. cit.*, 1887, 1.<sup>a</sup> parte, tomo II, entrada "Imagination", p. 1322).

Por outro lado, o enfoque na vigilância das alunas vinha centrar-se na zona dos sanitários ficando as suas portas

"voltadas para o lado da aula, de modo e forma que possam ser vigiadas da cadeira da professora por uma porta envidraçada que lhe deve ficar do lado esquerdo. As portas das retretes ficam 0,3m acima do pavimento, e terão na parte superior uma abertura de 0,2. Estas aberturas permitem uma ventilação constante e deixam ver os pés das alunas, o que facilita a necessária fiscalização."<sup>60</sup>



26. Desenho das instalações sanitárias da escola de instrução primária projectada para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira... (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 184, processo 6).

Uma precisa regulação das aberturas para a observação contínua: "Escrúpulos infinitos de vigilância que a arquitectura transmite por mil dispositivos sem honra." (M. Foucault, *op. cit.*, p. 155).

<sup>60</sup>Idem.



O projecto de escola que acabámos de descrever, destinado a ser generalizado no distrito de Santarém, acusa na sua conformação interna os avanços proporcionados pela investigação (e consequente divulgação) realizada sobre arquitectura e higiene escolares desde a década de 70 do século XIX no plano internacional. Para além do efeito de difusão de conhecimentos proporcionado pelas exposições e congressos internacionais, ao qual nos referimos, não podemos esquecer que a partir da década de 70 há alguns estudos teóricos de grande circulação que veiculam e constituem fontes de informação nessa área.

Tal é o caso das análises relativas às perturbações visuais dos alunos onde a escola surgia como factor agravante, já que parecia ser durante o período escolar que se registavam tais evidências:

"Cette coincidence est-elle accidentelle? C'est-à-dire la myopie apparaît-elle à l'époque vers laquelle les enfants vont à l'école, ou bien la vie d'école cause-t-elle la myopie? Des enquêtes statistiques prouvent que cette dernière alternative est la vraie." <sup>61</sup>

Pela mão de Émile Trélat promover-se-á uma verdadeira "campanha" em defesa da iluminação unilateral de esquerda nas escolas, alertando o reputado director da Escola de Arquitectura de Paris para a estreita relação dos problemas da visão com as "posturas viciosas". <sup>62</sup>

Numa outra obra de grande expansão, inclusivamente no nosso país, o Dr. L. Guillaume expunha as condições a observar na construção de escolas segundo os princípios da moderna higiene, adiantando a propósito da pintura das paredes das salas de aula os seguintes considerandos:

"la couleur blanche, que l'on rencontre encore trop souvent, doit être modifiée, car l'éblouissement produit par ces parois donne lieu quelque fois (surtout chez les enfants faibles et mal nourris) à l'affection connue sous le nom d'héméralogie." <sup>63</sup>

<sup>61</sup> *Encyclopédie d'Architecture*, Paris, 1873, vol. II, deuxième série, pp. 80-81.

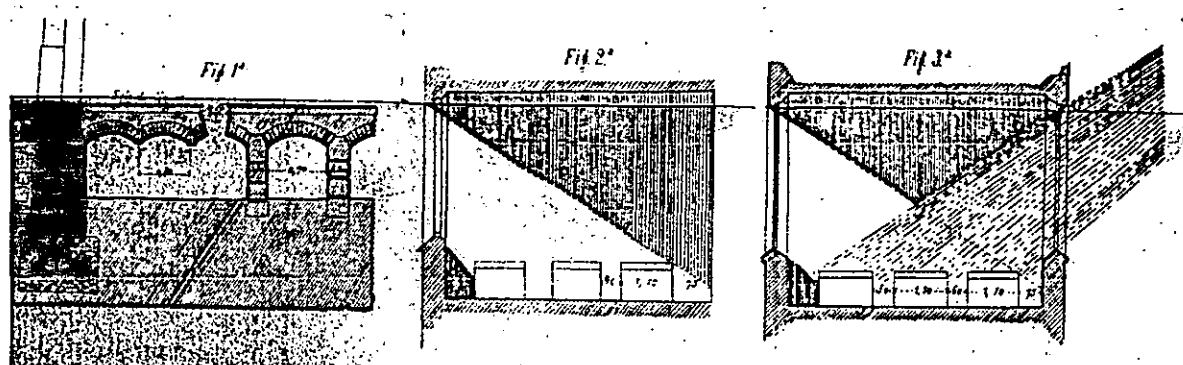
<sup>62</sup> Émile Trélat, "Nécessité d'Éclairer les Salles des Écoles par un Jour Unilatéral. Lettre à Monsieur le Préfet de la Seine", *Encyclopédie d'Architecture*, Paris, 1875, vol. IV, deuxième série, p. 65.

<sup>63</sup> *Hygiène des Écoles. Conditions Architecturales et Économiques*, Paris, 1874, p. 28.

Chegados aos anos 80, se é verdade que o “building boom” na construção escolar operado tanto em França como em Inglaterra colhe resultados das investigações da década precedente, também não é menos verdadeiro que esse desenvolvimento é alicerçado nas novas conquistas da medicina. Esse mesmo facto era reconhecido em 1882 pelo Dr. E. Pécaut:

“Les progrès des sciences de tout ordre et ceux de la pédagogie elle-même, en faisant mieux connaître les conditions nécessaires de la santé physique et aussi celles de la santé morale, ont peu à peu conduit l'Etat à placer l'hygiène des écoliers aux premier rang de ses préoccupations.”<sup>64</sup>

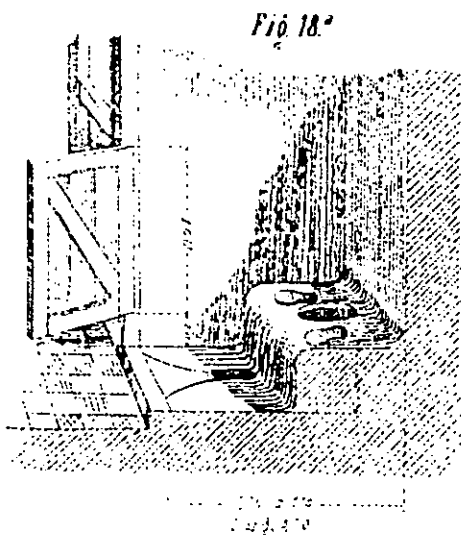
Veja-se que, no caso francês, as determinações regulamentares de 17 de Junho de 1880 e de 28 de Julho de 1882, ambas sob responsabilidade ministerial de Jules Ferry, vêm precisar as condições das instalações escolares e acentuar a medicalização da vida escolar pelo enfoque colocado na vigilância sanitária dos alunos, o que será tornado efectivo num domínio mais abrangente pelos decretos e leis dos anos de 1886 e 1887, conducentes à rigorosa e



27., 28 e 29. Imagens divulgadas em Portugal concernentes à drenagem de solos e a estudos de iluminação, publicadas em anexo à regulamentação para a construção de escolas francesas, a 17 de Junho de 1880 (*Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 1881, tomo III, n.º 4).

<sup>64</sup>F. Buisson (dir.), *op. cit.*, 1882, 1.ª parte, tomo I, entrada “Hygiène Scolaire”, p. 1300.

sistemática inspecção aos olhos, aos dentes, às orelhas e ao conjunto do corpo das crianças, sobretudo na região do Sena.<sup>65</sup>



30. Imagem difundida em Portugal relativa a sanitários, publicada em anexo à regulamentação para a construção de escolas francesas, a 17 de Junho de 1880 (*Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 1881, tomo III, n.º 4).

É de facto nos anos 80 que o interesse dos médicos pela escola pública se intensifica<sup>66</sup>, de forma particularmente notória após 1887, altura em que a sua entrada nas escolas (enquanto classe) se afirma definitivamente e para a qual contribuem as determinações do Congresso de Higiene e Demografia de Viena, às quais já tivemos oportunidade de nos referir.

Paralelamente, os anos 80 coincidem com o momento onde é mais evidente o enfatizar do controlo do movimento e vigilância visual sobre as crianças, também traduzido nas escolas desenhadas em Inglaterra na parte final do período Vitoriano (1880-1900).<sup>67</sup>

<sup>65</sup>Cf. Jean-Pierre Goubert, *op. cit.*, p. 16 e p. 149.

<sup>66</sup>Neste âmbito é útil indicar alguma literatura produzida em Inglaterra e que obteve larga divulgação: A. Newsholme, *School Hygiene*, London, 1887 (traduzido para português, 1905); R. Farquharson, *School Hygiene and Diseases Incidental to School Life*, London, 1885 e C. Dukes, *Health at School; Considered in its Mental, Moral and Physical Aspects*, London, 1887.

<sup>67</sup>Sobre esta questão ver o citado trabalho de Martin Lawn.

Retomando a questão da descentralização, foquemos a esse respeito que um maior impulso na construção escolar francesa foi precisamente dado a partir do enquadramento legal de 19 de Fevereiro de 1878, quando foi imposto às comunas a obrigação de construir as suas escolas.<sup>68</sup>

A tentativa de um processo paralelo em Portugal, como vínhamos a analisar, ficou muito aquém das expectativas. A incumbência conferida às juntas de paróquia ficou seriamente comprometida pela lei de 11 de Julho de 1880 (também regulamentada em 1881), coarctando-lhes os meios para atingir esse fim pela limitação a 3% do adicional sobre as contribuições gerais directas do Estado destinadas a essa aplicação.

A despeito de serem evidentes as limitações financeiras por parte das juntas de paróquia para fazer face à obrigação legal de construírem escolas primárias, a acção dessas corporações não foi poupada a duras críticas nas Conferências Pedagógicas de Lisboa de 1883 - onde a situação do parque escolar da instrução primária constituiu ponto de destaque -, sendo na altura acusadas de refractárias aos princípios da higiene escolar por não edificarem escolas segundo as condições recomendadas, pugnando-se então para que esse estado de coisas se alterasse em ordem a satisfazer as necessidades da educação física.<sup>69</sup>

Ainda em 4 de Dezembro de 1886, nova portaria vinha condenar as nomeações de professores feitas por algumas câmaras sem que houvesse casas e mobílias para esse fim, procedendo-se então a numerosas inspecções de edifícios onde se leccionavam as aulas.<sup>70</sup> A despeito de mais uma medida legislativa reiterativa do objectivo das corporações fornecerem escolas adequadas ou de promoverem a sua construção, em 1887 o Conselho Superior de Instrução Pública vinha reconhecer que a esmagadora maioria das escolas

---

<sup>68</sup>Cf. Christine Granier e Jean-Claude Marquis, "Enquête sur la Maison d'École au XIX<sup>e</sup> Siècle", *Histoire de l'Éducation*, n.º 17, Dezembro de 1982, p. 33. Neste caso, segundo o *Diccionario Universal de Educação e Ensino* de E. M. Campagne, num espaço de quatro anos mais de 20000 comunas construíram as suas escolas (Cf. a edição trasladada e ampliada para português por C. Castelo Branco, Livraria Universal de Ernesto Chardon, Porto, 1886, vol. I, p. 368).

<sup>69</sup>Cf. Artur Lucas Marinho, "Relatorio sobre as Condições Hygienicas da Escola", in José António Simões Raposo (dir.), *Conferências Pedagógicas. Relatório das Conferências de Lisboa em 1883...*, p. 76. Sobre a crítica feita às corporações administrativas no processo de descentralização ver ainda Paulo de Moraes, "A Instrução Primária nas Freguezias Ruraes", *Revista de Educação e Ensino*, 1892, p. 309 e ss.

<sup>70</sup>Sobre estas inspecções existem no IAN/TT alguns autos enviados ao Conselho Superior de Instrução Pública (Cf. *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 60).

estavam estabelecidas em locais que não serviam para o fim a que eram destinadas.<sup>71</sup>

Apesar das difíceis condições do ponto de vista financeiro, algumas juntas de paróquia até à lei de 3 de Fevereiro de 1892 e decretos de 6 de Maio e 5 de Agosto do mesmo ano, altura em que tais encargos passaram para as câmaras municipais, cumpriram essa missão.<sup>72</sup> Todavia, segundo José Simões Dias, as inspecções efectuadas em 1888-1889 às escolas oficiais e particulares levaram a concluir que a deficiência das suas condições tinha chegado aos limites da miséria.<sup>73</sup> Ainda de acordo com o mesmo autor, que precisamente se baseou nos resultados das citadas inspecções, oficialmente publicados sob a forma de relatório em 1890, tenhamos presente os seguintes dados:

**Quadro V**

Edifícios expressamente construídos ou adaptados para casas de escolas	Edifícios alugados ou emprestados provisoriamente
1145	2615

Situação dos edifícios das escolas de instrução primária oficial no ano lectivo de 1888-1889, segundo o Relatório da Instrução Primária publicado em 1890.

Fonte indirecta: José Simões Dias, *op. cit.*, p. 56.<sup>74</sup>

No âmbito do projecto de descentralização é importante reter algumas ideias no concernente à edificação escolar. Em primeiro lugar, a excessiva intervenção legislativa atribuindo competências às corporações administrativas

<sup>71</sup>Cf. *Relatório Geral do Conselho Superior de Instrução Pública*, (sessão de Outubro de 1887), Imprensa Nacional, Lisboa, 1887, p. 16.

<sup>72</sup>Localizámos ainda no IAN/TT um reduzido número de projectos de escolas de instrução primária correspondentes aos anos de 1881, 1883, 1887 e 1888 (Cf. *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 184, processos 10 e 28; Cx. 60, processos 1 e 10). Para esta década, é sem dúvida mais evidente o apoio provindo das iniciativas particulares e beneficentes (Cf. a propósito *Muitos Anos de Escolas...*, vol. I, 1.ª parte e D. António da Costa, *Auroras da Instrução pela Iniciativa particular...*).

<sup>73</sup>Cf. *op. cit.*, p. 58.

<sup>74</sup>Como transmite José Simões Dias, no número de edifícios apresentado na primeira coluna têm expressão reduzida os construídos de raiz. O cômputo total de escolas (3760) apresenta uma pequena *décalage* face às 3825 que tinham existência legal para o mesmo período (Cf. António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs...*, vol. I, p. 345), o que pode advir de uma cobertura não integral no processo de inspecção às escolas. Na questão do apelo à frequência escolar, convém ainda referir que em 1890 tínhamos uma taxa de analfabetismo de 79,2% (Cf. António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs...*, vol. I, p. 351).

não altera significativamente o quadro conhecido para os períodos anteriores.<sup>75</sup> As limitadas iniciativas locais que despertam em 1880 têm muito mais relevância pelos projectos em si, a denotar alguma qualidade e modernidade sobretudo devido à intervenção reguladora das Obras Públicas, sendo também notória uma revalorizada preocupação com a organização interna do espaço em detrimento do fâcies exterior dos edifícios<sup>76</sup>, maximizando a preocupação da escola enquanto “máquina de controlo” e de eficiência. Por outro lado, é também evidente que tais iniciativas diluem-se na progressiva expansão da rede escolar à custa de escolas instaladas em espaços inadequados, traduzindo no final da década de 80 do século XIX uma situação gravosa para o ensino e para a saúde dos alunos.

Nesse sentido, os resultados obtidos não se coadunam (e distanciam-se mesmo) do pico de discursos teóricos produzidos nos periódicos de educação e ensino na década de 80, a revelar uma maior consciência dos problemas das crianças.<sup>77</sup>

Esses dados são igualmente verdadeiros no que diz respeito às questões de saúde pública. Com efeito, é a partir de 1880 que se iniciam no nosso país os estudos a favor da Medicina Social moderna.<sup>78</sup> Isso mesmo era de algum modo veiculado por Ricardo Jorge, ainda que com alguma reserva, num ciclo de conferências proferidas no Porto em 1884:

“há tempos que o meio nacional parece invadido por um movimento benéfico em favor da sanidade pública [adiantando no entanto] que a infracção das leis da saúde não desperta ainda uma emoção repulsiva.”<sup>79</sup>

<sup>75</sup>Importa referir que a “retórica” legislativa sem criar verdadeiros impulsos no sentido da edificação de escolas também não encontra correspondente resposta por parte das corporações o que, para além das evidentes dificuldades financeiras, pode aduzir algo em relação à necessidade da procura da educação.

<sup>76</sup>Nas peças constantes dos projectos elaborados pela Direcção de Obras Públicas do Distrito de Santarém não eram apresentados alçados das fachadas principais, o que deixava evidentemente alguma margem de manobra às corporações.

<sup>77</sup>Sobre este assunto ver Maria Manuela Martinho Ferreira, *op. cit.*, p. 89. Referenciamos também as preocupações em incentivar e subsidiar a criação de jardins de infância sobretudo a partir de 1878 (Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *op. cit.*), o que coincide grosso modo com o momento de apogeu da acção da “classe filantrópica” em relação à criança no caso francês (Cf. Jacques Donzelot, *op. cit.*).

<sup>78</sup>Cf. F.A. Gonçalves Pereira, *op. cit.*, p. 269.

<sup>79</sup>*Hygiene Social Applicada à Nação Portuguesa*, Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos, Porto, 1885, pp. III e 6.

É também a partir da década de 80 que são dadas à estampa algumas publicações periódicas, como a *Medicina Contemporânea* (1883-1938) e *A Saúde Pública* (1884-1887), que incidem de forma frequente os seus textos sobre as condições sanitárias das escolas, em sintonia com as produções teóricas inglesa e francesa, às quais já aludimos.

A análise das citadas publicações indica-nos que a tónica das intervenções nos anos 80, sob o influxo da divulgação das descobertas de Pasteur, Koch e Toussaint, centrar-se-á em larga medida nas prescrições para a prevenção das epidemias contagiosas, elegendo-se a desinfecção como a arma mais poderosa, no problema da proximidade das escolas dos cemitérios<sup>80</sup>, mas também nas instruções práticas para evitar problemas de visão aos alunos, na idade própria para frequentar a escola, na educação física...

Amiudadas vezes será a pretendida força da imagem negativa dos exemplos conhecidos que será veiculada por forma a alertar para os perigos que advirão no futuro. Esse aspecto é bem expresso na divulgação dos resultados da inspecção que o município de Lisboa organizou em 1891 a 60 escolas de instrução primária. Os "horrores" encontrados nessa visita confirmaram que mais de metade das escolas servia de moradia aos professores, que grande parte tinha baixa cubagem, que 13 tinham má ventilação ou péssima, duas estavam rodeadas por habitações de meretrizes e que a Escola Paroquial de S. João da Praça não tinha latrinas nem urinóis.<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup>Esta questão será recorrente até aos inícios do século XX, sendo introduzida no Regulamento do Ensino Primário de 19 de Setembro de 1902 uma prescrição que obrigava a que as escolas ficassem situadas pelo menos a uma distância de 100 metros dos cemitérios, o que constituía norma em França desde o citado regulamento de 17 de Junho de 1880.

<sup>81</sup>Cf. *A Medicina Contemporânea*, n.º 24, 12 de Junho de 1892, p. 187. Imagens da escola primária portuguesa como esta serão frequentes mesmo nas três primeiras décadas do século XX, destacando-se a esse respeito o precioso texto repto do poeta Afonso Lopes Vieira, do qual transcrevemos um pequeno trecho: "As escolas continuam a ser as covas onde Portugal enterra por algumas horas as suas crianças, matando-lhes desde a infância a aspiração da Alegria e da Acção, desnaturando-as e sifilizando-as ao contágio do seu feio desmazelo e da sua ruína." ("Escolas Belas - ou Morrer", *Educação*, n.º 4, 28 de Fevereiro de 1913, p. 37).

### 5. Programas de edificação de liceus em finais de Oitocentos: a sentida ausência de um enquadramento normativo específico.

No 1.º centenário da criação dos liceus (1936), o depoimento de António de Sá Oliveira caracterizava de forma clara a situação da instalação dos liceus portugueses até finais de Oitocentos:

“Antes de 1895, não houve em Portugal coisa que merecesse o nome de ensino secundário oficial: edifícios condignos, não os havia; mobiliário que pudesse chamar-se escolar, faltava também; material de ensino, era luxo considerado desnecessário.”<sup>82</sup>

Nesse mesmo texto, Sá Oliveira ia mesmo um pouco mais longe ao reconhecer o erro da aplicação da Reforma de 1894-1895 em edifícios impróprios.

A propósito, acresce dizer que no quadro da preparação da citada Reforma alguns alertas foram feitos no sentido de considerar a “questão do edifício apropriado” para os liceus como essencial.<sup>83</sup>

Na verdade, a sentida falta de mobilização da parte do poder político para levar a cabo a tarefa de dotar os liceus de edifícios próprios, já reclamados em 1876 por Ramalho Ortigão para cada uma das principais cidades portuguesas<sup>84</sup>, é manifesta até aos primeiros anos do século XX, como adiantámos no início do nosso estudo. Todavia, sob essa generalizante constatação, detectamos a partir dos anos 80 um maior interesse pelo assunto traduzido em algumas tentativas de construção de edifícios para liceus que merecem ser assinaladas.

<sup>82</sup>“Um Depoimento”, *Labor*, n.º 75, Outubro de 1936, p. 58.

<sup>83</sup>Cf. Flório de Vasconcelos, “Alojamento e Material do Ensino dos Lyceus. Salas de Estudo. Bibliothecas. Policia”, *Revista de Educação e Ensino*, n.º 10, Março de 1893, p. 445.

<sup>84</sup>Cf. *As Farpas*, vol. XV, p. 41.



Precisamente no ano de 1881 iniciam-se as diligências para a construção de um edifício destinado ao liceu de Lisboa.<sup>85</sup> Medidas essas aplaudidas dois anos mais tarde por um observador atento como Bernardino Machado, a defender similar tratamento para a cidade do Porto e adaptação dos demais liceus do país, sendo em sua opinião

“indispensável dotar o mais breve possível, a instrução secundária de casa e mobília em condições de não estragarem a saúde dos estudantes, nem lhes tirarem a alegria da idade.”<sup>86</sup>

Do projecto inicial para o liceu da capital, firmado pelo arquitecto José Luís Monteiro em 1882, pouco conhecimento temos hoje. No entanto, a sua aprovação nesse mesmo ano pela Junta Consultiva das Obras Públicas não foi isenta de alguns reparos, objectando-se por exemplo em relação à monotonia da fachada principal devido à sua grande extensão.<sup>87</sup>

Com efeito, desde o primeiro momento houve a intencionalidade de emprestar um carácter de grande monumentalidade ao liceu, o que era também manifesto na distribuição interior, sendo previsto um enorme espaço central com 16 metros de diâmetro destinado a funcionar como anfiteatro para 320 pessoas.<sup>88</sup> A referida intenção condicionou toda a evolução do edifício até à sua inauguração (ocorrida cerca de trinta anos mais tarde!), como era reconhecido no parecer emitido pela comissão encarregue de reformular o projecto em 1902:

---

<sup>85</sup>Para uma ideia do atribulado processo que constituiu a edificação deste liceu, que viria ser o futuro Passos Manuel, consultar o Anexo II.

<sup>86</sup>Intervenção parlamentar em 1883. Citado por Rogério Fernandes, *Bernardino Machado e os Problemas da Instrução Pública*, Livros Horizonte, Lisboa, 1985, p. 129. A propósito das péssimas condições do liceu de Lisboa no ano lectivo de 1880-1881, consulte-se Visconde de Benalcanfor, *op. cit.*, p. 11 e ss.

<sup>87</sup>Cf. *Mestre José Luiz Monteiro na Arquitectura da Transição do Século*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1990, p. 57.

<sup>88</sup>Cf. *Idem*, p. 57. Acresce ainda que na planta concebida por José Luís Monteiro surgia revalorizado um espaço rectangular destinado a servir de ginásio, o que não deixa de ser importante se considerarmos que o ensino obrigatório da educação física nos liceus portugueses só foi decretado em 1905.

"Hoje, são menos ostentosas as exigências para edifícios da natureza e fins do que se pretende, e as circunstâncias do país aconselham mais sobriedade nos desejos e mais modéstia nas aspirações." <sup>89</sup>

Todavia, não pensemos que essa ideia de grandiosidade se circunscreve ao universo português, pelo contrário, ela faz parte de um modo de afirmação da escola pública com coincidente tradução do ponto de vista arquitectónico, fundamentalmente nos liceus do período de Oitocentos como o reconhecia o reputado arquitecto Anatole de Baudot:

"on ne saurait trop combattre le désir trop généralement manifesté par les municipalités de profiter de l'occasion de construire un lycée pour élever un palais monumental." <sup>90</sup>

Também em Inglaterra, onde o estágio de desenvolvimento sobre a forma de planear escolas secundárias era "incipiente" no início da década de 70, a importância de tais premissas era declarada como o referem Malcolm Seaborne e Roy Lowe:

"impressive buildings emphasized the fact that a school stood at the apex of a local educational system." <sup>91</sup>

Idênticas pretensões encontramos num projecto de 1883 destinado ao liceu nacional do Porto. A iniciativa, que partiu da Junta Geral do Distrito do Porto, foi bem acolhida pelo Ministro do Reino embora estabelecesse como condição de partida que a Junta e a Câmara Municipal do Porto contribuíssem com metade

<sup>89</sup> *Boletim da Direcção Geral de Instrução Pública*, Janeiro-Abril de 1903, fascs. I-IV, p. 138. No capítulo V dedicaremos particular atenção ao trabalho da referida comissão, cuja incumbência foi a de rever o projecto de Rosendo Carvalheira (1896) que substituiu o anterior de Monteiro.

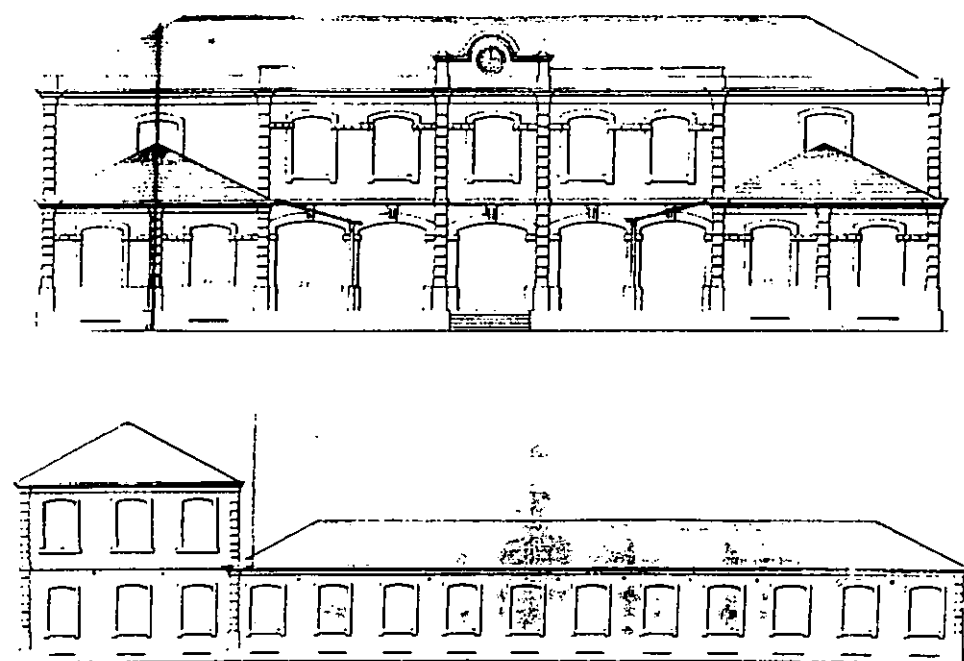
<sup>90</sup> "Étude Théorique sur les Lycées", *Revue de l'Architecture et des Travaux Publics*, 1886, vol. 13, col. 77.

<sup>91</sup> *The English School. Its Architecture and Organization...*, vol. II, p. 50.

dos encargos, sendo também necessário pela parte das corporações a apresentação da planta e orçamento.<sup>92</sup>

A análise dos alçados e plantas do projecto em questão permite-nos diagnosticar as principais preocupações observadas na sua concepção, bem como o estágio da investigação nesse campo no nosso país.

Genericamente, o projecto revelava uma configuração algo incaracterística pela evidência de um corpo de dois andares recuado em relação a duas alas (de apenas um piso) que se projectavam definindo um extenso pátio interior. O aspecto imponente do edificio era realçado pelo excessivo recurso às cantarias, como forma de valorização do seu exterior, e por um remate central sobrelevado onde se implantava um relógio.



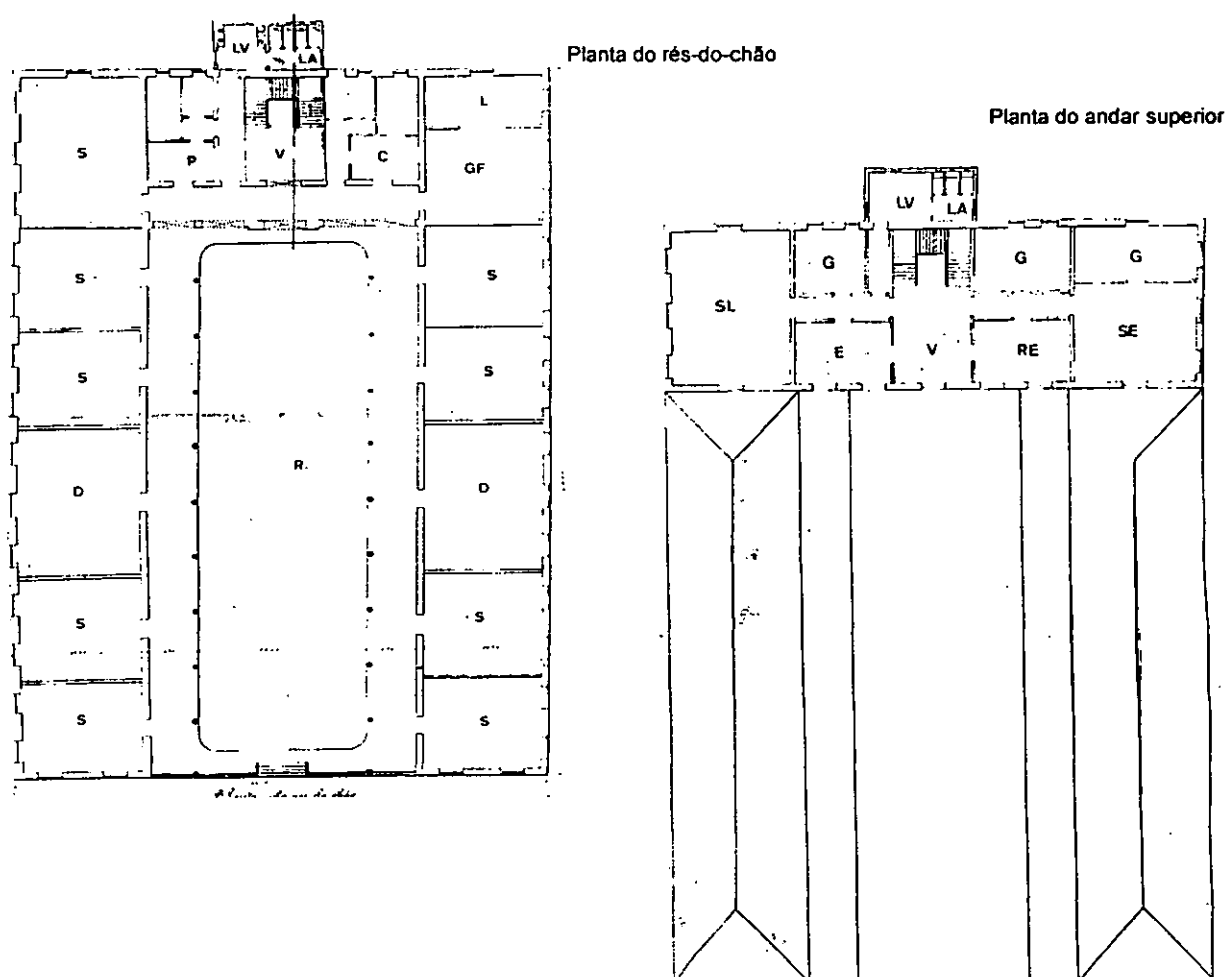
31. e 32. Fachada principal e alçado lateral do edificio projectado para o liceu do Porto, 1883 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 3754).

Uma imagem do liceu típico do século XIX: a necessidade de afirmação pública manifesta na envergadura e solenidade da decoração.

Projecto sem concretização final.

<sup>92</sup>Ofício da Direcção Geral de Instrução Pública ao governador civil do Porto em 11 de Junho de 1883 (Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 3752, processo 21).

A distribuição interna denotava um acentuado domínio dos elementos de base (as aulas) sobre os espaços específicos, isto é, para 9 salas de aulas havia 1 laboratório, 1 gabinete de física e história natural e duas salas destinadas ao ensino do desenho.<sup>93</sup>



33. e 34. Plantas do edifício projectado para o liceu nacional do Porto, 1883 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 3754).

Legendagem adicional do autor. S- sala de aula D- Aula de desenho R- Pátio de recreio P- Porteiro C - Contínuo V - vestibulo L - Laboratório GF - Gabinete de física e história natural SL - Salão G - Gabinete E - Sala de espera dos professores RE - Reitoria SE - Secretaria LV - Lavatório LA - Latrinas

Um exemplo de espaço escolar fechado, onde o pátio interior (à maneira de claustro) desempenha um papel organizativo nuclear.

<sup>93</sup>O projecto foi elaborado de acordo com o plano de estudos da Reforma da Instrução Secundária de José Luciano de Castro (dec. de 14 de Junho de 1880) que, entre outras alterações face à precedente, restabelecia o ensino do desenho.

O esquema compositivo da planta procedia do papel nuclear do pátio interior rectangular, parte do qual era acompanhado na zona de entrada para as aulas por uma galeria com colunatas. Esse espaço autónomo, além de prestar-se a diversas actividades, assegurava o permanente controlo visual dos alunos no recreio, ficando a reitoria (andar superior) virada para essa zona e as dependências do porteiro e contínuo (rés-do-chão) no enfiamento da galeria. Estes aspectos eram suficientemente perceptíveis numa carta do reitor interino do liceu ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, quando se referia à implantação do edifício:

“O terreno cedido é muito vasto e permite que o edifício seja todo construído no centro dele, cercado de passeios arborizados e ajardinados [acrescentando mais adiante que] por esta forma os alunos cujas aulas forem todas seguidas não poderão sair do estabelecimento nem divagar por fora do seu recinto com grave prejuízo da disciplina, da moralidade e do aproveitamento, além de ter o terreno vastidão suficiente para exercícios ginásticos e militares.”<sup>94</sup>

A ideia de um espaço hermético, afirmando-se como um reduto protector face a influências externas, enclausurando assim a vida dos estudantes e facilitando ao mesmo tempo a inculcação, bem manifesto no desenho espacial, colhe muito do modelo arquitectónico conventual, articulando-se necessariamente com outros dispositivos disciplinários, como sejam os horários e a própria hierarquia.<sup>95</sup>

No capítulo das exigências higiénicas, o programa do liceu do Porto apresentava alguma simplificação para a época, se considerarmos que em França nesse período tanto o liceu Carnot (1874) como o liceu Lakanal

<sup>94</sup>Carta do reitor interino do liceu nacional do Porto, António Ribeiro da Costa e Almeida, ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública em 9 de Março de 1883 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 3752, processo 21).

<sup>95</sup>Sobre esta questão ver Angel Mato Díaz e Aida Terrón Bañuelos, “Un Ejemplo de Espacio Escolar Cerrado: El Colegio de La Inmaculada de Gijón”, *Historia de la Educación*, n.ºs 12 e 13, 1993-1994, pp. 245-272. Os autores estabelecem interacção entre o modelo espacial fechado e a pedagogia jesuítica, destacando o papel de chameira do pátio claustral na organização do Colégio da Imaculada. Sobre a questão da influência das características dos colégios na organização dos liceus é ainda útil consultar o citado trabalho de João Barroso.

(iniciado em 1882) aplicavam instalações sanitárias de vanguarda.<sup>96</sup> No caso presente, além da existência de latrinas e lavatórios, tais preocupações eram notórias no elevado número de janelas todas com correspondentes ventiladores ao nível do rés-do-chão. No entanto, a nota de destaque era dada pela situação saudável do terreno, a mostrar uma sensibilidade diferente no que dizia respeito à centralidade dos edifícios escolares, e que terá inflexões diversas até aos inícios do século XX. Como afirmava António Augusto Soares Cirne, inspector da 3.<sup>a</sup> Circunscrição do Porto,

“o terreno concedido está bem situado, é central não muito transitado, livre do sussurro do grande movimento desta populosa cidade, terá o novo liceu central todas as condições higiénicas indispensáveis.”<sup>97</sup>

Cirne concedia ainda um voto de louvor às duas corporações envolvidas, adiantando que o governo deveria corresponder com algum sacrifício para viabilizar o projecto.

O desfecho desta iniciativa esvaiu-se apesar dos esforços realizados em 1884. Efectivamente, em 10 de Maio do referido ano subia ao parlamento uma proposta de lei para a construção de um liceu na cidade do Porto, consignando uma verba anual do orçamento geral do Estado destinada a pagar o juro e amortização da soma que a Junta Geral do Distrito era autorizada a levantar.<sup>98</sup> De igual forma, a energia emprestada pelo Dr. Francisco Martins no período da sua reitoria (iniciado em 1900) na esteira do projecto defendido por Costa e Almeida, mobilizando para o efeito deputados, políticos locais e mesmo as famílias dos alunos, foi infrutífera e acabou por soçobrar.<sup>99</sup>

Também na década de 80 do século XIX, Castelo Branco teve o ensejo de construir o seu edifício para liceu, inserido num projecto mais vasto de

<sup>96</sup>Cf. François Boudon, “Anatole de Baudot et les Lycées ou la Passion de l’Architecture Scolaire”, in Anne-Marie Châtelet (dir.), *Paris à l’École...*, p.100.

<sup>97</sup>Carta ao Director Geral de Instrução Pública, António Maria de Amorim, em 26 de Abril de 1884 (IAN/TT, Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, maço 3752, processo 21).

<sup>98</sup>Cf. *Anuário do Liceu Central Alexandre Herculano. Ano Lectivo de 1917-1918*, Porto, 1919, p. 125.

<sup>99</sup>Cf. Idem, p. 125.

desenvolvimento da própria cidade, conforme é patente num extenso ofício dirigido pelo Governador Civil do distrito ao Ministro do Reino em 21 de Abril de 1883:

“Não havendo nesta cidade edifício próprio para a biblioteca e liceu deste distrito, que se acham instalados numa casa acanhada e de mesquinha aparência sem as acomodações convenientes, é uma das necessidades mais reconhecidas e instantes a construção de um edifício *ad hoc*, que, sendo próprio e com as proporções para os estabelecimentos dessa ordem, possa dar importância a esta terra, e traduzir o interesse que tais estabelecimentos merecem ao governo de Sua Majestade.”<sup>100</sup>

A solicitação ao governo foi formulada com a cláusula da Junta Geral do Distrito de Castelo Branco contribuir financeiramente com o diferencial entre os 5000 reis previstos para levantar o edifício, e os 215 reis que se pagavam do arrendamento onde funcionava o liceu.

O anteprojecto chegou a ser elaborado pela Direcção de Obras Públicas do Distrito de Castelo Branco no ano de 1884, justificando-se na memória descritiva que se resolvia

“projectar a edificação em uma parte baldia denominada o Saibreiro, onde já começaram a edificar e para onde de futuro a cidade se há-de desenvolver [...] já pela proximidade que vai ficar da estação de caminho de ferro da Beira Baixa, já pelo bonito ponto de vista e porque não tem a cidade para outro lado onde se possa desenvolver; e logo que um edifício público ao qual concorrem bastantes pessoas já pelos seus misteres no liceu, já para frequentarem a biblioteca do mesmo, que é pública e não privativa do liceu, aí se construa, a corrente[za] há-de para ali estabelecer-se, as edificações de casas para hospedagem dos alunos não-de fazer-se e a pouco e pouco esta parte da cidade ir-se-á desenvolvendo, ficando talvez de futuro o melhor bairro da cidade.”<sup>101</sup>

<sup>100</sup>IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 3752, processo 77. Trata-se de um manuscrito não paginado.

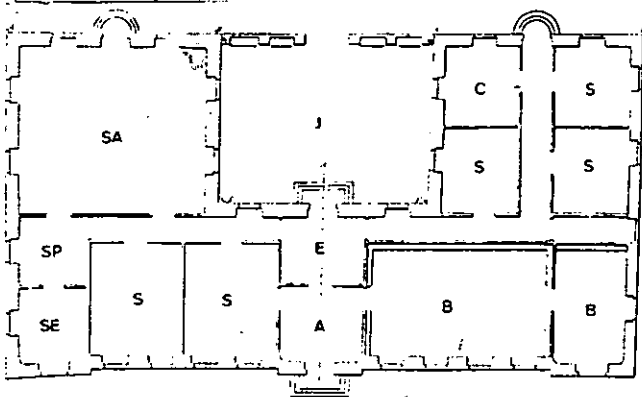
<sup>101</sup>Idem.

A despeito da implantação do liceu no sítio do Saibreiro ser considerada como uma via promotora da expansão e modernização urbanas, o próprio responsável pela citada memória reconhecia que, pelo afastamento do centro da cidade, o local escolhido aparentemente não se afigurava como o mais conveniente.<sup>102</sup>

Por razões inerentes à sua génese, o edifício projectado reflectia maior investimento no seu exterior do que propriamente no seu interior. Com efeito, a fachada principal imbuída de uma linguagem formal neoclássica conjugando frontões triangulares, colunas dóricas e arcos plenos, emprestava uma nota de distinção a um edifício que deveria afirmar-se como um “templo” da instrução. Esse simbolismo, revestido na duplicidade liceu/biblioteca pública (a que já assistíramos no liceu de Aveiro), era alegoricamente assinalado por uma estátua de vulto de uma figura mitológica (Minerva, deusa da sabedoria) sobranceira à porta principal.



Alçado posterior



38. Pormenor do tímpano da fachada principal.

35., 36. e 37. Alçado principal, alçado posterior e planta do anteprojecto do liceu nacional de Castelo Branco, 1884 (IAN/TT, Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, maço 3752, processo 77).

Legendagem adicional do autor.

SA - Sala dos actos  
J - Jardim  
C - Continuo  
SP - Sala dos professores  
SE - Secretaria  
S - Sala de aula  
A - Átrio  
E - Sala de espera  
B - Biblioteca pública

Sem concretização final.

<sup>102</sup>Cf. Idem.



A distribuição interior configurava a autonomia de funcionamento entre a biblioteca e o liceu, assim como a demarcação da sala dos professores e secretaria, do serviço das 5 salas de aula projectadas. De acordo com a memória descritiva, a sala dos actos destinava-se a ter alguma polivalência, servindo para conferências e prelecções, mas também para aulas de um "curso maior" ou exames dos alunos.

A indiferenciação dos espaços pedagógicos ficava bem evidente no recurso modular às salas destinadas às aprendizagens centradas no professor, não havendo qualquer especialização no que concerne a laboratórios, gabinetes..., apenas o jardim (ou pátio) era também pensado para aplicações ligadas ao ensino da botânica. Por outro lado, o distanciamento em relação às "obrigações higienistas" era desde logo revelado pela ausência de qualquer instalação sanitária no anteprojecto.

É sintomático ao longo da década de 80 do século XIX, por contraste com os projectos de escolas de instrução primária, um estágio ainda incipiente e de grande indefinição no que concerne ao planeamento de edifícios destinados a liceus, com programas ainda muito arreigados às ambições de monumentalidade (limitando a sua exequibilidade) e ainda longe das tendências de análise funcionalista já em debate em França nesse período e levadas a prática por discípulos de Viollet-le-Duc.

Uma evolução diferente vai registar-se a partir dos anos 90 de Oitocentos, onde alguns autores mostram um maior interesse pela temática da arquitectura dos liceus, intervindo de forma a sugerir algumas condições a observar na sua edificação. É o caso de Evaristo Saraiva que na *Revista de Educação e Ensino* vem defender para os liceus os mesmos princípios de higiene aplicados na construção de quartéis e hospitais, revalorizando os critérios de implantação na dependência estreita de factores de ordem higiénica e moral.<sup>103</sup>

Nesse momento histórico, onde a questão da centralidade é claramente relegada, Evaristo Saraiva pugna pela escola fora do recinto das cidades

---

<sup>103</sup>Cf. vol. V, 1892, p. 305. Tese idêntica tinha sido defendida no ano de 1888 em sessão da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses por Renato Baptista, inscrevendo-se nos princípios da chamada "Arquitectura Sanitária" (Cf. *Revista de Obras públicas e Minas*, tomo XIX, 1888, p. 164).

elegendo "o meio dos campos" como o melhor local, criticando no entanto o exemplo do liceu Lakanal (em Sceaux, nos arredores de Paris) pelo facto do excessivo afastamento da zona urbana implicar despesas com transportes.<sup>104</sup>

É importante reter que a tendência para apartar as escolas dos meios populacionais, não só por razões de segurança física (acidentes causados pelo trânsito de carruagens...), mas também morais/higiénicas na sua relação com a proliferação de estabelecimentos perniciosos na esfera urbana, sobrepõe-se ao princípio centrípeto referenciado por nós anteriormente. Veja-se, a exemplo, a orientação das *Instruções Técnico Higiénicas* publicadas em Espanha em 1905 para a construção de escolas aconselhando uma implantação em pleno campo, mesmo que resultasse algo afastado do centro da população.<sup>105</sup>

Nesse aspecto, a inflexão registada em finais do século XIX/princípios do século XX, com perdurações bem identificáveis até aos anos vinte, colhe fundamento pela definição de insalubridade citadina em oposição à vida sã no campo, revalorizando-se na última o papel do ar puro e a prática do exercício físico, fundando-se também nesse confronto as teses do progressivo enfraquecimento das nações:

"O povo, e principalmente o povo dos campos, tinha demais o trabalho manual e agrícola ao ar livre para o fortalecer. A influência deletéria da fábrica, a emigração crescente dos campos para as cidades havia de diminuir o benefício da influência dos jogos tradicionais e do trabalho manual e agrícola." <sup>106</sup>

A tendência acima referida vai ser patente no plano de edificação do liceu de Leiria. Apesar de desconhecermos qualquer pormenor relativo à organização interna do edifício<sup>107</sup> (inaugurado em 1894), este veio a implantar-se numa zona afastada do centro da cidade, procurando dessa forma proporcionar um

<sup>104</sup>Cf. Idem, p. 305. O autor parece ignorar ou desconhecer que o liceu Lakanal destinava-se a cerca de 700 alunos internos.

<sup>105</sup>Cf. Antonio Viñao Frago, "Del Espacio Escolar y la Escuela como Lugar"..., p. 30.

<sup>106</sup>Francisco Adolfo Coelho, "A História dos Exercícios Físicos na sua Relação com o Desenvolvimento Moral", *Sep. dos Arquivos da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 1915, vol. II, p. 200.

<sup>107</sup>Rubén Landa, que teve oportunidade de visitar este liceu, refere apenas que este não dispunha de campo de jogos (Cf. *op. cit.*, p. 86).

ambiente salutar aos alunos, como o expressava Raul de Carvalho na cerimónia de lançamento da primeira pedra em Dezembro de 1892:

“Não posso deixar de congratular-me por este facto que representa um alto melhoramento para esta cidade hospitaleira, e um grande benefício para os alunos que colocados num meio mais higiénico, mais alegre e mais agradável, hão-de sentir-se com disposições mais acentuadas para os labores do cérebro.” <sup>108</sup>

Em relação ao aspecto exterior do liceu, apesar da utilização de materiais nobres, é perceptível uma preocupação menos ostentosa face aos projectos anteriormente focados.<sup>109</sup>



39. Vista parcial do corpo principal do liceu Rodrigues Lobo em Leiria, projectado em 1892 (Foto do autor, Abril de 1999).

A possível contenção da monumentalidade, com uma feliz nota de sobriedade decorativa dada pela conjugação de elementos identificadores da cidade (flor de lis...).

Essas linhas de força no capítulo da arquitectura dos liceus, pontuadas pelo abandono da centralidade e pelo combate à monumentalidade, vão ser retomadas em finais da década de 90, já no quadro da Reforma da Instrução

<sup>108</sup> *O Districto de Leiria*, 17 de Dezembro de 1892.

<sup>109</sup> A despeito de várias diligências efectuadas, não conseguimos obter o projecto do liceu, o que seria interessante pelo facto de se tratar do único edifício construído de raiz para esse fim desde 1860.

Secundária de Jaime Moniz. A crescente frequência dos liceus vem dirigir algumas atenções para as instalações escolares, incapazes de suportar esse incremento. Bethencourt Ferreira aponta a situação como

"anti-nacional porque da acumulação inadmissível de alunos e do cansaço obrigatório destes e dos professores, da incapacidade das salas de estudo e das aulas para tão extraordinária frequência, resulta [...] uma depauperação de forças, não só da inteligência, mas de todo o organismo [estabelecendo como fundamental a existência de um estabelecimento modelo de] arquitectura singela, sem ser deselegante, vasto sem conventual e pesado em demasia, higiénico sem ser custoso, confortável sem ser de luxo." <sup>110</sup>

Parece estranho no momento (anos 90) em que a produção teórica denota maior valorização das questões em torno do ensino da educação física, com o particularismo de emergir o debate sobre o método ou escola a adoptar, que a Reforma de Jaime Moniz tenha ignorado completamente o problema das instalações escolares e prescindido do ensino da ginástica nos liceus.<sup>111</sup>

À luz das preocupações acusadas nesse período, e pensando agora no sector primário do ensino, é lícito tentar perceber em que medida o programa de edificação de escolas lançado em 1898 foi eco ou expressão de uma "vontade social".

## 6. "Valores" e contradições no plano oficial de escolas primárias (1898)

No ano de 1897, o Congresso Pedagógico de Lisboa dedicou particular atenção à temática da edificação escolar, sendo então argumentado que

---

<sup>110</sup> "Edificações Escolares", *Revista de Educação e Ensino*, vol. XII, 1897, p. 465.

<sup>111</sup> Rubén Landa aponta mesmo a lacuna da educação física como o elemento mais estranho na citada Reforma (Cf. *op. cit.*, p. 38). Apenas em relação aos estabelecimentos de ensino particulares eram indicadas algumas prescrições concernentes à implantação/capacidade dos edifícios e aos espaços reservados ao recreio e exercícios de educação física (Cf. o Regulamento do Ensino Secundário de 14 de Agosto de 1895, artigo 141.º, publicado no *Diário do Governo* n.º 183, de 17 de Agosto).

perante uma situação de analfabetismo estendido a quatro quintos da população portuguesa (reportada ao censo de 1890) a inversão de tal evidência estatística deveria começar pela construção de escolas.<sup>112</sup>

Em jeito de interpelação directa ao governo, pautava-se de urgente a dotação de edifícios apropriados a todas as povoações com escolas primárias num período de cinco anos, seguindo um plano de construção estudado por uma comissão de engenheiros

“para que se não faça reparo em defeitos visíveis, como os que se notam nas do conde Ferreira, especialmente na parte destinada à habitação do professor.”<sup>113</sup>

Efectivamente, caberia à Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, por delegação governativa, a elaboração do programa para o concurso de projectos de edifícios destinados a escolas primárias, o qual foi aprovado em assembleia extraordinária de 3 de Janeiro de 1898.<sup>114</sup>

A memória justificativa apresentada, para além de desenvolver considerandos em relação a procedimentos técnicos de construção de escolas adoptados noutros países e de os procurar adaptar e definir posteriormente para o caso português, vinha numa primeira instância reconhecer a necessidade da difusão da instrução, bem como a influência que a disposição adoptada nos edifícios escolares exercia no desenvolvimento físico, intelectual e moral das populações.<sup>115</sup> No texto, aliava-se uma vez mais a derrota da França em 1870-1871 ao fraco investimento na instrução popular, procurando justificar-se que a melhor forma de regenerar a população seria

---

<sup>112</sup>Cf. a este respeito Custódio Dias Guerreiro, *op. cit.*, pp. 28-29.

<sup>113</sup>Idem, p. 29.

<sup>114</sup>Cf. *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.º 340 a 342, Abril a Junho de 1898, tomo XXIX, pp. 131-161.

<sup>115</sup>Cf. Idem, p. 131.

"derramando profusamente o primeiro ensino, e escolhendo da grande massa as mais notáveis inteligências, amparando-as e encaminhando-as para as carreiras mais difíceis e importantes." <sup>116</sup>

Recorde-se que em Portugal também na década de 70 se instalou um discurso sobre a decadência e as suas causas, embora seja agora em plena década de 90 que saia reafirmada a ideia de regeneração da nação, e isto numa conjuntura particularmente específica. Com efeito, é na sequência do Ultimato de 11 de Janeiro de 1890 que vemos ser alimentado um projecto regenerativo:

"Mais funesto que sermos um diminutivo de nação seria o tomarmo-nos diminutivos de homens. Ora, precisamente na apertada conjuntura que o país atravessa, sob a garra adunca do leopardo inglês, se pretendemos criar e revigorar indústrias, aguerrir exércitos [...] se aspiramos em suma a bem merecer o foro de nação autonómica, não lograremos o intento sem este requisito: da massa informe de cada recém-nascido saber fazer um homem." <sup>117</sup>

Nessa atmosfera de fim de século, conceitos como *struggle for life* e *selecção natural* serão trasladados para o discurso pedagógico, recorrendo-se frequentemente aos textos de Herbert Spencer:

"A primeira condição do êxito neste mundo é ser um bom animal; e a primeira condição da prosperidade nacional é ser a nação composta de bons animais." <sup>118</sup>

É na leitura de Darwin e Morel que se inspirarão as teorias da contra-evolução dos finais de Oitocentos, aventando-se a hipótese de um eventual "recuo da raça". <sup>119</sup> É o próprio Spencer que coloca em evidência a contradição entre progresso no campo das ciências médicas e os resultados na saúde, elegendo

<sup>116</sup>Idem, p. 152.

<sup>117</sup>Alfredo Dias, "Educação Physica", *Revista de Educação e Ensino*, vol. III, 1891, p. 127.

<sup>118</sup>Gabriel Compayré, "A Educação Physica", *Revista de Educação e Ensino*, vol. XII, 1892, p. 565.

<sup>119</sup>Cf. Georges Vigarello, *Le Corps Redressé...*, p. 170.

o excesso de aplicação mental como o grande causador da aparência mais débil observada nas novas gerações.<sup>120</sup>

A vida escolar identificada como um factor concorrente para esse efeito, não só pelo *surménage*, mas também pelas defeituosas condições dos edifícios escolares..., aspectos que temos vindo a focar, é também associada na derradeira década do século de modo mais insistente à ideia da perniciosidade dos espaços fechados e da clausura.<sup>121</sup>

A defesa de um equilíbrio entre duas culturas, do corpo e do espírito, advogará a prática do exercício físico compensador do trabalho mental, embora nos últimos anos da centúria o debate não escape ainda a uma certa confusão, fundamentalmente na escolha do melhor método de ensino da educação física. Com o progressivo abandono da ginástica de Amoros vincula-se sobretudo a educação física a princípios decorrentes de fundamentos médico higienistas, pedagógicos e político militares.<sup>122</sup> Contudo, como teremos oportunidade de desenvolver brevemente, só no início do século XX assistiremos em Portugal à afirmação da escola de Ling.

Entre nós, o interesse pela educação física na escola pública até ao dealbar da centúria de Novecentos centrar-se-á sobretudo na instrução primária, valorizando-se algumas vezes a componente "destreza corporal" como factor determinante para a educação profissional.<sup>123</sup>

A par das "eficiências laboriosas" na sua relação com o exercício físico, os discursos de finais de século colocarão a tónica na diminuição das horas de aulas, nas benéficas alternativas dos passeios escolares, no contacto com a natureza..., procurando descentrar-se, por assim dizer, a actividade pedagógica da sala de aula.

De que forma a concepção do programa para a construção de escolas primárias tipo em 1898 traduzia esses anseios?

<sup>120</sup>Cf. Herbert Spencer, *Ensayos sobre Pedagogía*, Akal, Madrid, 1983, pp. 211-212.

<sup>121</sup>Cf. J. Bethencourt Ferreira, "A Doença na Escola", *Revista de Educação e Ensino*, vol. V, 1890, pp. 230-233.

<sup>122</sup>Cf. Rodolfo Alvarez Sanz, *A Educação Física em Espanha de Amoros às Escolas de Entrenadores*, Dissertação de Doutoramento Apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1995, p. 39.

<sup>123</sup>Cf. Gabriel Compayré, *op. cit.*, pp. 567-568.

A 2 de Março de 1898, em consonância com o texto que havia sido aprovado na citada sessão da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, procedeu-se à abertura do concurso público por anúncio no *Diário do Governo*, concurso esse que seria ganho por Adães Bermudes, por parecer do júri dado em 31 de Outubro de 1898.<sup>124</sup>

No essencial, respeitando os fundamentos programáticos, Bermudes desenhou duas propostas de edifícios escolares, isto é, com uma e com duas salas de aula, contemplando-se em ambos os casos a existência da habitação do professor. Cada escola compreendia além da sala de aula para um número máximo de 50 alunos e da residência do docente, uma entrada com vestiário, um pátio para recreio parcialmente coberto e as retretes e urinóis.

A análise dos alçados e plantas revela bem as restrições impostas pela limitada dotação orçamental (não incluindo o valor do terreno o custo do edifício não deveria exceder 40 reis por aluno), como defendera desde o início a Associação dos Engenheiros Civis:

"no estado actual do país as considerações económicas impõem-se e o adiantamento da instrução não é infelizmente tão grande que possa ir-se além do estritamente necessário." <sup>125</sup>

Por esse mesmo facto, no exterior as fachadas reflectem uma certa modéstia, animadas apenas pelo campanário e por um friso em tijoleira ornamentando a parte superior dos vãos das janelas e portas, conferindo uma nota de cor aos edifícios, e de nítida inspiração em modelos franceses, tradicionalmente recorrentes de elementos cerâmicos para dinamização visual das fachadas.

No que concerne ao interior das escolas, a valorização da habitação do professor era seguramente nota dominante em relação aos restantes espaços

<sup>124</sup>Cf. *Muitos Anos de Escolas...*, vol. I, 1.ª parte, p. 95. O júri, constituído por elementos de várias áreas, era presidido pelo Director Geral de Instrução Pública.

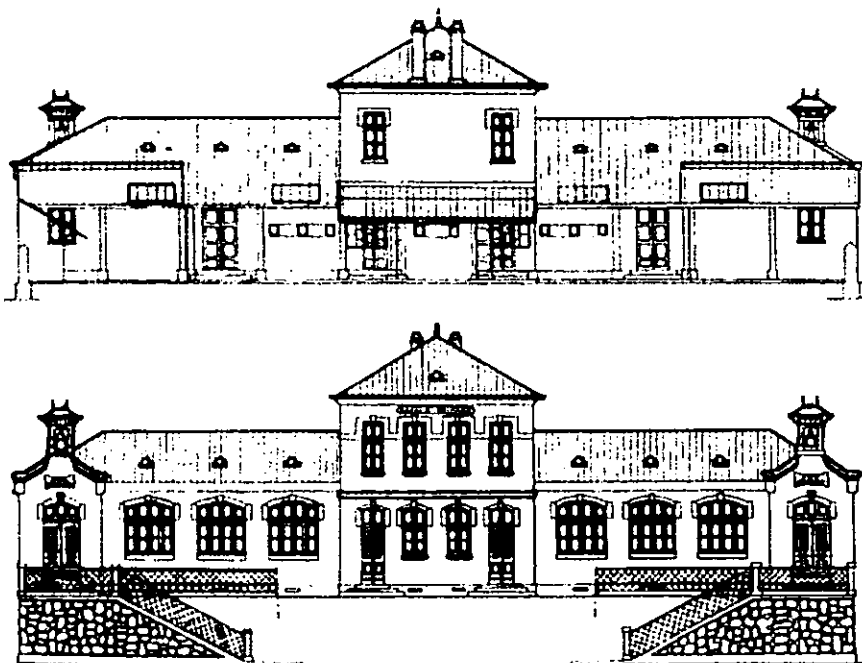
<sup>125</sup>*Revista de Obras Públicas e Minas*, n.º 340 a 342, Abril a Junho de 1898, tomo XXIX, p. 136. Note-se que já o decreto de 22 de Dezembro de 1894, que reformava o escalão do ensino primário, acentuava a preocupação de reduzir despesas dada a grave situação financeira do país. Por esse mesmo facto, o programa do concurso público de 1898 não contemplava o mobiliário escolar, embora se previsse a existência de escolas adaptadas a 7 regiões do país, isto é, construídas de acordo com as técnicas e materiais autóctones, o que não chegou a concretizar-se.



planificados, o que indiciava uma vontade de promoção social do professor de instrução primária.

40. e 41. Alçados posterior e principal da escola primária tipo Adães Bermudes de Vila Real, segundo o projecto oficial de 1898 (*Arquitectura do Século XX: Portugal*, Lisboa, 1998, vol. III, p. 148).

2 salas de aula para os dois sexos; 2 habitações dos professores na zona central da edificação, estruturada em dois pisos.



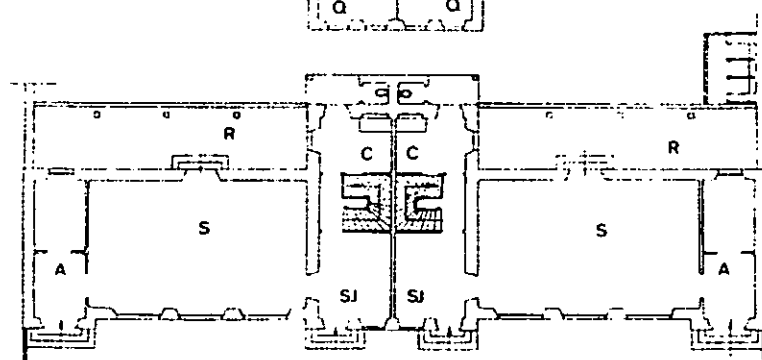
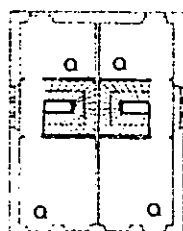
Nas salas de aula observavam-se genericamente as prescrições higiénicas em voga extra-fronteiras, isto é, a iluminação unilateral de esquerda, as janelas com caixilhos amovíveis, embora o sistema de ventilação, pela escassez de recursos financeiros, fosse simplificado a aberturas para entrada/saída do ar convenientemente distribuídas. No entanto, algumas das indicações contidas no programa do concurso público constituíam novidade, por integrarem imperativos resultantes das conquistas de Pasteur em fase de plena aceitação após 1894, e destinados a facilitar as lavagens e desinfecções. Referimo-nos à obrigatoriedade das paredes serem revestidas a azulejos na parte inferior, ao revestimento do chão ser em substância impermeável, à inexistência de

cimalhas, molduras ou ornatos salientes ou reentrantes no tecto e paredes, além dos cantos das salas serem arredondados.<sup>126</sup>

Apesar do concurso público ser omissivo na questão do abastecimento da água, essa matéria tinha sido focada no texto aprovado na referenciada sessão da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, defendendo-se que, no caso da inexistência de fontes ou de rede de distribuição na localidade, se recorresse aos poços que não estivessem sujeitos a inquinações.<sup>127</sup>

É sobretudo na leitura da planificação interna das escolas idealizadas por Bermudes que se reconhece algum distanciamento em relação às preocupações coetâneas com a educação física e às actividades ligadas ao trabalho manual das crianças, aliás consignados na Reforma da Instrução Primária de 22 de Dezembro de 1894 (com regulamentação só em 18 de Março de 1896).

Planta do 1.º piso



Planta do piso térreo

42. e 43. Plantas da escola primária tipo Adães Bermudes de Vila Real, segundo o projecto oficial de 1898 (*Arquitectura do Século XX: Portugal*, Lisboa, 1998, vol. III, p. 148).

2 salas, para os 2 sexos, e duas residências em perfeita simetria. Um maior investimento na habitação do professor, em contraponto com a falta de ambientes especializados para diversificação de actividades pedagógicas, estando essas centradas na sala de aula. Note-se ainda o "conservadorismo" da implantação dos sanitários no campo visual do mestre.

Legenda adicional do autor.

S - Sala de aula    A - Átrio com dependência para vestiário    R - Recreio coberto    C - Cozinha  
SJ - Sala de jantar    Q - Quarto

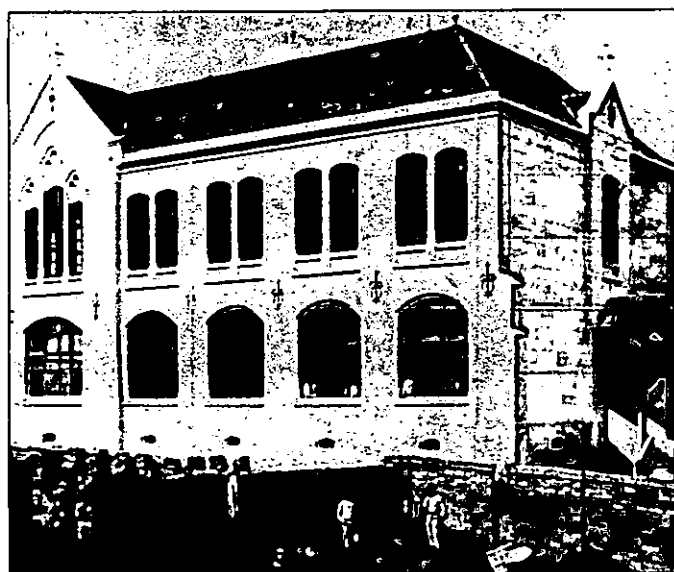
<sup>126</sup>Cf. *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.ºs 340 a 342, Abril a Junho de 1898, tomo XXIX, p. 157. Acerca da adopção dessas medidas depois da aceitação do trabalho de Pasteur, consultar Claire Salomon-Bayet, "Penser la Révolution Pastorienne", in Claire Salomon-Bayet (dir.), *op. cit.*, p. 52.

<sup>127</sup>Cf. *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.ºs 340 a 342, Abril a Junho de 1898, tomo XXIX, p. 149.

Tal evidência resulta da ausência de ambientes especializados para essas actividades, o que é de igual modo compreendido à luz das limitações financeiras que falámos. Na verdade, nas suas considerações, a Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses tinha preconizado que fossem aproveitadas a sala de aula e a parte coberta do recreio para os trabalhos manuais, acrescentando que em tempo futuro na área do pátio poderiam ser construídas algumas casas destinadas a oficinas.<sup>128</sup> Esse dado indiciava claramente uma subalternização do espaço destinado aos exercícios físicos, unicamente possíveis no pátio, cuja área havia sido calculada à razão de 5 m<sup>2</sup> por aluno, nunca excedendo portanto os 250 m<sup>2</sup>.

Esta descontextualização do programa arquitectónico face ao discurso pedagógico, agudiza-se quando confrontado com a arquitectura escolar coeva de outros países. Assim é o caso dos grupos escolares de S. Paulo, edificados a partir de 1895 e a evidenciarem bom nível construtivo, cujo programa de conjunto obedecia às prescrições do Código Sanitário de 1894 que determinavam o levantamento de “galpões” destinados aos exercícios ginásticos nos fundos ou laterais dos terrenos.<sup>129</sup>

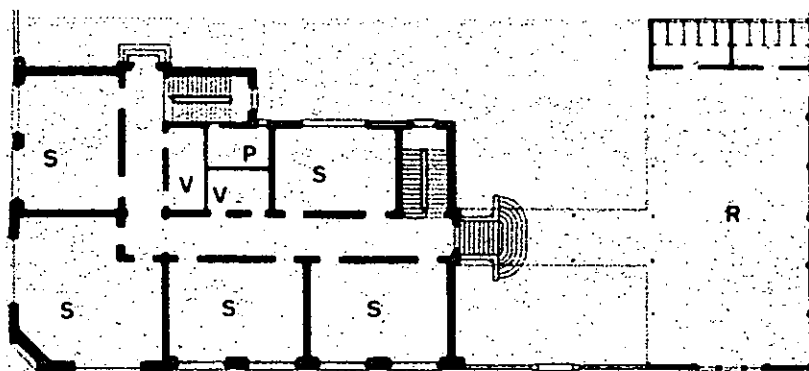
44. Grupo Escolar de Itapira em S. Paulo/Brasil, projectado em 1896 por Victor Dubugras (M. E. Peirão, M. Geiger de Mello e H. M. Vendramini Neves, *Arquitectura Escolar Paulista 1890-1920*, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, São Paulo, 1991, p. 34).



<sup>128</sup>Cf. *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.ºs 340 a 342, Abril a Junho de 1898, tomo XXIX, pp. 136-137.

<sup>129</sup>Cf. M. E. Peirão, M. Geiger de Mello e H. M. Vendramini Neves, *Arquitectura Escolar Paulista 1890-1920*, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, São Paulo, 1991.

Preferentemente, privilegiava-se uma solução em que surgia um passadiço coberto de ligação entre o corpo principal do edifício escolar e o espaço destinado aos exercícios físicos (também coberto), em detrimento do ginásio acoplado.



45. Planta do piso térreo do Grupo Escolar de Itapira (M. E. Peirão, M. Geiger de Mello e H. M. Vendramini Neves, *Arquitetura Escolar Paulista 1890-1920*, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, São Paulo, 1991, p. 34).

Legendagem adicional do autor. S - sala de aula V - Vestiário P - Sala dos professores R - Ginásio/Recreio.

Na análise de conjunto ressalta a significativa importância conferida ao espaço destinado aos exercícios ginásticos.

Tendo por base a descontextualização que falávamos, não estranha que logo em 1898 fossem dirigidas algumas críticas após a publicação do programa do concurso, e que a partir de inícios do século XX, à medida que iam sendo levantadas as escolas “Bermudes” de acordo com a formulação programática prevista<sup>130</sup>, o tom de contestação aumentasse, num momento em que os edifícios escolares se tomam um tema forte do discurso pedagógico.<sup>131</sup> As observações então levantadas centraram-se no número máximo de alunos permitido em cada aula (50), considerando-se excessivo por conduzir a “acumulações perigosas” nas salas.<sup>132</sup>

Essa contradição cresce se tivermos presente que certas teses enfatizadas nesse período prendiam-se justamente com a adopção de medidas de solução pública destinadas a difundir os princípios de higiene profiláctica nas classes menos ilustradas, o que passaria necessariamente pela escola.<sup>133</sup>

<sup>130</sup>A data da abertura do concurso era apontado um número de 200 escolas a construir no país, embora em 1902, no que constituiria uma primeira fase, fossem apenas programadas 120 (Cf. *Muitos Anos de Escolas...*, vol. I, 1ª parte, p. 103).

<sup>131</sup>Cf. António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs...*, vol. I, p. 562 e ss.

<sup>132</sup>Cf. *Revista de Educação e Ensino*, vol. XIII, 1898, pp. 138-139. Não deixa de ser paradoxal o facto do professor de higiene da Escola Médica de Lisboa fazer parte do júri do concurso. A propósito das críticas às escolas “Bermudes” consultar ainda *O Magistério Português*, n.º 60, 6 de Janeiro de 1906, pp. 3-4.

<sup>133</sup>Note-se que, em 1898, o Dr. Abel da Silva apresentou na Câmara dos Deputados um projecto que previa que os professores de instrução primária dessem conhecimento às famílias dos alunos das

Para a consecução de tais objectivos a arquitectura desempenhava um papel crucial, não sendo portanto de estranhar que no I Congresso Internacional de Arte Pública realizado em Bruxelas no ano de 1898 as questões com incidência social tenham atraído a atenção de grande número de arquitectos. Esse mesmo dado é verdadeiro para o debate de academia no término do século, onde é recorrente a ideia da arquitectura ser depositária de uma missão "altamente social e moralizadora".<sup>134</sup> Aliás, a própria valorização histórica da arquitectura na sua dialéctica Decadência/Regeneração, reiterada em muitos discursos académicos, potenciará variadas soluções eclécticas.<sup>135</sup>

É um pouco na órbita destas observações, e sobretudo no inerente papel de intervenção social atribuído à arquitectura, que se compreende que as escolas primárias concebidas por Bermudes fossem designadas por "chaletinhos parecidos com gaiolas de grilos"<sup>136</sup>, o que se implicitamente transmite alguma consideração do ponto de vista estético, revela muito mais o sentimento de tais edifícios promoverem a clausura de grupos significativos de crianças. É essa mesma ideia que recolhemos nas palavras de um crítico arguto como Fialho de Almeida, na sua definição de escola ideal:

"Edifícios sólidos e sem luxo [...] e as aulas amplas, rasgadas (ao contrário das famosas gaiolas de grilos) em vista do aumento, que não do decréscimo das frequências escolares."<sup>137</sup>

---

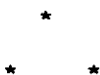
medidas profilácticas em casos de doenças contagiosas, medidas essas que seriam elaboradas pelo governo e anexadas a um livro de ensino de forma a constituir matéria de exame dos alunos (Cf. *Revista de Educação e Ensino*, vol. XIII, 1898, pp.139-140). Sobre as teses em causa, nomeadamente na sua relação com a arquitectura de equipamentos sociais, ver ainda Guilherme Augusto de Santa Rita, *Habitação do Operário e Classes menos Abastadas*, Lisboa, 1891.

<sup>134</sup>Cf. Ángel Isac, *Eclecticismo y Pensamiento Arquitectónico en España. Discursos, Revistas, Congressos 1846-1919*, Diputación Provincial de Granada, Granada, [1987], p. 97.

<sup>135</sup>Cf. Idem, p. 74. No período histórico em questão era frequentemente defendida a ideia que em termos arquitectónicos os séculos XVII, XVIII e XIX eram obscuros e decadentes, o que não deixa de estar evidentemente relacionado com a atmosfera pessimista de *fin de siècle* a que nos reportámos. Já Antero, ao enunciar as "causas da decadência" nas Conferências do Casino, minimizava os palácios do Escorial e Mafra e louvava a "arquitectura manuelina, criação de uma originalidade e graça surpreendentes" (citado por António Machado Pires, *op. cit.*, pp. 70-71).

<sup>136</sup>Alfredo Filipe de Matos, *O Passado, o Presente e o Futuro da Escola Primaria Portuguesa*, Edição do Autor, Freixo (Lousã), 1907, p. 277. A designação em questão parece ter-se instalado no discurso pedagógico, sendo também referida no Congresso Pedagógico promovido pelo Sindicato dos Professores Primários de Portugal em 1914.

<sup>137</sup>*Saibam Quantos...*, Círculo de Leitores, s.l., 1992, (1.ª edição de 1912-póstuma), 13.º vol., p. 100.



À guisa de síntese, diríamos que no período compreendido entre 1866 e o final do século XIX a análise das fontes revela-nos que Portugal manteve-se perfeitamente sintonizado (embora distante na *praxis*) com o que se fazia noutros países da Europa no campo da arquitectura escolar, o que adveio em larga medida, sobretudo a partir dos inícios da década de 70, da permanente presença de representantes do país em congressos e exposições internacionais, vias privilegiadas para a difusão de procedimentos construtivos. A precisa regulação dos processos a observar na construção das escolas de instrução primária em 1866 acabou por criar, pela exigência do texto legislativo, maiores dificuldades em edificar escolas dada a onerosidade que a estreita obediência dos preceitos impostos implicava. Ao cair-se no extremo oposto, com a flexibilização da legislação em 1871, apenas alguns projectos (sobretudo nos inícios da década de 80, de que são exemplo os destinados ao distrito de Santarém) se vão cingir às normas mais rigorosas, acusando na sua conformação a normalização resultante da aplicação estrita de princípios higienistas, veiculando simultaneamente, através de determinados dispositivos, a difusão de uma nova moral higiénica (inserção de lavatórios na antecâmara de entrada das salas de aula...) e denunciando a maximização das preocupações com o controlo visual das crianças.

Repare-se ainda que a uniformização da arquitectura escolar dada por um factor de controlo como a higiene - tenhamos novamente presente as escolas projectadas para o distrito de Santarém, com evidentes afinidades com edifícios escolares desenhados noutros países - vai também traduzir uma certa uniformidade dos métodos pedagógicos utilizados; pensemos particularmente no dúplice objectivo da pintura das paredes fundeiras das salas de aula com os mapas geográficos. Cumulativamente, é também evidente nessas escolas que o tipo de iluminação dominante (unilateral de esquerda) e a impossibilidade de visualizar o exterior em posição sentada reforçam o arranjo frontal da "classe",

com os alunos a olhar na mesma direcção o docente colocado em posição de líder natural, como tínhamos aventado.

Até finais do século XIX, o crescendo do discurso sobre a necessidade de educação física e a transposição ao texto pedagógico dos ideais de Herbert Spencer não se traduzem, no essencial, nos programas construtivos das escolas - tanto mais visível nos liceus projectados, demasiado arreigados às ambições de monumentalidade (uma das "realidades" mais contrastantes com as escolas primárias, para além da inexistência de um referencial normativo de enquadramento), embora nalguns casos se manifeste em afirmação o móbil higienista sobretudo ligado à questão da implantação - sendo no entanto de considerar algumas importantes excepções ao nível elementar nos anos 80, como as referidas para Santarém, a valorizarem claramente os espaços destinados aos exercícios físicos e recreio, assim como o exemplo da Escola Municipal n.º 1 em Lisboa, cujo ginásio instalado no pátio detinha um papel nuclear no conjunto.

A reafirmar o que foi dito, na fase histórica coincidente com a derradeira parte do século XIX se nos ativéssemos apenas aos edifícios projectados para escolas, no que constituem de indicadores de certas ideias, diríamos que a segunda hipótese formulada sairia referendada apenas parcialmente, o que vem em nosso entender a conectar-se unicamente com as limitações impostas pelas reduzidas dotações orçamentais, a condicionar decisivamente a aplicação de programas construtivos mais ambiciosos, de que são exemplo paradigmático os projectos desenhados por Adães Bermudes em 1898, marcados pela ausência de ginásios, de mobiliário específico e pouco abonatórios das zonas não edificadas para recreios e exercícios de ginástica, embora a registar uma preocupação marcante com as exigências higienistas advindas das descobertas de Pasteur.

Enfocando esse ponto de vista, é também importante referir que as limitadíssimas iniciativas destinadas a promover a construção de escolas nesse período, retenhamos que entre 1860 e 1900 o número de escolas primárias públicas triplicou<sup>136</sup>, invalidaram a possibilidade de tornar a escola mais

---

<sup>136</sup>Cf. António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs...*, vol. I, p. 349.

“apelativa”, comprometendo a intenção de a alargar a um crescente número de crianças e de a elas proporcionar os benefícios provindos do progresso das ciências médicas, ao contrário do sucedido extra-fronteiras, onde o equilíbrio na dicotomia “educação do corpo/educação do espírito” foi precocemente assegurado na Bélgica a partir de 1874 e em França depois de 1879 pela sistemática vigilância sanitária escolar, assim como por uma sustentada política de expansão do parque escolar.

Ora, no caso português, para além da inexistência de infra-estruturas físicas em acordo com os princípios preconizados para o desenvolvimento dos alunos, a instituição legal da Inspeção Sanitária Escolar só veio a ocorrer no ano de 1901, marcando em nossa opinião um novo tempo e abrindo uma nova era no entendimento do exercício de uma vigilância higiénica e racional da escola. Digamos que essa acção vem a colher maior abrangência pela concomitante criação da Direcção Técnica das Construções Escolares.

O esforço de medicalização da vida escolar a que assistiremos em Portugal no princípio do século XX, iniciando em aliança com os novos instrumentos de fiscalização a construção de um domínio sócio-sanitário em matéria escolar, orientará numa feição mais pragmática do que observámos até ao momento, os programas construtivos escolares e promoverá efectivamente a passagem dos discursos à prática no capítulo da aplicação de medidas higiénicas à escola.

Na fase histórica coincidente com os primeiros anos do século inverter-se-á a tendência generalizada de privilegiar programas arquitectónicos destinados a escolas primárias, lançando-se as bases para a construção dos primeiros liceus de acordo com um plano minimamente estruturado, vindo a superar-se as indefinições surgidas ao longo da segunda metade do século XIX e, num certo sentido, a afirmar-se a autonomização face à tentativa de transposição do normativo de 20 de Julho de 1866 às escolas secundárias.

É, fundamentalmente, a análise desse processo que procuraremos iniciar no próximo capítulo, colocando em evidência as discontinuidades face ao período precedente.



#### IV – A Criação de um Domínio Sócio-Sanitário na Esfera Escolar

"Doctors are coming along, and I venture to predict that within ten years they will, almost to a man, have demanded that buildings on one side of these halls shall be removed, so that teachers and little ones shall have the full benefit of those two most precious blessings, light and air."

(*Journal of the Royal Sanitary Institute*, XXXI, 1910-1911, pp. 106-107. Citado por Roy Lowe, "The Medical Profession and School Design in England", *Paedagogica Historica*, XIII, 2, 1973, p. 435).

Durante muito tempo a acção da higiene escolar esteve fundada na preocupação de conferir aos alunos as condições materiais conformes aos princípios da higiene em geral.

A inflexão que registaremos nos princípios do século XX, genericamente de substrato comum a outros países europeus e resultante de um conhecimento mais preciso do ponto de vista científico no tratamento das doenças infecto-contagiosas, coincidindo também com a aplicação das leis de protecção da saúde pública (Portugal, 1901; França, 1902; Espanha, 1904...), vem a conferir ao espaço escolar uma especificidade muito particular no sentido de o tornar mais eficaz na luta contra as referidas enfermidades.

É também a partir da evolução dos estudos sobre fisiologia humana, e da sua interacção com a pedagogia, que se inspirarão novos métodos pretensamente conducentes ao aperfeiçoamento físico e intelectual, provocando uma modificação considerável na aplicação da higiene à escola, fazendo com que se alterem a utilização do tempo pelo aluno, os próprios programas escolares e evidentemente a sua educação.<sup>1</sup>

A análise do que foi desde 1866 a orientação da legislação portuguesa sobre higiene escolar, nomeadamente no que diz respeito à escola primária, faz-nos exactamente perceber que é a partir de 1892 que começam a ser tidos em linha de conta elementos fundamentais no capítulo da higiene dos alunos, a

---

<sup>1</sup>Cf. a este propósito as observações do Dr. Macaigne, *Précis d'Hygiène*, Paris, 1911, p. 287 e ss.

exemplo da apresentação obrigatória no acto de inscrição de um atestado médico comprovando que não sofriam de qualquer doença contagiosa e que estavam vacinados.<sup>2</sup>

No entanto, é só a partir de 1901 - ano da criação da Inspecção Sanitária Escolar junto da Direcção Geral de Instrução Pública<sup>3</sup> - que será estruturado um plano de higiene escolar organizado e direccionado numa primeira fase para a instrução primária, resultante em larga medida do concurso dos Drs. Sebastião Cabral da Costa Sacadura e António de Almeida Dias.

A regulamentação do funcionamento da Inspecção Sanitária Escolar pelo decreto n.º 4 de 19 de Setembro de 1902, traduz no seu articulado a tentativa de tornar abrangentes as funções desse organismo, apesar das manifestas limitações desde logo evidenciadas ao nível dos recursos humanos. Na verdade, essa acção ficava atribuída a dois médicos (inspectores sanitários) e aos delegados e subdelegados de saúde, a quem estavam confiadas tarefas tão diversas: como a observação dos alunos, a organização do boletim antropométrico, a realização de conferências escolares..., assim como a inspecção dos edifícios escolares e das suas instalações, mormente no que concernia à cubagem, ao asseio, à ventilação e mobiliário...<sup>4</sup>

Em Portugal será ao longo da primeira década do século XX que se registará um primeiro e efervescente interesse de alguns médicos pela escola, entendida a seus olhos como um espaço educativo privilegiado onde não deveriam incidir os chamados "venenos sociais", idealizando-se nessa via um ambiente exemplar, voltado para si, distanciado de qualquer interferência externa que pudesse comprometer a educação e o ensino ministrados, procurando em suma "proteger a criança adentro das escolas", como sintomaticamente o definia Costa Sacadura.<sup>5</sup>

Naturalmente, esse interesse entronca numa maior sensibilidade para os problemas da higiene escolar no plano internacional, cuja expressão máxima é

<sup>2</sup>Cf. os artigos 3.º e 10.º da portaria de 29 de Setembro de 1892.

<sup>3</sup>Cf. o artigo 109.º do decreto n.º 8 de 24 de Dezembro de 1901 que reformava o ensino primário.

<sup>4</sup>Cf. o decreto n.º 4 de 19 de Setembro de 1902, cap. IX, artigos 369.º a 380.º. A este respeito consultar ainda o estudo de Carlos Abreu, *op. cit.*, p. 86 e ss.

<sup>5</sup>Acerca das ideias defendidas por Costa Sacadura ver Adolfo Lima, *Pedagogia Sociológica*, Livraria Escolar Progredior, Porto, 1936, 2.º vol., pp. 29-31.

alcançada nos Congressos Internacionais de Higiene Escolar de Nuremberga (1904), Londres (1907) e Paris (1910).

Como procuraremos argumentar, a atitude e influência médicas sobre a escola no início do século XX português, no que também traduzem de progressivo intervencionismo estatal sobre o indivíduo e a família, orientar-se-ão no propósito de difundir os conhecimentos indispensáveis para a profilaxia das doenças contagiosas, potenciando de forma concomitante um efeito educativo extra-escolar, fundamentalmente junto da família, numa lógica de escola vivencialmente formadora de indivíduos sãos e disciplinados, cujo contributo para o progresso da sociedade seria inestimável.

Trata-se, portanto, de apreender o modo como a escola se vai apetrechar e conformar para a consecução desses propósitos nos primeiros anos de 1900.

### **1. A adopção da ginástica pelo método sueco e a afirmação da Inspeção Sanitária Escolar junto dos liceus**

Em 1908, o jornal *O Século* promovia uma campanha intitulada "Protecção à Infância" publicando uma série de artigos e desenvolvendo algumas actividades de natureza iminentemente filantrópica; conjunto de acções esse que viria a revestir foros de verdadeira cruzada.<sup>6</sup>

A justificação do encaminhamento de tal campanha era transversalmente apresentada nos seguintes termos:

"Interessam-nos sobretudo as crianças por que só com elas se pode preparar uma sociedade nova, com robustez, com beleza e intelectualidade, sem os preconceitos, as deformidades morais, os automatismos ruins que todos nós sofremos e nos condenam a uma vida imperfeita, coxeando por causa dos males herdados, ou adquiridos no meio."<sup>7</sup>

<sup>6</sup>Cf., por exemplo, o artigo "Protecção à Infância - Regeneremos a Raça!", *O Século*, 20 de Fevereiro de 1908.

<sup>7</sup>"Protecção à Infância - O Problema da Educação", *O Século*, 23 de Março de 1908.

Nesse mesmo periódico, Sabino Coelho, professor da Escola Médica de Lisboa, vinha advertir para o perigo das poeiras da capital, em sua opinião responsáveis por doenças como a tuberculose, a tosse convulsa e a febre tifóide, entre muitas outras, que vitimavam um grande número de crianças.<sup>8</sup>

As ideias veiculadas através do citado jornal, reveladoras de uma consciência social que valoriza a vida<sup>9</sup>, basicamente pelo enfoque colocado na criança enquanto garante da sociedade futura, ao conectarem em larga medida numa relação de causa e efeito a degradação registada nas condições de vida, particularmente sentida nas camadas operárias, com a condenação a uma "vida imperfeita", obrigam por essas mesmas razões ao repensar das realidades urbanas num sentido arquitectónico-patrimonial e económico social.<sup>10</sup>

Em conformidade, a temática dos equipamentos públicos suscitará um especial interesse no início do século XX, nomeadamente as tipologias habitacionais pela premência de intervenção nas esferas urbanas de Lisboa e Porto em ordem a sanear bairros específicos, isto é, os chamados pátios na capital e as ilhas na Invicta, focos de problemas sociais de vária índole.<sup>11</sup>

Perfilado no horizonte o espectro de um "mundo imoral", carregando consigo novas formas de miséria e de degradação humanas, não surpreende que numa literatura de feição muito específica, em afirmação e plena de divulgação nos alvares de Novecentos, ecoassem e fossem reflectidas essas "realidades" num intento que diríamos (por contraposição) manifestamente reivindicativo da moralidade.<sup>12</sup>

---

<sup>8</sup>Cf. "Liga contra a Poeira em Lisboa", *O Século*, 15 de Fevereiro de 1908. Nesse artigo defendia-se ainda os cuidados higiénicos com as crianças, uma alimentação apropriada, o cuidado a ter com as mães...

<sup>9</sup>Uma maior consciência do valor social da vida será particularmente mais visível na segunda década do século, onde estas questões ganham diferente dimensão pelos surtos epidémicos registados entre 1911-1920, pela diminuição real na população devido à forte emigração nos anos de 1912 e 1913... (Cf. Maria Manuela Ferreira Martinho, *op. cit.*, p. 167 e ss.).

<sup>10</sup>Sobre este assunto consultar Irisalva Moita (coord.), *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994 e Luís de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto*, Porto Editora, Porto, 1998, 2.ª edição.

<sup>11</sup>Cf. *A Medicina Contemporânea*, n.º 39, 29 de Setembro de 1901. No XV Congresso Internacional de Medicina realizado em Lisboa em 1906, o depoimento conjunto de Ricardo Jorge e Henrique Schindler confirmava para os anos de 1902 a 1904 que a mortalidade urbana excedia a mortalidade em geral e, no caso específico do Porto, era afirmado que "c'est une des villes européennes qui paie un des plus lourds impôts à la mort." (*XV Congrès International de Médecine*, Lisboa, 1906, p. 172).

<sup>12</sup>No âmbito da chamada literatura "naturalista" são produzidos romances como *Os Famintos* de João Grave, publicado em 1903, ou séries de ficção como *Tuberculose Social*, de Alfredo Gallis, e *Patologia Social* de Abel Botelho, publicada entre 1891 e 1910...

Nessas circunstâncias, a essencialidade de “um temperamento organizado para a luta e para a vitória”, como afirmara Maria Amália Vaz de Carvalho em 1895<sup>13</sup>, numa propiciadora atmosfera de fim de século, a que aliás já nos referimos, sai agora nitidamente reafirmada num claro entendimento da sociedade como uma espécie de guerra onde só os mais fortes sobreviveriam. Efectivamente, a obsessão com a saúde que detectamos ao percorrer alguns periódicos e revistas dos primeiros anos da centúria, informando da tese apontada no parágrafo precedente, vem revalorizar o papel da ginástica, dos ambientes sadios, e das dietas e cuidados a ter com a infância..., conforme traçou Rui Ramos.<sup>14</sup>

De forma paralela, o empolamento conferido às questões higienistas vai introduzir visíveis alterações na órbita escolar - um fértil campo para a aplicação de medidas concretas - ficando de antemão a nota que as transformações ocorrerão sobretudo depois de 1905 no quadro específico de alguns liceus, e em resultado da Reforma da Instrução Secundária de 29 de Agosto desse ano.

Tendo presente que o dito texto legislativo determinava a obrigatoriedade da educação física nos liceus segundo o chamado método sueco, e criava em moldes especiais os Serviços de Inspeção Sanitária junto dos liceus do Porto, Coimbra e Lisboa<sup>15</sup>, propomo-nos agora averiguar o modo como tais disposições (indissociáveis) foram sendo aplicadas.

Fazendo-se sentir em Portugal a influência da escola de Ling a partir de 1891, fundamentalmente por via médica<sup>16</sup>, a sua difusão entre nós registará considerável incremento após o ano de 1907, em parte graças à publicação do livro de Luís Furtado Coelho, *A Gymnastica Sueca*. Nessa obra, o autor procurava naturalmente destacar as virtualidades do método sueco, cujos

<sup>13</sup> *A Arte de Viver em Sociedade* (1.ª edição 1895; 3 edições até 1900!).

<sup>14</sup> Cf. *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), Editorial Estampa, Lisboa, [1994], vol. 6, pp. 310-312.

<sup>15</sup> Precisemos que estes serviços eram extensíveis aos outros liceus do reino, embora só nos citados ficassem adstritos inspectores sanitários, estando os restantes sob alçada dos delegados e subdelegados de saúde (Cf. o decreto de 29 de Agosto de 1905, artigo 4.º, § 2.º).

<sup>16</sup> Sobre esta questão ver Albano Estrela, *op. cit.*, p. 14.

meios utilizados segundo nos relata eram baseados nos conhecimentos da biologia humana, das ciências morais e sociais e da pedagogia..., enfatizando em simultâneo a abrangência de aspectos por ele contemplados, onde os higiénicos detinham alguma predominância:

"Com este método o papel da ginástica visa por completo à resolução dos quatro importantíssimos pontos sociais: o higiénico, o moral, o estético e o económico. O higiénico é, como todos, alcançado pela prática dos exercícios ginásticos, e do trabalho por eles exigido: conseguindo-se por seu intermédio a correcção das atitudes viciosas, a educação dos movimentos, o funcionamento orgânico completo e íntegro, obtendo-se assim a saúde e a força." <sup>17</sup>

Desde a década de 90, as intervenções a respeito das escolas de ginástica sueca e francesa atribuíam geralmente vantagem à primeira, advindo essa opção da sua tendência "higiénica" em detrimento da feição mais atlética da segunda, o que permitia que o método de Ling pudesse mais facilmente ser implementado sem restrições a um maior número de pessoas, nomeadamente aos escolares.<sup>18</sup>

Todavia, em alguns liceus a necessidade de fomentar o ensino da ginástica foi de algum modo sentida antes de vigorar o decreto de 29 de Agosto de 1905, embora as medidas então tomadas, sempre com o beneplácito do Director Geral de Instrução Pública, se afirmassem sem um rumo muito definido e num plano meramente facultativo para os alunos. Nesse caso se encontram os liceus nacionais de Angra do Heroísmo<sup>19</sup> e de Bragança<sup>20</sup> que desde o ano lectivo de 1902/1903 diligenciam na mira da construção de ginásios, embora deparem com grandes obstáculos para a efectivação desses projectos. É o próprio reitor do liceu nacional de Bragança a propor por várias vezes ao

<sup>17</sup>Luís Furtado Coelho, *A Gymnastica Sueca*, Porto, 1907, p. 43.

<sup>18</sup>Cf. *A Medicina Contemporânea*, n.º 41, 8 de Outubro de 1893. Alguns anos mais tarde, essa ideia vem a ser reafirmada por Luís Furtado Coelho (Cf. *op. cit.*, p. 313).

<sup>19</sup>Cf. officio do reitor interino do liceu nacional de Angra do Heroísmo ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública em 20 de Janeiro de 1902 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4058, processo 58).

<sup>20</sup>Cf. officio do reitor do liceu nacional de Bragança ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública em 28 de Novembro de 1903 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4064, processo 580).

Director Geral de Instrução Pública a implementação do ensino obrigatório da ginástica:

"Sabe V. Ex.<sup>a</sup> muito bem que os alunos estão durante muitas horas em trabalhos nas aulas e em suas casas, para poderem assim conseguir a habilitação literária que o regulamento exige; e que portanto a necessidade irredutível de demorado estudo os obriga a uma vida sedentária que muito lhes prejudica o desenvolvimento físico. Estou convencido que o único meio de remediar este estado de coisas é, pelos motivos que por diferentes vezes tenho exposto a V. EX.<sup>a</sup>, declarar-se superiormente obrigatório o ensino de ginástica, racional e metodicamente ministrado." <sup>21</sup>

Já consignado do ponto de vista legal o ensino da educação física, Frederico Sanches de Moraes, inspector sanitário no liceu de Coimbra, vai reiterar algumas dessas ideias no prefácio do *Guia de Gymnastica Racional e Practica (Methodo Sueco)*, por ele traduzido livremente do *Manuel de Gymnastique* de Soleirol de Serves no ano de 1906:

"A cultura metódica das forças do corpo é o correctivo, por excelência, do esgotamento nervoso inseparável da instrução intelectual intensiva, que a presente época impõe a todos, e que a juventude aceita como coragem, como uma condição essencial da vida, como uma inelutável necessidade." <sup>22</sup>

Costa Sacadura, considerando o método sueco superior por ser fundado nas leis da fisiologia humana, escora o problema da educação física numa vertente mais ampla:

"Depois de bem instalados os liceus, rodeados de jardins e pátios, e de preparado o pessoal técnico que há-de ministrar o ensino da ginástica sueca, é que se devem esperar os resultados desejados [em suma, como afirma mais adiante]

---

<sup>21</sup>Idem.

<sup>22</sup>*Guia de Gymnastica Racional e Practica (Methodo Sueco)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1906, p. V.

bons edifícios antes de tudo, depois bom ensino físico com bons professores, e o robustecimento orgânico dos alunos não se fará esperar.”<sup>23</sup>

No entanto, e a despeito do assunto ser alvo de manifesto interesse, em 1907 o ensino da ginástica nos liceus não estava ainda regulamentado, nem mesmo organizado.

Nesse ano, o Director Geral de Instrução Pública, Agostinho de Campos, encarregou o Dr. Almeida Dias de elaborar uma circular a ser endereçada aos reitores dos liceus junto dos quais funcionavam inspectores sanitários. Segundo Agostinho de Campos era

“necessário conhecer previamente a média dos caracteres morfológicos da população dos nossos estabelecimentos de ensino secundário, para sobre ela estabelecer um programa nacional de exercícios ginásticos, que certamente atingirá com muito mais proficuidade o alvo a que esses exercícios se destinam, do que a simples e empírica adaptação de programas estrangeiros.”<sup>24</sup>

Em rigor, contrapondo um pouco o que referimos, importa dizer que no ano de 1906 existiu um regulamento provisório para uso dos liceus e escolas de Lisboa, elaborado no mês de Outubro pelo inspector do ensino de ginástica António Domingos Pinto Martins, que traçou um esquema de aula a ser aplicado até 15 de Novembro de 1906, devendo esse ensino ser ministrado no Centro Nacional de Esgrima.<sup>25</sup>

Sobre o regulamento em questão se pronunciou a Inspecção Sanitária Escolar eximindo-se de tecer observações em função de

“conter matéria exclusivamente estranha à sua competência [lembrando no entanto a conveniência em] convocar uma reunião de inspectores sanitários,

<sup>23</sup>Costa Sacadura, *Educação Physica*, Typographia de Cristovão Augusto Rodrigues, Lisboa, 1906, p. 9.

<sup>24</sup>Carta manuscrita do Director Geral de Instrução Pública, Agostinho de Campos, ao Ministro do Reino em 22 de Novembro de 1907 (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 164, processo 19).

<sup>25</sup>Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4077, processo 1344. Neste processo estão descritos em pormenor os exercícios de ginástica (correspondentes à 1.ª lição) preconizados pelo inspector António Martins, que estudou o método de Ling na Suécia.



inspectores e instrutores de ginástica, para conjuntamente elaborarem um projecto de regulamento.\*<sup>26</sup>

O facto da generalidade dos liceus estar instalada em edifícios inadequados introduz acrescidas dificuldades no processo de implementação da ginástica nesses estabelecimentos de ensino.

**Quadro VI**

Liceus	Locais destinados às aulas de educação física
Amarante	Claustro superior do antigo convento de S. Gonçalo.
Angra	Cerca do liceu.
Aveiro	Falta de local adequado no liceu. Concedida autorização para decorrerem as aulas no Grémio Ginásio de Aveiro.
Beja	"Casa de espera" dos alunos.
Braga	Terreno contíguo ao liceu. Por vezes, aproveitam-se os claustros do convento onde está instalado o liceu para as aulas.
Bragança	Construída uma casa na cerca do liceu para os exercícios ginásticos.
Castelo Branco	Sala do liceu contígua ao pátio, cercada de estantes com livros e tendo ao centro um poste de ferro.
Chaves	Sem recinto para ministrar as aulas
Évora	Espaço rectangular no próprio recinto do liceu.
Faro	Sem espaços apropriados para as aulas.
Funchal	Ginásio da Corporação dos Bombeiros Voluntários, próximo do liceu.
Leiria	Terreno situado no interior do liceu. Por ser descoberto implica que frequentes vezes as aulas decorram nos corredores do edifício.
Lisboa (1.ª zona)*	Salão do Centro Nacional de Esgrima.
Lisboa (2.ª zona)	Local distante do liceu (salão do Teatro de S. Carlos).
Lisboa (Maria Pia)	Em duas salas contíguas.
Ponta Delgada	Claustro do edifício.
Portalegre	Local impróprio.
Santarém	Sem espaço disponível para as aulas.
Setúbal	Numa varanda do edifício (12 m x 5, 60 m)
Viana do Castelo	Sala espaçosa perto do edifício do liceu.
Vila Real	Sem espaço para aulas. Oferecido pelo proprietário do edifício onde estava o liceu um terreno para a instalação de um ginásio.
Viseu	Claustro interior do edifício do Colégio onde se acha instalado o liceu.

Locais onde se ministravam as aulas de educação física nos liceus portugueses no ano lectivo de 1906-1907, segundo o inquérito sobre o estado da educação física nos liceus efectuado por ordem da Direcção Geral de Instrução Pública (circular de 20 de Julho de 1907, enviada aos reitores).

Fonte: Elaboração própria a partir do *Apêndice ao Diário do Governo*, n.º 207, 28 de Maio de 1910, pp. 153-156.

A fonte em questão não permitiu recolher elementos respeitantes à totalidade dos liceus. Por opção não incluímos os dados apresentados pelas escolas secundárias municipais.

\* Por decreto de 4 de Janeiro de 1906 a cidade de Lisboa foi dividida em três zonas escolares e a do Porto em duas, ficando cada uma com um liceu central.

Concomitantemente, outros dois factores retardam esse processo: o limitado número de professores com formação especializada, e a inexistência de

<sup>26</sup>Carta dirigida em 5 de Novembro de 1906 ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, subscrita por António de Almeida Dias, Costa Sacadura e Manuel de Valadares (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4077, processo 1344).

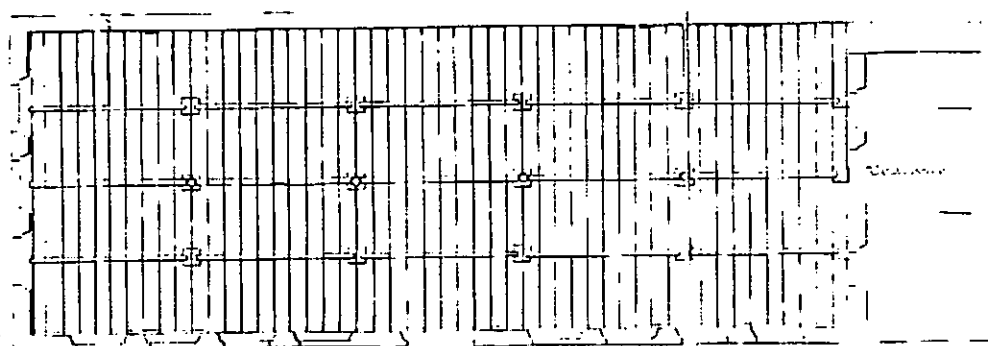
material específico de apoio às aulas de ginástica. No último caso, só em Julho de 1909 foi solicitada pelo inspector do ensino da ginástica ao Director Geral de Instrução Pública a aquisição de material específico para o ensino da ginástica sueca provindo directamente de Estocolmo, embora se destinasse unicamente a equipar o novo edifício do liceu Camões que deveria servir de modelo aos futuros ginásios a instalar.<sup>27</sup>

Não obstante essa situação, detectamos uma crescente vontade por parte de alguns liceus na procura de espaços para o ensino da ginástica, fundamentalmente a partir do ano de 1907. Tal facto, em nossa opinião, poderá em parte ter resultado de um particular efeito indutivo que vem a explicar a



46. Projecto para uma aula de ginástica a ser edificada na cerca do liceu nacional de Portalegre. 1907.

(IAN/TT, Ministério da Instrução Pública, Cx. 98, processo 12).



47. Idem (planta do interior).

<sup>27</sup>Cf. IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, maço 41, processo 1. Note-se que na parte final da monarquia se acentua o interesse pela implementação da educação física em Portugal, manifestamente traduzido na participação de portugueses em congressos internacionais subordinados ao assunto, e na publicação na folha oficial de relatórios sobre o estado da educação física nos liceus portugueses e ensino da disciplina em alguns países estrangeiros. Cf. a este respeito os seguintes Apêndices ao *Diário do Governo*: n.º 207, 28 de Maio de 1910, *Documentos sobre Educação Física nos Liceus Portugueses*; n.º 243, 19 de Junho de 1909, *Documentos relativos à Educação Física em alguns Países Estrangeiros*; n.º 288, 21 de Julho de 1910, *Relatório sobre o Estado da Educação Física nos Liceus Portugueses*.

apetência por esses espaços. Salientemos que em 27 de Junho de 1907 João Franco assina um decreto sobre a difusão da instrução militar preparatória, justificando em relatório prévio o patriotismo inerente a esse propósito, associado aos sentimentos da disciplina, da devoção cívica e da promoção do avigoramento da raça, declarando-se no caso específico dos liceus que se

"dispuserem de paradas ou locais apropriados poderá ser ministrada, sem prejuízo do ensino, a instrução militar dos alunos que, tendo mais de quinze anos de idade, se inscreverem para tal fim na secretaria." <sup>28</sup>

A plausibilidade desta nossa interpretação vem a colher algum fundamento na análise da própria prática do ensino da ginástica nos liceus.

Em Coimbra, onde as aulas de ginástica funcionavam a título provisório num imóvel anexo e com poucas condições, a igreja dos "Bentos", o inspector sanitário no liceu descreve em relatório elaborado em Agosto de 1907 que

"o método empregado é o do ensino progressivo havendo sempre, antes de cada lição de ginástica, exercícios de soldado sem arma." <sup>29</sup>

Na sua perspectiva, os resultados obtidos são animadores nos cerca de 200 alunos que frequentaram as aulas de ginástica, o que é verificável na melhoria dos valores obtidos nas medições antropométricas e evidenciado na sua avaliação médica, como salienta:

"Muitos rapazes que entraram para o liceu com o peito metido para dentro, corcovados, com aparência doentia, encontrei-os, no fim do ano, com o peito saliente e com sinais de boa saúde." <sup>30</sup>

<sup>28</sup> *Diário do Governo*, n.º 142, 1 de Julho de 1907, p. 470.

<sup>29</sup> *Relatório sobre as Condições Hygienicas do Lyceu de Coimbra*, manuscrito não paginado redigido por Frederico Sanches de Moraes em 7 de Agosto de 1907 (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 164, processo 19).

<sup>30</sup> *Idem*.

Por outro lado, Sanches de Moraes destaca também o efeito essencialmente disciplinador da ginástica sueca já que os alunos se mostram correctos, aprumados e executam os movimentos com precisão, sendo justificável na sua perspectiva a construção de um ginásio obedecendo a todos os requisitos, pelo que não hesita em advogar a demolição da igreja dos "Bentos" para concretizar no local tal intento.<sup>31</sup>

O exemplo do liceu de Coimbra, que encontra alguns pontos de contacto com os liceus do Porto e de Lisboa, essencialmente pela presença em todos eles de um inspector sanitário, releva da intencionalidade de criar através da conjugação de várias acções uma espécie de "enceinte" baseada nos princípios da higiene.

Na presença de uma organização não satisfatória da inspecção médica das escolas, como o reconhecia Costa Sacadura em 1906, e na impossibilidade de resolver com a brevidade desejável o problema dos edifícios escolares, era pelo menos possível não agravar

"as más condições higiénicas da escola com a falta de observância dos preceitos que a higiene impõe e recomenda, mesmo dentro dos melhores edifícios e com o melhor mobiliário." <sup>32</sup>

Essa ideia, como analisaremos brevemente, será desenvolvida em pelo menos duas frentes distintas, procurando-se uma articulação com os benefícios provindos da implementação da ginástica sueca nos liceus. Neste último aspecto, isto é, na aferição dos progressos registados no desenvolvimento físico dos alunos, há a destacar o papel chave conferido às medições antropométricas, e daí ter havido desde o ano de 1905 a preocupação de dotar os liceus com material para realizar os exames médicos.<sup>33</sup>

<sup>31</sup>Cf. *idem*.

<sup>32</sup>Costa Sacadura, *Atitudes Viciosas na Escola*, Lisboa, 1906, p. 11.

<sup>33</sup>Cf. Carta do Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, Dr. Abel de Andrade, a Manuel da Silva Nogueira a solicitar o envio de material antropométrico de Paris (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4075, processo 433).

Não estranha o facto dos liceus onde estavam sediados inspectores sanitários terem sido os primeiros a ser contemplados com material antropométrico, e com colecções mais completas, o que vem justificar o direccionamento da citada circular mandada elaborar por Agostinho de Campos em 1907.

**Quadro VII**

Colecção A *	Colecção B**
Toise Topinard	Toise de Bertillon
Balance l'Exupère	Balance l'Exupère
Compas d'épaisseur de Bertillon	Compas d'épaisseur de Bertillon
Spiromètre de Nerdin	Spiromètre de Nerdin
Dynamomètre universel d'Axenfeld	Dynamomètre universel d'Axenfeld
Ruban métrique en acier	Ruban métrique en acier
Echelle du Dr. Wecker	Echelle du Dr. Wecker
Diapason avec curseur	
Campimètre du Dr. Wecker	
Ophthalmoscopie	
Sifflet à ?	
Boîtes de verres d'essai	

\* 5 encomendas destinadas aos liceus de Lisboa (Carmo, S. Domingos e Lapa), Coimbra e Porto (2.ª zona). As remessas para os liceus da capital já tinham sido entregues em Dezembro de 1906.

\*\* 10 encomendas destinadas aos liceus Maria Pia, Porto (1.ª zona), Braga, Évora, Viseu, Faro, Vila Real, Aveiro, Lamego e Bragança. Remessas entregues ao longo do ano de 1907.

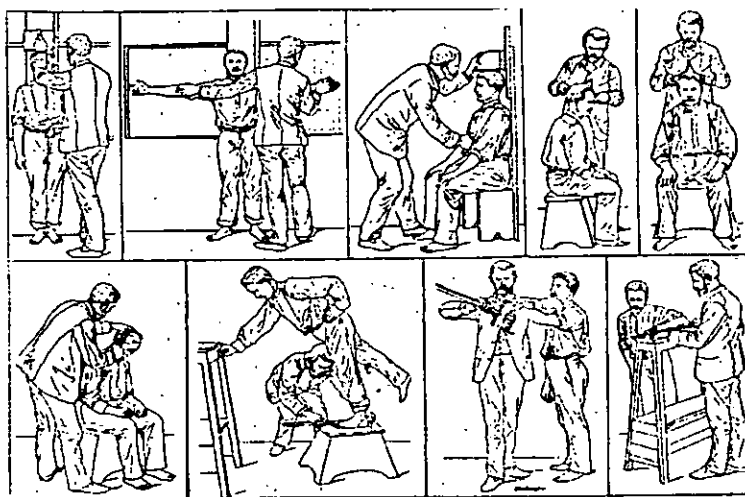
Material antropométrico encomendado de Paris, de acordo com catálogo da Fábrica Collin, destinado aos liceus do reino para dar cumprimento ao despacho ministerial de 30 de Novembro de 1905.

Fonte: IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4075, processo 433.

Na verdade, é de forma prioritária nos liceus de Lisboa, Porto<sup>34</sup> e Coimbra que vemos ser levada à prática uma estratégia destinada não só a “preservar” a criança, mas também a maximizar o capital humano, traduzindo um conjunto de inquietações coetâneas, algumas das quais temos vindo a fazer referência, no que manifestam de sobrecarga e comprometimento do ponto de vista económico/produtivo para a evolução da sociedade, e que são bem ilustradas por Luís Furtado Coelho:

<sup>34</sup>Precisemos que apesar da cidade do Porto ter desde Janeiro de 1906 dois liceus, só o da 2.ª zona escolar tinha inspector sanitário.

"Pelo exercício torna-se o homem mais apto para melhor desempenhar os seus deveres sociais, devendo servir a educação física, tanto para os fortes como para os fracos, e conseguindo-se robustecerem-se estes, poder-se-ão diminuir as inúmeras misérias sociais [...] entre as quais avultam de um modo terrivelmente assustador a tuberculose pulmonar, a sífilis, o alcoolismo [...] que reduzem consideravelmente o potencial orgânico e social da família portuguesa." <sup>35</sup>



Relevé du signalement anthropométrique (*Système Bertillon*).

48. a 56. Imagens insertas no catálogo da Fábrica Collin relativo a material de antropometria. c. 1905 (Anexo ao processo citado na legenda do Quadro VII).

De forma progressiva, e num processo não pacífico, a afirmação dos inspectores sanitários junto dos liceus vai exactamente fazer eco e alicerçar-se nas preocupações retratadas, sendo à luz desse entendimento que vemos Sanches de Moraes fundamentar a necessidade de

"uma intervenção mais directa em todos os assuntos escolares, até mesmo da pedagogia [indo ao ponto de preconizar a atribuição de competências aos médicos escolares na organização dos horários e programas escolares] de modo a harmonizar estes com as faculdades intelectuais e as forças físicas da generalidade dos alunos, pois que se os mais robustos e inteligentes facilmente conseguem vencer as dificuldades, a maior parte não pode satisfazer aos actuais programas [defendendo por último, no que deduz ser conveniente] a separação

<sup>35</sup>Op. cit., p. 354.

das crianças normais das anormais para as quais deveria haver institutos especiais." <sup>36</sup>

De acordo com os dados disponíveis, o que parece particularmente de destacar e reafirmar no período específico que constituem os últimos anos da monarquia, e é um pouco em torno dessa argumentação que se fundamentará a nossa tese, isto no que concerne às motivações para a construção dos primeiros liceus na capital<sup>37</sup>, é que os ideais educativos expressos convergem decisivamente sobre a importância a atribuir à educação física, o que aliás tinha sido manifesto do ponto de vista do ideário político-educativo por Eduardo José Coelho no âmbito do movimento reformista do ensino secundário:

"Não basta que o liceu ensine, é preciso conferir preferências: sacrificar a educação física ao desenvolvimento intelectual, menosprezar, por este, a educação moral, seriam erros assaz graves para a vida da nacionalidade. É por isso que entendemos dever interromper o longo silêncio dos regulamentos dos liceus em matéria de educação física." <sup>38</sup>

Ora, a prossecução desse intento nem sempre se desenvolve numa via linear, registando mesmo oscilações, verdadeiramente fruto da agudização da crise das instituições monárquicas e de evidentes dificuldades financeiras..., por demais conhecidas para esses anos, mas também (e isso parece-nos nítido) do concurso de um conjunto diferenciado de intervenientes, alguns enquanto classe, em emergência nesse momento e que pugnam por um conjunto de medidas conducentes ao desenvolvimento de uma sociedade essencialmente

---

<sup>36</sup> *Projecto de Reforma da Inspeção Sanitária Escolar*, manuscrito não paginado redigido por Frederico Sanches de Moraes em 4 de Junho de 1907 (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 164, processo 19).

<sup>37</sup> Outro vector não menos decisivo, ao qual daremos relevo no próximo capítulo, diz respeito ao sentido de modernização imprimido ao ensino secundário sobretudo após a Reforma de Eduardo José Coelho, bem como à pressão registada nos liceus pelo aumento da frequência escolar.

<sup>38</sup> Preâmbulo do decreto de 29 de Agosto de 1905.

valorativa das forças de produção económicas<sup>39</sup> - com o que isso implicava de reforço do desenvolvimento físico - sem conseguirem no entanto uma articulação entre si e a necessária estruturação de uma metodologia conducente a esse fim.<sup>40</sup>

É nessa perspectiva que cabe analisar a intervenção dos médicos no âmbito escolar. Efectivamente, é sob influência médica que o ensino da educação física se direcciona decisivamente para o método sueco, nem sempre com a conveniente integração na escola portuguesa, como bem sustentara Albano Estrela.<sup>41</sup>

Em nossa opinião é nítida a feição militarizada imprimida à prática dos exercícios físicos, amiudadas vezes estreitada em contornos patrióticos de constituição de uma nação forte:

"bom seria que os nossos educadores fossem compreendendo esta grande verdade: que o futuro de Portugal não está, como vulgarmente se diz, nas suas colónias, mas sim em garantir à mocidade portuguesa a saúde, a energia e a resistência física." <sup>42</sup>

A forma militarizada de que falávamos está longe de ser unânime no seio da classe médica, ou até entre os professores de diferentes grupos, havendo vozes contestatárias em relação ao modo como a ginástica sueca era ministrada nos liceus:

<sup>39</sup>Esse ideal será bem definido já no quadro da 1.ª República, traduzindo a legislação da época tais anseios (Cf. nomeadamente o preâmbulo do diploma de 29 de Março de 1911 que reformava o ensino infantil, primário e normal, bem como o Regulamento Oficial de Educação Física publicado em 1920).

<sup>40</sup>Cf. a este propósito Albano Estrela, "Uma Perspectiva para a Compreensão da Evolução e da Difusão da Ginástica da Escola de Ling - um Exemplo: a Educação Física em Portugal nas Primeiras Décadas do Século XX", *Boletim do INEF*, 2.ª série, vol. II, n.º 3, Julho-Setembro de 1973, p. 25.

<sup>41</sup>Cf. *op. cit.*, 1972, p. 30. A ideia da essencialidade da educação física, conduzindo à sua inclusão no plano de estudos dos liceus no início do século, depois de um processo evolutivo algo lento, teve de facto da parte dos médicos escolares um decisivo contributo. Por algumas dessas figuras foram veiculadas teses em favor da "educação integral" da pessoa (Cf., por exemplo, Costa Sacadura, *Parecer Acerca do Horário do Lyceu da 1.ª Zona Escolar de Lisboa em Vigor no Anno Lectivo de 1907-1908*, Porto, 1908), que do ponto de vista da educação comparada encontra paralelo com as ideias defendidas e desenvolvidas em Espanha nesse período, embora noutra escala, por Pedro Poveda e seus colaboradores (Cf. Angela del Valle, "Una Pedagogía para la Educación Integral en la Obra de Pedro Poveda: Desarrollo de las Capacidades y Actitudes Físicas", *Historia de la Educación*, n.ºs 14 e 15, 1995-1996, pp. 173-196).

<sup>42</sup>J. E. Moreira de Salles, "A Gymnastica Sueca e a Educação", *Os Novos*, n.º 8, 1 de Junho de 1909, p. 3.



"Obrigar crianças cheias de necessidade de ar puro, de movimento e de liberdade a enfileirar-se para executar, automaticamente e durante 55 minutos, marchas, contra-marchas, exercícios de flexão, extensão e rotação dos membros à voz de comando e sob o domínio de uma disciplina permanente, é esquecer as necessidades do seu desenvolvimento normal, coarctar-lhes a liberdade de expansão e conservá-las no regime de constrangimento em que estiveram durante quatro longas horas, sentadas em verdadeiros bancos de tortura." <sup>43</sup>

Esse pensamento, aliado de facto à necessidade do aluno encontrar algum prazer e liberdade nas suas acções, é implicitamente secundado por Adriano José de Carvalho, professor do liceu de Coimbra, no quadro de uma consulta sobre horários do ensino secundário efectuada em 1908, condenando a orientação dada às aulas de ginástica:

"Reduzidas quase a simples exercícios militares, são ainda por cima realizados num casarão frio, sujo e feio, sem luz e onde o ar com dificuldade e lentidão se renova." <sup>44</sup>

Num sentido oposto se posiciona o professor de ginástica do liceu de Viseu, Francisco António de Almeida Moreira, que, legitimando a importância do decreto sobre instrução pré-militar nas escolas, desenvolve entre 1909 e 1910 um intenso e minucioso trabalho de medições antropométricas a todos os alunos. <sup>45</sup>

Essa dicotomia de posições foi, aliás, bem analisada por Georges Vigarello, demonstrando por um lado a afirmação entre finais do século XIX e inícios do século XX de teses defensoras do exercício livremente praticado, críticas

<sup>43</sup> Parecer do Inspector Medico das Escolas José Guilherme Pacheco de Miranda, sobre o Horario do Liceu Central de D. Manuel II para o Ano Lectivo de 1908-1909", *Porto Médico*, n.º 12, Dezembro de 1908, p. 364.

<sup>44</sup> *Apêndice ao Diário do Governo*, n.º 216, 1 de Junho de 1909, p. 111.

<sup>45</sup> O resultado pormenorizado desse labor foi publicado no *Apêndice ao Diário do Governo*, n.º 202, de 24 de Maio de 1910. Sobre esta questão da antropometria, tão relevada entre nós neste período, não deixa de ser paradoxal que o relatório elaborado por António Domingos Pinto Martins sobre a sua visita de estudo à Suécia a desvalorizasse objectivamente, indicando que nesse país as medições tinham sido banidas, exceptuando-se os casos dos alunos raquíticos ou com outras deficiências (Cf. *Apêndice ao Diário do Governo*, n.º 288, 21 de Julho de 1910). No entanto, não podemos perder de vista que o artigo 4.º do decreto de 29 de Agosto de 1905 determinava que os alunos fossem sujeitos a exames médicos com o intuito de indicar os exercícios de ginástica sueca a que seriam submetidos.

portanto da preparação "militarizada" e, por outro, de uma corrente antagônica mais preocupada com um controlo sobre as posturas e correcções morfológicas.<sup>46</sup>

Nos anos a que nos estamos a reportar, o que se evidencia ainda (embora em superação) é que algumas das ideias defendidas a propósito do desenvolvimento físico fundam-se na assunção de que o favorecimento das condições sociais e de determinados factores externos conduziria a níveis de organização mais elevados pela "herança das qualidades adquiridas", isto é, que através de medidas higiénicas, terapêuticas e educativas seria possível não só eliminar as doenças, mas também modificar a hereditariedade.<sup>47</sup> Lembre-se, para o efeito, que a circular elaborada pelo inspector sanitário Almeida Dias e assinada por Agostinho de Campos em Novembro de 1907 estava eivada por essas teses:

"O que convém estudar é a frequência das deformidades, defeitos de simetria, e perturbações de crescimento e de desenvolvimento físico, que a nossa raça acuse, para que metódica e racionalmente se possam combater e corrigir essas anormalidades congénitas ou adquiridas, pela físico terapia nas suas diferentes modalidades." <sup>48</sup>

Numa filiação de base comum, Luís Furtado Coelho sustenta nesse mesmo ano idêntica teoria:

"Segundo Darwin as modificações orgânicas podem ser transmitidas, no todo ou em parte, pela hereditariedade. Os nossos descendentes serão pois beneficiados pelo nosso aperfeiçoamento físico, da mesma forma que padecerão com a nossa degenerescência." <sup>49</sup>

---

<sup>46</sup>Cf. *op. cit.*, 1978, p.249.

<sup>47</sup>Essa ideia estava fortemente arraigada nos finais do século XIX, conforme perpassa amiudadamente no texto pedagógico: "Obrigados a trabalhar sem descanso, os pais transmitem aos filhos uma constituição enfraquecida; e os filhos, já de si fracos, têm de encetar, desde os tenros anos da sua mocidade, um trabalho rude e penoso que os enfraquece muito mais." (*Revista de Educação e Ensino*, 1886, vol. I, p. 257).

<sup>48</sup>IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 164, processo 19.

<sup>49</sup>*Op. cit.*, p. 355.

A partir do ano de 1900, a “redescoberta” dos trabalhos de Mendel vai implicar o progressivo abandono da velha tese do “progressionismo” lançada por Darwin.<sup>50</sup>

Em concreto, esse facto será relevante também em termos educativos, pois na impossibilidade de se alterar o património hereditário, ao educador caberia pela transmissão de conhecimentos e pelos comportamentos difundidos promover o “melhoramento” do indivíduo enquanto ser social.

Em 1908 era publicado na *Medicina Contemporânea* um artigo elaborado a partir de um texto da revista inglesa *Science Progress*, onde se fazia sentir o eco destas questões a propósito da tuberculose:

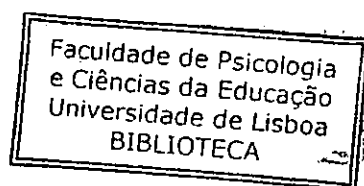
“Compreende-se que ela [selecção natural] pudesse ter uma explicação limitada ao problema da tuberculose, se estivesse demonstrado que a resistência se herda, o que é contrário aos factos.”<sup>51</sup>

Mais adiante no texto defendia-se que a diminuição da mortalidade pela tuberculose através das gerações se devia à mudança das condições de vida, à melhoria das práticas domésticas e sociais implicando melhor higiene, resultando no fundo na menor possibilidade do contágio.

O que se esboça claramente na parte final da monarquia é a tentativa de criar as condições e os “instrumentos” em ordem a promover uma “escola-lar” ideal, passando necessariamente a concretização desse objectivo pela abrangência e conjugação de vários factores, nos quais se contavam a construção de edifícios escolares segundo os princípios da moderna higiene e pedagogia, o ensino programado da higiene, a organização racional da educação física, e a aplicabilidade de um conjunto de prescrições/normas de molde a evitar a propagação das doenças contagiosas.

<sup>50</sup>Para um entendimento basilar dos contornos deste assunto no período em questão consulte-se Peter J. Bowler, “Darwinism and Modernism: Genetics, Paleontology, and the Challenge to Progressionism, 1880-1930”, in Dorothy Ross (ed.), *Modernist Impulses in the Human Sciences*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1994, pp. 236-254.

<sup>51</sup>A *Medicina Contemporânea*, n.º 6, 6 de Setembro de 1908, p. 281.



Paulatinamente vemos efectivarem-se diligências nesse sentido e, particularmente no caso da instrução secundária oficial, existe desde 1907 um esforço de base para elaborar um regulamento de higiene geral aplicável a esses estabelecimentos de ensino, procurando de algum modo alargar e particularizar normativos anteriores, fundamentalmente os citados decretos de 24 de Dezembro de 1901 e de 19 de Setembro de 1902, direccionados para a instrução primária, bem como o de 29 de Agosto de 1905, extremamente lacónico nos seus termos no que dizia respeito à acção dos inspectores sanitários nos liceus.

Com efeito, em Janeiro de 1909 o Conselho Superior de Instrução Pública submeteu ao monarca um extenso projecto de regulamento de higiene geral destinado aos estabelecimentos oficiais de instrução secundária<sup>52</sup>, resultante do trabalho de uma comissão constituída por Moraes Sarmento, Curry Cabral e Costa Sacadura, que havia sido nomeada em 28 de Novembro de 1907. No seu articulado eram definidas as atribuições dos inspectores sanitários, as instruções relativas ao ensino da ginástica, à antropometria, às conferências de higiene, ao serviço de limpeza nos edifícios, às condições higiénicas dos compêndios, à questão da água potável..., constituindo em termos de projecto normativo a primeira tentativa no ensino secundário de precisar as condições que deveriam ser observadas nas salas de aula (superfície, altura, iluminação...), na mobília escolar e no próprio material de ensino, tentando-se dessa forma uma especificação face ao aparelho regulamentar aplicado às escolas primárias (1866) que, como referimos, veio a afirmar-se como um importante referencial, passível de comparação e de transposição para lá do seu âmbito exclusivo.

Desconhecemos as circunstâncias que obstaram a que o projecto de regulamento em causa fosse publicado na folha oficial, embora não deixe de ser importante constatar que sem uma acumulação legislativa no capítulo da higiene aplicável aos liceus<sup>53</sup>, concomitante com a ausência de normas

---

<sup>52</sup>Cf. Anexo III.

<sup>53</sup>Cabe referir que nesse mesmo ano de 1909, a 25 de Agosto, foram publicadas instruções para a elaboração da distribuição dos professores para o serviço das diferentes disciplinas e o horário nos liceus, sendo determinado que os inspectores sanitários devessem assistir à parte da sessão em que se apreciassem os horários, dando o seu parecer fundamentado (Cf. *Legislação sobre Higiene Escolar e*

técnicas, pedagógicas e higiénicas para a edificação de escolas secundárias, que nos últimos anos que precederam de perto a implantação da República se projectem três liceus para Lisboa, muito dependentes do parecer de comissões é certo, e que as indicações que possuímos relativamente às práticas higiénicas em alguns estabelecimentos de ensino secundário indiciem uma transformação nesse período, como verificaremos, o que em hipótese não deve excluir a influência que alguns movimentos de opinião podem ter desempenhado nesse processo.

Convém precisar que o projecto de reforma da Inspecção Sanitária Escolar elaborado por Frederico Sanches de Moraes em Junho de 1907, ao qual já nos reportámos, se destinava a uma reformulação desses serviços especificamente ao nível do ensino secundário, sendo no entanto anterior à nomeação da comissão constituída em Novembro de 1907 para os idênticos fins, o que numa primeira leitura nos leva pelo menos a apontar um centrado interesse pela matéria nesse particular momento histórico. Isso mesmo é confirmado pelo concurso de outras personalidades igualmente redactoras de projectos de reforma nesse domínio. Ao que conseguimos identificar também o reitor do liceu do Carmo (LX), Abel Fontoura da Costa, e o inspector sanitário no liceu do Porto (2.<sup>a</sup> zona), José Guilherme Pacheco de Miranda, deram o seu contributo.<sup>54</sup>

Comum aos três projectos de reforma era a obrigatoriedade do ensino da higiene nos liceus, sendo proposto de forma cumulativa por Abel Fontoura da Costa a realização de conferências de higiene nas escolas para professores,

---

*Gimnástica - Suplemento*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1917), e que por portaria de 27 de Agosto procurou regularizar-se os serviços que competiam aos inspectores sanitários nos liceus de Lisboa, Porto e Coimbra, embora o texto legislativo ficasse muito aquém do projecto de regulamento elaborado por Moraes Sarmiento, Curry Cabral e Costa Sacadura.

<sup>54</sup>Cf. IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 164, processo 19. Tanto o projecto de reforma de Abel Fontoura da Costa, como o de Pacheco de Miranda, ambos sem data firmada, podem no entanto ser seguramente dados ao ano de 1907, e anteriormente ao mês de Novembro. O que pode ser inferido neste caso, que importa ressaltar, é que os três citados projectos entroncavam no processo reformador formalizado em 28 de Novembro de 1907. A comprovar o que aventámos, acresce ainda dizer que foram pedidos pareceres pela Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial à directora do liceu Maria Pia e ao reitor do liceu central do Porto (1.<sup>a</sup> zona), que emitiram as suas respostas respectivamente a 8 e 9 de Novembro de 1907, subscrevendo na generalidade o texto de Fontoura da Costa (Cf. IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 164, processo 19), embora essa auscultação pudesse ter encerrado maior amplitude. Note-se que a intervenção de Abel Fontoura da Costa, que era também capitão-tenente da Armada, se ficou a dever ao seu interesse e competência no domínio da educação física, o que fez com que no ano de 1910 fosse encarregado de assistir aos Congressos Internacionais de Educação

famílias e alunos e, por Pacheco de Miranda, a elaboração de instruções de higiene geral destinadas a ser impressas e afixadas em todas as escolas do país.<sup>55</sup> Ao certo, nessas intenções transparece um pretendido efeito educativo emanado da escola rumo ao seu exterior, a que Costa Sacadura de maneira recorrente se reportou nos seus escritos:

"A higiene bem orientada nas escolas daria resultados admiráveis e de enormíssimo valor, não só pelas consequências imediatas, mas ainda pelo ensinamento que as crianças levariam ao seio da sua família no presente, e pelo poder educativo que influiria no seu futuro."<sup>56</sup>

O que decorre dessa ideia, que exercerá evidentes condicionamentos sobre a implantação e configuração da escola, conforme veremos quando analisarmos os projectos dos liceus de Lisboa e do Porto, é exactamente a concepção de um espaço que se encerra sobre si, assumindo uma dimensão protectora em relação ao meio e à família e portanto de pouca permeabilidade ao exterior - jogando aqui papel importante o problema do regime de ensino, e a própria forma como se faz o relacionamento institucional escola/encarregados de educação - ao mesmo tempo que pretende projectar-se de dentro para fora através dos conhecimentos veiculados pelos alunos, cumprindo assim uma função educativa alargada.<sup>57</sup>

Esse dado é particularmente enfatizado nalguns escritos que clamam por uma escola, enquanto construção arquitectónica especial, onde

"o aluno encontre na boa direcção física, como na influência moral, uma espécie de compensação dos defeitos ou da influência da higiene e da educação na família, a fim de se reformarem os hábitos de uma grande parte da população,

---

Física, da Juventude e de Ginástica Pedagógica, Militar, Médica e Estética realizados em Bruxelas (Cf. o decreto de 30 de Julho de 1910).

<sup>55</sup>Cf. IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 164, processo 19.

<sup>56</sup>A *Tuberculose e a Escola*, Lisboa, 1907, p. 8.

<sup>57</sup>Importa referir que a tentativa de alargar o processo de "aculturação" dos alunos ao seu universo familiar ganha novos contornos na década de 30, nomeadamente pela criação do lugar de "visitadora escolar" (Cf. o dec. 25676 de 25 de Julho de 1935). Sobre este assunto consultar o citado trabalho de Carlos Abreu.

pelo contágio e pelo bom exemplo da escola, que assim estenderá os seus benefícios até àqueles que não puderam frequentá-la." <sup>58</sup>

Neste período, o predomínio da educação escolar sobre a educação familiar, limitando da parte da última a sua cooperação com a organização escolar<sup>59</sup>, o que levaria a pressupor como mencionámos anteriormente que o regime de internato tivesse recolhido maior força entre nós, não vem a obstar a que o espaço escolar, nomeadamente no caso dos primeiros programas dos liceus, seja pensado numa perspectiva de "corte" com o entorno, numa acepção em que a criança é separada e isolada numa espécie de "quarentena", para utilizar a expressão de Philippe Ariès,<sup>60</sup> e que venha a encerrar em si ainda algo da dimensão organizativa do "colégio" jesuíta, como observámos no projecto do liceu do Porto (Cf. figs. 31 a 34), apesar dos alunos não estarem completamente apartados das suas famílias, isto é, num esquema de "enclausuramento institucional"<sup>61</sup>; intenção essa nitidamente expressa pelo presidente do júri dos exames de saída da 5.ª classe no Liceu da Guarda acentuando a necessidade

"cada vez mais instante de se instalarem os liceus em edifício apropriado e condigno, e em boas condições higiénicas, rodeado de um parque murado para o recreio no intervalo das aulas, afim de o aluno aí entre de manhã e só saia depois de terminado o serviço escolar." <sup>62</sup>

Essa vontade de apartar, de definir um espaço autónomo e bem demarcado enquanto escola, filia-se evidentemente na procura de um ambiente

<sup>58</sup> "A Casa da Escola", *O Magisterio Portuguez*, n.º 9, 12 de Janeiro de 1905.

<sup>59</sup> Nos inícios do século XX há algumas medidas que denotam uma valorização do contacto entre a escola e a família, de que é exemplo a introdução do caderno escolar pela Reforma da Instrução Secundária de 29 de Agosto de 1905.

<sup>60</sup> Cf. *op. cit.*

<sup>61</sup> Cf. a este respeito João Barroso, *op. cit.*, vol. I, p. 364.

<sup>62</sup> *Relatório do Presidente do Júri dos Exames de Saída da 5.ª Classe no Lyceu da Guarda na Primeira e Segunda Épocas (de 18 a 30 de Julho e em 1 e 2 de Outubro de 1906)*, 30 de Novembro de 1906, endereçado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4079, processo 699). Trata-se de um manuscrito não paginado.

simultaneamente protector e propiciador à inculcação de determinados saberes, mas encerra em si preocupações com a aquisição de novas aprendizagens/hábitos por parte dos alunos.

Ao atentarmos, por exemplo, no programa do curso de higiene ministrado por Frederico Sanches de Moraes no ano lectivo de 1906/1907 aos alunos da 5.<sup>a</sup> classe (curso geral) e 7.<sup>a</sup> classe (ciências e letras) do liceu nacional de Coimbra, cujas turmas recebiam respectivamente uma e duas lições por semana, acabamos por notar que a diversidade e abrangência dos conteúdos estudados possibilitavam abordagens em torno de assuntos tão prementes à época - como se afirmava prioritariamente o da profilaxia da tuberculose - potenciando desejadas repercussões para o exterior da escola.

#### Higiene – sua definição e divisão

##### Higiene geral

- 1.º Saúde
- 2.º O meio – natural (luz, ar, sol e água)  
artificial (casas de habitação e anexos)  
ventilação – iluminação e aquecimento
- 3.º Climas e estações
- 4.º Ruas públicas – esgotos e canalizações
- 5.º Alimentação
- 6.º Abastecimento de águas potáveis
- 7.º Actividade e repouso – educação física, ginástica sueca
- 8.º Desinfecção em geral – profilaxia da tuberculose e de doenças não contagiosas
- Onanismo
- Onicofagia

Programa de curso de higiene elaborado por Frederico Sanches de Moraes para aplicação no liceu nacional de Coimbra no ano lectivo de 1906/1907.

Fonte: IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4078, processo 76.

##### Higiene especial

- 1.º Segundo as condições do meio
- 2.º Segundo as condições do individuo

##### Higiene escolar

- 1.º Doenças próprias do meio escolar – miopia, desvios da coluna vertebral
- 2.º Causas pessoais
- 3.º Limpeza
- 4.º Banhos
- 5.º Colónias de férias
- 6.º Alimentação
- 7.º Vestuário
- 8.º Doenças contagiosas na escola e sua profilaxia
- 9.º Vacinação e revacinação
- 10.º Alcoolismo e seus perigos

De facto, e não obstante ser assumido desde o final do século XIX que o ensino da higiene nas escolas constituía um factor importante para a erradicação da tuberculose, só a partir da realização na cidade de Lisboa do I



Congresso dos Núcleos da Liga Nacional contra a Tuberculose, no ano de 1901, esse aspecto se perfila em maior conta nesse combate<sup>63</sup>, vindo três anos mais tarde a ser claramente assumido no III Congresso da referida Liga que a Escola devia ser um centro de propaganda e de luta contra a tuberculose.<sup>64</sup>

Importa também focar que para além da importância conferida ao ensino teórico da higiene, enquanto frente prioritária de intervenção nas escolas, uma outra vanguarda de sentido mais prático será aberta em ordem a melhorar as condições higiénicas dos estabelecimentos de ensino, conduzindo em última instância à recolocação do problema dos edifícios escolares no nosso país.

Uma ideia das prescrições higiénicas preconizadas para as instalações escolares, que de algum podia ser inferida a partir do programa do curso de higiene por nós transcrito, é-nos dada pela análise de um conjunto de normas redigido pelo inspector sanitário Costa Sacadura em Outubro de 1907 e remetido ao reitor do liceu do Carmo (Lx) para lhe dar aplicação.<sup>65</sup> Nesse documento afiguram-se como eixos importantes a divulgação de certas regras, a exemplo de atitudes correctas a ter nos exercícios escolares, a instalação de um bufete no liceu destinado a servir lanches à base de ovos, leite, pão e frutas, a colocação de escarradores em locais bem definidos, a utilização da fonte higiénica..., mas as linhas de força prendem-se com o arejamento e a entrada de luz solar no edifício, conjuntamente com a desinfecção e a limpeza segundo orientados procedimentos (com recurso frequente aos anti-sépticos), o que evidentemente se conectava com o impedimento da propagação das doenças infecto-contagiosas. Aliás, evidenciando uma matriz comum e justificando tais procedimentos, no mesmo período em Inglaterra a notificação das doenças infecciosas era seguramente o aspecto mais difundido da higiene escolar, assistindo-se igualmente a uma forte pressão para enraizar certos

<sup>63</sup>Neste Congresso, cuja tónica foi colocada na questão da desinfecção domiciliária, duas das conclusões apresentadas valorizavam o ensino da higiene nas escolas primárias, normais e seminários, bem como os processos a utilizar para a propaganda nesse domínio nas escolas primárias e secundárias (Cf. *A Medicina Contemporânea*, n.º 15, 14 de Abril de 1901). Acresce ainda dizer que as conclusões que referimos surtiram algum efeito no plano de estudos dos ensinos primário e normal regulamentado pelo decreto n.º 4 de 19 de Setembro de 1902.

<sup>64</sup>Cf. *A Medicina Contemporânea*, n.º 18, 1 de Maio de 1904. Este assunto merecerá ainda alguma atenção da nossa parte.

<sup>65</sup>Cf. IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 164, processo 19.

hábitos (extensíveis aos alimentares), nomeadamente através da inclusão da disciplina de higiene nos currículos.<sup>66</sup>

Um outro dado que nos parece de salientar nas normas elaboradas por Costa Sacadura, é que os preceitos higiénicos a observar constituíam, de *per si*, uma importante via educativa pela aprendizagem que possibilitavam através da “lição das coisas”:

“Os professores, os melhores e indispensáveis colaboradores do higienista escolar, prestariam incalculável serviço aos alunos fazendo-lhes notar de tempos a tempos a vantagem deste arejamento permanente, convidando-os a seguirem esta prática nas suas casas, muito especialmente nos seus quartos de cama e nos seus gabinetes de estudo.”<sup>67</sup>

O certo é que, em menor ou maior grau, ao evidente inflacionamento do discurso teórico em matéria de higiene escolar vem também a corresponder, em alguma medida de modo reflexivo, uma sentida preocupação com as condições higiénicas ao nível do terreno, levando à adopção de condutas e procedimentos que a pouco e pouco se vão arreigando, como se apreende pelo testemunho do reitor do liceu nacional de Braga, José Alves de Moura, no seu relatório anual:

“Há hoje escarradores em quantidade com desinfectantes do tipo recomendado pela Assistência Nacional aos Tuberculosos, em todas as aulas, corredores, claustro e demais dependências do edifício. O serviço de limpeza e varredura em todas as aulas e partes do edifício passou a ser diário, do mesmo modo são igualmente lavados os urinóis e sentinas e varrido o respectivo recinto.”<sup>68</sup>

Apercebemo-nos que, nesta fase histórica, esse sentir, ao que se infere de alguma documentação disponível, é estendido a outros liceus do país pelas

<sup>66</sup>Cf. J. David Hirst, “Public Health and the Public Elementary Schools, 1870-1907”, *History of Education*, 1991, vol.20, n.º 2, p. 115. Cf. ainda Roy Lowe, “The Medical Profession and School Design in England, 1902-1914”, *Paedagogica Historica*, XIII, 2, 1973, p. 426.

<sup>67</sup>IAN/TT, Ministério da Instrução Pública, Cx. 164, processo 19.

<sup>68</sup>*Relatório Anual do Reitor do Lyceu Nacional de Braga*, ano lectivo de 1904-1905, enviado ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública (IAN/TT, Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, maço 4067). Trata-se de um manuscrito não paginado.

reclamações de alguns reitores junto da Direcção Geral de Instrução Pública, guiadas decisivamente no sentido de prover melhores condições de salubridade.<sup>69</sup>

Um dos casos que pede premente intervenção é o edifício onde se achava instalado o liceu da 1.<sup>a</sup> zona escolar de Lisboa, no palácio da Regaleira ao Largo de S. Domingos, cujo reitor, Rui Teles Palhinha, exerce veementes protestos junto das instâncias superiores.<sup>70</sup> Em resultado, cumprindo um despacho do Ministro do Reino, o liceu foi alvo de uma inspecção pormenorizada da parte dos inspectores sanitários António de Almeida Dias e Manuel Dias Valadares no Verão de 1906, valendo-lhes (entre outros) os seguintes comentários:

"Defeituosa iluminação, por deficiente e imperfeita ventilação, por falta de recinto próprio para recreio, jogos e exercícios físicos, por falta de salas para instalações liceais indispensáveis: (biblioteca, laboratórios, museus, etc.) e finalmente por detestável canalização e horrorosa instalação de retretes e urinóis, nós reputamos hoje, como sempre, este edifício absolutamente incapaz de servir para liceu, sendo urgente que se procure nova casa e que se evite a continuação, no próximo ano lectivo, dos serviços liceais em tais condições anti-higiénicas e anti-pedagógicas." <sup>71</sup>

As modificações que vemos esboçarem-se de forma particular entre os anos de 1905 a 1907, isto é, entre a Reforma de Eduardo José Coelho e os decretos para a construção dos liceus de Lisboa (Camões e Pedro Nunes)<sup>72</sup>,

<sup>69</sup>Cf. ofício do reitor interino do liceu nacional de Viana do Castelo ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública em 2 de Janeiro de 1902 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4058, processo 14). No mesmo âmbito, cf. por exemplo os ofícios do reitor do liceu nacional central de Coimbra ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública em 17 de Janeiro de 1903 e 5 de Novembro de 1906 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4064, processo 615 e maço 4077, processo 1404), e o ofício do governador civil de Braga ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino em 21 de Janeiro de 1905 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4070, processo 81).

<sup>70</sup>Cf. a este respeito Maria de Jesus Pais Monteiro, "Origens do Liceu Camões", *Olisipo*, n.º 142-143, 1979-1980, pp. 58-66.

<sup>71</sup>Ofício dos inspectores sanitários escolares António de Almeida Dias e Manuel Dias de Valadares ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública em 21 de Agosto de 1906 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4076, processo 774).

<sup>72</sup>Cf. Anexo I.

consubstanciadas na implementação da ginástica sueca, no ensino da higiene, na tentativa de fixação de certas prescrições higiénicas, na novel procura de modernização do ensino secundário através de um esforço de aquisição de material didáctico e de outros equipamentos, ao qual dedicaremos atenção, bem como na convicção da validade das soluções produzidas fora do país (pensionato no estrangeiro), no que traduzem e introduzem de ruptura face a períodos precedentes, resultam de uma conjugação e interacção de factores de vária ordem, dos quais destacaríamos: a progressão na frequência dos liceus<sup>73</sup>, determinados movimentos de influência, alguns dos quais corporativos (professores<sup>74</sup>, médicos escolares, pais<sup>75</sup>...), e um manifesto interesse político que importa reconhecer.<sup>76</sup>

Em 1907, um outro acontecimento, que viria de igual forma a perfilar-se como importante elemento de influência e pressão públicas, centrará as atenções na higiene escolar e, por extensão, nas condições dos estabelecimentos de ensino.

## **2. Um contributo veiculador de uma nova sensibilidade aos problemas da higiene e edificação escolares: o IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose.**

Já tivemos ocasião de assinalar que no ano de 1904 o III Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose tinha assumido como uma das vias prioritárias

---

<sup>73</sup>Para citar um exemplo paradigmático, no liceu da Lapa (Lisboa) entre os anos lectivos de 1906-1907 e 1907-1908 a frequência escolar duplicou, tendo sido necessário recorrer ao arrendamento de outra casa, implicando também a abdicação de espaços especializados, como salas de desenho, para albergar mais alunos (Cf. *Os Novos*, n.º 24, 29 de Junho de 1910).

<sup>74</sup>É disso exemplo a acção da Associação do Magistério Secundário Oficial criada em 1904.

<sup>75</sup>Salientemos o facto da Reforma da Instrução Secundária de 29 de Agosto de 1905 procurar satisfazer as queixas dos pais relativamente à Reforma de 1895, os quais chegaram a apresentar uma representação ao rei. As queixas então levantadas foram publicadas no *Diário de Notícias* de 5 de Julho de 1905, onde se enunciaram algumas propostas de alteração da Reforma de Jaime Moniz, contando-se entre elas a construção de três liceus em Lisboa.

<sup>76</sup>Veja-se que, para além do citado decreto de 27 de Junho de 1907 sobre a instrução militar preparatória nas escolas, o decreto de 29 de Maio de 1907 que abria concurso para um conjunto de bolsas de estudo no estrangeiro e os decretos que autorizavam o governo a iniciar o processo de construção dos liceus de Lisboa, ocorrem em plena ditadura de João Franco.

para a erradicação da doença a propaganda veiculada através da escola. Na Invicta, em Abril de 1907, o IV Congresso da Liga conhece uma significativa alteração na sua orgânica, sendo pela primeira vez incluída na ordem dos trabalhos uma secção intitulada "A Tuberculose e a Escola"<sup>77</sup>, em sintonia com a dupla fundamentação do Congresso, isto é, e utilizando os termos da época, a aposta na preservação da criança e o reconhecimento do carácter social da doença.

A projecção que o Congresso alcançou decorreu em grande parte das reputadas figuras que nele intervieram<sup>78</sup>, mas também do facto das questões da higiene escolar estarem manifestamente na ordem do dia, registando um pico de difusão no plano internacional, o que pode ser aquilatado pela realização na cidade de Londres nesse ano de 1907 do já referido Congresso Internacional de Higiene Escolar que, entre outras deliberações, apontou como via prioritária para a prevenção da tuberculose as "escolas ao ar livre".<sup>79</sup>

Na verdade, o assumir que a causa principal da tuberculose era a obscuridade, relacionando assim a enfermidade com a falta de ar e de luz<sup>80</sup>, constituirá na primeira década do século um decisivo factor na conceptualização dos programas escolares, ao ponto do debate rumar para posições fundamentalistas em alguns países, como procurou denunciar no caso inglês o arquitecto F. E. P. Edwards:

"In the past the planning of schools seemed to have been regarded solely from the point of view of teaching, and now, perhaps, we are inclined to rush to the other extreme, and might be making a mistake in treating schools purely as sanatoria." <sup>81</sup>

---

<sup>77</sup>Refira-se que a inclusão dessa secção resultou de proposta de Costa Sacadura em nome de um grupo "médico pedagógico", como apelidou (Cf. *Costa Sacadura, Breves Considerações sobre a Higiene das nossas Escolas*, Tipografia Minerva, Famalicão, 1906, p. 9).

<sup>78</sup>Entre os participantes contavam-se personalidades como Miguel Bombarda, Reinaldo dos Santos, Sobral Cid, Costa Sacadura, Francisco Adolfo Coelho, Pacheco de Miranda, Frederico Sanches de Moraes, Almeida Dias...

<sup>79</sup>Cf. *Muitos Anos de Escolas...*, vol. I, 1.ª parte, p. 87. No caso português, em 1920 o governo mandou instalar uma ou mais "escolas ao ar livre" na cidade de Lisboa (Cf. Anexo I). Segundo conseguimos apurar, no ano de 1913 funcionou em Tomar uma "escola ao ar livre", graças aos esforços de Vidal Oudinot (Cf. Camilo Augusto de Figueiredo, *Escolas ao Ar Livre*, Porto 1922, p. 75).

<sup>80</sup>Cf. Roger-Henri Guerrand, "Guerra à Tuberculose", in Jacques Le Goff (apresentação), *As Doenças têm História*, Terramar, Mem Martins, [1991], p. 181.

<sup>81</sup>*Journal of the Royal Sanitary Institute*, XXXI, 1910-1911, p. 113. Citado por Roy Lowe, *op. cit.*, 1973, p. 442.

Para a cronologia em causa, as palavras de Edwards, assegurando o necessário distanciamento perante um caso que reputaríamos de extremo<sup>82</sup>, permitem-nos pelo menos situar os termos em que deve ser analisada a influência do movimento higienista sobre a escola. Não se trata, portanto, de destacar apenas que a primeira justificação do discurso da higiene escolar, que se vai consolidando na normativa legal, é indubitavelmente a profilaxia das doenças contagiosas das crianças, cometendo à escola uma função preventiva no informar e formar hábitos através dos meios de actuação que fomos detectando no aro de actuação da Inspeção Sanitária Escolar, mas também nas implicadas, e concordes para o mesmo fim, modificações no modo de pensar a arquitectura escolar.

Depois dos já citados trabalhos inovadores e impulsionadores de Costa Sacadura vindos a público no ano de 1906, a entrada da higiene escolar numa fase científico-racionalista é identificável num conjunto de estudos precisamente resultantes do labor dos intervenientes no IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose, a maioria dos quais apresentou as suas conclusões sob a forma de relatório final.<sup>83</sup>

Não se remetendo unicamente às questões directamente relacionadas com a tuberculose, como que procurando quadricular todo o domínio escolar, as abordagens realizadas estendiam-se por temáticas tão diversificadas como a otorrinolaringologia, a oftalmologia, os horários escolares, os passeios de estudo, a sedentariedade na escola, a vigilância do aluno fora da escola, as bibliotecas e livros escolares na sua relação com as doenças contagiosas, a antropometria, o regime alimentar, os jogos ao ar livre, bem como as condições dos estabelecimentos de ensino.

Essa abrangência do campo da higiene escolar é alargada por Francisco Adolfo Coelho às matérias e métodos de ensino - sentindo por isso a necessidade de a afirmar distinta da pedagogia - e ainda às condições

<sup>82</sup>Convém ressaltar que o exemplo inglês é algo ímpar, pois os projectos de internatos incluíam enfermarias e sanatórios anexos, estabelecendo-se ainda nesse país as chamadas "school clinics". Sobre esta questão é de elucidativa consulta a obra do arquitecto Felix Clay, *Modern School Buildings*, London, 1902.

<sup>83</sup>Os relatórios apresentados pelos vários intervenientes a este Congresso, bem como as comunicações ocorridas, foram publicadas na revista *A Medicina Contemporânea* entre 7 de Abril e 19 de Maio de 1907, sendo também alguns deles dados à estampa no periódico *Porto Médico* nos anos de 1907 e 1908.

sanitárias de alunos e professores fora da escola, argumentando em consonância com esse pensamento que a educação, numa conotação ampla da palavra como sublinha, era o único meio do ponto de vista social eficaz na luta contra a tuberculose, levando-o a concluir que a

"escola (primária e secundária) não deve ser considerada como meio especial de combate contra a tuberculose; mas sim como instituto de educação geral, que formando o homem na sua integridade, desenvolve nele, com a energia do corpo, as qualidades de espírito próprias para a luta individual e social contra todas as causas de males físicos e morais." <sup>84</sup>

É visível que as concepções expressas por Adolfo Coelho consubstanciam de algum maneira uma linha de pensamento condutora do próprio Congresso, não só na afirmação da indissociabilidade da educação de uma questão com iminentes entrelaçamentos sociais, como também na atribuição de uma certa primazia à mesma. Essa ideia, que veicula a necessidade de um maior investimento a montante, era expressa por Francisco Sanches de Moraes alguns meses depois de ter participado no Congresso:

"Pela educação, desde a escola primária, do nosso povo, de todos os indivíduos, nos preceitos e regras de higiene, na profilaxia das doenças contagiosas, consegue-se combater melhor a tuberculose, não tenho dúvida em afirmá-lo, do que pelos sanatórios." <sup>85</sup>

Além disso, torna-se patente que o crescente equacionar e remeter do problema para a esfera da escola é também perceptível na redefinição de novas prioridades de actuação no vasto campo da higiene escolar.

---

<sup>84</sup>Comunicação apresentada ao IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose, "Hygiene e Educação", *Porto Médico*, n.º 6, Junho de 1907, p. 175.

<sup>85</sup>Citado *Projecto de Reforma da Inspeção Sanitária Escolar*, manuscrito não paginado redigido por Frederico Sanches de Moraes em 4 de Junho de 1907 (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 164, processo 19).

Seguramente, um aspecto que constituía preocupação maior no momento, aliás progressivamente associado à tuberculose, prendia-se com as condições dos edifícios escolares.

Recordemos que em 1906 Costa Sacadura tinha considerado condição *sine qua non* para o desenvolvimento físico dos alunos a existência de bons edifícios escolares, centrando mais tarde essa ideia na luta específica contra a tuberculose:

“é também preciso acudir à penúria dos edifícios em que se ministra o ensino liceal tanto na capital, como no resto do país, visto que um dos elementos mais valiosos para a profilaxia anti-tuberculosa escolar, são os edifícios escolares que satisfaçam a todas as condições higiénicas e pedagógicas e obedeçam em todas as suas partes aos preceitos que a ciência recomenda.”<sup>86</sup>

O depoimento de Costa Sacadura, denunciador de uma intencionalidade bem definida no sentido da consecução de determinados objectivos, deixa-nos de igual modo a impressão que até 1907 a situação do parque escolar do país não foi alvo ou não sofreu significativa intervenção. Hipoteticamente, poderíamos ainda pensar que algum esforço ocorrido nesse sentido não chegasse a provocar significativas transformações, passíveis pois de alterar as opiniões a esse propósito.

Parece-nos que parte dessa resposta poderá ser encontrada nos votos emanados do IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose, passando obrigatoriamente a outra parte pelo diagnóstico da acção desenvolvida pela Direcção Técnica das Construções Escolares.

Em primeiro lugar, frisemos que um dos temas do Congresso dizia especificamente respeito às condições dos edifícios escolares face à tuberculose. A abordagem então realizada, protagonizada por Aleixo Guerra,

---

<sup>86</sup>A *Tuberculose e a Escola*, Lisboa, 1907, p. 9.



constituía desde logo novidade pelo facto de registar uma preocupação com as escolas independentemente do sector de ensino.<sup>87</sup>

É bom notar que as condições adiantadas por Aleixo Guerra, além de fixarem as prescrições higiénicas comumente defendidas à época e de estabelecerem 4 tipos de mobiliário escolar segundo a estatura dos alunos, sistematizavam um conjunto de parâmetros (aplicáveis às salas de aula) naturalmente em acordo com uma visão mecanicista da higiene.

**Quadro VIII**

Dimensões da sala de aula	Superfície da sala de aula por aluno	Capacidade mínima da sala de aula por aluno	Cubagem mínima de ar atmosférico por aluno e por hora	Superfície iluminante	N.º máximo de alunos por aula
8 a 10 m de comp. 6 a 6,75 m de larg. 4 a 4,5 m de alt.	1,25 m <sup>2</sup> / 1,50 m <sup>2</sup> / 1,75 m <sup>2</sup> / 2 m <sup>2</sup>	5 m <sup>3</sup> a 6,25 m <sup>3</sup> / 6 m <sup>3</sup> a 7,50 m <sup>3</sup> / 7 m <sup>3</sup> a 8,75 m <sup>3</sup> / 9 m <sup>3</sup>	27 a 30 m <sup>3</sup>	Um quinto da área da sala de aula e um oitavo da área das outras divisões.	54/ 45/ 38/ 33

Valores atribuídos por Aleixo Guerra a alguns parâmetros configuradores do espaço interno das salas de aulas no relatório final apresentado ao IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose (Porto, 1907).

Respectivamente, o travessão separa os dados para a instrução primária, três primeiras classes dos liceus, duas classes seguintes dos liceus, classes complementares dos liceus e cursos superiores.

Fonte: Elaboração própria a partir do periódico *A Medicina Contemporânea*, 14 de Abril de 1907.

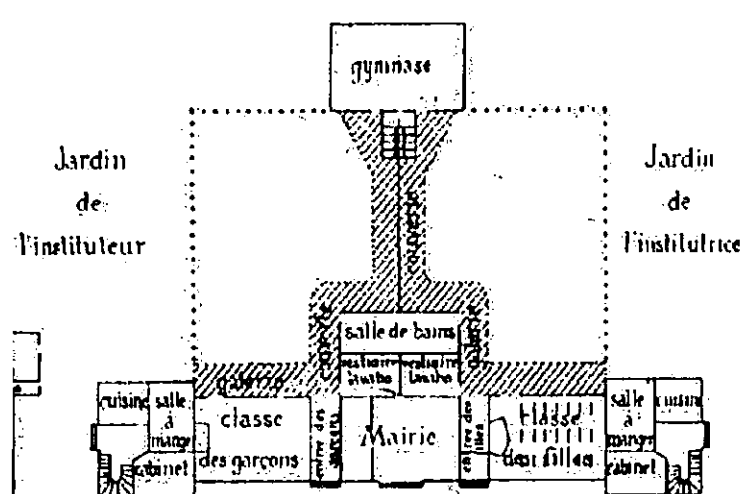
A leitura do quadro anterior revela-se fundamentalmente útil se tivermos em conta que os valores atribuídos aos parâmetros indicados eram genericamente mais baixos em períodos precedentes.<sup>88</sup> Essa constatação leva-nos a ter presente a citação com que iniciámos este capítulo, conforme lembramos indiciadora de uma tendência na arquitectura escolar - suportada pelo discurso médico e sentida um pouco por toda a Europa - que buscava retirar o maior proveito de dois benefícios considerados essenciais: o ar e a luz do sol.

<sup>87</sup>Relatório final apresentado por Aleixo Guerra ao IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose, "Condições Higiénicas dos Estabelecimentos Escolares em relação à Tuberculose", in *A Medicina Contemporânea*, 14 de Abril de 1907.

<sup>88</sup>Veja-se que, para meados do século XIX, a circular Rouland (França, 1858), plena de impacto na regulamentação de outros países da Europa, determinava por exemplo para a superfície e capacidade da sala de aula por aluno, respectivamente 1 m<sup>2</sup> e 4 m<sup>3</sup>. Para uma ideia dos valores regulamentados em diversos países da Europa em finais da mesma centúria, consultar o resultado do levantamento efectuado pela Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, no quadro da elaboração do programa para o concurso de projectos de edifícios destinados a escolas primárias em 1898 (Cf. *Revista de Obras Públicas*

Desde já, retenhamos a ideia que essa tendência influenciará os programas escolares muito para além do que ficou patenteado no quadro VIII, vindo a provocar efeitos ao nível da própria concepção geral dos edifícios, não ignorando obviamente a procedência do esquema de conjunto da referência privilegiada à organização em “grupos classes”.

No desenho, esses efeitos traduzir-se-ão na separação/distribuição dos diversos corpos constituintes dos edifícios de forma a possibilitar a máxima iluminação e aeração, bem como na fuga à sobreposição de andares, evitando-se assim maiores zonas de sombra, nem sempre observada por razões de rentabilização do espaço.



57. Plano de escola primária rural para rapazes e raparigas, com "Mairie" (Dr. Macaigne, *Précis d'Hygiène*, Paris, 1911, p. 288).

A disposição dos vários corpos do edifício, bem demarcados, foi estudada de forma a não colocar qualquer entrave à aeração e insolação.

Sintetizando, podemos afirmar que durante a primeira década do século XX a forte convicção que as “escolar ao ar livre” - desenhadas segundo determinados princípios e estabelecidas fora das áreas urbanas - trariam inegáveis benefícios no capítulo da prevenção/recuperação da tuberculose, veio a revestir consequências mais generalizadas:

“these schools [open-air] were usually designed on ‘pavilion’ principles, so that the pupils in them, who were bussed out daily from the inner city areas, could derive full benefit from their semi-rural environment [...] Those school architects who were involved in the planning of more salubrious elementary schools for the urban areas

quickly saw the significance of these pavilions - involving clerestorey lighting and cross ventilation.”<sup>89</sup>

Também no nosso país, no momento em que é equacionado o programa dos liceus da capital, sentimos a transversalidade desses efeitos, servindo aliás de suporte a alguma polémica alimentada em torno do edifício do liceu Passos Manuel, cujos alicerces como indicámos haviam sido lançados na década de 80 de Oitocentos, em acordo com uma planta que viria a revelar-se completamente inadequada nos primeiros anos de 1900 face às novas exigências:

“Hoje, não se admite que um liceu ou qualquer outro estabelecimento de ensino seja constituído por pavimentos sobrepostos. Devem constituí-lo pavilhões, senão isolados, pelo menos ligados de tal forma que o ar e a luz possam entrar em torrentes. Obedecia a esse preceito o antigo projecto?”<sup>90</sup>

Tendo em conta que o debate estabelecido entre nós a propósito da construção escolar se confinou a círculos muito restritos, pelo menos até à segunda década do século XX<sup>91</sup>, intervenções como a relatada no parágrafo precedente são verdadeiramente excepcionais e, pelo seu isolacionismo, pouco consequentes em termos práticos.

Em situação perfeitamente oposta se afigura o contributo de Aleixo Guerra, pelo facto dos seus votos virem a integrar o conjunto das deliberações finais do Congresso de 1907 na secção “A tuberculose e a Escola”. Essas resoluções, formalizando uma reacção perante a indiferença observada em matéria de edificação escolar no país, vêm a ser apresentadas sob a forma de

<sup>89</sup>Roy Lowe, “Compulsory Schooling and the Redefinition of English Education”..., pp. 121-122.

<sup>90</sup>“O Lyceu da Cêrca de Jesus”, *O Século*, 14 de Fevereiro de 1908, p. 1.

<sup>91</sup>Com efeito, esse debate far-se-á essencialmente no seio das comissões nomeadas para aprovar projectos de escolas (maioritariamente liceus), nelas sendo permanente o assento de médicos escolares e de arquitectos. Atenda-se também que no nosso país a temática de que nos ocupamos não suscitou do ponto de vista teórico particular interesse aos arquitectos, excepcionando talvez o caso de Raul Lino que publicou em 1916 o trabalho *Considerações sobre a Estética nas Escolas*. Contrariamente, em Inglaterra e França foram produzidas excelentes reflexões, a exemplo dos citados trabalhos de Felix Clay, *Modern School Buildings* (1902) e de Anatole de Baudot, “Étude Théorique sur les Lycées”, *Revue de l'Architecture et des Travaux Publics*, 1886, vol. 13, cols. 72-77.

interpelação directa ao governo, cujo primeiro ponto instava à instalação urgente de todas as escolas primárias e secundárias em estabelecimentos do Estado construídos de acordo com os requisitos higiénicos da época, bem como na substituição de todo o mobiliário escolar considerado inadequado.<sup>92</sup>

Repare-se que a formulação desses votos pelo Congresso vem denunciar a premente necessidade de atender à precária situação do parque escolar do país, claramente confirmada por outras fontes, sendo portanto pertinente perscrutar qual a efectividade da acção desenvolvida pela Direcção Técnica das Construções Escolares desde a sua criação no ano de 1901.

### **3. Orientação e alcance da intervenção da Direcção Técnica das Construções Escolares (1901-1908)**

Em 1898, os serviços das Construções Escolares haviam sido provisoriamente estabelecidos para dar execução à lei de 30 de Junho desse ano.<sup>93</sup> Todavia, a legalização e regularização das suas funções só viria a ocorrer passados três anos, aquando da organização dos serviços da Direcção Geral de Instrução Pública, reconhecida então a sua indispensabilidade em ordem a objectivar a difícil tarefa de dotar o país com cerca de 9000 edifícios escolares, como era estimado na altura.<sup>94</sup>

No citado preâmbulo, depois de traçado um quadro negro no concernente à situação material das escolas e saúde das crianças portuguesas, era enfatizada a abrangência e orientação pragmática que haviam presidido à reorganização avançada:

"Na presente reforma procuram adoptar-se providências mais práticas, completas e eficazes e, assim, ao lado da autoridade pedagógica dos inspectores primários,

---

<sup>92</sup>Cf. as deliberações do IV Congresso da Liga Nacional Contra a Tuberculose na secção "A Tuberculose e a Escola", publicadas na revista *A Medicina Contemporânea* de 14 de Abril de 1907. A interpelação continha ainda mais cinco pontos, com questões que se prendiam com o ensino da higiene nas escolas, com a representação permanente dos médicos escolares no Conselho Superior de Instrução Pública, com o problema da educação de crianças "anormais" e com a constituição de um conselho de família escolar nas paróquias para exercer a vigilância das crianças fora da escola.

<sup>93</sup>Cf. Anexo I.

<sup>94</sup>Cf. o preâmbulo do decreto n.º 2 de 24 de Dezembro de 1901.

coloca-se a autoridade científica da inspecção médica, completando-as finalmente a autoridade técnica da direcção das construções escolares.”<sup>95</sup>

Nos termos normativos, a Direcção Técnica das Construções Escolares funcionaria junto da Direcção Geral de Instrução Pública para auxiliar o serviço da instrução primária (artigo 108.º do decreto n.º 8 de 24 de Dezembro de 1901), pelo que seria de esperar que a sua actuação se dirigisse prioritariamente a esse sector de ensino. Nesse aspecto, acresce dizer que o Regulamento do Ensino Primário publicado a 19 de Setembro de 1902 vinha tornar esse rumo muito preciso:

“É de reconhecida e indiscutível conveniência que os serviços do ensino [primário] sejam instalados em casas próprias, que assegurem a permanência do seu funcionamento em condições proveitosas, e para esse fim devem convergir todos os esforços e sacrifícios.”<sup>96</sup>

Por esse mesmo facto, afigura-se algo paradoxal que um dos primeiros projectos de Adães Bermudes na qualidade de Director Técnico das Construções Escolares se tenha prendido com o fornecimento de 250 carteiras escolares destinadas aos liceus. Os cinco modelos desenhados em Setembro de 1902 por Bermudes mostravam a clara opção pela carteira de dois lugares (móvel ou fixa), todos sujeitos a uma escala de estaturas (I a V), à semelhança do sistema francês de Cardot e na linha do que era preconizado desde finais do século XIX para o mobiliário escolar:

“c'est la table à deux places qui a partout obtenue la préférence. La surveillance du maître sur le travail des élèves s'exerce alors facilement, et, avec la distance

<sup>95</sup>Preâmbulo do decreto n.º 2 de 24 de Dezembro de 1901.

<sup>96</sup>Decreto n.º 4 de 19 de Setembro de 1902, art. 38.º. Precisemos que o Regulamento em causa (capítulo X, artigos 381.º e 382.º), apesar de conferir claramente um enfoque à edificação e reparação de escolas destinadas à instrução primária, não excluía outras construções, estudos ou mesmo acções de fiscalização fora desse âmbito, desde que decorressem por conta da Direcção Geral de Instrução Pública.

nulle ou la distance négative, l'élève trouve dans le passage latéral, qui est au moins de 50 centimètres, la place pour se tenir debout quand il est interrogé." <sup>97</sup>

Pela primeira vez, no caso específico dos liceus, a concepção do mobiliário escolar procurava obedecer às condições teóricas estabelecidas em função da anatomia e fisiologia das crianças, num panorama verdadeiramente sombrio nesse campo na maior parte das escolas, conforme testemunhava o professor António dos Reis Silva Barbosa:

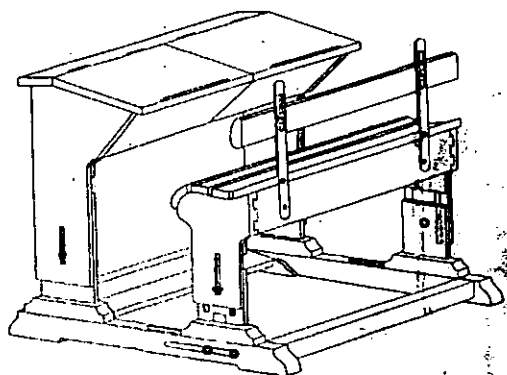
"Não pode, porém, exigir-se que os alunos se levanten naqueles liceus em que não há carteiras, como não havia em Bragança quando lá regi, pois que então aos alunos incomodados com as capas do inadequado uniforme que pelos liceus da província lhes impõem, caem dos joelhos livros, cadernos, atlas, estojos de desenho, etc., que não têm onde pôr senão sobre as coxas." <sup>98</sup>

Os modelos de carteiras escolares em questão, nitidamente filiados nos resultados da fértil investigação desenvolvida sobretudo nas três últimas décadas de Oitocentos no domínio do mobiliário escolar, que aliás vimos ser um dos pólos de interesse das exposições universais particularmente depois de Viena (1873), insinuam uma ordem fundada no desejo de imobilização da criança - princípio tão caro ao século XIX como o demonstrou Vigarello<sup>99</sup> - que, sob o fundo da correcção postural, vem inegavelmente a constituir uma solução no sentido da racionalização do trabalho escolar.

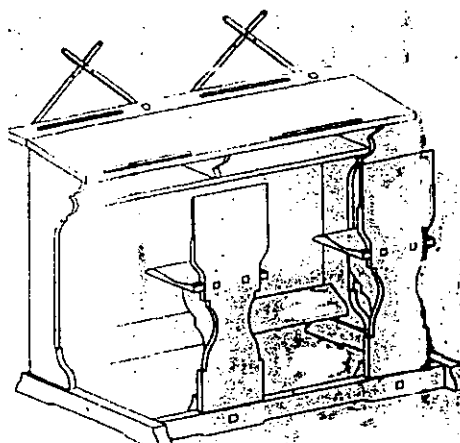
<sup>97</sup>F. Buisson (dir.), *op. cit.*, 1887, 1.ª parte, tomo II, entrada "mobilier scolaire", p. 1943.

<sup>98</sup>Relatório do Pensionista da 8.ª Classe António dos Reis Silva Barbosa, Professor do 6.º Grupo do Liceu Nacional de Faro, *Apêndice ao Diário do Governo*, n.º 123, 2 de Abril de 1909, p. 14. No que diz respeito à situação vivida nos inícios do século XX, outras fontes vêm confirmar a descrição de António dos Reis Silva Barbosa. Cf., por exemplo, Augusto Santos, "Relatório Sobre os Exames de Saída do Lyceu Central de Lisboa", *Boletim da Direcção Geral de Instrução Pública*, Janeiro-Abril de 1903, p. 56; Riley da Motta, "Liceus de Ontem e Liceus de Hoje", *Liceus de Portugal*, n.º 47, Novembro de 1945, p. 76; Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, p. 155 e ss.

<sup>99</sup>Cf. *Le Corps Redressé...*



58 e 59. Dois dos modelos de carteira escolar desenhados por Adães Bermudes em 1902 (IAN/TT, Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, maço 4061, processo 548).



Dito de outra maneira, a pretendida correcção morfológica, tendo como consequência a adaptação de todos os elementos do mobiliário à altura dos alunos (no caso presente segundo uma escala compreendida entre 1,31 m e 1,80 m), colhe também uma importante dimensão de integração do aluno na vida escolar, ou seja, trata-se de igual modo (só aparentemente com menos evidência) de um mecanismo disciplinar reforçado pela conjugação de outros factores - pensemos por exemplo na transposição das práticas militares à ginástica - bem expressa nas posições assumidas por Costa Sacadura:

“O meio de obtermos que o aluno contraia o hábito de atitudes correctas na execução dos seus deveres escolares, consiste em desenvolver nele por exercícios físicos, racionais e quotidianos, a contractibilidade muscular, por outro lado em o colocar, nas horas consagradas ao estudo, em condições de comodidade fisiológica.”<sup>100</sup>

<sup>100</sup> *Atitudes Viciosas nas Escolas (Escrepta Direita e Escrepta Inclínada)*, Tipografia de Cristóvão Augusto Rodrigues, Lisboa, 1906, pp. 35-36.

60. Tabela de dimensões de um dos modelos de carteira escolar desenhados por Adães Bermudes em 1902 (IAN/TT, Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, maço 4061, processo 548).

Dimensões do modelo nº 2.					
Tipos	I	II	III	IV	V
Estatura	130-140	140-150	150-160	160-170	170-180
Carteira					
Comprimento	1200	1200	1200	1400	1400
Largura	6100	6400	6400	6400	6400
Altura (altura da cadeira)	450	470	470	470	470
Altura da tampa (inclinação)	220	240	240	240	240
Altura da tampa (mont.)	210	210	210	210	210
Largura do encosto	340	340	340	340	340
Banco					
Comprimento	1200	1200	1200	1400	1400
Largura	280	320	320	320	320
Altura (altura da cadeira e do banco)	230	240	240	240	240
Encosto					
Comprimento	1200	1200	1200	1400	1400
Largura	310	320	320	320	320
Altura da tampa (altura da cadeira e do banco)	220	240	240	240	240
Dimensões relativas					
Inclinação da tampa (ângulo)	270	270	270	270	270
Altura da tampa (altura da cadeira e do banco)	220	220	220	220	220
Altura da tampa (altura da cadeira e do banco)	270	270	270	270	270
Altura da tampa (altura da cadeira e do banco)	220	220	220	220	220
Altura da tampa (altura da cadeira e do banco)	220	220	220	220	220

Direcção das Construções Escolares, Porto, 23 de Setembro  
de 1902

Architecto Director

A. P. Adães Bermudes

A essa luz, parece-nos ser possível intuir alguma prevalência do exercício físico como factor de facilitação do trabalho do aluno na própria sala de aula, naturalmente em virtude do desenvolvimento muscular, como o afirma Costa Sacadura, mas também pela rotina e disciplina impostas, conduzindo à eficiência necessária para as tarefas escolares (para adoptar uma linguagem "foucaultiana"), nomeadamente da escrita, onde a relação estabelecida entre os vários elementos constituintes da carteira escolar, isto é, a mesa, o banco, o encosto das costas e a barra para apoio dos pés, vai impor rigorosas posições em função das estaturas procurando por um lado evitar qualquer deformação física e, por outro, permitir que a maior "comodidade fisiológica" do aluno na



posição sentada se traduza em menor cansaço e, conseqüentemente, em menor possibilidade de desatenção e desordem.

Se tivermos presente o relato de António dos Reis Silva Barbosa a propósito do liceu de Bragança, compreendemos a importante solução pedagógica que constitui a carteira escolar concebida nos moldes que estamos a abordar, ao permitir que as actividades escolares se desenvolvam segundo um determinado *modus*, onde a ordem, a imobilidade e o silêncio imperam. De facto, tudo contribui para que tal se efective: as testeiras para fixação vertical dos livros, as estantes individuais sob os tampos das mesas destinadas a guardar o material escolar, a articulação dos tampos, alguns funcionando como volantes possibilitando ao aluno que se levante no interrogatório sem sair da carteira, a aplicação centrada de pequenas régua nos bordos postero-inferior da mesa evitando o escorregamento dos livros, as caneluras destinadas à acomodação de lápis e penas...

Ora, para os inícios de Novecentos, a garantia do trabalho pedagógico indiciada pela utilização de um mobiliário escolar racionalmente desenhado só pode ser avaliada numa esfera muito restrita, diríamos mesmo, de excepção. Para esse período, na generalidade, as interrogações a colocar prender-se-iam muito mais com a tentativa de identificação das subversões provocadas na própria ordem do trabalho pedagógico dadas as deficientes estruturas materiais, o que pode de alguma forma ser perspectivado na petição dirigida pelo reitor interino do liceu de Coimbra ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública asseverando a

"necessidade urgente [...] da aquisição de 100 carteiras para uso dos alunos e de 1 mesa para uma das salas, pois apenas falta um mês e meio para começarem novamente os trabalhos escolares. Neste ano lectivo findo muitos alunos tiveram de sentar-se em bancos carunchosos e outros em mochos, não podendo haver exercícios escritos, na aula, em algumas classes."<sup>101</sup>

<sup>101</sup>Ofício do reitor interino do liceu central de Coimbra ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública em 18 de Agosto de 1902 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4060, processo 488).

Possivelmente pelas degradantes condições dos liceus nos primeiros anos do século XX, a dinâmica instaurada a partir da Reforma do Ensino Primário de 1901, diga-se com alguma continuidade até à fase final da monarquia, não privilegiou exclusivamente esse sector de ensino no capítulo das instalações materiais. Antes mesmo da Reforma da Instrução Secundária de 29 de Agosto de 1905, onde essa questão foi colocada com premência, alguns indicadores parecem de facto confirmar o desígnio de uma intervenção ao nível do secundário, de que os modelos de mobiliário escolar que referimos são apenas um exemplo.

De forma inegável, o esforço financeiro canalizado para a construção de escolas de ensino primário segundo o plano de Bermudes (1898), muitas delas levantadas no país nos primeiros anos de Novecentos sob responsabilidade da Direcção Técnica das Construções Escolares, não obstou a que o problema da edificação escolar fosse equacionado num âmbito mais vasto, embora a precariedade financeira do país se sobrepusesse na esmagadora maioria das vezes às intenções.

**Quadro IX**

	Conde Ferreira	Adães Bermudes	Outros tipos
Edifícios próprios	49	30	641

"Tipos" de edifícios próprios (construídos de raiz) existentes na circunscrição escolar de Coimbra no ano lectivo de 1903-1904, num universo de 1875 escolas primárias oficiais. Destaque para os edifícios construídos segundo o plano de Bermudes desde 1898, assim como para o número elevado de escolas edificadas sem obediência a um "tipo" regulamentarmente definido.

Fonte: Alves dos Santos, *A Nossa Escola Primária*, Casa Editora de A. Figueirinhas, Porto, [1910], p. 219.

Precisamente em 1905, uma proposta de lei sobre construções escolares propunha que o Estado contraísse um empréstimo de 1 500 000 reis, amortizável em 30 anos, cujo produto se destinaria à construção dos liceus de Lisboa e do Porto, bem como do acabamento e construção de cerca de 350

escolas primárias em Lisboa.<sup>102</sup> Aliás, no caso do Porto, facto de consequência havia sido logo em 1901 o aval dado pelas Cortes ao governo, autorizando-o pela lei de receita e despesa de 12 de Junho do dito ano a contrair um empréstimo de 60 000 reis a aplicar na construção de um liceu.<sup>103</sup>

Fim diferente alcançaria o empenho do governo no processo relativo à edificação do liceu nacional de Faro, no qual se comprometeu desde finais do ano de 1901. Dois anos volvidos, por despacho ministerial de 12 de Novembro de 1903, a obra era adjudicada pela quantia de 8 390 reis, vindo mais tarde o orçamento a ser ampliado para 12 610 reis em virtude de se operarem algumas modificações ao projecto inicial.<sup>104</sup>

A despeito das obras decorrerem desde o princípio com grande atribulação, chegando mesmo a registar-se interrupções prolongadas na marcha dos trabalhos devido ao esgotamento das dotações e à consequente falta de pagamento ao empreiteiro, o liceu de Faro viria a ser concluído em 1908, ficando tal empresa a dever-se em larga medida aos esforços da Direcção Técnica das Construções Escolares.

Efectivamente, coube ao próprio Adães Bermudes a responsabilidade de delinear o projecto para o liceu nacional de Faro, havendo no entanto indícios que levem a supor que a intenção de partida seria a de conceber um plano (tipo) que pudesse ser progressivamente adoptado em futuros liceus a construir no país, à semelhança do que sucedia no mesmo período com as escolas primárias. Essa ideia colhe fundamento quando confrontados o edifício construído para o liceu de Faro<sup>105</sup> e o projecto para o liceu nacional da Guarda, igualmente traçado por Bermudes por volta de 1905, sendo claro tratar-se do mesmo programa construtivo.

<sup>102</sup>Cf. *O Magistério Português*, n.º 25, 4 de Maio de 1905, p. 397 e n.º 45 de 21 de Setembro de 1905, p. 717. Pensamos que tal proposta de lei não chegou a ser discutida na Câmara dos Deputados, embora desconhecamos qual o descaminho que levou.

<sup>103</sup>Cf. *O Magistério Português*, n.º 44, 14 de Setembro de 1905, p. 703.

<sup>104</sup>Cf. officio do Director das Construções Escolares, Adães Bermudes, ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, a propósito da obra do liceu nacional de Faro em 22 de Novembro de 1904 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4066, processo 325).

<sup>105</sup>Cf. Anexo II.



61. Fachada principal do edifício projectado por Adães Bermudes para o liceu nacional da Guarda por volta de 1905 (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 100, processo 9).

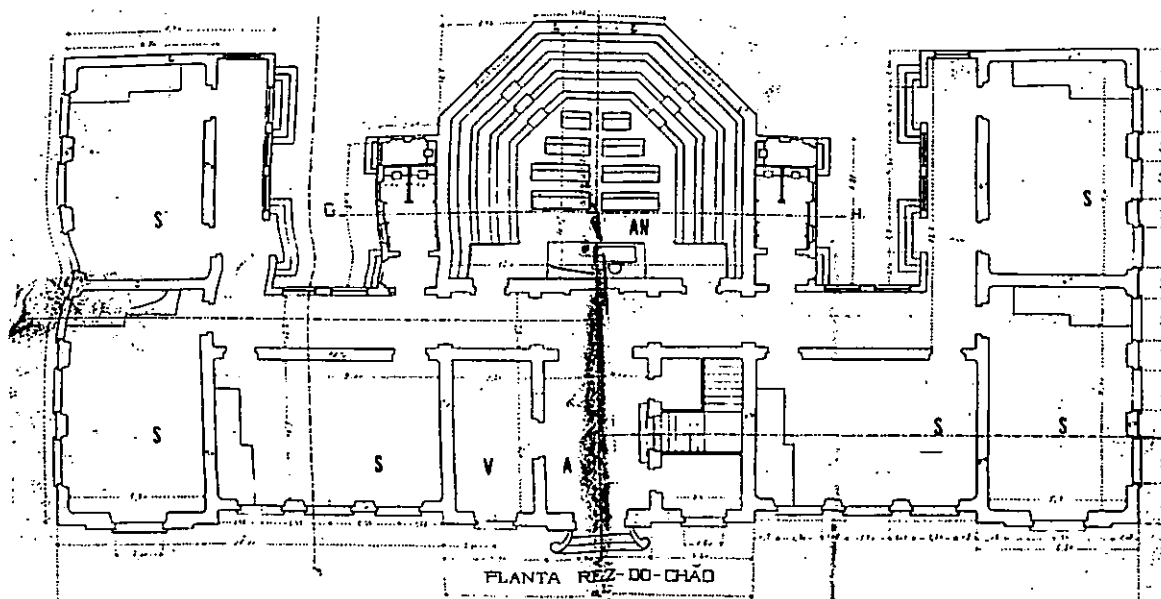
Projecto sem concretização final.

Na fachada principal, é-nos familiar a linguagem formal utilizada, revelando o arquitecto um extremo apego às soluções perfilhadas nas escolas primárias tipo (Cf. figs. 40 e 41).<sup>106</sup>

Numa leitura de conjunto, apercebemo-nos que a planta geral do edifício se estruturava em função das duas alas perpendiculares ao alçado principal e da implantação na zona central de um vasto anfiteatro.

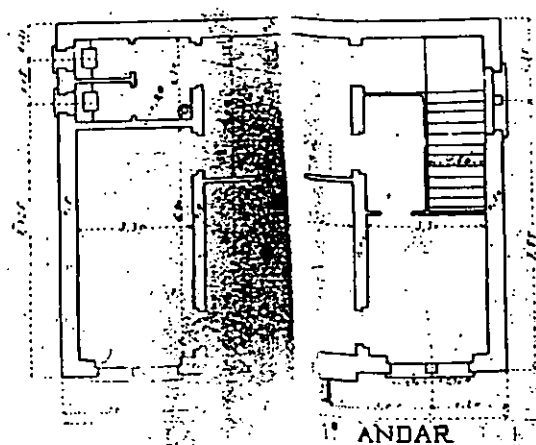
A independência entre os serviços escolares e os serviços gerais era assegurada pela separação dos pisos, isto é, as aulas ficavam confinadas ao rés-do-chão, ao passo que a secretaria e o gabinete do reitor instalavam-se no primeiro andar do corpo central do edifício, fórmula essa pouco usual à data, sendo mais frequente a situação inversa.

<sup>106</sup> Note-se que a solução planimétrica seguida por Bermudes neste liceu será mais tarde, salvaguardando as escalas arquitectónicas, adoptada no seu projecto para a Escola Normal de Lisboa (1913), vindo no entanto a substituir na zona central o anfiteatro por um ginásio.



62. Planta do rés-do-chão do edifício projectado por Adães Bermudes para o liceu nacional da Guarda. c. 1905 (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 100, processo 9).

Legendagem adicional do autor. S - Sala de aula V - Vestíbulo ? A - Átrio AN - Anfiteatro



63. Planta do 1.º andar do edifício projectado por Adães Bermudes para o liceu nacional da Guarda. c. 1905 (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 100, processo 9).

O esquema de conjunto mostrava-se algo simplista, obedecendo Bermudes a um programa mínimo em acordo com o Regulamento Geral do Ensino Secundário de 1895. De facto, a falta de espaços funcionalmente especializados constituía nota saliente, existindo 6 salas de aulas (repetidas nas formas e dimensões) e o referido anfiteatro, ao que julgamos destinado às aulas de ciências físicas e naturais.

A ausência de um espaço para as aulas de ginástica poderá ser compreensível se nos ativermos ao Regulamento de 1895, embora tal não possa justificar a inexistência de laboratórios ou mesmo de uma sala específica para as aulas de desenho.

Do ponto de vista pedagógico, há outros aspectos que importa considerar. Primeiramente, parece nítido que a circulação no interior foi pensada tendo por base o princípio da separação etária dos alunos de acordo com as duas secções (inferior, 2 classes; média, 3 classes), visto tratar-se de um liceu (nacional) onde só poderia funcionar o curso geral.<sup>107</sup> Quanto a essa questão, é significativo que a própria simetria da planta denuncie o que acabámos de enunciar, ou seja, que a axialidade do edifício defina duas zonas idênticas. Na verdade, passado o átrio de entrada, o corredor interior prolonga-se tanto para o lado esquerdo como para o direito até às duas alas do edifício, havendo junto de cada agrupamento de salas de aula serventia para os sanitários e exterior, permanecendo assim os alunos de cada secção apartados até à hora de saída. Por outro lado, no próprio exterior criam-se duas zonas de recreio independentes, apesar do espaço ser exíguo e de não ser adoptado nenhum mecanismo de protecção para os alunos (galeria aberta, alpendre ou uma solução próxima dos *préaux*).

Repara-se que no liceu de Faro, onde o programa previsto por Adões Bermudes foi levado a cabo até final, a concepção geral do edifício suscitou viva polémica após a sua construção<sup>108</sup>, sendo elucidativa e paradigmática a

<sup>107</sup>Introduz alguma dificuldade de leitura o projecto ter previsto seis salas de aula para cinco classes, isto a considerar que nenhuma dessas salas era destinada a uma utilização funcional diferente ou a eventuais desdobramentos.

<sup>108</sup>Cf. a propósito o trabalho de Maria Elisa Páscoa Barreiras, *Liceu João de Deus – Faro*, a publicar no *Roteiro dos Liceus Históricos Portugueses*, sob direcção de António Nóvoa.

esse respeito a apreciação feita alguns anos mais tarde pelo reitor José Júlio Rodrigues no seu relatório anual (1931-1932), considerando-o então como

"um edifício mesquinho, jovem ruína aleijada de nascença, desastre arquitectural que embora de tenra idade nenhuma condições possui para o fim a que o destinaram [salientando ainda que o seu] aspecto estético é infelicíssimo, género picadeiro por fora e enfermaria de tuberculosos por dentro, com os seus corredores acanhados, forrados de ladrilho branco." <sup>109</sup>

Apesar de gerar controvérsia, é incontestável que o labor de Adães Bermudes à frente da Direcção Técnica das Construções Escolares veio a revelar-se profícuo em muitos aspectos, sendo ainda de registar a sua intervenção no acompanhamento das obras de alteração ao projecto do edifício do liceu central de Lisboa (futuro Passos Manuel) a partir de 1902, na beneficiação do edifício à rua do Sacramento em 1906, que viria a ser conhecido como liceu da Lapa (Lx, 3.ª zona), bem como o seu empenhamento na aprovação do plano de Rosendo Carvalheira para a construção do liceu de Setúbal em 1907. <sup>110</sup>

Após 1908, altura em que os serviços que dirigia sofrem uma primeira remodelação, dando-se a transferência de tutela do Ministério do Reino para o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Bermudes manteve-se algo arredado da execução dos programas dos liceus de Lisboa (Camões e Pedro Nunes – cujos projectos e direcção de obras ficaram a cargo de Ventura Terra), voltando mais tarde a assinar o projecto da Escola Brotero em Coimbra (1910), a participar na comissão que elaborou as normas técnicas, higiénicas e pedagógicas para as escolas primárias (nomeada em 1912), e a responsabilizar-se pelo projecto da Escola Normal Primária de Lisboa (1913). <sup>111</sup>

<sup>109</sup> Citado por Maria Elisa Páscoa Barreiras, *op. cit.*, pp. 9-10.

<sup>110</sup> Cf. a este respeito Manuel Henrique Figueira, *O Liceu de Setúbal. Das Origens à Escola Secundária de Bocage (1857-1999)*, Edição da Escola Secundária de Bocage, Setúbal, 1999. Cf. também a vista de implantação do liceu no Anexo II. Graças à colaboração do nosso colega Manuel Henrique Figueira, localizámos no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Setúbal este projecto, o qual não foi reproduzido pelo facto de se encontrar em mau estado de conservação.

<sup>111</sup> Acerca da polémica levantada em torno deste projecto entre o arquitecto Bermudes e o corpo docente da Escola Normal Primária de Lisboa, consultar na ESEL as *Actas das Sessões do Conselho de Instrução da Escola Normal Primária de Lisboa*, 1918-1919, fls. 17 v., 29 r. e 40 r.

Como o expressou Fernand Hotyat, “les architectes ont rarement bonne press dans le monde des pédagogues”, na sua perspectiva pelo oposicionismo existente entre o aspecto dinâmico da pedagogia e o carácter permanente das construções.<sup>112</sup> Contudo, só por si essa visão não chega para explicar a contestação aos projectos de arquitectura escolar protagonizados por Adães Bermudes. De igual modo, não podemos esquecer a formação do arquitecto, revelando-se nos princípios de Novecentos ainda arreigado a formulários eclécticos, distante pois de uma análise pragmática e racionalista dos programas, a própria conjuntura histórica em que desenvolve os seus projectos onde imperam restrições orçamentais limitando por isso a sua margem de manobra, assim como a afirmação (e sobreposição a outros princípios) de considerações higiénicas na forma de pensar as escolas, nem sempre bem vistas pela classe docente como ficou patenteado no testemunho do reitor do liceu de Faro.

\*

\*      \*

Durante os primeiros anos de 1900 é patente que a produção legislativa traduz uma crescente preocupação em domínios como a higiene e a construção escolares, sendo paralelamente acompanhada da emergência dos primeiros estudos médico-científicos exclusivamente direccionados à criança em idade escolar.

Algumas concretizações então ocorridas são a tradução do anseio dado pela transversalidade do discurso concernente à necessidade de “avigoramento”, mostrando a atribuição à escola de um papel determinante no reforço do

---

<sup>112</sup>Prefácio à obra de Gérard Brigode, *L'Architecture Scolaire*, Presses Universitaires de France, Paris, 1966, pp. VII-VIII.



desenvolvimento físico das crianças, manifestamente visível no fomento da educação física - na sua ligação às medições antropométricas e à preparação pré-militar -, na dotação de mobiliário escolar concebido em acordo com a pesquisa médico-higienista, no que isso importa de maior controlo sobre o corpo e denota de preocupação relativamente às correcções morfológicas e aspectos disciplinários, na procura de espaços específicos para a prática de exercícios físicos em alguns liceus, assim como na tentativa de enraizamento de certos procedimentos e regras na escola através do ensino da higiene, como vimos maioritariamente centrados nas atitudes a observar nos exercícios escolares, na aprendizagem de determinados princípios de higiene associados ao arejamento, limpeza e desinfecção, e mesmo de normas a seguir para uma correcta alimentação, vindo no essencial a sustentar a segunda hipótese por nós levantada.

Mais, alguns indícios denunciam mesmo uma transformação clara no ambiente escolar operada no domínio das práticas de higiene, nomeadamente no concernente às medidas adoptadas em ordem a impedir a propagação das doenças infecciosas (varredura diária, limpeza com assépticos, instalação de escarradores...). Em consonância com esse aspecto, ao incorporar alguns princípios advindos das descobertas de Pasteur a planificação das escolas vem a revestir alguma similitude com a concepção de edifícios hospitalares - inscrita numa matriz comum e mais acusada noutros países europeus - nitidamente associada ao problema da erradicação da tuberculose, em larga medida cometido à esfera escolar nos alvares da centúria de Novecentos.

Por outro lado, parece-nos ainda claro que os passos dados na mira da entrada da higiene na escola têm subjacente um sentido ambivalente, isto é, simultaneamente de dimensão protectora (acentuando assim o modelo de "escola microcosmo") e de efeito educativo centrífugo, como também postulámos, embora em nossa opinião saia notoriamente valorizado o primeiro aspecto, vindo aliás a ser estruturante na conceptualização dos espaços escolares ao longo das duas primeiras décadas do século XX.

No início do século é inegável que as iniciativas em causa se processam de forma esporádica e sem um rumo muito definido, concorrendo para a sua

objectivação (embora sem coordenação entre si) a Inspeção Sanitária Escolar, a Direcção Técnica das Construções Escolares e mesmo a Liga Nacional contra a Tuberculose.

Traço inédito, com consequências futuras para a estruturação da inspecção médica nas escolas, constitui a acção dos inspectores sanitários adstritos aos liceus de Lisboa, Porto e Coimbra. Não seria fugir muito à realidade afirmar que a Inspeção Sanitária Escolar até à implantação da República funcionou em dois registos distintos, isto é, cumprindo razoavelmente os objectivos propostos nos citados liceus e praticamente sem nenhuma consequência nos restantes estabelecimentos de ensino, nomeadamente ao nível da instrução primária.<sup>113</sup>

O desígnio de modificação do estado das instalações escolares, bem expresso nos decretos de reforma dos sectores primário e secundário do ensino (1901 e 1905), ambos denunciadamente recorrentes da premissa que sem bons edifícios escolares era impossível bom ensino, não introduziu, pelo menos de imediato, uma ruptura estrutural face a períodos precedentes. A evidente e perseguida acção abrangente da Direcção Técnica das Construções Escolares, como vimos estendida para além do sector primário do ensino, sua competência primeira, veio a cifrar-se no essencial no acompanhamento das escolas primárias edificadas segundo o projecto-tipo de 1898, na procura de renovação do mobiliário escolar, bem como na tentativa de implementação mais ou menos generalizada de um programa arquitectónico comum destinado aos liceus, sendo significativo assinalar como denominador comum a falta de especialização ao nível do desenho das escolas.

Mau grado o esforço realizado numa conjuntura financeira adversa, o número de escolas primárias levantadas segundo o plano de Bermudes não consegue satisfazer minimamente as reais necessidades do país, assim como vem a mostrar-se inconsequente o objectivo de dotar os liceus com edifícios próprios, constituindo excepção os casos de Faro e de Setúbal, o último dos quais graças a iniciativa municipal.

---

<sup>113</sup>Esta conclusão foi também validada por Carlos Abreu, não só para o período indicado, mas também para o conseqüente até aos anos de 1918/1919, isto apesar da constituição de um completo e pormenorizado aparelho legislativo (Cf. *op. cit.*, p. 90).

Um verdadeiro estímulo na resolução do problema das instalações escolares, designadamente dos liceus da capital, será bem identificável após 1907, vindo de forma progressiva a impor-se uma análise mais funcional dos programas, de que será exemplo paradigmático o edifício do liceu Camões.

Como ficou expresso, esse processo radica num influxo de modernização ao nível do ensino secundário, iniciado após 1905, que não deve alhear uma conjuntura muito específica onde se cruzam diversas correntes e movimentos de influência, a instaurar efectivamente uma dinâmica de mudança no derradeiro período da monarquia, não esquecendo no entanto que nos primórdios do século é decisivamente por meio da argumentação médica que o problema dos edifícios escolares sai revalorizado e que, de modo consequente, enquanto classe os inspectores sanitários deterão um papel relevante na definição dos primeiros programas equacionados (e concertados sob uma orientação comum) para os liceus portugueses.

## V – Uma Nova Architectura para os Liceus

"Eu vi, há mais de trinta anos, o ensino secundário oficial desprovido de professores, de alunos, de edifícios, de material de ensino; leccionistas, não professores; ouvintes, não alunos; casarões, não escolas; palavras, não coisas."

(António Joaquim de Sá Oliveira, *Boletim do Liceu Normal de Lisboa*, n.º 7, 1934, p. 278).

As palavras citadas têm o mérito de colocar elucidativamente em confronto duas realidades bem distintas dos liceus portugueses, acrescentaríamos nós marcadamente entrecortadas por uma importante dinâmica de mudança instaurada nos últimos anos do regime monárquico, pouco compreendida aliás pelos partidários do regime saído do 5 de Outubro de 1910, conforme o enquadrrou António Nóvoa.<sup>1</sup>

Na verdade, com os novos liceus da capital equacionados a partir de 1907, num momento particularmente fértil para a arquitectura da cidade no que concerne aos equipamentos sociais<sup>2</sup>, Portugal conhece algo que até ao momento tinha estado situado apenas no plano das vontades e dos discursos, ou seja, o referencial de instalações escolares com espaços de convívio e para exercício físico amplos, assim como salas próprias para as disciplinas científicas.

Essa intervenção, seriamente tomada a cabo pelo governo de João Franco (1906-1908), inseria-se numa política mais vasta de modernização do sector secundário oficial, objectivamente centrada na edificação dos três liceus de Lisboa (Passos Manuel, Camões e Pedro Nunes), mas também na reparação, ampliação e mudança para edifícios mais adequados de muitos liceus de província, não esquecendo a dotação de equipamento e material escolar.<sup>3</sup>

Estudar os edifícios escolares então projectados é também perceber em que medida a especialização dos espaços define determinadas orientações

<sup>1</sup>Cf. "A República e a Escola: das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades", *Revista Portuguesa de Educação*, 1(2), 1988, pp. 29-60.

<sup>2</sup>Sobre esta questão consultar José Manuel Fernandes, *Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*, Gradiva, Lisboa, 1993, p. 76 e ss.

<sup>3</sup>Cf. Vasco Pulido Valente, *op. cit.*, p. 157 e ss.

pedagógicas, tendo no entanto presente que na fase histórica em causa a especialização de uma instalação exclui toda a actividade distinta daquela para a qual foi concebida, anulando a possibilidade de utilização dual e a prática de uma pedagogia em que as actividades são, de um certo modo, imprevisíveis.<sup>4</sup> A preocupação enunciada reconhece a determinante influência do currículo na organização espacial das escolas, nos termos a que se referiu o arquitecto Felix Clay em 1902:

"The organization of a school is so closely connected with that of the curriculum, that it is hardly possible to consider them apart; and though the question of subjects taught and the time given to them may seem to have a remote bearing on the plan of the building, yet as it is the subjects and method of teaching which settle the amount of reclassification and division, etc., they determine the extent of accommodation that will be required; and consequently the arrangements of whole school building come ultimately to depend to a large extent upon the curriculum."<sup>5</sup>

Nesse sentido, ao longo do presente capítulo a nossa investigação tentará perceber em que ordem a importância atribuída a determinadas disciplinas do currículo vem a manifestar-se na concepção espacial dos liceus, interessando-nos verificá-lo sob um ponto de vista muito particular, isto é, à luz do enfoque dado pela Reforma de Eduardo José Coelho (1905) ao "ensino activo" e experimental.

Para esse efeito, começaremos por perscrutar algumas iniciativas surgidas após essa Reforma, nomeadamente no que registam de maior interesse (e veiculam de procurada inovação) nos domínios das ciências experimentais, do desenho e geometria, ou mesmo da geografia..., avaliando mais tarde a sua tradução ao nível dos programas dos edifícios. Colocado na interrogativa, qual a leitura que fazemos desses espaços específicos no plano de conjunto, sobretudo na sua relação com as salas de aula de cada grupo?

<sup>4</sup>Cf. a respeito de especialização e polivalência de instalações escolares Jean Ader, *op. cit.*, p. 125 e ss.

<sup>5</sup>*Op. cit.*, p. 22.

Por outro lado, no que constitui uma outra linha condutora do nosso trabalho, resulta também evidente que a análise dos novos liceus não poderá alhear a conjuntura que traçámos no essencial no capítulo precedente, conferidora como vimos de particular relevância a determinados pressupostos higienistas. Assim sendo, cabe também examinar como é que toda a retórica de reforço da condição física e de "protecção" da saúde dos alunos se reflecte nesses mesmos programas.

### **1. Um processo renovador no secundário liceal: a dotação de equipamentos e material pedagógico nos últimos anos da monarquia constitucional.**

Entrados no século XX, parece ser verosímil que o ensino prático e experimental da química e da física era algo manifestamente arredado das nossas escolas secundárias oficiais.

A própria formação dos professores nas áreas indicadas afigurava-se lacunar na componente prática, como sucedia com os docentes que haviam passado pela Academia Politécnica de Lisboa, caso de António dos Reis Silva Barbosa, professor de ciências naturais e química do liceu de Faro e bolseiro no Instituto Físico-Químico da Universidade de Leipzig por via do decreto de 29 de Maio de 1907. No relatório final dessa viagem de estudo, Silva Barbosa incluía anotações ao modo como no seu tempo de aluno decorriam as aulas de química no dito estabelecimento de ensino superior português, ressaltando o facto de não haver

"nenhum trabalho prático, obrigatório ou facultativo, destinado aos estudantes desta disciplina; não existindo até ao presente em Portugal nenhum curso prático de química em que os professores secundários e os candidatos ao professorado adquiram conveniente prática desta ciência."<sup>6</sup>

<sup>6</sup> *Apêndice ao Diário do Governo*, n.º 123, 2 de Abril de 1909, p. 1. A despeito desse relato, refira-se que a Escola Politécnica de Lisboa dispunha desde 1857 de um importante laboratório químico, que granjeou aliás fama na Europa (Cf. *O Ocidente*, Maio de 1891), e que em finais do século XIX alguns professores pugnam por uma inflexão no ensino de molde a proporcionar aos alunos a confirmação experimental dos resultados, em detrimento da mera "escamoteação de anfiteatro".

Em 1904, o professor Eugénio Pacheco esboçando uma análise crítica do ensino da química nos liceus portugueses pugnava pela necessidade de impor novos hábitos de estudo aos alunos, fazendo-os executar pelas suas mãos as operações prescritas no curso elementar, já que, como descrevia,

"Estuda-se a química lendo e comentando um texto, ou garatujando no quadro preto meia dúzia de símbolos a que se dá, por via de regra, um valor metafísico e, ao fim de três anos desta ginástica estéril, faz-se um exame e obtém-se um diploma sem se ter uma só vez molhado as pontas dos dedos em exercícios de laboratório!"<sup>7</sup>

Alguns anos mais tarde, Riley da Motta ao invocar os seus tempos de liceu confirmava exactamente esse estado de coisas, denunciando que durante o quinquénio em que frequentou as aulas de química nunca teve contacto com um tubo de ensaio ou um bico de Bunsen, embora soubesse de cor os compêndios de Aquiles Machado.<sup>8</sup>

Todavia, de forma efectiva a partir de 1905 é registado um esforço no sentido de possibilitar o ensino das ciências experimentais nos liceus, postura pedagógica essa, claramente expressa no ideário da Reforma de Eduardo José Coelho:

"o utilitarismo que domina o espírito moderno, o larguíssimo desenvolvimento que estas ciências [físico-naturais] têm alcançado dão-lhes direito a um estudo mais aturado do que o plano actual permitia. Mas, no que estas ciências têm mais a aproveitar, é na dotação dos liceus com verbas para a conservação e desenvolvimento dos seus gabinetes de estudo experimental."<sup>9</sup>

<sup>7</sup>"A Reforma do Ensino da Chimica nos Lyceus", *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial*, Outubro-Dezembro de 1904, p. 9.

<sup>8</sup>Cf. "Liceus de Ontem e Liceus de Hoje", *Liceus de Portugal*, n.º 47, Novembro de 1945, p. 76.

<sup>9</sup>Preâmbulo do decreto de 29 de Agosto de 1905 que reformava o ensino secundário. Atendendo a esse plano de ensino, como era também focado na nota preambular, para além do reforço das ciências físico-naturais recebiam igualmente maior atenção as línguas vivas, a educação física e o desenho.

Tal interesse manifesto, vem a consubstanciar-se numa acção que ultrapassa o aumento significativo das dotações liceais privativas, ou mesmo a inscrição nos orçamentos gerais do Estado de verbas globais para a aquisição de material de ensino.<sup>10</sup>

Com efeito, o visível crescimento das dotações a partir de 1906-1907 possibilitando a aquisição de material para as aulas práticas de ciências físico-naturais, entre outro, é também acompanhado de forma paralela pela validação e aproximação às soluções preconizadas no exterior do país nesse e noutros domínios educativos, e daí a atribuição de um conjunto de bolsas de estudo a professores nacionais tendo em vista o seu aperfeiçoamento profissional no estrangeiro, através do já citado decreto de João Franco publicado em Maio de 1907.<sup>11</sup>

Q  
u  
a  
d  
r  
o  
X

Anos Económicos	Verbas Insertas no Orçamento Geral do Estado para Aquisição de Material de Ensino (em reis)
1898-1899	1 300
1899-1900	1300
1900-1901	1300
1901-1902	1300
1902-1903	2500
1903-1904	2500
1904-1905	4900
1905-1906	4900
1906-1907	21000
1907-1908	13500
1908-1909	12800
1909-1910	21800

Fonte: Agostinho de Campos, *Educação e Ensino*, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris/Lisboa, 1922, 2.ª edição, vol. I, p. 145.

No contingente reservado às ciências experimentais, encontrava-se não só António dos Reis Silva Barbosa que viaja rumo à Alemanha, como indicámos,

<sup>10</sup>Note-se que a Reforma de 29 de Agosto de 1905, no seu artigo 1.º, estipulava a obrigação de se atribuir a cada liceu uma verba anual destinada à aquisição de mobiliário e material didáctico, biblioteca, gabinete de física, laboratório de química e ginásio.

<sup>11</sup>Cf. a este propósito o trabalho de Rogério Fernandes, "Ensaio de Modernização do Ensino Liceal e Investigação Pedagógica no Limiar do Século XX", in *Ciências da Educação: Investigação e Acção. Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação*, Porto, 1995, vol. I, pp. 331-340.



mas também José Júlio Bettencourt Rodrigues, professor do 6.º grupo do liceu de Lamego, que se desloca a Bruxelas para se apurar nos métodos de ensino das ciências físico-químicas e histórico naturais. No relatório final da sua viagem de estudo, Bettencourt Rodrigues conclui da necessidade de se possibilitar o "ensino activo" e experimental da química e física aos alunos, nos moldes verificados nos modernos e bem apetrechados laboratórios do Ateneu de Ixelles onde estagiara.<sup>12</sup>

Diga-se que a intenção da química e física nos liceus ser no essencial uma "ciência de laboratório" é particularmente sentida pelos professores no período pós Reforma de 1905, em grande parte pela vertente prática imposta por esse diploma:

"Sem esse material toma-se absolutamente impossível cumprir a disposição regulamentar que manda que seja prático o ensino da física na 3.ª classe e descritivo nas 4.ª e 5.ª e para que o ensino da química seja acompanhado de experiências em que os alunos aprendam as principais manipulações de sólidos, líquidos e gases." <sup>13</sup>

E é também a essa luz que deve ser lida a proposta do professor João Carlos Marques da Costa Guerra, responsável pela regência das cadeiras de ciências físico-naturais no liceu nacional de Leiria, ao conselho escolar desse estabelecimento de ensino em Dezembro de 1906 no sentido de que este

"Reconhecendo as dificuldades com que actualmente se luta no ensino de ciências físico-naturais e a necessidade de se organizar um gabinete com o material indispensável às exigências do ensino, represente à Direcção Geral de Instrução Pública pedindo, a exemplo do que se tem feito a outros liceus, para que seja fornecido ao de Leiria o material indispensável ao ensino prático das ciências físico-naturais." <sup>14</sup>

---

<sup>12</sup>Cf. o Apêndice ao *Diário do Governo*, n.º 154, 23 de Abril de 1909.

<sup>13</sup>Ofício do reitor do liceu nacional de Vila Real ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública em 5 de Março de 1907 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4078, processo 223).

<sup>14</sup>IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4078, processo 81.

Sob esse aspecto, a situação do liceu de Leiria, bem como a dos restantes do país, procurou ser avaliada pela Direcção Geral de Instrução Pública por meio de telegrama circular enviado a 23 de Agosto de 1906 a todos os reitores, com o objectivo de distribuir pelos liceus mais necessitados colecções de material de ensino de ciências físico-naturais adquiridas no estrangeiro, e remetidas para o país em finais de Junho desse ano.

As respostas chegadas à Direcção Geral de Instrução Pública, coligidas e analisadas em Dezembro de 1906 por Queiroz Veloso, chefe da 3.<sup>a</sup> repartição, permitem ter uma ideia das limitações dos liceus a esse nível.<sup>15</sup> Nessa data, tinham recebido recentemente colecções os liceus de Lisboa (excepto o Maria Pia), do Porto e Santarém, cabendo à 3.<sup>a</sup> repartição propor ao Ministro do Reino quais os liceus que deveriam ser dotados de forma prioritária com o restante material, exceptuando-se à partida três estabelecimentos de ensino (Coimbra, Évora<sup>16</sup> e Lamego), os únicos que antes dessa dotação possuíam equipamentos completos e modernos de física e química, adquiridos entre os anos de 1903 e 1905.

De acordo com o parecer de Queiroz Veloso, as remanescentes colecções de instrumentos para o ensino intuitivo e prático da física e química foram atribuídas aos liceus de Braga, Faro e Maria Pia, justificando-se em grande parte essa opção em função das elevadas frequências de alunos, reconhecendo-se no entanto que outros liceus necessitavam urgentemente de ser dotados com esse material.<sup>17</sup>

Notoriamente, nos anos a que nos estamos a reportar, existe na esfera governativa a preocupação em seguir orientações pedagógicas alicerçadas na utilização de novos equipamentos e material didáctico, tanto mais evidenciada pela abrangência das áreas de ensino contempladas por dotações especiais.

<sup>15</sup>Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4074, processo 40.

<sup>16</sup>Este liceu dispunha desde 1904 de uma colecção muito completa de aparelhos, mobiliário, reagentes... fornecida pela firma lisboeta Ferreira e Oliveira, mas provinda de Paris por ordem da Direcção Geral de Instrução Pública (Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4066, processo 328).

<sup>17</sup>Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4074, processo 40. Os liceus de Leiria, Castelo Branco, Vila Real, Bragança e Aveiro figuravam na lista dos mais necessitados.

Essa estratégia de acção é, aliás, reclamada mais insistentemente a partir de 1908 pelo movimento de influência que constitui a "associação" dos pais e tutores dos alunos dos liceus de Lisboa - um pouco à semelhança do que sucedera com as pressões que presidiram à elaboração da Reforma de 1905 - que pugna junto do governo pela melhoria das condições do ensino secundário, vindo a centrar a sua atenção em aspectos tidos como prioritários que se prendiam exactamente com a dotação de material didáctico, a instalação adequada dos liceus e a organização de laboratórios para as aulas práticas, entre outros.<sup>18</sup>

Em boa verdade, essas pretensões são legitimadas por Queiroz Veloso no seu discurso parlamentar de 1908, detendo-se de forma mais acurada na questão do material de ensino, numa perspectiva particularmente lata por abarcar os diversos grupos de ensino, sendo útil transcrever essa passagem no essencial:

"Não se compreende, nem se pode fazer hoje um ensino proveitoso e eficaz, sem um variado material didáctico. As ciências físico-químicas exigem experiências constantes, primeiro exemplificadas pelos professores, repetidas depois pelos alunos [...] As ciências histórico-naturais requerem também numerosos exemplares, devidamente sistematizados e seriados, quadros murais representando fases dos animais e das plantas, o uso de microscópios simples para estudos elementares de biologia. Por seu lado, a geografia não dispensa o emprego frequente de bons mapas, esferas armilares, globos terrestres e celestes [...] O ensino da história precisa de ser acompanhado de gravuras ou estampas alusivas, representando homens célebres [...] As línguas vivas não se podem aprender, pelo método directo, sem uma série de quadros [...] A matemática já não se satisfaz só com um pedaço de giz e o quadro preto. E o desenho, que tão grande auxílio presta ao ensino daquela ciência, da física, da zoologia e da botânica só pode ser estudado com o auxílio de material próprio." <sup>19</sup>

A assunção do aluno passar de simples ouvinte a activo participante no processo ensino-aprendizagem, na ilação que daí também podemos retirar do abraçar uma filosofia educacional que valoriza um certo sentido prático em

<sup>18</sup> Acerca desta questão ver Queiroz Veloso, *O Ensino Secundário em Portugal (Discurso Pronunciado na Camara dos Senhores Deputados na Sessão de 21 de Agosto de 1908)*..., p. 45 e ss.

<sup>19</sup> Idem, pp. 50-51.

ordem à preparação para a vida, que não dado pela excessiva erudição do ensino, de mais a mais reivindicada nesse período por intelectuais como João de Barros no cotejo com as experiências extra-fronteiras<sup>20</sup>, é correspondida na generalidade pelo processo de dotações em curso a partir de 1906 e desenrolado segundo pressupostos bem definidos até 1910. As contribuições resultantes, como temos vindo a procurar acentuar, acrescem o comprometimento e empenhamento do governo na educação prática e científica - em consonância com a preferência dada a essas áreas na atribuição de bolsas de estudo a professores - inerente (é bom reforçar) ao próprio espírito da Reforma de 1905, onde a novidade da bifurcação do curso geral em dois ramos (cursos complementares de ciências e letras) não esconde a prevalência dada aos estudos de ciências em detrimento dos de letras, ponto esse em que se distancia da reforma precedente (Jaime Moniz, 1894-95) e que, com base nessa comparação, suscita a Queiroz Veloso algum desagrado, tomando a defesa do equilíbrio nesse domínio.<sup>21</sup>

Em acordo com a nota preambular da Reforma de 1905, para além da ênfase dada ao material e equipamentos destinados às aulas de física e química, não esquecendo outra área de intervenção prioritária que abordámos anteriormente e que constituiu o fomento da educação física nos liceus, num quadro amplo e com intersecções à acção da Inspecção Sanitária Escolar, vem de igual modo a receber maior atenção a disciplina de desenho. Efectivamente, desde Fevereiro de 1906 que Carlos Adolfo Marques Leitão, professor da Escola Industrial Marquês de Pombal, fica encarregue de organizar uma colecção de material pedagógico para o ensino de desenho nos liceus. Por dificuldades contratuais várias entre Marques Leitão e a Direcção Geral de Instrução Pública, esse processo vem a sofrer vicissitudes várias até à sua conclusão, saindo no entanto reafirmada em finais do ano de 1906 a confiança no seu trabalho, intensificando-se uma vez mais a ideia da instrução secundária deter um cunho mais prático:

<sup>20</sup>Cf. *A Escola e o Futuro (Notas sobre Educação)*, Livraria Portuense de Lopes e C.ª, Porto, 1908, p. 182.

<sup>21</sup>Cf. *op. cit.*, p. 44.

"Atendendo, por um lado, à sua reconhecida competência, e por outro à impreterível necessidade de dotar o ensino secundário oficial com material pedagógico apropriado à feição intuitiva e prática que deve revestir principalmente a instrução média, é esta repartição de parecer que o professor Carlos Adolfo Marques Leitão continue encarregado de confeccionar colecções de modelos para o ensino do desenho e geometria em todos os liceus do reino que ainda não os possuam." <sup>22</sup>

Em termos pedagógicos, Agostinho de Campos no seu parecer de Maio de 1908 enfatizava o facto do ensino de desenho nos liceus depender estreitamente da existência de material adequado, visto que

"O programa vigente de desenho exclui o emprego do livro de aula e pressupõe a existência de uma série de quadros, sólidos geométricos, modelos em gesso, estampas, modelos de estereografia [...] É naturalmente indispensável que se organize uma colecção tipo de todo esse material pedagógico, mediante a qual possam fazer-se as reproduções necessárias para que em todos os liceus do Estado o ensino se ministre convenientemente." <sup>23</sup>

Em Março de 1909, o material destinado ao ensino de desenho era entregue na Direcção Geral da Instrução Superior, Secundária e Especial, começando a ser distribuído pelos liceus do reino cerca de um ano mais tarde, não sem antes (em acordo com o citado parecer de Agostinho de Campos) ter sido apreciado sob o ponto de vista pedagógico por uma comissão expressamente nomeada para o efeito, e exposto o "método" às autoridades escolares e a alguns docentes pelo próprio Marques Leitão.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Informação da 3.ª repartição da Direcção Geral de Instrução Pública em 23 de Novembro de 1906. Citada por Agostinho de Campos no parecer enviado ao Ministro do Reino a propósito da organização do material para o ensino da disciplina do desenho nos liceus, em 1 de Maio de 1908 (IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, maço 41). Com base no parecer de Agostinho de Campos foi expedido novo despacho ministerial em 5 de Junho de 1908.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Cf. idem.

Quadro XI

Modelos comuns a todas as classes	Material específico para a 1.ª Classe	Material específico para a 2.ª Classe	Material específico para a 3.ª Classe	Material específico para a 4.ª Classe	Material específico para a 5.ª Classe
1 régua	61 quadros com desenhos em cartão	51 quadros com desenhos em cartão	53 modelos em gesso	29 modelos em gesso	26 modelos em gesso
3 esquadros			1 caixa com superfícies de cortiça e modelos	16 modelos de estereografia	15 modelos de estereografia
4 compassos			1 perspectógrafo	17 fotografuras	28 fotografuras
1 transferidor			18 modelos de estereografia	2 quadros com as proporções do corpo humano	35 quadros com desenhos em cartão
1 suta			16 modelos em arame de ferro	61 quadros com desenhos em cartão	
1 fio de prumo			18 fotografuras		
1 metro de metal			59 quadros com desenhos em cartão		
14 sólidos geométricos em madeira					
25 figuras planas em madeira					
12 planificações de sólidos, em cartão					
1 apoio para modelos em arame de ferro					
1 plano de madeira com apoio em ferro					

Colecção-modelo de material para o ensino da disciplina de desenho e geometria (1.ª à 5.ª classes), organizado pelo professor Carlos Adolfo Marques Leitão e enviada a todos os liceus do continente e ilhas entre Março e Julho de 1910.

Fonte: IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, maço 49.

Ao que nos foi possível apurar, do conjunto das áreas de ensino procuradamente mais atendidas pela Reforma de Eduardo José Coelho, apenas as línguas vivas parecem ter sido menos integradas no conjunto das dotações liceais, isto apesar da demonstrada vontade de alteração dos métodos pedagógicos prevaletentes em tal domínio, como o atesta a concessão a Luís Cardim, professor do 3.º grupo do liceu nacional de Setúbal, de uma bolsa de estudo na Alemanha e Inglaterra para tomar contacto com a investigação e soluções pedagógicas produzidas nesses países.<sup>25</sup>

<sup>25</sup>Cf. o relatório final de Luís Cardim no *Apêndice ao Diário do Governo*, n.º 131, 7 de Abril de 1909. Cf. ainda a este respeito Rogério Fernandes, "Ensaio de Modernização do Ensino Liceal...", p. 338.

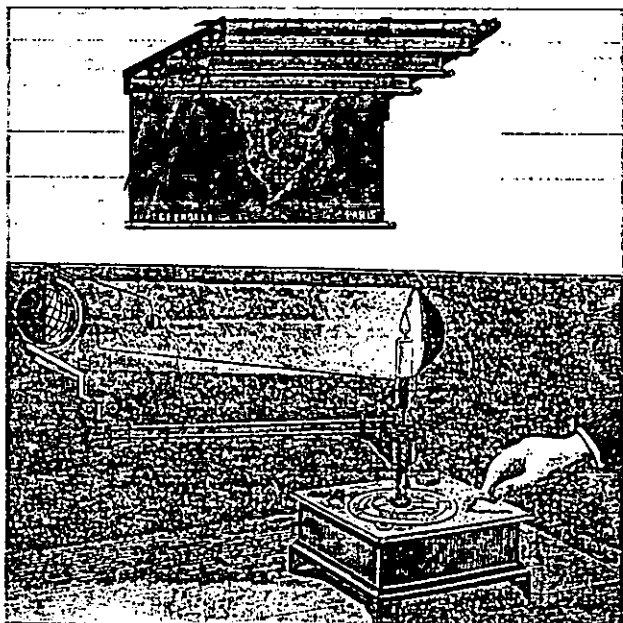
Em contraponto, a disciplina de geografia - a única que juntamente com o inglês (ou, em opção, o alemão) era comum na bifurcação do curso geral - vem a ser alvo de vasta dotação de material pedagógico. Com efeito, em Janeiro de 1907 é iniciado na órbita da Direcção Geral de Instrução Pública o processo de constituição de colecções-modelo para o 4.º grupo (geografia e história), uma vez mais com consulta prévia a todos os reitores. O resultado dessa auscultação confirma o extremo pauperismo dos liceus nesse campo e, necessariamente, a prática de um ensino apartado dos princípios então preconizados:

"Como se verifica pelas respostas dadas por quase todos os liceus do reino ao telegrama circular de 14 de Janeiro deste ano, pedindo a relação do material preciso para o ensino da geografia e da história, nenhum desses estabelecimentos possui uma colecção completa dos objectos indispensáveis para o ensino intuitivo daquelas disciplinas, e sucede até que na maioria dos liceus - triste é dizê-lo - nem sequer existe um jogo actualizado dos mapas geográficos das chamadas cinco partes do mundo!"<sup>26</sup>

Procurando obviar a essa situação, a organização de 15 colecções de material de geografia e história (10 para os liceus centrais e 5 para os nacionais) teve por base a análise das lacunas detectadas em cada estabelecimento de ensino e, em alguma medida, as propostas de aquisição formuladas pelos professores que leccionavam o 4.º grupo.

Em meados de Novembro de 1907, depois de contactos com a casa Delagrave em Paris, o material pedagógico para o ensino do 4.º grupo nos liceus estava já em Portugal, sendo evidente que as colecções a constituir privilegiavam a disciplina de geografia (porventura a mais lacunar) em detrimento da história, conforme podemos constatar na relação elaborada pelo reitor do liceu da 1.ª zona escolar de Lisboa, Rui Teles Palhinha, incumbido da encomenda no exterior.

<sup>26</sup>Carta do chefe da 3.ª repartição da Direcção Geral de Instrução Pública, Queiroz Veloso, ao Conselheiro Director Geral da Instrução Pública, em 27 de Junho de 1907 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4078, processo 62).



64. e 65. Aparelho de suspensão para cartas geográficas; cosmógrafo destinado a demonstrar os movimentos e posição da terra e lua em relação ao sol.

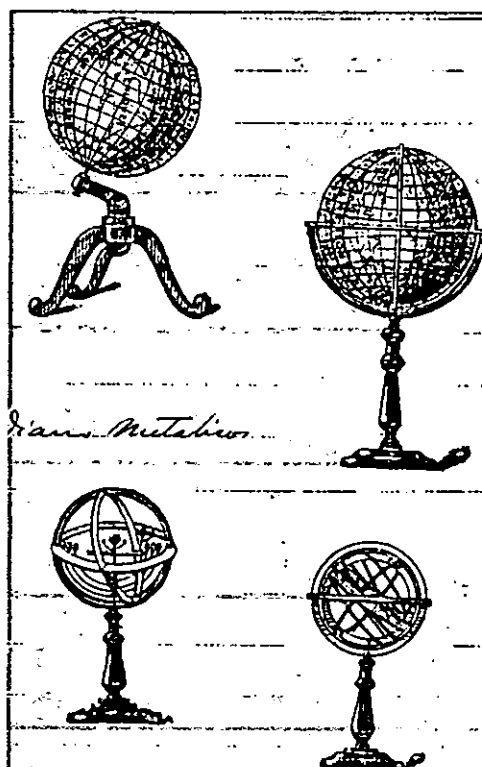
Proposta de aquisição, em resposta à Direcção Geral de Instrução Pública, do professor do 4.º grupo do liceu de Portalegre, em 16 de Janeiro de 1907.

(IAN/TT, Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, maço 4078, processo 62).

66. a 69. Globo terrestre modelo inclinado; globo terrestre com círculo e meridiano metálicos; esfera armilar de Copérnico; esfera armilar de Ptolomeu.

Proposta de aquisição, em resposta à Direcção Geral de Instrução Pública, do professor do 4.º grupo do liceu de Portalegre, em 16 de Janeiro de 1907.

(IAN/TT, Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública, maço 4078, processo 62).





**Quadro XII**

25 globos terrestres com círculo e meridiano de cobre por Levasseur
25 globos terrestres com ½ meridiano de cobre por Perigot
25 globos celestes por Simon
15 "Le Monde Scolaire. Notions de Cosmographie" por Flammarion
15 cartas do Brasil por Levasseur
10 cartas da Europa económica por Viox
15 "Premières Notions sur la Lecture de Cartes Topographiques" por Muret
10 planisférios por Viox
15 colecções de 13 cartas por Lablache
15 panoramas geográficos
15 paisagens em relevo
50 colecções de 6 cartas por Fontey

Material fornecido pela casa Delagrave (Paris) para o ensino do 4.º grupo nos liceus, destinando-se à organização de 15 colecções. 1907.

Fonte: IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 164, processo 18.

Ao que se vê, o processo de modernização do ensino desencadeado na parte final da monarquia, preferentemente canalizado para o secundário como aventara anteriormente Rogério Fernandes<sup>27</sup>, vem a assumir uma orientação bem definida, diríamos mesmo com objectivos e interesses imbricados, apostada na melhoria da preparação do professorado liceal, nomeadamente através da divulgação de experiências pedagógicas adoptadas noutros países - daí a importância concedida ao pensionato no estrangeiro e à publicação de relatórios e documentos com fito comparatista na folha oficial - mas também no apetrechamento dos liceus com material pedagógico de modo a proporcionar um ensino mais intuitivo. Não menos importante é a tentativa de renovação/criação de espaços físicos em sintonia com os princípios pedagógicos então advogados. Esse intento confronta-se com uma situação no terreno próxima da ruptura, sobretudo nos liceus centrais mais populosos, com as estruturas físicas incapazes de suportar o crescendo das frequências e as exigências pedagógicas impostas pela Reforma de 1905 (a implicar maior

<sup>27</sup>Cf. "Ensaio de Modernização do Ensino Liceal...", p. 338.

especialização), conduzindo a verdadeiros malabarismos na organização espacial dos mesmos:

"Actualmente é absolutamente necessário despejar algumas das dependências que esse empregados ocupam porque é necessário aproveitar algumas salas para aulas, arranjar local onde se possam estabelecer gabinetes para o material de física e química, fazer uma secretaria, gabinete de reitor e gabinete de professores, coisas que são indispensáveis." <sup>28</sup>

Nos seus contornos mais amplos, a resolução desse problema será equacionada com maior acuidade após meados de 1907 onde, paralelamente à reutilização dos espaços (*apropriação*) em muitos edifícios, se assiste decisivamente à procura e pesquisa de um rosto identitário do ponto de vista arquitectónico para os liceus.

## **2. A definição de uma solução programática para o liceu central de Lisboa (Passos Manuel)**

Em 1902, decidido o poder político a levar a bom termo as obras do edifício destinado ao liceu central de Lisboa, com interrupções várias e largas somas de dinheiros públicos investidas até essa data<sup>29</sup>, achando-se aliás já concluída toda a zona ao nível do primeiro pavimento segundo o projecto desenhado por Rosendo Carvalheira em 1896, é nomeada uma comissão (presidida por Abel de Andrade) com a incumbência de rever tal projecto.<sup>30</sup> Em causa, estava a adaptação a novas exigências pedagógicas, dadas sobretudo pelo acréscimo da população escolar e pelo intento, diga-se crescente à época,

<sup>28</sup>Ofício do reitor do liceu nacional central de Lisboa, 1.ª zona, ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, em 16 de Agosto de 1906 (IAN/TT, *Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública*, maço 4076, processo 821).

<sup>29</sup>Cf. a este respeito o Anexo II.

<sup>30</sup>A comissão, já referenciada no capítulo III, foi nomeada por portaria de 19 de Maio de 1902, sendo depois remodelada por nova portaria de 17 de Setembro do citado ano. Para além da destacada personalidade de Abel de Andrade, faziam ainda parte da comissão figuras como Costa Sacadura, Adães

de manter os alunos nos estabelecimentos de ensino por períodos de tempo mais dilatados e sob determinadas condições.

Pela primeira vez em Portugal, o debate estabelecido no seio dessa comissão constitui uma importante reflexão sobre a temática da arquitectura escolar, especificamente centrada na concepção de um edifício destinado ao ensino secundário oficial. Por razões inerentes ao problema colocado à comissão, isto é, emitir um parecer propondo alterações a uma obra condicionada à partida pelos alicerces lançados segundo uma dada planta, a discussão então operada cingiu-se em larga medida a isso mesmo, não se delineando um programa sobre as bases em que devia assentar uma edificação desse tipo, embora a posição esclarecida do professor Roberto Pinto se orientasse nesse sentido:

"Considerando que o liceu central de Lisboa, de que esta comissão tem de ocupar-se [...], é o primeiro que se trata de construir, e que outros se hão-de fazer depois, devendo todos obedecer a um mesmo plano geral [...] proponho que, antes de entrar propriamente no estudo do projecto em questão, a comissão discuta miudamente e estabeleça as condições a que tem de satisfazer em geral o edifício de um liceu, e em particular o do liceu central de Lisboa." <sup>31</sup>

A despeito da ideia não ter recebido acolhimento da parte dos restantes membros da comissão, perdendo-se assim o ensejo de elaborar um texto regulador das condições a observar na construção dos estabelecimentos de ensino secundário oficiais, como existia em França desde 1891, a versão final da revisão do projecto viria a fundar-se basilarmente nos pareceres específicos emitidos pelos vogais Roberto Pinto e Mendes Guerreiro, de resto pela sua importância publicados em anexo a tal documento.<sup>32</sup>

Importa, pois, ter uma visão do que consistia o projecto de 1896 e das linhas de força que presidiram à sua elaboração, em ordem a analisar as modificações

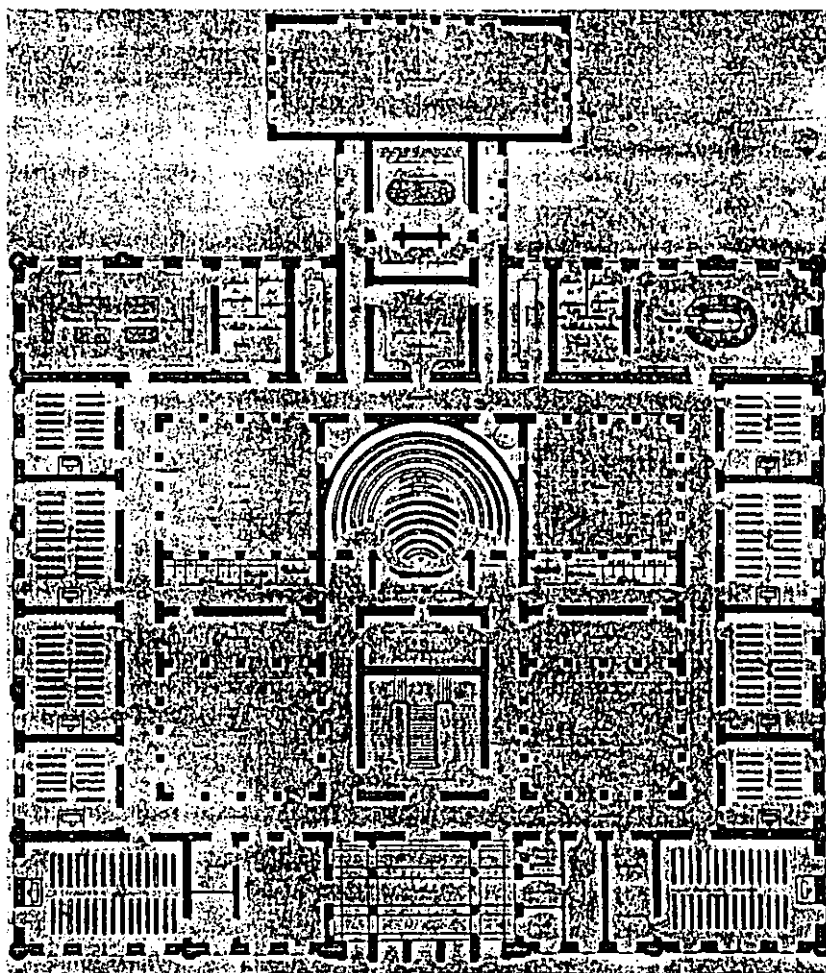
---

Bermudes, Rosendo Carvalheira, Roberto Correia Pinto, João Veríssimo Mendes Guerreiro, Alberto Afonso da Silva Monteiro, António de Almeida Dias e Ricardo Jorge.

<sup>31</sup>"Revisão do Projecto de Edifício para Lyceu de Lisboa, na Cerca do Convento de Jesus", *Boletim da Direcção Geral de Instrução Pública*, Janeiro-Abril de 1903, fasc. I-IV, p. 147.

<sup>32</sup>Cf. Idem, pp. 134-159.

estruturais propostas em 1902, no que encerram de conceptualização de uma instalação liceal moderna.<sup>33</sup>



70. Planta do rés-do-chão (2.º pavimento) do edifício projectado em 1896 para liceu central de Lisboa (futuro Passos Manuel), da autoria de Rosendo Carvalheira.

(*A Construção Moderna*, n.º 25, 1 de Fevereiro de 1901).

Respondendo a concepção original de um espaço a um determinado objectivo, estreitado e adequado a uma certa finalidade, na leitura da planta apresentada

<sup>33</sup>Sobre o assunto consultar Anatole de Baudot, "Lycées Modernes", *Encyclopédie d'Architecture et des Arts qui s'y Rattachent*, Paris, 1889-1890, 2.º vol., p. 33 e ss.

reconhecemos uma organização espacial que retoma muito da tradição conventual, associada a uma regulação precisa de actividades, tempos e hierarquias de usos e funções. Tipologicamente, estamos na presença do que definiríamos por modelo de espaço escolar fechado<sup>34</sup>, caracteristicamente transposto num processo de secularização a instituições como escolas, colégios, hospícios..., conforme o traçou Michel Foucault na sua interpretação da genealogia das formas disciplinares.<sup>35</sup>

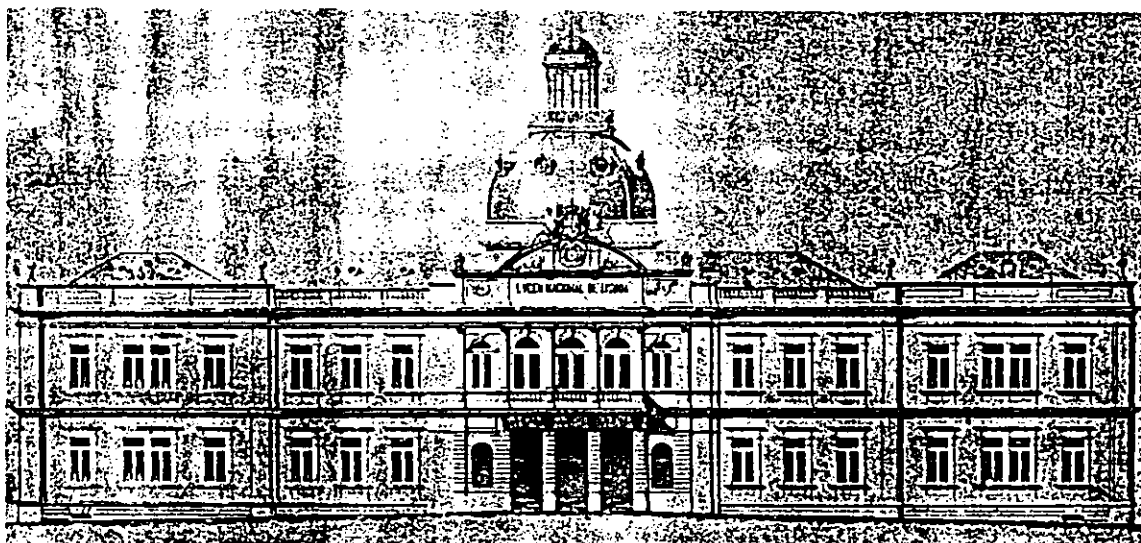
No plano do liceu central de Lisboa, os aspectos da distribuição denunciam o princípio da *enclosure*, com as aulas e mais dependências repartidas por quatro alas contornantes delimitando um espaço interior, invível do exterior, afirmando uma diferença entre o “dentro” e “fora”, pretendidamente defensiva, com quatro pátios claustrais a permitir o controlo visual no intervalo das aulas, onde sabiamente se inserem as baterias de sanitários, e todo o desenho de conjunto a assentar numa simetria quase perfeita, sem ângulos mortos. Mecanismos disciplinares esses reforçados pela onipresença do reitor no edifício, com habitação própria no primeiro andar (3.º pavimento) da ala sul, ângulo sudoeste, da qual tem acesso interior facilitado às demais dependências, e de igual modo pela permanência do porteiro no recinto, a quem é reservado um espaço junto ao amplo vestíbulo de entrada.<sup>36</sup>

No exterior, as fachadas majestosas, imponentes e sólidas acentuam a dimensão de ruptura com o entorno, conferindo ao liceu um carácter grandioso, tornando-o no fundo um lugar heterogéneo e sectorizado em relação aos restantes, que minimiza o contacto com a família e propicia a inculcação de preceitos de conduta e valores; função adaptadora essa que desindividualiza e procura uniformizar num espaço pensado como “a little world of real life”.

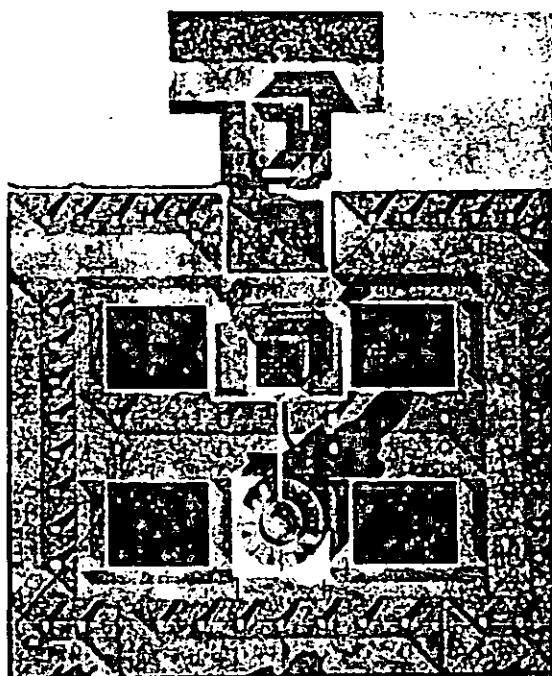
<sup>34</sup>Ver a este propósito o já referido estudo de Angel Mato Díaz e Aida Terrón Bañuelos, “Un Ejemplo de Espacio Escolar Cerrado: El Colegio de La Inmaculada de Gijón”... É ainda útil consultar no capítulo III as observações tecidas a propósito dos liceus dos anos 80/90 do século XIX, nomeadamente o exemplo do liceu nacional do Porto.

<sup>35</sup>Cf. *op. cit.*

<sup>36</sup>Cf. “Revisão do Projecto de Edifício para Lyceu de Lisboa, na Cerca do Convento de Jesus”..., pp. 139-140.



71. Fachada principal do projecto de 1896 destinado ao liceu central de Lisboa (*A Construção Moderna*, n.º 25, 1 de Fevereiro de 1901).



72. Plano dos telhados do projecto de 1896 destinado ao liceu central de Lisboa, observando-se a definição dos 4 pátios claustrais (*A Construção Moderna*, n.º 25, 1 de Fevereiro de 1901).

"Um grande prédio, com uma só entrada, com muitos corredores, tendo exteriormente a aparência de um velho convento abandonado e interiormente a de uma fortaleza medieval." (*O Lyceu da Cêrca de Jesus*, *O Século*, 14 de Fevereiro de 1908).

É essa concepção de liceu onde a massa surpreende, tão típica do século XIX, como tivemos ocasião de frisar em páginas anteriores, que é posta em causa por análises mais funcionalistas a partir dos anos 80 de Oitocentos -

nomeadamente em França por Anatole de Baudot, intérprete e precursor de novos liceus (Lakanal, Tulle, Victor Hugo...) - em certa medida pela chamada "obrigação higienista", como fica entrevisto nas palavras do próprio Baudot que vê nas construções projectadas anteriormente

"qualités de grandeur et d'espace fort appréciables, et, en même temps, une allure monumentale qui avait son charme; mais les conditions hygiéniques, la distribution de la lumière, les commodités de la surveillance n'y étaient obtenues que par l'exagération des dimensions données aux locaux tant en hauteur qu'en développement horizontal; quant aux cours destinées aux exercices physiques et à la distraction, elles étaient fermées sur toutes leurs faces et d'un aspect triste que l'architecture monumentale ne suffisait pas à modifier."<sup>37</sup>

Se, no caso do projecto do liceu central de Lisboa, reconhecemos que tais observações se aplicam ainda na generalidade, pese embora a sua idealização já em final de século, a demonstrar portanto algum conservadorismo, notamos no entanto que há um entendimento dos problemas associados às condições higiénicas que se distancia da concepção referenciada pelo arquitecto francês. Na verdade, por razões de saneamento, quase toda a cave do edifício projectado em 1896 foi pensada unicamente para constituir um considerável depósito de ar e base do sistema de ventilação. Preocupação essa que é majorada pelo arquitecto na memória descritiva do projecto, e que vem a ter curiosas e decisivas implicações no plano do liceu:

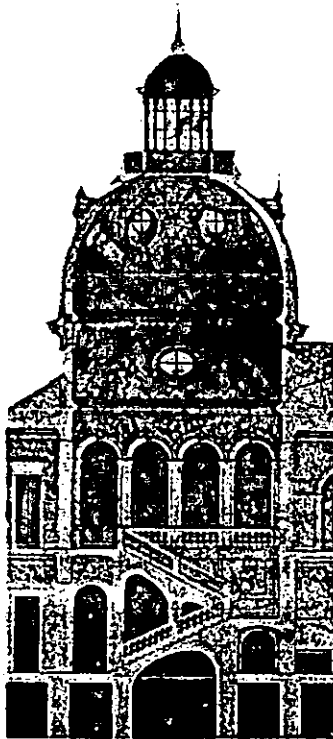
"O sistema de ventilação proposto para o edifício do Liceu é constituído nas suas linhas gerais pelo estabelecimento de uma apropriada caixa de ar de onde se derivam várias ramificações tubulares, distribuídas de forma que vão fornecer às aulas e mais dependências do edifício o ar indispensável à respiração dos indivíduos que nelas permaneçam [...] a descarga do ar será feita perto do sobrado dos respectivos pavimentos. Na parte superior das mesmas aulas e dependências, junto às sancas, serão estabelecidas para os corredores

---

<sup>37</sup>"Lycées Modernes"..., p. 33.

contornantes e outros pontos convenientes, as necessárias bocas de saída do ar quente e viciado, que logo que aí seja lançado será arrastado não só para os quatro pátios que existem no edifício, mas também para a grande caixa da escada central, que se encontra num ponto em que, por assim dizer, se cruzam os vários corredores de comunicação do edifício.”<sup>38</sup>

Tal sistema, alicerçado também no desenho interno como se percebe, nomeadamente no modo como se implantam os corredores, sobretudo por razões ligadas ao garante da ventilação cruzada, vem ainda a provocar conformações ao nível do exterior, onde o enorme zimbório central projectado para se elevar a cerca de 30 metros constituía uma peça chave, de mais a mais classificado por Rosendo Carvalheira como “uma enorme chaminé de exaustão de todo o edifício.”<sup>39</sup>



73. Detalhe, em corte, da escada principal e zimbório do projecto de 1896 para o liceu central de Lisboa, elementos integrantes do sistema de ventilação do edifício (*A Construção Moderna*, n.º 25, 1 de Fevereiro de 1901).

<sup>38</sup>“Edifício do Novo Lyceu Central de Lisboa. Memoria Descriptiva e Justificada da Obra e Projecto do Edifício para o Lyceu Central de Lisboa”, *A Construção Moderna*, n.º 31, 1 de Maio de 1901, p. 3.

<sup>39</sup>Idem, p. 3.



Do ponto de vista da organização pedagógica, a estruturação da planta era comandada pela distribuição das 10 salas de aula pelas alas norte, este e oeste do 2.º pavimento, com as duas maiores, a norte e nos ângulos, destinadas ao ensino do desenho. A ala sul, como que a encerrar a composição, ficava reservada às instalações especializadas: gabinete de física, laboratório químico (na zona central e a seguir ao grande anfiteatro semicircular), vestiários e museus de história natural e de física... Note-se que é esta base de programação, fundada na "classe", que se torna referencial desde finais do século XIX, na acepção elucidativamente expressa por Attila Horvath:

"Classrooms or class units became the modules of planning and the school building became the result of the arrangement of these with other auxiliary units." <sup>40</sup>

Essa leitura que fazemos do espaço, nomeadamente da complementariedade das zonas especializadas, é também perceptível na inserção do ginásio, previsto apesar de não consignada a educação física na Reforma de 1895<sup>41</sup>, que vem a situar-se anexado ao meio da ala sul, numa extensa área rectangular, bem como na reprodução modular da planta no 3.º pavimento, excepcionando-se a prumada do laboratório e anfiteatro. Nesse pavimento superior, para além das aulas, vinham a situar-se a biblioteca (ala sul, ângulo sudeste), a generalidade dos serviços administrativos, a sala do conselho e o gabinete do reitor, todos na ala norte e demarcados dos serviços escolares.

A organização enunciada vem a ser substancialmente alterada pelas conclusões emanadas da comissão revisora do projecto em Novembro de 1902, assim como pela entrada em vigor da Reforma de Eduardo José Coelho,

<sup>40</sup>Attila Horvath, *Social Control and School Architecture...*, p. 156.

<sup>41</sup>Este projecto de 1896, ao contemplar um espaço para ginásio, constitui verdadeira excepção no panorama dos liceus mencionados para os anos 80/90 dessa centúria, o que se pode em parte explicar pela crescente importância da educação física, embora neste caso tal se tenha maioritariamente ficado a dever, em nossa opinião, ao facto de se tratar do liceu para a capital, com o que isso implicava de referência modelar para os restantes.

que apanha os trabalhos praticamente sem evolução e introduz novos requisitos.

Tendo por premissa a continuação das obras do liceu na cerca do extinto convento de Jesus (às Mercês), num local que pela asoberbação de prédios chega mesmo a fazer pairar o espectro do abandono, o que não sucede apenas por razões económicas, a comissão centra a sua atenção em dois pontos fundamentais, ou seja, no domínio puramente pedagógico reconhece a existência no projecto de 1896 de salas grandes a mais com diversas aplicações e, em oposição, salas de aula a menos para as reais necessidades do ensino da altura.<sup>42</sup> Numa outra vertente, manifestamente mais conectada com preocupações de ordem higienista, pugna pela adaptação desse plano ao regime de semi-internato:

"A longa e necessária permanência dos alunos portas adentro do liceu aconselha a que se lhes torne essa permanência fácil, cómoda, higiénica e moral, e por isso convirá dar-se à sua excedente actividade útil aplicação, por forma que os intervalos das aulas sejam preenchidos por jogos e exercícios ginásticos que não só lhes ocupem o tempo excedente, mas concorram gradualmente para o seu desenvolvimento físico. Pela mesma razão de permanência, se torna necessário facultar aos alunos maneira fácil e cómoda de tomarem as suas refeições ou lunches em boas condições de higiene ou fiscalização."<sup>43</sup>

Na prática, como se traduzem na planta executada esses dois vectores maiores de orientação? Mais, que aspectos normalizadores e de referência vêm a encerrar para futuros programas de liceus?

Começando por nos reportar ao segundo vector, diríamos que as modificações operadas no projecto do liceu, genericamente correspondentes à forma final que conhecemos hoje no Passos Manuel, colhem muito da problemática abordada no capítulo anterior, nomeadamente do cometimento à escola de uma importante função preventiva face a enfermidades específicas e, de modo

---

<sup>42</sup>Cf. "Revisão do Projecto de Edifício para Lyceu de Lisboa, na Cerca do Convento de Jesus"..., p. 140.

<sup>43</sup>Idem, p. 140.

relacionado, de todas as questões levantadas a respeito da ideia de promoção do desenvolvimento da condição física ...

Nesse sentido, a inflexão registada, com evoluções no modelo arquitectónico, vem mostrar o comprometimento possível entre duas tendências oposicionistas e difíceis de conciliar dadas pela dialéctica abertura/clausura. Se é verdade que nos confrontamos em finais do século XIX/inícios do século XX com propostas apologistas da escola fora das paredes de um edifício - algumas vezes numa perspectiva *naturalista*, com aportações a Rousseau ("a melhor escola é a sombra de uma árvore")<sup>44</sup> - acaba no fundo por aceitar-se a necessidade deste último.<sup>45</sup> Na origem, o que está em causa, em boa parte, como diagnosticou Donzelot<sup>46</sup>, é a condenação dos rigores do internato, dos regulamentos "conventuais" dos liceus, da insalubridade das suas instalações, dos perigos físicos e morais inerentes..., elucidativamente relatados por Fialho de Almeida numa transposição da sua experiência pessoal:

"Continuará a enclausuração na idade em que os organismos tenros, como as plantas, mais carecem de luz e de ar para se desenvolver. Continuará a alimentação insuficiente, pouco variada e mais ou menos insalubre, arruinando as gerações pela dispepsia e inanição [...] Continuarão os desmazelos da educação moral, a falta de exercícios físicos contrabalançadores da surménage intelectual, e agentes da alegria, balanceiros da beleza e da força juvenis, por exemplo - o jogo de armas, o canto, a natação, os ofícios manuais, as violentas correrias sob as árvores, em pleno campo, à exposição do sol e às intempéries..."<sup>47</sup>

Assim, na concepção e desenho, num compromisso praticável, assistiremos à revalorização das zonas não edificadas, à incorporação de elementos da

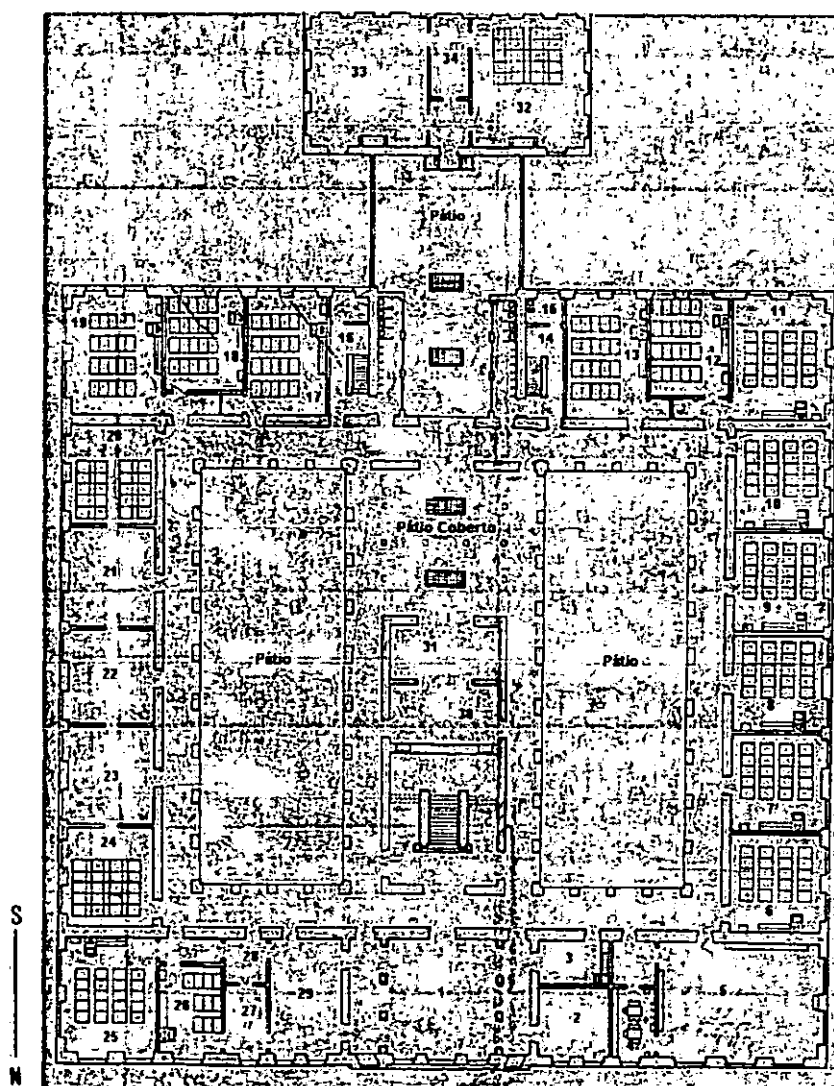
<sup>44</sup>Cf. a este propósito Viñao Frago, "Del Espacio Escolar y la Escuela como Lugar"..., p. 34. Veja-se que, para o caso português, Faria de Vasconcelos se filia muito no ideal da escola bucólica, acabando no entanto por aceitar a necessidade do edifício escolar, embora defendendo a eliminação de todos os elementos considerados nocivos, particularmente os associados à implantação (Cf. *Problemas Escolares*, Seara Nova, Lisboa, 1921, p. 35 e ss.).

<sup>45</sup>Lembremos que, contrariamente à orientação dos discursos, esse aspecto era bem acusado nas escolas primárias Adões Bermudes.

<sup>46</sup>Cf. *op. cit.*, p. 26.

<sup>47</sup>Os *Gatos*, Círculo de Leitores, Lisboa, vol. 2, p. 114. Estas ideias têm evidente paralelo com os conceitos "rousseauianos" defendidos no país vizinho sensivelmente na mesma cronologia por Giner de los Ríos (Cf. *El Edificio de la Escuela*, Madrid, 1884).

natureza (jardins, hortos...), à inclusão de zonas de recreio mais vastas, espaços para educação física, jogos..., que vêm temperar a tradicional aparência de caserna dos liceus e elucidam do desejo de proporcionar às crianças um ambiente saudável, longe de perigos e distrações, tratando-se no entanto muito mais de isolar (numa dimensão de protecção) do que propriamente encerrar, o que será notório nos modelos arquitectónicos de liceus futuros e que se percepção já nas transformações registadas no plano do liceu central de Lisboa.



74. Planta ao nível do rés-do-chão (2.º pavimento) do liceu central de Lisboa, já com as alterações propostas pela comissão revisora do projecto em 1902 (IAN/TT, Ministério da Instrução Pública, maço 39, processos 1505 e 1506). Planta datada de 1905 e correspondente à forma final de execução do projecto do Passos Manuel.

Legenda adicional do autor.

1- vestíbulo 2- sala de espera 3- porteiro 4- gabinete de profs. 5- biblioteca 6 a 13- aulas 14- escada 15- retrete 16- escada 17 a 19- aulas 20- física e electricidade 21- gabinete de electricidade 22 e 23- gabinete de física 24- física 25 e 26- aulas 27- gabinete do secretário 28- vestiário 29- secretaria 30- laboratórios 31- vestiário dos alunos 32- aula de química 33- laboratório de química 34- gabinete de professores

Ao nível da planta, as alterações estruturantes registadas em relação ao projecto de 1896 situam-se na (o):

- Definição de três pátios descobertos destinados à separação dos alunos no recreio (1.ª e 2.ª "classes"/3.ª e 4.ª "classes"/ 5.ª à 7.ª "classes");
- Inclusão de 1 pátio coberto para protecção em dias de chuva e refeitório para "lunchs";
- Separação do laboratório químico do corpo principal por motivos de segurança;
- Aumento do número de aulas para os "grupo classe";
- Abandono da solução da residência do reitor no edifício principal;
- Maior especialização no que respeita ao ensino das disciplinas científicas.

Sob essa perspectiva, as conclusões da comissão estabeleciam que o terreno circunjacente ao edifício fosse vedado de maneira a garantir a permanência dos alunos durante o período das aulas, e que nele fossem reservados espaços próprios para jogos e exercícios ao ar livre<sup>48</sup> - preocupação última a fazer eco dos ideais spencerianos no que concerne à importância da espontaneidade na educação física<sup>49</sup> - o que é acompanhado ao nível da planta do liceu pela decisão de unir longitudinalmente dois a dois os quatro pátios interiores, desafrontando-os com o intuito de permitir maior desafogo de ar e luz e criando assim dois vastos espaços rectangulares descobertos destinados a recreio e formatura dos alunos. A esses pátios vinha juntar-se um outro descoberto no lugar onde antes tinha sido pensado o laboratório químico e dependências, também destinado a recreio, além de outro coberto dado pela supressão do anfiteatro a esse nível do pavimento e que ficava reservado a abrigo para os alunos em dias de chuva e refeitório para servir "lunchs".



75. Aspecto de um dos pátios rectangulares do liceu Passos Manuel (Foto do autor, Novembro de 1999).

Um espaço a resultar da decisão de unir os dois pátios anteriormente projectados que encerravam demasiado a composição e constituíam, segundo o vogal Roberto Pinto, verdadeiros "saguões ou poços".

A dúplici valorização, com algum antagonismo, do recreio e dos momentos destinados a maior formalidade dados pelas formaturas e paradas.

<sup>48</sup>Cf. "Revisão do Projecto de Edifício para Lyceu de Lisboa, na Cerca do Convento de Jesus"..., p. 141.

<sup>49</sup>Cf. Herbert Spencer, *op. cit.*, p. 206.

Repare-se que o conjunto das alterações indicadas objectivava a intenção de adaptar os liceus ao semi-internato, tanto mais confirmado nesse período na acomodação realizada no n.º 25 da rua do Sacramento à Lapa para aí se instalar o liceu da 3.ª zona de Lisboa (antecessor do Pedro Nunes), conforme era noticiado pouco depois da inauguração dos trabalhos:

“Os alunos das três primeiras classes constituem como que um semi-internato. Entram às nove horas da manhã e saem apenas às três da tarde [...] Têm lá dentro, como no melhor colégio, tudo o que na sua idade lhes é preciso: recreios, divertimentos e cuidados como que de família.”<sup>50</sup>

Como era justificado na mesma notícia, o regime de semi-internato destinava-se apenas às crianças das primeiras classes pelo facto de serem as mais novas, precisamente as que causavam maior inquietação e, sobre as quais, os cuidados acresciam no sentido de garantir a sua manutenção no interior do recinto do liceu:

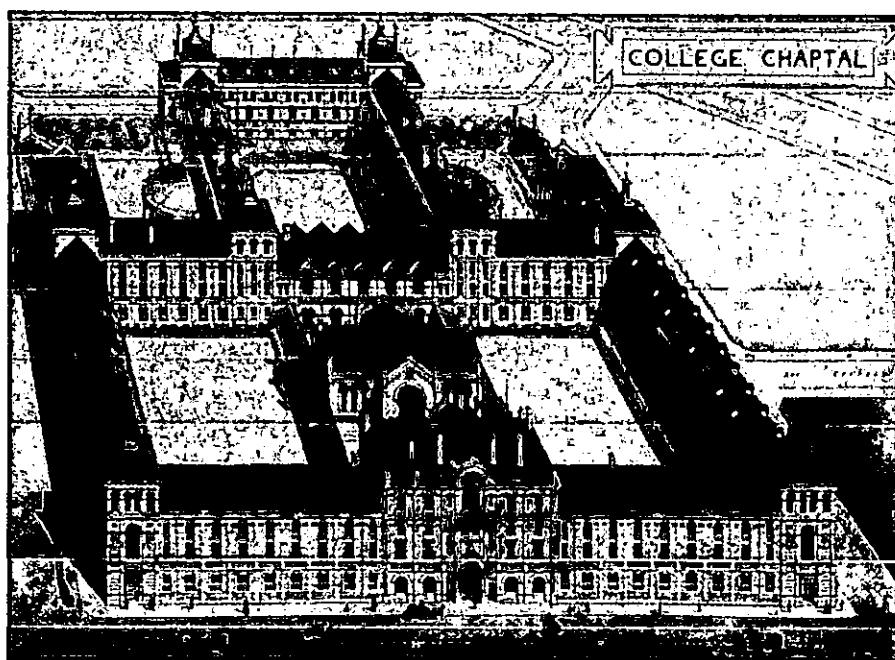
“Em lugar de ir tomar o seu lunch a tabernas e casas onde a convivência e a linguagem não lhes seria nada útil, na sua mocidade e na sua vida incipiente, podem ter no próprio liceu lunches à sua vontade, leite esterilizado e tudo o que desejem.”<sup>51</sup>

Também adoptado no liceu da Lapa, de certo modo associado à ideia anteriormente expressa, estava o princípio pedagógico de separar as crianças de idades muito distintas, como tínhamos verificado no programa do liceu

<sup>50</sup>“Liceu da Lapa”, *O Magistério Português*, n.º 69, 10 de Março de 1906, p. 151.

<sup>51</sup>Idem, p. 151. Confirmando a ideia do interesse do regime em causa nesse período histórico, acresce ainda dizer que no primeiro (e inconsequente) projecto de edifício traçado por Marques da Silva para o liceu central do Porto, no ano de 1902, tinham particular significado no conjunto uma sala destinada aos “lunchs” e um amplo espaço, designado como “galena”, onde os alunos podiam estudar (Cf. António Cardoso, *O Arquitecto José Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do País na Primeira Metade do Séc. XX*, FAUP, Porto, 1997, p. 580, fig. 161).

nacional da Guarda idealizado por Adães Bermudes. Decorrente desse princípio resultava a estruturante definição nos edifícios construídos de raiz de “quartiers” - regra geral em número de três e genericamente correspondentes às divisões etárias “grands”, “moyens” e “petits” - em torno de cada um dos quais se agrupavam todos os serviços necessários à vida escolar desses alunos. Aliás, em França tal estava prescrito no Regulamento de 1891 para a instalação de colégios e liceus<sup>52</sup>, tendo sido pioneiramente seguido por Eugène Train na reconstrução do Colégio Chaptal, tido em finais de Oitocentos como importante referência da arquitectura escolar, e no qual o plano do liceu central de Lisboa (1902) se filiava de forma evidente, particularmente sensível ao nível da hermeticidade da composição (alas contornantes sem aberturas ao exterior) e da disposição sectorizada dos pátios de recreio.



76. Vista em perspectiva do Colégio Chaptal, terminado em 1876 sob plano do arquitecto Eugène Train (“Cent-Cinquantième du Lycée Chaptal, 1844-1994”, in *Patrimoine Protégé*, n.º 1, Novembro de 1994).

A originalidade de repartir os três antigos colégios ao redor de três pátios rectangulares.

<sup>52</sup>Cf. *Encyclopédie d'Architecture et des Arts qui sy Rattachent*, Paris, 1891-1892, 4.º vol., p. 41.

Centrando-nos agora mais detalhadamente no segundo vector proposto para abordagem, isto é, as questões de natureza pedagógica subjacentes à alteração do plano do liceu central de Lisboa elaborada pela comissão de 1902, de modo notório detectamos a preocupação maior em rentabilizar o espaço em função do aumento das frequências escolares vivido nos liceus da capital, daí a decisão de subdividir algumas das salas de aulas definidas na planta de 1896, aventando o vogal Roberto Pinto que, para uma lotação de 1000 alunos, seria necessário, num mínimo aceitável, elevar o número de aulas a 25 (1/40 do n.º de alunos; *ratio* que acabaria por ser o estipulado), apesar do Regulamento de 1895 admitir turmas com 50 alunos.<sup>53</sup>

Acresce dizer que a leitura da planta da fig. 74 (lembre-se em acordo com a proposta da comissão, mas desenhada em 1905) vem claramente manifestar a ênfase dada no momento ao ensino científico e experimental - orientação pedagógica essa em acordo com o ideário e as iniciativas que registámos no quadro da Reforma de Eduardo José Coelho - demonstrando a esse nível a íntima conexão do currículo com a organização espacial, a que se referia Felix Clay, traduzida por exemplo no destino de praticamente toda a ala leste do 2.º pavimento ao ensino da física e electricidade. Todavia, a especialização em causa não vem significar maior flexibilidade curricular, isto no sentido da versatilidade das instalações para actividades variadas. Pelo contrário, as limitações pedagógicas e a monotonia de tal base de programação ficam bem evidenciadas, já que o aumento dos "serviços comuns", utilizados portanto pelos vários "grupos classes", vem infalivelmente provocar maior sub-emprego do espaço e complexificar as circulações, situação última agudizada num edifício com o conservantismo de possuir uma única entrada.

Para ilustrar a rigidez do tipo de programação focado, a uma luz comparatista, é expressiva a referência às escolas secundárias inglesas desenhadas em finais do séc. XIX, onde o Departamento de Ciência e Arte pugna por um maior envolvimento no ensino prático e experimental, embora

<sup>53</sup>Cf. "Revisão do Projecto de Edifício para Lyceu de Lisboa, na Cerca do Convento de Jesus"..., p. 151. Repare-se que a lotação de 1000 alunos era pensada em função de outro liceu (nacional), já existente nessa data em Lisboa, e de um terceiro que viria a ser criado por força do decreto de 4 de Janeiro de 1906, ao qual já nos reportámos.



"One of Department's requirements is that laboratory may not be used as a classroom for any other subjects, an arrangement of which the clear space left in the middle of the laboratory suggests the possible contemplation." <sup>54</sup>

No caso das instalações do liceu central de Lisboa - dado o atraso no arranque definitivo das obras - maior especialização viria ainda a ser proposta pelo Conselho Superior de Obras Públicas em 1907, procurando então atender ao regime de instrução secundária em vigor, nomeadamente no que concernia ao ensino do desenho que, recordemos, recebera outro enfoque:

"Convém também especializar para o ensino de desenho mais uma quinta aula das maiores e mais convenientemente iluminadas que estão designadas com o nome geral de aulas." <sup>55</sup>

No entanto, essa intenção, bem como a de aumentar o número de salas de aulas, já que à luz do decreto de 29 de Agosto de 1905 o *ratio* anteriormente encontrado tornara-se desajustado<sup>56</sup>, não vem a provocar alterações no programa definido pela comissão.

Apenas no que diz respeito à decoração do edifício, o parecer dado pelo Conselho Superior de Obras Públicas vem a encontrar eco. Efectivamente, tanto o zimbório como o frontão circular na fachada principal, o último dos quais de maneira significativa animado com as figuras do *trabalho* e da *ciência* a ladear as armas nacionais, por alegorias científicas e os bustos de Herculano e Garrett, como idealizara Rosendo Carvalheira em 1896, vêm a ser suprimidos:

<sup>54</sup>Malcolm Seaborne e Roy Lowe, *The English School. Its Architecture and Organization...*, vol. II, p. 49.

<sup>55</sup>AHMEPAT, *Processo do liceu central de Lisboa (Passos Manuel)*, sessão de 21 de Novembro de 1907.

<sup>56</sup>Note-se que o artigo 9.º estipulava que nas 4.ª e 5.ª classes o número de alunos por aula não podia exceder 30 e nos cursos complementares 25.

"Tudo isto, que concorria para a ostentação arquitectónica, desapareceu, tomando o edifício carácter mais modesto e mais próprio." <sup>57</sup>

Definitivamente, em meados do ano de 1907 as obras do liceu central de Lisboa arrancam a bom porto, maioritariamente alicerçadas no programa delineado pela comissão revisora do projecto em 1902, respeitando-se poucos meses mais tarde as observações feitas pelo Conselho Superior de Obras Públicas aos aspectos decorativos.

De modo inegável, os dados disponíveis autorizam a concluir que o interesse político declarado em 1907 à finalização do edifício do Passos Manuel, assim como à construção de outros dois liceus em Lisboa, vem a afirmar-se como uma resposta ao problema da ruptura das instalações dos liceus na capital, agudizado depois da Reforma de Eduardo José Coelho, bem como à procura e aposta numa via mais experimental do ensino dada pela orientação do citado movimento reformista, embora seja também perceptível que esse desiderato se insere num enquadramento conjuntural muito específico - perspectivado aliás num conjunto de medidas que procurámos traçar no capítulo precedente, frisemos particularmente convergentes no citado ano - onde do ponto de vista do ideário político-educativo é notório o esforço tendente ao reforço de condutas de integração, nomeadamente numa via valorizadora do desenvolvimento físico, da disciplina e da devoção cívica.<sup>58</sup> Isso mesmo era presente nas palavras do relator da visita de João Franco e D. Carlos I às obras do liceu:

"Esperemos, pois, que cheguem [ao fim as obras], para que possamos formar, ao mesmo que a instruímos, uma mocidade cheia de força e de alegria moral, nobremente amiga da vida e digna verdadeiramente de gozá-la, e não uma

---

<sup>57</sup> AHMEPAT, *Processo do liceu central de Lisboa (Passos Manuel)*, sessão de 21 de Novembro de 1907.

<sup>58</sup> Lembremos que, no ano de 1907, ressurgem os batalhões escolares, depois de extintos no princípio da última década do século XIX. Tal facto, logo nesse ano, depara com a voz dissonante de Francisco Adolfo Coelho, reiterada aliás depois da implantação da República, cujo ideário abraçou com força e viu ser regulada e tornada obrigatória na escola a instrução militar preparatória pelo decreto de 26 de Maio de 1911. Cf. a propósito deste assunto Francisco Adolfo Coelho, "Questões Pedagógicas. Os Exercícios Militares na Escola", *O Instituto*, vol. LVIII, n.º 1, 1911, pp. 23-36.

geração melancólica, que principia nas aulas sombrias a experimentar o descoroçoamento de viver.”<sup>59</sup>

A longa e progressiva redefinição do programa do Passos Manuel, mostrando adaptações várias em acordo com as exigências pedagógicas, higiénicas e mesmo de afirmação pública surgidas em tempos diferentes (e distantes) da sua concepção primeira, vem a estreitar um entendimento em torno do que deveria ser um edifício destinado ao fim do ensino secundário nesse momento histórico, o qual em grande parte se gera na controvérsia doutrinária e divergência historiográfica que caracteriza o pensamento arquitectónico do século XIX e primeiras décadas do século XX, onde se cruzam também os debates sobre a função social da arquitectura.

### **3. Os edifícios dos liceus Camões e Pedro Nunes: uma concepção arquitectónica a introduzir uma ruptura com o passado.**

Em 1907, em paralelo com os esforços levados a efeito para concluir o liceu Passos Manuel, é elaborado o anteprojecto do edifício destinado ao liceu da 1.<sup>a</sup> zona escolar de Lisboa (futuro Camões), sob responsabilidade do arquitecto Miguel Ventura Terra. O edifício concebido, levantado a partir do início do ano de 1908, vem bem a ser o espelho das ambições da época sob os pontos de vista pedagógico e da cultura física.

Desde o princípio, houve o ensejo de tomar o novo liceu numa referência modelar da arquitectura escolar, não apenas nos contornos mais ligados ao programa arquitectónico, mas igualmente no exemplo de capacidade de resolução de problemas associados a uma empreitada desse tipo, nomeadamente o tempo despendido na execução (neste caso, somente 21 meses!) e os custos económicos inerentes.

<sup>59</sup> “As Novas Obras de Santa Engrácia. O Futuro Liceu de Lisboa”, *Ilustração Portuguesa*, 15 de Julho de 1907, pp. 65-67.

Ao arquitecto, cuja liberdade criativa e exercício de estilo não seriam tolhidos, tinha sido transmitida a preocupação de fazer

“uma construção essencialmente higiénica e onde não faltasse o conforto compatível com o fim a que é destinado um edifício escolar para comportar mais de 600 crianças, a que não faltasse o ar e luz em abundância, duas das condições essenciais em casas dessa ordem.”<sup>60</sup>

Em contraponto ao que sucedera com o liceu Passos Manuel, perspectivavam-se agora com outra acuidade tanto as questões da lotação, como as da própria implantação/localização. Na verdade, abandonada a tese de construir edifícios escolares colossais, destinados portanto a receber um número muito elevado de alunos, pugnava-se com alguma insistência pela adopção de um

“sistema de pequenos liceus, que poderiam ser instalados em construções muito mais simples, de ferro e tijolo [...] e que, além de outras vantagens, teriam a de facilmente se poderem modificar, consoante as necessidades da ciência e da educação, que progridem incessantemente.”<sup>61</sup>

Previsto efectivamente para cerca de 600 alunos, o liceu da 1.<sup>a</sup> zona escolar viria a situar-se num local (Largo do Matadouro Municipal) desde logo criticado na imprensa e no Parlamento, por ser tido de difícil acesso e distante para as crianças.<sup>62</sup> De facto, e a despeito da implantação do edifício ser pensada numa zona de expansão da cidade, precisamente no primeiro troço do programa das chamadas “Avenidas Novas”<sup>63</sup> - ligação rotunda da Avenida da Liberdade com outra avenida (futura Duque de Loulé), chegando até à Cruz do Tabuado - cujo plano de conjunto fora aprovado em 1904, o certo é que, três anos volvidos, o sítio escolhido era ainda manifestamente despovoado e inóspito, ficando

<sup>60</sup> *A Construção Moderna*, n.º 30, 10 de Junho de 1910, p. 235.

<sup>61</sup> *Boletim da Direcção Geral de Instrução Pública*, Janeiro-Abril de 1903, fascs. I-V, p. 57.

<sup>62</sup> Cf. *Liceus de Portugal*, n.º 1, Maio de 1940, p. 35.

<sup>63</sup> Cf. a este respeito José Augusto França, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Colecção Biblioteca Breve, n.º 53), Lisboa, 1989, 2.ª edição, pp. 80-81.

apenas na sua envolvência urbana, além do Matadouro, a Escola de Medicina Veterinária.<sup>64</sup>

A propósito, lembremos que assistíramos em afirmação nos anos 90 de Oitocentos à tendência para apartar os liceus dos centros populacionais, caso paradigmático do sucedido com o liceu de Rodrigues Lobo em Leiria. Nos primeiros anos do século XX, essa assunção colhe maior fôlego, sobretudo por via do móbil higienista. Sob essa perspectiva, é bem sintomático que João de Barros, depois da sua estadia no estrangeiro na qualidade de bolseiro, venha defender nas conclusões do seu relatório de estudo, pela impressão positiva que lhe haviam causado o liceu Lakanal e as escolas inglesas edificadas nos arredores de Londres, a construção de liceus reunindo todas as condições de higiene, situados fora dos centros urbanos e na proximidade de parques ou jardins.<sup>65</sup>

O pensamento expendido por João de Barros, perpassa também no parecer elaborado pelo Dr. Costa Sacadura no âmbito da revisão do anteprojecto do liceu Camões. Na sua apreciação global, o inspector sanitário escolar chamava uma vez mais a atenção para a importância das edificações escolares no desenvolvimento físico e intelectual dos alunos, acentuando que estas deviam receber um cunho fundamentalmente higiénico.<sup>66</sup> Nesse sentido, e mantendo-se na generalidade em acordo com o que Ventura Terra delineara, as suas considerações vêm largamente a centrar-se na necessidade de distribuir lavabos por todo o edifício, de anexar uma sala de duches ao ginásio, de tomar completamente independente a habitação do reitor do resto do liceu (prevenindo eventuais surtos infecciosos), expressando de igual modo a sua opinião em ordem à construção de uma piscina de natação, dando para o efeito o exemplo das escolas londrinas, por si recentemente visitadas.<sup>67</sup>

---

<sup>64</sup>O liceu Camões vem a desempenhar um papel de charneira no desenvolvimento urbano local, crescendo na sua órbita, precisamente pela sua atracção, o populoso Bairro Camões.

<sup>65</sup>Cf. *op. cit.*, pp. 192-193.

<sup>66</sup>Cf. *Parecer sobre o Ante-Projecto do Lyceu da 1.ª Zona Escolar de Lisboa*, Lisboa, Outubro de 1907. Para além de Costa Sacadura, a comissão revisora do anteprojecto delineado por Ventura Terra era constituída por um representante do Conselho Superior de Instrução Pública, por um professor do ensino secundário, por um engenheiro sanitário e um arquitecto. O parecer de Costa Sacadura foi o único que encontrámos publicado.

<sup>67</sup>Cf. *Idem*, p. 4.

Na prática, na concepção do edifício do liceu Camões vêm a ser claramente evidentes, por um lado, a sobrevalorização dada nesse período aos aspectos relacionados com a educação física a título da preparação para as “batalhas da vida” e, por outro, o compromisso do ponto de vista intelectual com as prescrições do Regulamento do Ensino Secundário de 1905, nos termos aliás a que se referia a imprensa especializada da época.<sup>68</sup>

Tendo em conta os dois ângulos enunciados, é agora sobretudo importante tentar perspectivar na leitura da planta do liceu Camões os contributos inovadores registados ao nível da organização espacial, o que deverá de alguma maneira manter presente o cotejo com a referência prévia que constituiu a revisão do programa do liceu Passos Manuel em 1902, pontuada como vimos pelo desejo de infundir uma nota de modernidade numa tipologia arquitectónica filiada no modelo dos antigos colégios.

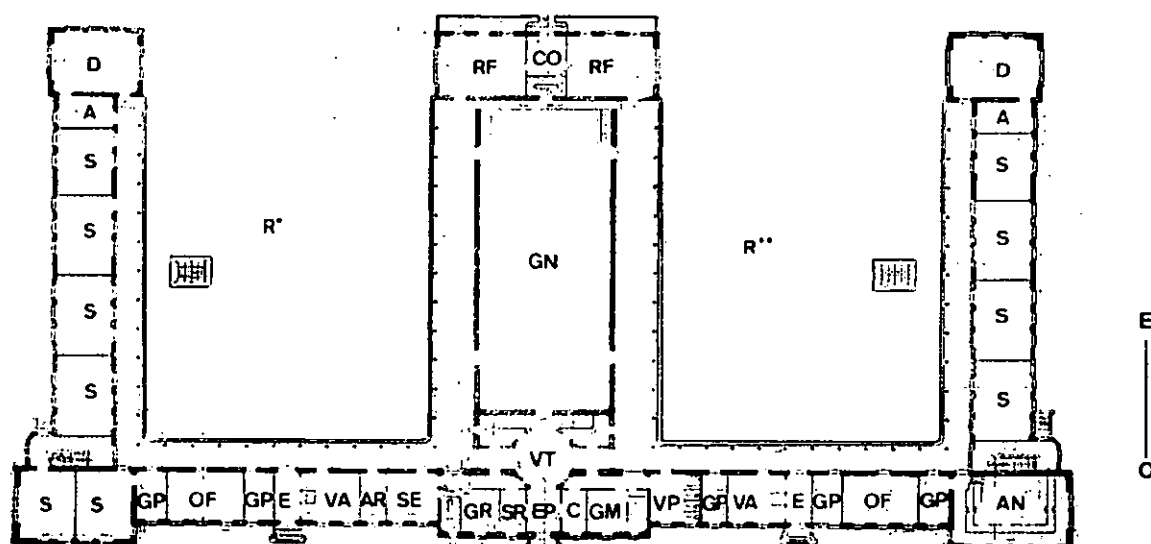
Se, nessa comparação, sobressaem como transversais a marcada separação da via pública em todo o contorno dos edifícios, o agrupamento dos alunos (segundo o critério etário) em pátios de recreio distintos, e mesmo o destaque generoso conferido aos espaços especializados, podemos no entanto dizer que todo o entendimento de conjunto é formalmente diferenciado.

Veja-se que, no liceu Camões, a opção de Ventura Terra pelo esquema compositivo em tridente - de nítida inspiração em modelos parisienses, particularmente numa interessante recriação do liceu Buffon, de Émile Vaudremer - transmitia desde logo um distanciamento em relação a concepções espaciais mais herméticas e uma preocupação em assegurar com desenvoltura os aspectos funcionais.

Na leitura da planta, é patente a razão da inserção de três alas perpendiculares à fachada principal, de mais a mais com um efeito estruturante em todo o edifício, com a central ocupada pelas áreas administrativas e refeitórios em redor do enorme ginásio, ficando dispostas nas duas laterais as salas de aula.

---

<sup>68</sup>Cf. *A Architectura Portuguesa*, n.º 1, Janeiro de 1910, p. 4.



77. Planta ao nível do r/c do liceu Camões, segundo o projecto de 1907 (*A Architectura Portuguesa*, n.º 1, Janeiro de 1910).

Legendagem adicional do autor.

D - Sala de desenho A - Arrecadação S - Sala de aula GP - Gabinete de professores OF - Oficina ou sala de estudo E - Entrada VA - Vestiário alunos AR - Arquivo SE - Secretaria GR - Gabinete do reitor SR - Sala do reitor EP - Entrada principal C - Contínuos GM - Gabinete médico VT - Vestíbulo GN - Ginásio VP - Vestiário professores AN - Anfiteatro/sala projecções RF - Refeitório CO - Cozinha R\* - Recreio para as 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª "classes" com pavilhão de WC. R\*\* - Recreio para as 1.ª, 2.ª e 3.ª "classes" com pavilhão de WC.

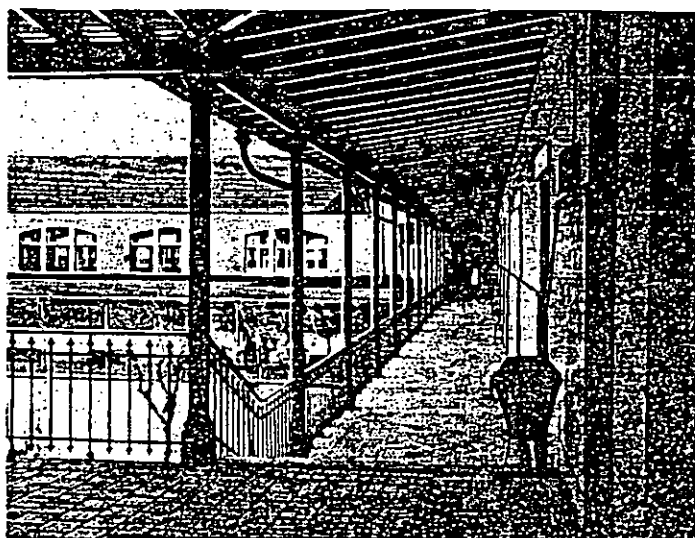
É uma solução que abre a reentrante fachada posterior a nascente, possibilitando franca aeração e a entrada plena de luz no perímetro dos pátios de recreio - cuja definição é dada pelo intervalo das alas - resolvendo simultaneamente com eficácia o problema da iluminação nas aulas, pela exposição do lado do sul.

Da composição explícita, resultam também a facilidade de comunicação e a vigilância. Nessa perspectiva, em antítese ao sucedido com o liceu Passos Manuel, onde fora pensada uma única porta de serventia, a distribuição separada dos alunos era garantida de modo prévio por duas entradas, conforme estava exarado no próprio Regulamento do liceu:

"Durante o período das aulas a entrada e saída dos alunos faz-se pelas portas da fachada respectivamente designadas pelas inscrições: «Classes 1.ª, 2.ª e 3.ª e

Classes 4.<sup>a</sup> , 5.<sup>a</sup> , 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup>», as quais estarão abertas das 8 ½ às 9 horas da manhã, fechando-se em seguida ao toque de entrada para as primeiras aulas.”<sup>69</sup>

Dessa forma, os dois agrupamentos de “classes” definidos - tendo por ora em conta a tendência de implantação simétrica das salas de aula e de alguns “serviços comuns” ao nível do primeiro pavimento - ficavam adstritos a um espaço onde tinham fácil acesso à sala de desenho, ao pátio de recreio, à sala de estudo, ao refeitório e ginásio, além da sua sala de aula, sendo as circulações efectuadas por uma galeria exterior de ligação, repetida no piso superior.



78. Vista das galerias exteriores de circulação do liceu Camões, tirada ao nível do 1.º andar, na zona de acesso ao pátio pela escadaria interior. Ao fundo, à esquerda, observa-se o ginásio na ala mediana do edifício.

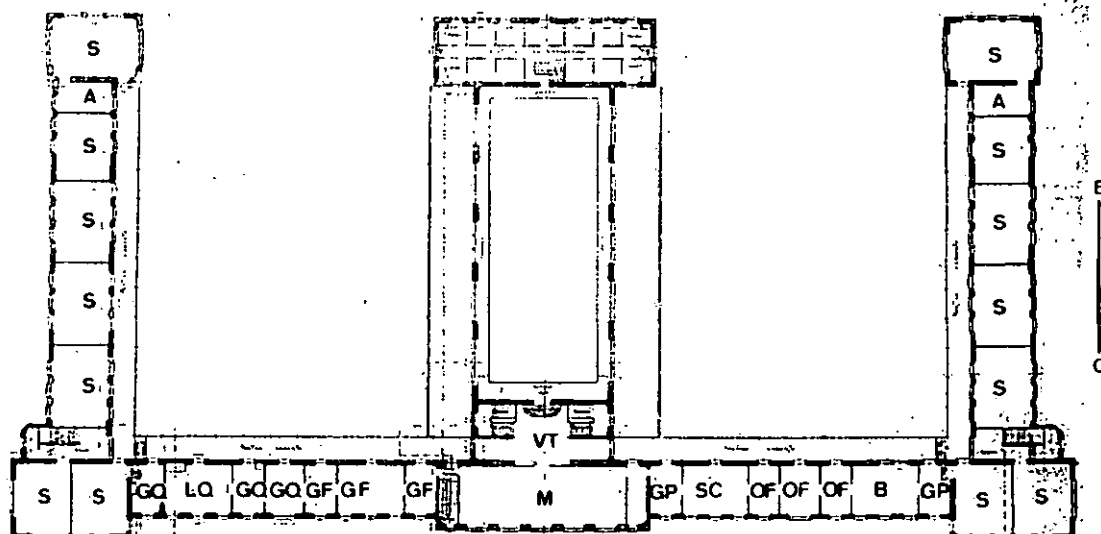
(*Liceus de Portugal*, n.º 1, Maio de 1940).

O pressuposto pedagógico da apropriação plena da sala de aula por parte de cada “classe” está bem presente, podendo efectivamente dizer-se que a complexificação das deslocações vem a gerar-se na utilização de certos espaços específicos, nomeadamente o anfiteatro/sala de projecções, a biblioteca e as áreas dos gabinetes de química e física que, pela sua inserção assimétrica no conjunto, introduzem algum movimento cruzado de alunos entre

<sup>69</sup>Regulamento Interno do Lyceu de Camões, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 3.



as duas alas, embora facilitado por escadarias de ligação entre os dois andares lançadas no vértice dos ângulos.



79. Planta ao nível do 1.º andar do liceu Camões, segundo o projecto de 1907 (*A Architectura Portuguesa*, n.º 1, Janeiro de 1910).

Legendagem adicional do autor (contin.).

GQ - Gabinete de química LQ - Laboratório de química GF - Gabinete de física M - Museu  
SC - Sala do Conselho B - Biblioteca

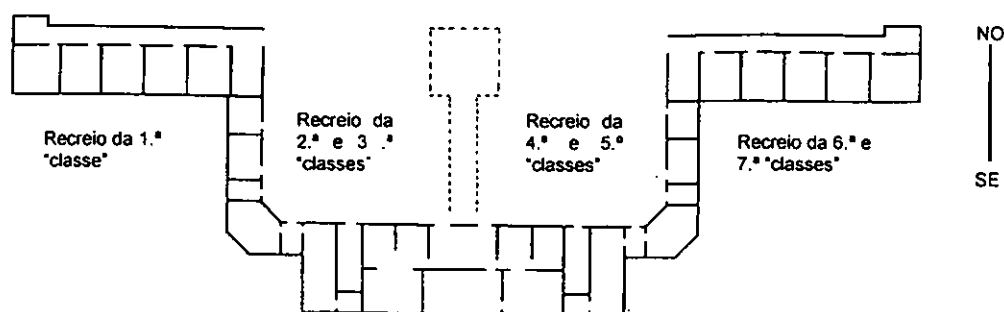
Destaque para a implantação sectorizada dos gabinetes de química e física, percebendo-se assim a opção da distribuição dos alunos das 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª "classes" nessa zona do edifício, já que nas duas últimas se

Os valores de funcionalidade expressos na leitura do espaço interior do liceu Camões, não ignorando a nota de sobriedade decorativa que a fachada principal por demais testemunha, constituirão factores de referência em programas futuros dessa natureza, de que será exemplo maior a adopção quase normativa da sua planta. Tal facto, estreita-se de igual modo na modernidade que o liceu encerra ao englobar com notável clareza no seu programa, pela primeira vez no nosso país, tudo o que se associava às dimensões do "controlo físico" em estabelecimentos de ensino, dado não apenas pela efectiva inclusão de espaços para a natação, ginástica e banhos, mas inegavelmente na concepção de um ambiente educativo que promovia (e garantia) a permanência dos alunos portas adentro do edifício - também

evidenciado na existência de refeitórios e salas de estudo - distanciando-os tanto quanto possível do entorno social.

Afigura-se evidente que nos liceus da ditadura franquista são manifestas as dimensões referidas, em detrimento talvez de outras mais simbólicas discutidas em contextos históricos bem distintos, como frisou Fernando Moreira Marques para o período do Estado Novo.<sup>70</sup> Essa ideia, perpassava aliás nas mentes dos professores que leccionavam nos anos 30 e 40 no Pedro Nunes, para os quais a educação física ocupava nos primeiros tempos de vida do instituto um papel predominante, chegando alguns ao ponto de afirmar com alguma sobrançaria que o liceu era um grande ginásio com algumas salas de aula à volta dele.<sup>71</sup>

Todavia, a assunção expressa no parágrafo anterior funda-se ainda numa outra razão que se prende, como veremos, com a própria abordagem do programa do liceu Pedro Nunes feita por Ventura Terra. A planta do edifício, apesar de não ter o entendimento funcional do liceu Camões, vem a ser um curioso exercício do arquitecto. Neste caso, Terra concebe três corpos independentes, mas com comunicação entre si, o central sobre a Avenida Álvares Cabral (então apenas em projecto) com 4 pisos, e os laterais mais baixos (3 pisos) e bastante recuados, sendo estes últimos destinados às salas de aula.



80. Planta ao nível do 2.º piso do liceu Pedro Nunes (3.ª zona escolar de Lisboa), levantada em 1979 pelo arquitecto Oliveira Martins (ALPN). O tracejado, da nossa autoria, reconstitui aproximadamente o plano original (1909), correspondendo a um corredor de ligação que conduzia ao refeitório, ambos inexistentes na actualidade. A legendagem dos recreios procurou obedecer à organização primitiva.

Liceu edificado entre 1909 e 1911.

<sup>70</sup>Cf. *op. cit.*, p. 87. Parece-nos ainda de frisar que, na parte final da monarquia, no quadro da construção dos liceus da capital, não vemos de facto a temática da arquitectura escolar encerrar um verdadeiro debate sob o ponto de vista estético, contrariamente ao que virá a suceder depois da implantação da República, particularmente sentido ao nível do sector primário do ensino.

<sup>71</sup>Cf. *Liceus de Portugal*, n.º 26, Maio de 1943, p. 2144.

O espaço situado entre os três edifícios, como se torna perceptível na reconstituição efectuada (passível de melhor entendimento em foto antiga), definia dois recreios através da separação física causada pelo corredor de acesso ao refeitório e o limite imposto pelos corpos de ligação (só de 1 piso), fechando-os sensivelmente a poente e nascente.



81. Panorâmica das fachadas posteriores do liceu Pedro Nunes, observando-se em primeiro plano crianças a brincar no parque de jogos. c. 1911 (AFCML).

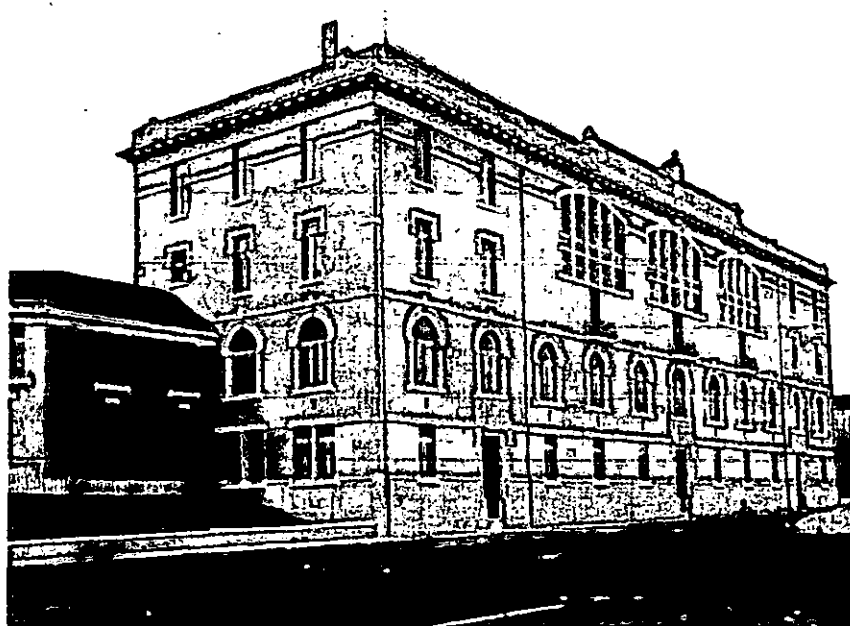
Na foto, são ainda visíveis os três edifícios principais, além do antigo refeitório e corredor de acesso ao centro, a sectionarem os recreios. Um reduto perfeitamente reservado do contacto directo com a rua.

Outros dois recreios existiam à frente dos corpos recuados, já que na concepção primeira o liceu havia sido estudado para 4 divisões. Segundo o relato de Rubén Landa, essa orgânica funcional mantinha-se em 1928, tendo o catedrático espanhol salientado a impressão de ordem e a regulamentação minuciosa que presidia à vida do liceu, destacando-o de entre outros estabelecimentos congêneres:

“Estos [os alunos] al llegar pasan primero por el guardarropa. Despues entran en la parte del edificio correspondiente á sua sección, en la cual deben permanecer hasta la terminación de las clases. No pueden, pues, salir á la calle durante los

recreos, como sucede en los demás liceos, ni circular por todo el establecimiento.”<sup>72</sup>

Na mesma obra, Landa vinha reconhecer que a maior parte do edifício estava destinada à educação física<sup>73</sup>, avaliação em larga medida assente na existência de três ginásios, diga-se significativamente situados no corpo central, o mais nobre por natureza. A opção programática de colocar os ginási-



82. Fachada principal do liceu Pedro Nunes, visionando-se na sua frente o que viria a ser a futura Avenida Álvares Cabral. c. 1910 (AFCML).

A par da sobriedade decorativa, destacamos os enormes janelões correspondentes ao grande ginásio, bem como as duas portas laterais reservadas à entrada e saída dos alunos, de acordo com divisões estabelecidas. Na zona angular do corpo de ligação, apenas parcelarmente visível na foto, inseria-se o anfiteatro de química, ficando no ângulo oposto o anfiteatro de física.

Contrariamente ao sucedido no liceu Camões, a residência do reitor não se encontrava no corpo principal do edifício, mas sim no perímetro do liceu.

os nos andares superiores de um edifício onde funcionavam actividades tão diferenciadas - a exemplo dos serviços da reitoria, da biblioteca ou dos laboratórios - foi, desde o início, um factor de grande perturbação na vida do liceu, condicionando a visão que os professores iam tendo da sua escola, particularmente no sentido atrás expresso.<sup>74</sup>

<sup>72</sup>Op. cit., pp. 75-76.

<sup>73</sup>Cf. idem, p. 75.

<sup>74</sup>A essa luz se compreende que nos anos 40 o grande ginásio fosse já exclusivamente destinado a salão de festas, mantendo no entanto os dois ginásios pequenos a sua utilização específica até à actualidade, o que não invalida que ainda hoje, pela mesma razão, continue a ser criticada tal solução programática, conforme constatámos em conversa com elementos da comissão executiva do liceu. É ainda na esfera deste problema que deve ser entendida a supressão do refeitório e do seu corredor de acesso, ao que

Pese embora o referido, ao nível pedagógico o liceu Pedro Nunes veio a granjear importante reputação na base dos métodos de ensino empregues, nomeadamente nas áreas ligadas ao ensino experimental.



83. Alunos realizando experiências de química no liceu Pedro Nunes, no ano de 1914 (*Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, [1993], vol. I, p. 213).

Esse facto, em nossa opinião, prende-se com a bem conseguida organização das instalações especializadas, maioritariamente inseridas no 1.º andar do corpo central, casos particulares da sala de geografia, do museu de história natural, das aulas de química e física...<sup>75</sup>, com as duas últimas a compreender várias divisões, embora se possa dizer genericamente estruturadas em torno dos laboratórios e dos respectivos anfiteatros com mesas de experimentação, disposição essa reveladora do empenho posto na participação activa dos

---

julgamos entre os anos 40 e 70, de molde a permitir a construção de um grande pavilhão polidesportivo e de um novo refeitório na zona do antigo parque de jogos.

<sup>75</sup>Convém precisar que o liceu Pedro Nunes sofreu muitos fenómenos de *apropriação* logo a partir da Reforma de 1918, sendo de registar a especialização do 3.º pavimento dos corpos laterais para as aulas de geografia e história, isto do lado nascente, e para aulas de ciências biológicas e geológicas, do lado poente. Em ordem a estabelecer o confronto entre a organização primitiva e a registada até aos anos 40, consultar o *Anuário do Liceu Central de Pedro Nunes. Ano Escolar de 1912-13*, Lisboa, 1914 e o periódico *Liceus de Portugal*, n.º 25, Abril de 1943.

alunos no processo de aprendizagem através da experiência e do manuseamento de aparelhos.<sup>76</sup>

No domínio que temos vindo a estudar, tanto o liceu Camões como o Pedro Nunes, o último dos quais inaugurado já na República, são bem a face visível da vitalidade registada no campo político-educativo nos agonizantes anos da monarquia constitucional, de mais a mais confirmada pelo representativo processo de dotações de material pedagógico e equipamentos para os liceus no enquadramento da Reforma do Secundário de 1905. Afigura-se agora lógico questionar qual o legado ou a continuidade que vêm a encerrar essas concretizações no período pós Outubro de 1910?

#### **4. A República e a falaciosa “florescência de fundações e melhoramentos escolares”: o expressivo exemplo dos liceus do Porto.**

Para os partidários do regime emergente em 1910, o combate pela instrução constituiu o marco a sinalizar a ruptura com o passado, numa lógica discursiva a integrar um simbolismo e um jogo de imagens que contrapunha ao obscurantismo monárquico - associado a algo imerso e, portanto, indeterminado - a luz do presente.<sup>77</sup>

Para a projecção e divulgação do ideário republicano, o “derramamento” da instrução impunha, entre várias medidas, a abertura de escolas e a visibilidade do edifício próprio (e ideal) para determinados fins pedagógicos, os inerentes à formação do *homem novo*, numa materialidade onde os signos deveriam precisamente ilustrar a nova ordem. Nessa direcção apontavam as posições assumidas no Congresso Pedagógico promovido pelo Sindicato dos Professores Primários, no Porto, em Abril de 1914:

---

<sup>76</sup>Cf. a este respeito ainda a citada obra de Rubén Landa, nomeadamente a página 75 e ss. Saliente-se que, em termos mais abrangentes, a experiência pedagógica do Pedro Nunes servirá de suporte ao decreto n.º 3091, de 17 de Abril de 1917, cujas disposições procuravam regular minuciosamente a vida dos liceus.

<sup>77</sup>No campo educativo, para uma ideia das imagens presentes na retórica republicana, consultar António Nóvoa, “A República e a Escola: das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades”...

"É preciso que as escolas, novos templos de amor e patriotismo, sejam de molde a dar prestígio e entusiasmo ao professor, para que a sua palavra culta e inteligente possa impor-se e inculcar o amor ao trabalho."<sup>78</sup>

Para o efeito, decisivos se consideravam os processos visando o desenvolvimento do sentimento estético nas crianças, no pensar que, qual imagem platónica, o belo conduziria ao bem:

"Não se limita ao aformoseamento do edifício escolar a missão da educação estética na escola primária; é preciso impregnar de arte e bom gosto tudo o que rodeia a criança desde a decoração mural até ao pequeno caderno que manuseia."<sup>79</sup>

Quanto a este ponto, um texto da autoria de Raul Lino, publicado em 1916, vinha apologeticamente defender a supremacia de uma decoração - de gosto nacional e raiz popular, maioritariamente assente na temática vegetalista e a criar na base da tradição... - que, longe de propagar o valor moralístico e mais profundo do sermão (do qual o arquitecto descreia), apelasse de modo mais directo aos sentidos dos alunos.<sup>80</sup> No entanto, não estavam ausentes as propostas de inserção de motivos com as palavras "Heróis do mar..." nos grandes átrios, de painéis de azulejos com figuras gradas da história nacional e local ou ainda da simbólica caravela sulcando os mares, a colocar nos interiores e exteriores das escolas.<sup>81</sup>

<sup>78</sup> *Teses do Congresso Pedagógico Promovido pelos Professores Primários de Portugal*, Tipografia A. F. Vasconcelos, Porto, 1914, pp. 5-6.

<sup>79</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>80</sup> Cf. "Decoração de Escolas Primárias. Memória Justificativa de uma Proposta para a Decoração da Escola de Alcântara", *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, n.º 3, 1916, p. 191 e ss.

<sup>81</sup> Cf. *Idem*. Para este período, como exemplo da importância atribuída à aposição de signos identificadores nos edifícios escolares, é extremamente curioso mencionar a proposta efectuada por Adolfo Lima na sessão da comissão instaladora da Escola Normal Primária de Lisboa, a 2 de Outubro de 1918, no sentido de ser adoptado um *ex-libris* (para o qual foi apresentado um desenho), detendo este uma legenda que poderia ser "aprender para ensinar" ou "aprender a ensinar" (Cf. ESEL, *Actas das Sessões do Conselho de Instrução da Escola Normal Primária de Lisboa*, fl. 17 v.). Tornaremos a esta questão quando falarmos do liceu Alexandre Herculano, no Porto.

De forma indiscutível, as ideias expostas elucidam-nos do renovado destaque que mereceu aos republicanos a tese de que o grau de civilização de um povo se podia aferir pelos seus edifícios escolares<sup>82</sup>, “colagem” facilitada e justificadamente compreensível dado o panorama do país, embora implicando ao mesmo tempo uma exigente e necessária mobilização no sentido de contrariar tal estado de coisas, tanto mais acrescida do intento de colocar a criança o mais cedo possível num meio educativo tutelado pelo Estado, no sentido de a “forjar” desde tenra idade.<sup>83</sup> Dessa forma se compreende que a temática da arquitectura escolar servisse também, desde os primeiros momentos do regime, para assinalar um corte radical com o passado, conforme deixava claro Carvalho Mourão na Câmara dos Deputados, a 7 de Julho de 1911:

“Não se encontra em todo o país uma única escola que satisfaça as condições que a higiene e a pedagogia aconselham [mesmo] aqui, em Lisboa, elas, na sua instalação material, representam uma verdadeira vergonha nacional. Não existe só uma talvez aproveitável.”<sup>84</sup>

O olhar niilista para o passado monárquico, esse partir do “zero”... - postura revolucionária e própria de quem deseja construir um novo sistema escolar - não introduz, na prática e no capítulo da edificação escolar, significativas mudanças em relação à parte final da monarquia, vindo os esforços republicanos a situar-se muito mais numa linha de continuidade do que propriamente de ruptura. Apesar do apriorismo da afirmação, a justificar portanto maior esteio, inequivocamente se veicula desde logo a ideia de que a República, no domínio a que nos reportamos, ficou aquém dos desideratos de partida; sendo mais expressivos, também aí o seu grande mal foi o de não ter sabido realizar-se, para parafrasear João Chagas.

<sup>82</sup>Cf., por exemplo, o artigo publicado no *Século*, a 10 de Dezembro de 1916, aquando do lançamento da pedra inaugural da Escola Normal de Lisboa.

<sup>83</sup>Cf. sobre o assunto Maria Manuela Martinho Ferreira, *op. cit.*, p. 199.

<sup>84</sup>Informação de Tomás da Fonseca em *Memórias de um Chefe de Gabinete*, Lisboa, 1949, p. 118. Citado por Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 666.



Na verdade, a prolífica produção legislativa em matéria de construções escolares registada no período compreendido entre 1911 e 1920 (Cf. Anexo I), diga-se sem qualquer sombra de paralelo até esse momento, veio maioritariamente a cifrar-se na inconsequência e no fracasso. Em primeiro lugar, repare-se que o interesse pela educação infantil, bem expresso na lei de 29 de Março de 1911 que reformava o ensino primário e, posteriormente, no decreto de 23 de Agosto do mesmo ano, no qual se regulavam as condições a observar na instalação das escolas infantis, conduziria ao utopismo de intenções pela pretensão de querer dotar cada um dos bairros de Lisboa e do Porto, bem como todas as capitais de distrito e as sedes dos principais concelhos, de edifícios próprios destinados a esse sector de ensino.<sup>85</sup> A realidade é esta. Até 1927, pondo de parte os cinco Jardins-Escolas João de Deus inaugurados, o saldo foi retumbantemente negativo.<sup>86</sup>

Por outro lado, a preocupação central em expandir a rede escolar primária, de facto registada nos anos subsequentes a 1910, embora com desfasamentos entre o texto legal e a realidade<sup>87</sup>, não contou com a efectiva renovação do parque escolar, isto apesar de esse ter sido um objectivo entendido como vital e, *ipso facto*, perseguido através de reiteradas medidas legislativas.

Logo em 1912, uma portaria assinada por António Aurélio da Costa Ferreira, então Ministro do Fomento, nomeava uma comissão cujo fim era fixar as normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a que deveriam doravante obedecer os novos edifícios escolares para que deles se pudesse “tirar o maior aproveitamento do ensino, base de todo o progresso nacional.”<sup>88</sup> Tais normas, decretadas provisoriamente em 1917 e destinadas apenas às escolas infantis e primárias, estabeleciam desmedidos requisitos perante a situação do país, consignando para a maior parte dos 10 tipos de edifícios escolares previstos para o ensino primário a existência de balneários, recinto de jogos, ginásio,

<sup>85</sup>Cf. a este propósito Rómulo de Carvalho, *op.cit.*, p. 668.

<sup>86</sup>Cf. A. Madeira Bárbara, *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal - da Reforma Pombalina à 1.ª República*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1979, p. 98.

<sup>87</sup>Ver sobre o assunto António Nóvoa, “A República e a Escola: das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades”...

<sup>88</sup>Portaria de 13 de Julho de 1912. Da comissão nomeada, faziam parte duas figuras com créditos reconhecidos desde o período monárquico, ou seja, o antigo director das Construções Escolares, Adães Bermudes, e Costa Sacadura, inspector da Sanidade Escolar. Artindo Varela, professor e vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, era o terceiro elemento da comissão.

cozinha e refeitório, bem como salão para solenidades escolares, conferências e projecções...<sup>89</sup>

Para aferirmos da incapacidade estrutural de dotar o país das escolas necessárias em ordem a permitir com eficácia o alargamento da rede, tenhamos presente que só passada uma década após a revolução do 5 de Outubro - com um entremeio onde se reconhece a falência da experiência descentralizadora vigente entre 1913 e 1918<sup>90</sup>, uma das grandes bandeiras dos republicanos - é que são elaborados os mapas dos edifícios a construir nos vários concelhos. Todavia, essa medida e mesmo algum animismo observado no período da 1.ª República no seio das camadas populares e de algumas corporações<sup>91</sup>, não invalida que Portugal chegue ao princípio da década de 30 apenas com uma escola primária oficial por cada 12 Km<sup>2</sup>.<sup>92</sup>

Mergulhados na euforia de inaugurações "simbólicas" e recorrendo ao articulado da lei como panaceia para resolução dos problemas, os republicanos alimentaram uma construção retórica da "realidade" e afastaram-se decisivamente dos contextos vividos, não conseguindo encontrar dinâmicas inovadoras e com sustentabilidade. Esse desfasamento é bem evidenciado no discurso do presidente da República, aquando do lançamento da primeira pedra do liceu Alexandre Herculano, no Porto, a 31 de Janeiro de 1916:

"É a República que ergue [...] em meio de uma florescência de fundações e melhoramentos escolares, o seu primeiro edifício para liceu." <sup>93</sup>

Notemos que, alguns meses mais tarde, precisamente a Dezembro do dito ano, Bernardino Machado volta a assinalar a sua presença na cerimónia da pedra

<sup>89</sup>Cf. *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*, n.ºs 6 a 12, 1916, p. 769 e ss.

<sup>90</sup>Cf. o decreto de 12 de Julho de 1918.

<sup>91</sup>Para uma avaliação, ainda que muito sumária, das iniciativas surgidas no âmbito da construção de escolas primárias através da acção de particulares e, designadamente, das autarquias, consulte-se o citado trabalho *Muitos Anos de Escolas...*, p. 93 e ss. e o periódico a *Construção Moderna*. Impõe-se, de facto, um maior diagnóstico das actividades culturais e educativas surgidas neste período.

<sup>92</sup>Cf. António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs...*, vol. II, p. 572.

<sup>93</sup>Citado por António Cardoso, *op. cit.*, p. 497. O autor não identifica a fonte de onde extractou o discurso de Bernardino Machado.

inaugural da Escola Normal de Lisboa<sup>94</sup>, um dos pouquíssimos edifícios escolares que o Estado conseguirá inaugurar, como obra sua, até à revolução de 1926.

Porventura, à data de 16, a inércia resultante da esperança e vontade que as iniciativas lançadas em prol da construção de escolas seguiriam a bom rumo não era ainda decisivamente confrontada com obstáculos e desilusões de maior no terreno, embora alguns indicadores prenunciassem e fizessem sentir dificuldades, como as surgidas no liceu feminino Maria Amália<sup>95</sup>, em Lisboa, cujas obras iniciadas em 1915 vêm a decorrer de forma intermitente até 1921, altura em que param definitivamente por falta de verba.

Mas, voltemos ao pequeno extracto do discurso de Bernardino Machado, nele implicitamente se reconhece uma longa reclamação por parte da cidade do Porto no sentido da construção de um edifício liceal - reactivamente exacerbada no final da monarquia onde, lembre-se uma vez mais, se conseguem elevar três liceus na capital - que nos importa agora focalizar porque talvez melhor que em nenhum outro caso, por razões históricas perceptíveis, saia tão manifesto o pretendido distanciamento republicano face ao período precedente, com o paradoxo de se apoiar na própria experiência monárquica.

Recorde-se que, desde meados do século XIX, edificar um liceu na Invicta havia sido uma aspiração soçobranse, embora seja agora na República que novos influxos se emprestem a esse assunto. Efectivamente, ficará a dever-se à iniciativa do Dr. Ângelo Vaz, inspector sanitário escolar nos liceus do Porto e deputado pela mesma cidade, a apresentação no Parlamento de um projecto-lei visando a construção de dois liceus, vindo no entanto o Alexandre Herculano a deter prioridade, já que a essa data, isto é, em 1911, encontrava-se instalado em quatro prédios diferentes, um dos quais bastante apartado dos

---

<sup>94</sup> Este edifício, só por si, merecia um estudo detalhado, numa via particularmente interessante que seria a identificação de toda a simbólica presente nos azulejos do exterior e que, até hoje, não foi alvo de qualquer leitura. De facto, nesses azulejos, entre motivos vegetalistas Arte Nova, encontramos representados o brasão da cidade de Lisboa, uma cruz de Cristo, elementos heráldicos, brasões concelhios?, duas figuras de santos..., numa conjugação de difícil apreensão tendo em conta o período histórico em causa.

<sup>95</sup> Deste liceu não encontrámos o projecto inicial, da autoria de Ventura Terra, mas apenas um levantamento arquitectónico executado em 1964 e que se encontra na DGEMN.

restantes. Tratava-se, segundo o distinto médico, de uma "satisfação moral" devida à cidade, de uma obra "essencialmente patriótica e republicana", pois o Porto tinha sido "desprezado e sistematicamente perseguido pela monarquia".<sup>96</sup> Idêntico sentimento e indignação expendia o professor Narciso Loureiro no relatório de uma visita de estudo dos alunos do liceu Rodrigues de Freitas a alguns estabelecimentos escolares de Lisboa, entre os quais se contavam os liceus Camões e Passos Manuel:

"Custará a acreditar que sendo o Porto a segunda cidade do país, capital do norte e importante centro de comércio, indústria e trabalho, ainda hoje continue desprovido de liceus como os de Lisboa." <sup>97</sup>

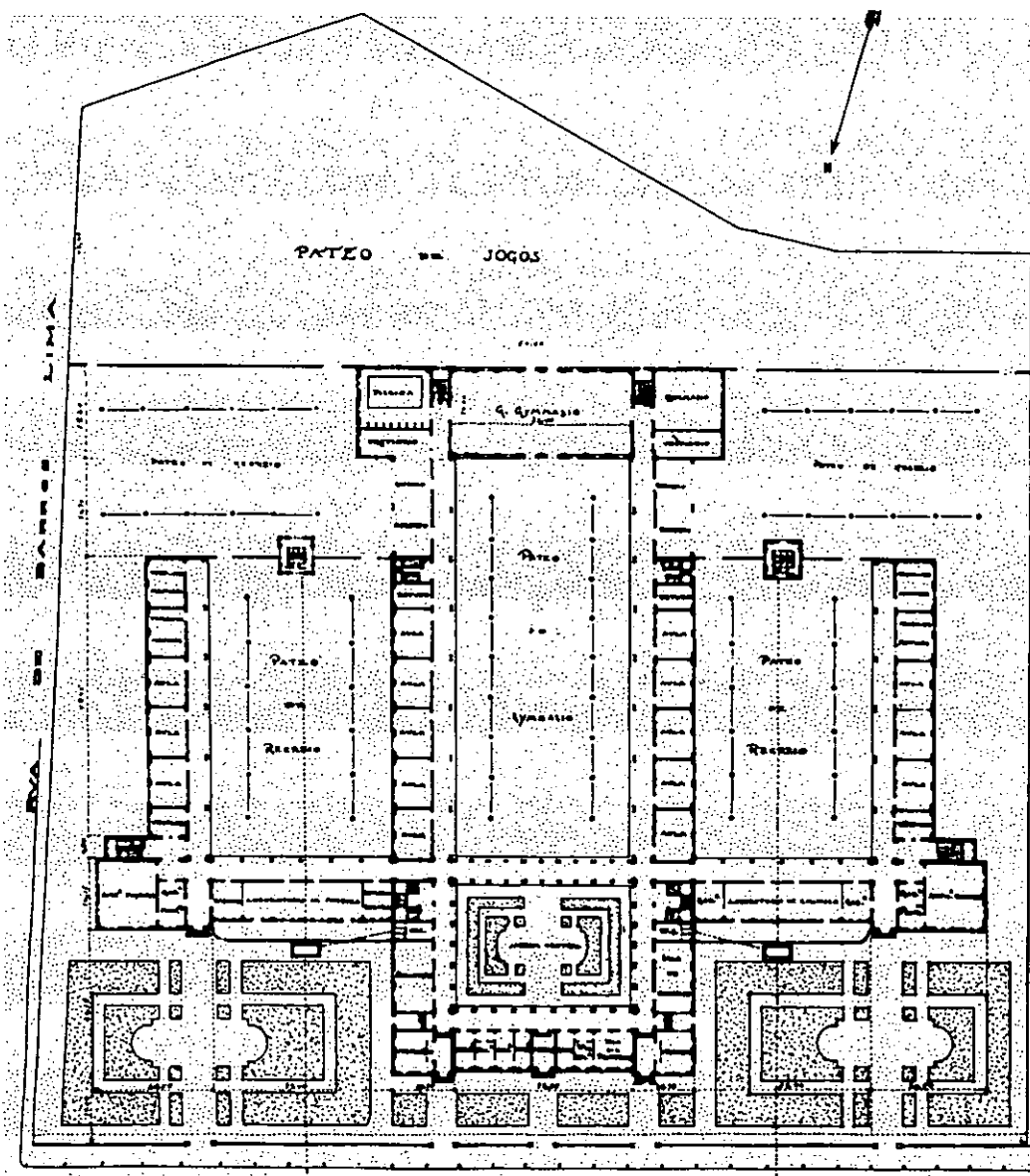
O próprio projecto-lei de Ângelo Vaz era elaborado em consonância com o que havia sido legislado para os liceus de Lisboa. Na verdade, depois de aprovada a proposta no Parlamento e de ser para o efeito votado o crédito de 150 000 reis, pela lei de 18 de Abril de 1912, o processo decorre estritamente segundo o modelo adoptado anteriormente, isto é, o programa do futuro liceu - concebido pelo arquitecto José Marques da Silva, por Ângelo Vaz e pelo reitor Júlio Vitória e perfeitamente definido em 1914 - vem a ser alvo do parecer de uma comissão, da qual constavam Costa Sacadura e Ventura Terra. Portanto, ao contrário de outros sectores de ensino, nomeadamente o infantil e o primário, não existe qualquer investimento em ordem a criar um texto normativo e regulador das edificações destinadas ao ensino secundário, o que apenas sucederá muito mais tarde, já em 38, com o referido *Programa de Novas Construções, Ampliações e Melhoramentos de Edifícios Liceais*.

Só após 1916 o programa estabelecido para o liceu Alexandre Herculano encontrará execução prática, vencidas então as indefinições respeitantes à implantação da avenida projectada e que serviria o liceu. Ao atentarmos na planta do mesmo, reconhecemos facilmente a filiação no liceu Camões,

<sup>96</sup> *A Bem do Povo*, Porto, 1946, pp. 75-85. Citado por António Cardoso, *op. cit.*, p. 494.

<sup>97</sup> *Anuário do Liceu de Rodrigues de Freitas. Ano Lectivo de 1911-1912*, Porto, 1913, p. 125.

embora Marques da Silva opte por não utilizar o esquema compositivo em tridente, mas sim por o recriar.



84. Planta ao nível do rés-do-chão do liceu Alexandre Herculano, no Porto, segundo projecto de 1914 (*Anuário do Liceu Central Alexandre Herculano. Ano Lectivo 1913-1914, Porto, 1915*).

Aqui, a leitura indicia a sobrevalorização dada pelo arquitecto aos três pátios, os dos recreios e ginásio, bem como às quatro alas das salas de aula - elementos ordenadores do conjunto com orientação de nascente para poente, por razões prendidas com a superfície iluminante - salientando-se ainda o manifesto destaque dado à construção destinada aos ginásios, ao fundo, a

fechar a composição e onde se inserem o grande ginásio, ao centro, e, a ladeá-lo, a piscina e outro ginásio mais pequeno. Aliás, fica bem evidente ao nível da planta a clara demarcação das secções: administração, aulas, laboratórios e ginásios.

Veja-se que, no que concerne às dependências administrativas, estas ficavam reservadas ao corpo central, no terço mais avançado da fachada, e em contacto com um jardim interior, em jeito de “cour d' honneur”, de nítida inspiração em modelos franceses, a exemplo do adoptado no liceu Janson-de-Sailly, em Paris. Nos outros dois terços recuados situavam-se os laboratórios e anfiteatros de física e química, portanto também com grande desenvolvimento no projecto “em vista das exigências do ensino das ciências experimentais”, como era explicado na memória descritiva publicada no *Anuário* de 1913-1914. Em entrevista ao jornal *O Comércio do Porto*, era o próprio Marques da Silva a explicar os critérios que haviam presidido à distribuição das secções, como indicava subordinados à separação de classes, orientação, aeração e vigilância e facilidade de comunicações.<sup>98</sup> Neste último aspecto, era grande o empenho colocado nas circulações, existindo, além da entrada principal do edifício, uma entrada especial para cada ala, tendo por perto um vestiário para os alunos, conseguindo-se dessa forma assegurar o propósito de separar as classes. É mesmo no capítulo das circulações que existe alguma evolução e inovação em



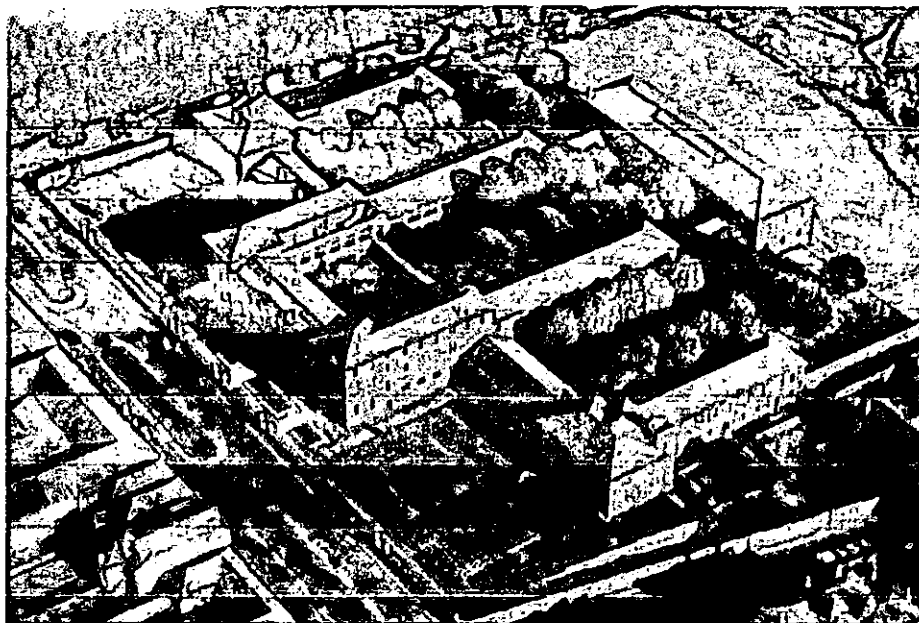
Corpo central do edifício e jardim da reitoria

85. Galeria aberta de ligação junto ao jardim interior do liceu Alexandre Herculano, estabelecendo correspondente passagem superior descoberta. (*Anuário do Liceu Central de Alexandre Herculano. Ano Lectivo 1929-1930*, Porto, 1930).

<sup>98</sup>Cf. *O Comércio do Porto*, 21 de Janeiro de 1914.

relação aos liceus de Lisboa, projectando Marques da Silva uma galeria aberta sobre o jardim interior e pátio do ginásio, abrindo também para os pátios de recreio e correndo o edifício de extremo a extremo ao nível do enfiamento dos topos superiores das alas. Trata-se de uma solução de grande acerto funcional, possibilitando a interligação das três partes constituintes do corpo principal e minimizando os problemas levantados pela deslocação dos alunos para serviços especializados.

Em termos genéricos, identificamos no projecto de Marques da Silva as mesmas preocupações presentes nos liceus da capital, o que não estranha face à marcada referência que constitui o liceu Camões ao nível do exercício da planta, não ignorando de igual modo a constância da Reforma do Secundário de 1905, que até 1918 mantém-se em vigor e condiciona num registo aproximado, do ponto de vista do currículo, os programas de edificação. Por outro lado, ao observarmos uma fotografia aérea do liceu Alexandre Herculano, nela sobressaem as questões levantadas a respeito da intenção “preventiva” em relação à criança, por nós especificamente abordadas neste capítulo desde a discussão do programa do liceu Passos Manuel em 1902 e que, numa imbricada ligação, vem a explicar a concepção de um espaço escolar fechado sobre si.



86. Vista aérea do liceu Alexandre Herculano (António Cardoso, *O Arquitecto José Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do País na Primeira Metade do Século XX*, FAUP, Porto, 1997, p. 522).

O visível afastamento em relação à via pública e a hermeticidade da composição, contrastantes com a recriação de um ambiente valorizador do contacto com a natureza.

Note-se ainda, fundamentando um pouco o que afirmámos da contraposição pretendida entre os dois períodos históricos com regimes políticos distintos, que no edifício do liceu Alexandre Herculano essa mensagem simbólica era notoriamente veiculada através da aposição de cartelas epigrafadas na fachada principal.



87. e 88. Cartelas epigrafadas apostas na fachada principal do liceu Alexandre Herculano (Foto do autor, Novembro de 1998).

No entanto, os anos 20 acabariam por demonstrar quanto de falacioso tinham os discursos republicanos, com os liceus do Porto a serem bem o espelho da incapacidade da 1.<sup>a</sup> República para concluir obra educativa no domínio focado, já que desde 23 são suspensos os trabalhos no Alexandre Herculano e o projecto do liceu Rodrigues de Freitas - apresentado nos inícios de 1919<sup>99</sup> com

<sup>99</sup>Cf. *O Primeiro de Janeiro*, 18 de Janeiro de 1919.



nova reforma do ensino secundário em curso<sup>100</sup> - vem a sofrer reveses vários, acabando ambos por ter conclusão em plena ditadura do Estado Novo, então com a intervenção reguladora da Junta de Construções Escolares.



Parece inquestionável que o rosto identitário encontrado para os liceus no final da monarquia consubstancia as orientações (e em parte as aspirações) da Reforma do Ensino Secundário de 1905 que, pela primeira vez, dedica particular atenção ao problema das edificações escolares destinadas a esse sector de ensino e imprime, de facto, um maior dinamismo nesse capítulo. Em sintonia com a linha de rumo do citado movimento reformista, nos liceus então projectados sobressaem as preocupações com o ensino experimental e com a educação física.

Paralelamente, nota saliente nesse processo é a importância que tais edifícios revestem do ponto de vista da "sectorização da criança" - lembre-se no momento em que se dá a primeira institucionalização dos serviços de inspecção médica nas escolas - particularmente no entendimento que deles é feito de redutos privilegiados em ordem a garantir um ambiente ideal (afastado dos centros populosos, em contacto com a natureza, com condições para a prática do exercício físico, para os "labores de espírito"...), embora manifestamente "artificializado" pelo reforço da separação em relação ao entorno social e, conseqüentemente, pela renúncia a qualquer filosofia que abrace a própria vida como escola e dela procure retirar aprendizagens; em outras palavras, o espaço escolar é o lugar a partir do qual a criança deve lançar um olhar inteligível sobre o mundo. Em consonância, compreende-se

---

<sup>100</sup>Veja-se que, no quadro da Reforma de 14 de Julho de 1918, saem reforçadas as preocupações com os edifícios escolares apropriados para o ensino secundário, proibindo-se mesmo a leccionação do curso complementar nos liceus onde não existissem laboratórios e gabinetes com condições e material suficientes para o efeito, para além de serem estabelecidas visíveis alterações ao nível do plano de estudos.

que não se trate apenas de manter a criança num espaço quase hermético face ao exterior, mas sim e concomitantemente de fazer com que ela esteja o maior tempo possível no recinto escolar, daí a orientada organização desses liceus no sentido do regime do semi-internato.

É ainda evidente que, nesta fase histórica, os aspectos ligados à argumentação médico-higienista se sobrepõem claramente a questões de ordem estética, o que é aliás assegurado pelo assento permanente (e, diga-se, decisivamente influente) de inspectores sanitários nas comissões encarregues de dar parecer sobre os projectos de edifícios, sendo estes, em resultado, concebidos com o intento marcante de se constituírem como “espaços sãos” e neles venha a estar ausente um vocabulário propriamente decorativo, o que é de mais a mais compreensível à luz das inquietações registadas no período em causa e genericamente traçadas no capítulo precedente, não perdendo de vista que tal fica também a dever-se, de forma imbricada, à pesquisa de programas essencialmente funcionalistas para esses equipamentos sociais. Pese embora o referido, sensivelmente a partir da implantação da República detectamos um crescendo de atenção relativamente à educação estética em geral e, em particular, aos programas decorativos nos edifícios escolares - encerrando frequentemente valores simbólicos muito próprios - vindo em fase posterior à estudada, sobretudo na transição dos anos 20 para os anos 30, a afirmar-se o gosto pelas *Artes Déco*, como nos é dado a observar no liceu Rodrigues de Freitas.

No que concerne à organização pedagógica, pudemos constatar o domínio de estruturas fundadas na noção de “classe” - na acepção que lhe demos no início do nosso trabalho - emprestando aos edifícios, ao nível da planta, um carácter regularmente celular, predominando portanto os corredores ladeados de salas de aula. Por outro lado, é manifesto que a especialização observada, muito dependente de uma determinada orientação curricular como dissemos, é pensada de forma rígida, estando o destino dos espaços específicos (de utilização comum) inequivocamente predeterminado, não deixando por esse motivo qualquer margem para outra utilização funcional. Esse facto, em conjugação com o princípio pedagógico de manter estritamente separadas as

"classes" com alunos de idades muito diferenciadas - evitando confluências à entrada e saída dos edifícios e minimizando-as ao máximo no interior, por exemplo através da implantação das salas de aula próximo dos respectivos pátios de recreio... - obriga a um grande investimento no domínio das circulações e da vigilância.

Indubitavelmente, a primeira experiência de edificação de liceus sob um programa devidamente tipificado - a despeito de muito circunscrita ao universo da capital e a um período cronológico breve, mas com contornos históricos bem identificáveis - constituirá importante base para ulteriores equipamentos escolares, vindo aliás o modelo do liceu Camões a afirmar-se como referência para o mesmo tipo de estabelecimentos durante quase todo o século.

## VI - Conclusão

Ao longo das páginas precedentes, onde sob a perspectiva metodológica definida se corporizou o resultado da interacção entre as nossas preocupações de natureza conceptual e a análise dos materiais empíricos recenseados, algumas conclusões foram sendo adiantadas, particularmente numa via que privilegiámos e que constituiu a síntese de fim de capítulo. No entanto, e procurando tanto quanto possível fugir a inevitáveis redundâncias, necessariamente se impõe uma síntese final que, para além de tentar capturar uma *significação* de conjunto, retome e balanceie os frutos desta investigação para ulteriores programas de trabalho.

Muito obviamente, no aro temporal coberto, fomos percebendo transversalidades e registos padronizados que testemunham, num âmbito supranacional, a intervenção dos Estados modernos em ordem à construção social do *self*, com a escola a constituir um vector decisivo no esforço de moldar o carácter da criança e, em extensão, o da família. Nesse sentido, o intento de gravar racionalidades próprias nos futuros cidadãos vem a exercer-se pela codificação de hábitos de virtude, pela inculcação da moralidade ou ainda pelo exercício de novos regimes de controlo do corpo, sobretudo através da higiene científica. Por outras palavras, trata-se da forma como as crianças são transformadas em alunos, num processo decorrente a partir do século XIX em que industrialização e elaboração de políticas educativas sistemáticas são fenómenos concomitantes.

Ora, como pensamos que foi deixado claro, a configuração da subjectividade dos alunos no quadro da chamada *escola de massas* em larga medida se cometeu à ocupação do espaço escolar, daí E. Weber se referir ao relevante papel das escolas primárias francesas - construídas um pouco por todas as comunas em finais do século XIX - na “*transformation des paysans en français*”, como apelidou.

O certo é que, nas novas escolas concebidas a partir de meados de Oitocentos - já com o sistema de sala de "classe" como unidade estrutural -, apercebemo-nos que cada edifício é deliberadamente uma *tecnologia* destinada à "manufatura" de cidadãos (eficiência social), com precisas *formatações* nos aspectos da divisão do trabalho, da vigilância visual sobre os alunos, da disciplina, da hierarquia e do próprio simbolismo religioso... Para sermos mais rigorosos, apesar desse ter sido um aspecto ausente no nosso estudo, dado o limite cronológico estabelecido, não podemos deixar de referir que, já nas *monitorial schools* de Lancaster ou Bell, na senda de uma organização pedagógica que possibilitasse o ensino colectivo, sentimos estar perante "a vast moral steam engine", para utilizar uma metáfora coeva.

Também muito claramente na nossa investigação, a ideia da separação da criança da sociedade dos adultos, tornando-a "escolarizável", desapossando-a por assim dizer do seu "mundo" - referimo-nos aqui praticamente ao abandono do "primeiro sentimento de infância", para usar o conceito de Ariès, pelo "sentimento de imitação", este conectado à ideia do preservar/disciplinar, e pressupondo ao mesmo tempo uma certa *eliminação* familiar - foi sendo sistematicamente perseguida, numa abordagem muito estreitada nos problemas higienistas (e, consequentemente, numa nova moralização), desde a sua manifesta visibilidade, nos anos 60 do século XIX, até aos primeiros anos da centúria seguinte, no momento em que se regista de facto um pico de preocupação com a protecção da saúde da infância, e com o problema a assumir predominantemente uma natureza médico-social (questão da mortalidade). Nessa ordem de ideias, na base da higiene escolar, as precisas definições nos programas dos edifícios escolares, qual denominador comum no mundo moderno, conduzem à aplicação de modelos uniformizados que, em relação directa, consolidam uma determinada organização pedagógica (necessariamente um caminho a aprofundar).

Na retina ficam imagens de escolas que nos transportam e remetem para familiaridades com outras instâncias de socialização (prisões, hospitais, conventos...). São, na verdade, espaços qualificados pela indução de comportamentos diferentes quando neles se entra. A despeito de definirem notória ruptura com o exterior, são no entanto espaços que - de *per si* e de forma essencial no que diz respeito à vida escolar -, vivem da omnipresente dialéctica abertura/clausura, pela concepção minimalista do mundo que encerram. Essa dualidade é manifesta na alternância entre os registos diferenciados da sala de aula e do recreio (*playground*). O último, para além das conexões ao reforço das "eficiências físicas", é efectivamente visto como um *simulacrum* da "realidade", onde os alunos são entregues a si próprios por forma a avaliar os efeitos produzidos pela educação.

Do ponto de vista das estruturas organizacionais, a ênfase foi colocada nas regulações da sala de "classe", desenhada e construída em ordem a configurar uma determinada interacção docente/discentes. Nessa perspectiva, o olhar numa via de sentido único ignorou que os professores podem, a despeito do espaço e forma se manterem fixos, exercer algum controlo sobre os mesmos. Todavia, o problema substantivo para o período histórico em causa, e que procurámos mostrar neste trabalho, prende-se com a referência privilegiada da "classe" enquanto base da programação dos edificios escolares, indutora de rotinas inerciantes que se traduzem numa linha de feição homogeneizante e de continuidade no modelo escolar que ainda hoje conhecemos - muito mais do que de mudança (e a ela resistente) -, tendo em vista que a própria concepção espacial não é orientada à flexibilidade das actividades permitidas e desenvolvidas, evidentemente sem a existência de alterações físicas.

Diríamos, agora num traçado que intenta retomar/lançar algumas pistas exploratórias..., que a aplicação das leis da escolaridade obrigatória, na fase da expansão da *escola de massas*, no século XIX, vem a revestir no nosso país, no

que concerne ao objecto de estudo em análise, embora passível de paralelismos e de pontos de contacto a outros níveis, singularidades muito próprias, sob o fundo mais abrangente e de contornos generalizantes que esse processo encerra no âmbito de uma dinâmica transnacional.

Desde logo, acentuaríamos a precocidade, no panorama europeu, da constituição de um completo e detalhado *corpus* legislativo regulador da construção de escolas primárias (1866), visivelmente desfasado das realidades concretas e tendo em nossa opinião um efeito contraproducente e impeditivo do desenvolvimento de um parque escolar dentro de parâmetros minimamente aceitáveis. Por outro lado, é notório até à viragem do século, com o significativo aumento do número de escolas públicas, a incapacidade estruturante por parte do Estado em alterar o quadro vigente que, de mais a mais, se agrava nesse período e que o projecto-tipo de escolas primárias lançado oficialmente em 1898, de alcance muito restrito face ao atraso do país nesse domínio, não faz esquecer: a matriz predominante continua a ser, como nos confirma a generalidade dos testemunhos coetâneos, a “escola pardieiro”. Mas, mais elucidativo do que as palavras, é a expressiva ausência de qualquer imagem de edifícios escolares na exposição *Portugal 1900* (Fundação Gulbenkian, 2000), de procurada abordagem multidisciplinar da sociedade e arte portuguesas de há cem anos.

Essa fragilidade e falta de eficácia interna da parte das esferas governativas - que conhece inflexões de vulto apenas no período do Estado Novo, sobretudo após 1936, aquando do reforço do discurso ideológico nas escolas, bem traduzido aliás no chamado Plano dos Centenários (1941), destinado à edificação de escolas primárias, no quadro de uma orientação política de latitude mais vasta, onde estão de igual modo contemplados os liceus através do Programa de 38, este último mais concertado e de directrizes renovadas em relação ao observado no término da monarquia -, não encontra respostas cabais nem a mobilização necessária no seio das corporações ou da parte de outros parceiros da sociedade civil (no essencial enquanto movimentos de natureza colecti-

va), dada a ausência de políticas de investimento auto-sustentado, e daí também o reduzidíssimo alcance das medidas descentralizadoras. Todavia, nesse universo, emerge um aspecto pouco avaliado até ao momento e de relevante significado para a expansão da educação popular: o da iniciativa individual benéfica. Não se trata unicamente de dizer, no cotejo com a experiência de outros países europeus, que nos finais do século XIX, no que Donzelot designou por apogeu da “classe filantrópica”, identificamos numerosas iniciativas em ordem à instituição de escolas ou mesmo ao patrocínio de edifícios escolares, mas sim de afirmar, no caso português, o vivo e estruturante prolongamento dessa *praxis* pelo menos até à década de 30, num sentido de munificência pública e patriótica protagonizado desde o anónimo emigrante ao escritor Aquilino Ribeiro..., em larga medida supletivo da (in)acção do Estado.

Não esquecendo a preocupação expressa, há um outro eixo de investigação, distinto mas não dissociável da “entrada” privilegiada no nosso estudo e de maneira justificada impondo um espectro cronológico mais abrangente - seguramente desde a “querela dos modos de ensino” aos anos 50 do presente século -, que importa seguir de perto no intuito de um entendimento mais amplo do fenómeno da difusão da escola, e que se prende com a utilização do espaço escolar enquanto instrumento ideológico, um pouco na esteira dos trabalhos pioneiros de Attila Horvath e Thomas Markus. Trata-se, a nosso ver, de mais uma iluminante achega para a compreensão dos vários pontos de vista de um mesmo problema.

Mantendo presente o que dissemos, uma boa forma de terminar é citando palavras de T. S. Eliot, em *Four Quartets*: “For us, there is only the trying. The rest is not our business”.



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

## FONTES MANUSCRITAS

**. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo**  
**Fundo: Ministério da Instrução Pública**

- Documentos relativos à construção das escolas conde de Ferreira nos concelhos de Lousã e Aveiro, 1867 (Cx. 183, processos 44 e 75).

- Representação do Asilo D. Pedro V para a Infância Desvalida ao rei D. Luís I, a solicitar a abertura de uma aula pública para o sexo masculino e a adopção de um modelo de escola, 1874 (Cx. 183, processo 64).

- Autos de inspecções a edifícios de escolas primárias públicas enviados ao Conselho Superior de Instrução Pública, 1886... (Cx. 60).

- Processo relativo à concessão de uma medalha de ouro ao cidadão Domingos Manuel Rodrigues, por ter subsidiado a construção de uma escola primária para os dois sexos na freguesia de Mairós, concelho de Chaves, 1891 (maço 4, n.º de ordem 7).

- Mapas relativos à vistoria de escolas primárias em Trancoso, 1891 (maço 4, n.º de ordem 7).

- Processo relativo à organização de material pedagógico para o ensino da disciplina de desenho nos liceus, pelo professor Carlos Adolfo Marques Leitão, 1908-1910 (maço 41).

- Mapa do material de desenho enviado aos liceus do continente e ilhas, Março a Julho de 1910 (maço 49).

- Carta do Director Geral de Instrução Pública, Agostinho de Campos, ao Ministro do Reino, relativa à organização das aulas de ginástica no ensino secundário, 22 de Novembro de 1907 // *Projecto de Reforma da Inspeção Sanitária Escolar* redigido por Frederico Sanches de Moraes em 4 de Junho de 1907 // *Relatório sobre as Condições Hygienicas do Lyceu de Coimbra* redigido por Frederico Sanches de Moraes em 7 de Agosto de 1907 // *Projectos de Reforma da Inspeção Sanitária Escolar* redigidos por Abel Fontoura da Costa e José Guilherme Pacheco de Miranda [1907] // Pareceres da directora do liceu Maria Pia e do reitor do liceu central do Porto (1.ª zona), relativamente aos projectos de reforma da Inspeção Sanitária Escolar, dados respectivamente a 8 e 9 de Novembro de 1907 // Prescrições higiénicas redigidas por Costa Sacadura e enviadas ao reitor do liceu do Carmo (Lx) para aplicação nas instalações escolares, Outubro de 1907 (Cx. 164, processo 19).

- Carta do inspector de ginástica, António Domingos Pinto Martins, ao Director Geral de Instrução Pública, solicitando a aquisição de material específico para o ensino da ginástica sueca, provindo directamente de Estocolmo, para o novo edifício do liceu de Camões, Julho de 1909 (maço 41, processo 1).

**Fundo: Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública**

- Carta do Conselho do liceu nacional do Porto ao rei D. Pedro V a solicitar auxilio para levantar um edificio apropriado para as aulas, 4 de Julho de 1861// Carta do reitor do liceu nacional do Porto ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, José Eduardo de Magalhães Coutinho, a justificar as vantagens da adopção do edificio projectado para liceu em 1861, 9 de Junho de 1862 (maço 3599, processo 624).
- Carta do reitor interino do liceu nacional do Porto, António Ribeiro da Costa e Almeida, ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, justificando as vantagens do projecto de liceu desenhado em 1883, 9 de Março de 1883// Carta de António Augusto Soares Cirne, inspector da 3.ª Circunscrição do Porto, ao Director Geral de Instrução Pública, António Maria de Amorim, a louvar e a defender a construção do edificio para o liceu nacional do Porto segundo o projecto desenhado em 1883, 26 de Abril de 1884 (maço 3752, processo 21).
- Officio do governador civil do distrito de Castelo Branco ao Ministro do Reino, solicitando a construção de um edificio para o liceu local, 21 de Abril de 1883 (maço 3752, processo 77).
- Officio do reitor interino do liceu nacional de Viana do Castelo ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, informando das más condições sanitárias do edificio, 2 de Janeiro de 1902 (maço 4058, processo 14).
- Officio do reitor interino do liceu nacional de Angra do Heroísmo ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, a informar do início da construção de um ginásio, 20 de Janeiro de 1902 (maço 4058, processo 58).
- Officio do reitor interino do liceu central de Coimbra ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, solicitando o envio de mobiliário escolar, 18 de Agosto de 1902 (maço 4060, processo 488).
- Officio do reitor do liceu nacional de Bragança ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública a respeito do ensino da ginástica nos liceus, 28 de Novembro de 1903 (maço 4064, processo 580).
- Officio do Director das Construções Escolares, Adães Bermudes, ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública a propósito da obra do liceu nacional de Faro, 22 de Novembro de 1904 (maço 4066, processo 325).
- Relação do material para o ensino da química fornecido pela firma Ferreira e Oliveira ao liceu de Évora, Abril de 1904 (maço 4066, processo 328).
- *Relatório Anual do Reitor do Lyceu Nacional de Braga*, ano lectivo de 1904-1905, enviado ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública (maço 4067).
- Officio do governador civil de Braga ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino em 21 de Janeiro de 1905, a propósito das más condições sanitárias do liceu da cidade (maço 4070, processo 81).

- Relação de material didáctico para o “ensino prático” remetida pelo liceu nacional de Leiria à Direcção Geral de Instrução Pública, 25 de Agosto de 1906 (maço 4074, processo 4 A).
- Processo relativo a colecções de material de ciências físico-naturais destinadas aos liceus do Reino, Dezembro de 1906 (maço 4074, processo 40).
- Carta do Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, Dr. Abel de Andrade, a Manuel da Silva Nogueira, a solicitar o envio de material antropométrico de Paris, 30 de Novembro de 1905 // Outra documentação relativa ao ensino da educação física e a material antropométrico (maço 4075, processo 433).
- Ofício dos inspectores sanitários escolares António de Almeida Dias e Manuel Dias de Valadares ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, informando das condições sanitárias do liceu da 1.ª zona escolar de Lisboa, 21 de Agosto de 1906 (maço 4076, processo 774).
- Ofício do reitor do liceu nacional central de Lisboa, 1.ª zona, ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, a propósito da necessidade de arranjar espaços no edifício do liceu para instalar gabinetes e outras dependências, 16 de Agosto de 1906 (maço 4076, processo 821).
- Regulamento provisório para as aulas de ginástica dos liceus e escolas de Lisboa, elaborado pelo inspector António Domingos Pinto Martins, 1906 (maço 4077, processo 1344).
- Carta dos inspectores sanitários António de Almeida Dias, Costa Sacadura e Manuel de Valadares dirigida ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, concernente ao regulamento provisório para as aulas de ginástica dos liceus e escolas de Lisboa, elaborado por António Domingos Pinto Martins, 5 de Novembro de 1906 (maço 4077, processo 1344).
- Ofícios do reitor do liceu nacional central de Coimbra ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública acerca das más condições sanitárias do edifício, 17 de Janeiro de 1903 e 5 de Novembro de 1906 (respectivamente maço 4064, processo 615 e maço 4077, processo 1404).
- Programa de curso de higiene elaborado por Frederico Sanches de Moraes para aplicação no liceu nacional de Coimbra no ano lectivo de 1906/1907 (maço 4078, processo 76).
- Proposta de João Carlos Marques da Costa Guerra, encarregue da regência das cadeiras de ciências físico-naturais, ao Conselho Escolar do liceu de Leiria para que este solicite à Direcção Geral de Instrução Pública material para o ensino nessa área, 3 de Dezembro de 1906 (maço 4078, processo 81).
- Ofício do reitor do liceu nacional de Vila Real ao Conselheiro Director Geral de Instrução Pública, solicitando material para o ensino de física e química, 5 de Março de 1907 (maço 4078, processo 233).
- Carta do chefe da 3.ª repartição da Direcção Geral de Instrução Pública, Queiroz Veloso, ao Conselheiro Director Geral da Instrução Pública, a propósito da dotação

dos liceus com material para o ensino da geografia e história, 27 de Junho de 1907 (maço 4078, processo 62).

- *Relatório do Presidente do Júri dos Exames de Saída da 5.ª Classe no Lyceu da Guarda na Primeira e Segunda Épocas (de 18 a 30 de Julho e em 1 e 2 de Outubro de 1906)*, 30 de Novembro de 1906 (maço 4079, processo 699).

. **Arquivo Histórico do Ministério da Educação (Av.ª 5 de Outubro)**

- *Actas do Conselho Geral de Instrução Pública*, vol. 3 (séc. XIX).

. **Arquivo da Escola Superior de Educação de Lisboa**

- *Actas das Sessões do Conselho de Instrução da Escola Normal Primária de Lisboa*, 1918-1919.

. **Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território**

- Processo do liceu central de Lisboa (Passos Manuel), 1907.

## FONTES IMPRESSAS

. **Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território**

- Processos individuais dos arquitectos Miguel Ventura Terra, Adães Bermudes e Rosendo Carvalheira [maioritariamente documentação dactilografada].

. **Legislação**

- *Reformas do Ensino em Portugal*, Ministério da Educação/Secretaria-Geral, [Lisboa], 1989-1996, tomo I-V vols. [de 1835 a 1910].

- *Apêndice ao Diário do Governo* - n.º 123, 2 de Abril de 1909; n.º 216, 1 de Junho de 1909; n.º 243, 19 de Junho de 1909; n.º 202, 24 de Maio de 1910; n.º 207, 28 de Maio de 1910; n.º 288, 21 de Julho de 1910.

- *Diário da Câmara dos Deputados* - vol. VII, 1853.

- *Projecto de regulamento de hygiene geral applicavel aos estabelecimentos officiais de instrucção secundária* [não publicado], elaborado por Morais Sarmiento, Curry Cabral e Costa Sacadura, 18 de Janeiro de 1909 (IAN/TT, Ministério da Instrução Pública, Cx. 164, processo 19).

**FONTES ICONOGRÁFICAS****. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo  
Fundo: Ministério da Instrução Pública**

- Projectos de escolas primárias propostos por juntas de paróquia nos distritos de Leiria e Santarém, 1880 (maço 149; Cx. 184, processo 6; Cx. 185, processo 49).
- Projectos vários de edifícios destinados a escolas de instrução primária, 1881, 1883, 1887 e 1888 (Cx. 60, processos 1 e 10; Cx. 184, processos 10 e 28).
- Planta e alçados do edifício projectado para o liceu nacional da Guarda por Adães Bermudes, c. 1905 (Cx. 100, processo 9).
- Plantas do liceu central de Lisboa, futuro Passos Manuel, 1905 (maço 39, processos 1505 e 1506).
- Projecto para uma aula de ginástica a ser edificada na cerca do liceu nacional de Portalegre, 1907 (Cx. 98, processo 12).

**Fundo: Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrução Pública**

- Projecto para a construção do liceu nacional do Porto, 1861 (maço 3599, processo 624).
- Anteprojecto de edifício para o liceu de Castelo Branco, 1884 (maço 3752, processo 77).
- Projecto de edifício para o liceu nacional do Porto, 1883 (maço 3754).
- Modelos de carteiras escolares para os liceus desenhadas por Adães Bermudes, 23 de Setembro de 1902 (maço 4061, processo 548).
- Aparelhos e elementos de material didáctico para o ensino de geografia, 16 de Janeiro de 1907 (maço 4078, processo 62).
- Planta do piso térreo do liceu nacional de Braga, 1909 (maço 4086).

**Fundo: "Arquivo Histórico Ministério das Finanças"**

- Projecto de alteração do convento dos Paulistas para nele se instalar o liceu de Lisboa, pelo architecto Valentim José Correia, 1867 - Cotas: MR IV/C/121 (1); MR IV/C/126 (52); MR IV/C/126 (53); MR IV/C/126 (54).

**. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Setúbal**

- Projecto do liceu de Setúbal da autoria de Rosendo Carvalheira, 1907 (cota: CMSB/M/A/01/pt 001).

**. Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim**

- Projecto de edificação de um edifício liceal, para os dois sexos, da autoria de Gonçalo Artur Cruz, 20 de Setembro de 1917.

**. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais**

- Levantamento arquitectónico do liceu Maria Amália Vaz de Carvalho (Lx), 1964.

**. Arquivo do liceu Pedro Nunes**

- Planta do liceu Pedro Nunes, levantada em 1979 pelo arquitecto Oliveira Martins.

**. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (Rua da Palma)**

- Perspectiva do liceu Camões, c. 1910.
- Fachada principal do liceu Pedro Nunes, c. 1910.
- Panorâmica das fachadas posteriores do liceu Pedro Nunes, c. 1911.
- Aspecto da fachada principal do liceu Pedro Nunes, c. 1911.
- Vista do corpo central do liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, 1958.

**PERIÓDICOS**

- *Anuário do Liceu Central Alexandre Herculano. Ano Lectivo 1913-1914, Porto, 1915; Ano Lectivo de 1917-1918, Porto, 1919; Ano lectivo 1929-1930, Porto, 1930.*
- *Anuário do Liceu Central de Pedro Nunes. Ano Escolar de 1911-12, Lisboa, 1912; Ano Escolar de 1912-13, Lisboa, 1914.*

- *Anuário do Liceu de Rodrigues de Freitas. Ano Lectivo de 1911-1912*, Porto, 1913.
- *A Architectura Portuguesa* - n.º 6 e 11, Junho e Novembro de 1909; n.º 1, Janeiro de 1910.
- *Archivo de Architectura Civil* - n.º 6, Outubro de 1866.
- *Archivo Pittoresco* - vol. VII, 1864.
- *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial* - 1904-1908.
- *Boletim do Clero e do Professorado* - 1863-1876.
- *Boletim da Direcção Geral de Instrução Pública* - Fascículos I-IV, Janeiro - Abril de 1903.
- *Boletim do Liceu Normal de Lisboa* - n.º 7, 1934.
- *Boletim Oficial de Instrução Pública* - n.º 1, 1861.
- *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública* - n.º 3, 1916; n.ºs 6 a 12, 1916.
- *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* - tomo III, n.º 4, 1881.
- *O Comércio do Porto* - 21 de Janeiro de 1914.
- *A Construcção Moderna* - n.ºs 25 e 26, 1 e 16 de Fevereiro de 1901; n.ºs 27 e 28, 1 e 16 de Março 1901; n.ºs 29 e 30, 1 e 16 de Abril de 1901; n.ºs 31 e 32, 1 e 16 de Maio de 1901; n.º 30, 10 de Junho de 1910; 1914.
- *Diário de Notícias* - 5 de Julho de 1905.
- *O Districto de Leiria* - 1892-1894.
- *Educação* - 1913.
- *Encyclopédie d'Architecture* (Paris) - Deuxième série, vols. II e IV, 1873 e 1875.
- *Encyclopédie d'Architecture et des Arts qui s'y Rattachent* (Paris) - 2.º vol., 1889-1890; 4.º vol., 1891-1892.
- *Ilustração Portuguesa* - 15 de Julho de 1907 e 26 de Dezembro de 1911.
- *O Instituto* - vol. LVIII, n.º 1, 1911.
- *Liceu de Camões. Anuário de 1910-1911*, Lisboa, 1912.
- *Liceus de Portugal* - 1940-1946.
- *O Magistério Portuguez* - 1904-1906.
- *A Medicina Contemporânea* - 1883 -1920.
- *Os Novos* - 1909-1910.
- *O Occidente* - 29 Novembro de 1909.
- *Olisipo* - n.ºs 142-143, 1979-1980.
- *Patrimoine Protégé* (Paris) - n.º 1, Novembro de 1994.
- *Porto Médico* - 1907-1908.



- *O Primeiro de Janeiro* - 18 de Janeiro de 1919.
- *Revista de Educação e Ensino* - 1886-1900.
- *Revista de Ensino Médio e Profissional* - 1913- 1916.
- *Revista de Obras Públicas e Minas* - 1870-1920.
- *Revista dos Lyceus* - 1891-1896.
- *Revue de L'Architecture et des Travaux Publics* (Paris) - 1886.
- *A Saúde Pública* - 1884-1887.
- *O Século* - 1908, 1909, 1930 e 1933.

## BIBLIOGRAFIA

A.A.V.V., *Escolas Espaços de Educação*, Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa, 1995.

ABREU, Carlos, *Limpos, Sadios e Dóceis, História da Saúde Escolar em Portugal no Estado Novo 1930 a 1960*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

ADÃO, Áurea, *A Criação e a Instalação dos Primeiros Liceus Portugueses. Organização Administrativa e Pedagógica (1836/1860)*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras, 1982.

ADER, Jean, *La Escuela de Opciones Múltiples: sus Incidencias sobre las Construcciones Escolares*, Ministerio de Educación y Ciencia, Bilbao, 1977.

AFONSO, José, *Escolas Primárias*, Centro Nacional de Cultura, Lisboa, 1984.

ALMEIDA, M. Ferreira de, *Instrução Militar Preparatória*, Livraria Académica, Porto, 1913.

ALVAREZ SANZ, Rodolfo, *A Educação Física em Espanha de Amoros às Escuelas de Entrenadores*, Dissertação de Doutoramento Apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1995.

ALVES DE SOUSA, José, *Edifícios Escolares (tese apresentada ao 1.º Congresso Pedagógico do Sindicato dos Professores Primários de Portugal)*, Tipografia A. F. Vasconcelos, Porto, 1914.

*Apresentação das Bases Geraes de uma Sociedade para Construcção de Casas para Escolas. Comissão de Organização dos Estatutos*, Tipografia de A. Chaves, Faro, 1891.

ARIÈS, Philippe, *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Relógio D'Água, s.l., 1988 [1.ª edição 1960].

*Arquitectura do Século XX Portugal*, (Catálogo de Exposição), Portugal-Frankfurt 97, Deutsches Architektur-Museum, Frankfurt am Main, Prestel-Verlag, Munchen, New York, Lisboa, [1998], III.

BAIRRADA, Eduardo Martins, *Arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919), um Filho Adoptivo de Alexandre Herculano na Arte de Construir (Notas de Fixação Biográfica)*, Lisboa, 1981.

BÁRBARA, A. Madeira, *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal - da Reforma Pombalina à 1.ª República*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1979.

BARREIRAS, Maria Elisa Páscoa, *Liceu João de Deus – Faro*, a publicar no *Roteiro dos Liceus Históricos Portugueses*, sob direcção de António Nóvoa.

BARROS, João de, *A Escola e o Futuro (Notas sobre Educação)*, Livraria Portuense de Lopes e C.ª, Porto, 1908.

BARROSO, João, *Os Liceus. Organização Pedagógica e Administração (1836-1960)*, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1995, 2 vols.

BAUDOT, Anatole de, "Étude Théorique sur les Lycées", *Revue de l'Architecture et des Travaux Publics*, 1886, vol. 13, cols. 72-77.

BEJA, Filomena et al., *Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*, Ministério da Educação e Cultura/Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Lisboa, [1987], vol. I - 1.ª parte.

BENALCANFOR, Visconde de, *Apontamentos de um Inspector de Instrução Secundaria*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1882.

BERTRAND, Jacques, *La Page Francophone des Expositions Universelles*, 1997 (site <http://netrover.com/~berta/refl.html>).

BOUILLÉ, Michel *L'École, Histoire d'une Utopie?*, Rivages, Paris, 1988.

*Breve Noticia da Real Casa Pia de Lisboa Seguida de uma Relação de Alguns Trabalhos dos Alunos Enviados à Exposição Universal de Paris em 1878*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1878.

BRIGODE, Gérard de, *L'Architecture Scolaire*, P.U.F., Paris, 1966.

BRULLET, Manuel, "L'Arquitectura dels Espais Educatius", *Temps d'Educació*, Divisão de Ciências de Educação da Universidade de Barcelona, n.º 19, 1.º semestre de 1998, pp. 23-33.

BUISSON, F. (dir.), *Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*, 1.ª parte, tomos I e II, Paris, 1882 e 1887.

CAMPAGNE, E.M., *Dicionário Universal de Educação e Ensino* (tradução de Camilo Castelo Branco), Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Porto, 1886, 3 vols.

CAMPOS, Agostinho de, *Educação e Ensino*, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris/Lisboa, 1922, 2.<sup>a</sup> edição, vol. I.

CARDOSO, António, *O Arquitecto José Marques da Silva e a Architectura no Norte do País na Primeira Metade do Século XX*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 1997.

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, 2.<sup>a</sup> edição.

*Catalogue Spécial de la Section Portugaise à l'Exposition Universelle de Paris en 1878*, Paris, 1878.

CATROGA, Fernando, *Os Inícios do Positivismo em Portugal*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Coimbra, 1977.

CATROGA, Fernando, *A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1977.

CHÂTELET, Anne-Marie (dir.), *Paris à l'École "Qui a eu Cette Idée Folle..."*, Picard Éditeur, Paris, 1993.

CLAY, Felix, *Modern School Buildings*, London, 1902.

COELHO, Francisco Adolfo, *Parecer Apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública sobre o Ensino de Moral no Liceu de Maria Pia*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1914.

COELHO, Francisco Adolfo, "A História dos Exercícios Físicos na sua Relação com o Desenvolvimento Moral", *Sep. dos Arquivos da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 1915, vol. II, pp. 165-207.

COELHO, Francisco Adolfo, "Questões Pedagógicas. Os Exercícios Militares na Escola", *O Instituto*, vol. LVIII, n.º 1, 1911, pp. 23-36.

*Congrès International de l'Enseignement*, Bruxelas, 1880.

*Congrès (III) International de l'Art Public*, Liège, 1905.

*Congrès (XV) Internationale de Médecine*, Lisboa, 1906.

COSTA, D. António da, *A Instrução Nacional*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870.

COSTA, D. António, *História da Instrução Popular em Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1871.

COSTA, D. António, *Auroras da Instrução pela Iniciativa Particular*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1884.

COSTA SACADURA, S. C. da, *Atitudes Viciosas na Escola (Escrepta Direita e Escrepta Inclinada)*, Tipografia de Cristóvão Augusto Rodrigues, Lisboa, 1906.

COSTA SACADURA, S. C. da, *Educação Física*, Tipografia de Cristóvão Augusto Rodrigues, Lisboa, 1906.

COSTA SACADURA, S. C. da, *Breves Considerações sobre a Hygiene nas nossas Escolas*, Tipografia Minerva, Famalicão, 1906.

COSTA SACADURA, S. C. da, *Parecer sobre o Ante-Projecto do Lyceu da 1.ª Zona Escolar de Lisboa*, Lisboa, Outubro de 1907.

COSTA SACADURA, S. C. da, *A Tuberculose e a Escola*, Lisboa, 1907.

COSTA SACADURA, S. C. da, *Parecer Acerca do Horário do Lyceu da 1.ª Zona Escolar de Lisboa em Vigor no Anno Lectivo de 1907-1908*, Porto, 1908.

COSTA SACADURA, S. C. da, *Atitudes Escolares, Série de 12 Quadros*, s.l., s.d.

CSERGO, Julia, *Liberté, Égalité, Propreté. La Morale de l'Hygiène au XIXe Siècle*, Éditions Albin Michel, Paris, 1988.

CUBAN, Larry, *The Classroom Use of Technology Since 1920*, Teachers College Press, Columbia University, New York, 1986.

*Curiosités de l'Exposition Universelle*, Paris, Setembro de 1867, p. 100.

DELL VALLE, Angela del, "Una Pedagogía para la Educación Integral en la Obra de Pedro Poveda: Desarrollo de las Capacidades y Actitudes Físicas", *Historia de la Educación*, n.ºs 14 e 15, 1995-1996, pp. 173-196

DEROUET-BESSON, Marie-Claude, *L'École et son Espace*, Institut National de Recherche Pédagogique, Paris, 1984.

DIAS, José Simões, *A Escola Primária em Portugal*, Porto, 1897.

DONZELOT, Jacques, *A Polícia das Famílias*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1986.

ÉCUYER (L'), René, *Méthodologie de l'Analyse Développementale de Contenu. Méthode G.P.S. et Concept de Soi*, Presses de l'Université du Québec, Silbery/Québec, 1990.

ESCOLANO, Agustin, "La Arquitectura como Programa. Espacio-Escuela y Currículum", *Historia de la Educación*, n.ºs 12 e 13, 1993-1994, pp. 97-120.

*Estatística da Instrução Primária em Portugal Organizada sob a Inspeção Extraordinária de 1863 a 1864*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867.

ESTRELA, Albano, *Elementos e Reflexões sobre a Educação Física em Portugal no Período Compreendido entre 1834 e 1910. Da Necessidade da Educação Física*, Instituto Nacional de Educação Física, Lisboa, 1972.

ESTRELA, Albano, "Uma Perspectiva para a Compreensão da Evolução e da Difusão da Ginástica da Escola de Ling – um Exemplo: a Educação Física em Portugal nas Primeiras Décadas do Século XX", *Boletim do INEF*, 2.ª série, vol. II, n.º 3, Julho-Setembro de 1973.

*Exposition Universelle de Paris en 1878. Mémoire sur l'Instruction Secondaire en Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1878.

*Exposicion Universal de Paris en 1878. La Instruccion Popular en Europa*, Madrid, 1878.

FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*, Gradiva, Lisboa, 1993.

FERNANDES, Rogério, *Bernardino Machado e os Problemas da Instrução Pública*, Livros Horizonte, Lisboa, 1985.

FERNANDES, Rogério, "Instrução Operária e Intervenção Estudantil em Coimbra nos Começos da Regeneração", *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1990, vol. 12, pp. 221-256.

FERNANDES, Rogério, *Os Caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*, Porto Editora, Porto, 1994.

FERNANDES, Rogério, "Ensaio de Modernização do Ensino Liceal e Investigação Pedagógica no Limiar do Século XX", in *Ciências da Educação: Investigação e Acção. Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação*, Porto, 1995, vol. I, pp. 331-340.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho, "Salvar os Corpos, Forjar a Razão", *Contributo para uma Análise Crítica da Criança e da Infância como Construção Social*, Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, 1995.

FIGUEIRA, Manuel Henrique, *O Liceu de Setúbal. Das Origens à Escola Secundária de Bocage (1857-1999)*, Edição da Escola Secundária de Bocage, Setúbal, 1999.

FIGUEIREDO, Camilo Augusto de, *Escolas ao Ar Livre*, Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Porto, Tipografia Abreu, Porto, 1922.

FOUCAULT, Michel, *Vigiar e Punir*, Vozes, Petrópolis, 1996, 13.ª edição [1.ª edição 1975].

FOUCAULT, Michel, *Naissance de la Clinique*, Quadrige/PUF, Paris, 1997, 5.ª edição [1.ª edição 1963].

FRANÇA, José Augusto, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Coleção Biblioteca Breve, n.º 53), Lisboa, 1989, 2.ª edição.

FRANÇA, José Augusto, *A Arte Portuguesa do Século XIX*, Bertrand, Lisboa, 1966.

FRANÇA, José Augusto, *A Arte Portuguesa no Século XX*, Bertrand, Venda Nova, 1990, 3.ª edição.

FUENTE, Maria José de la, *O Ensino Secundário Feminino - Os Primeiros Vinte Anos da Escola Maria Pia*, Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.

FURTADO COELHO, Luís, *A Gymnastica Sueca*, Porto, 1907.

GABRIEL, Narciso de, e VIÑAO FRAGO, Antonio (eds.), *La Investigación Histórico-Educativa. Tendencias Actuales*, Ronsel Editorial, Barcelona, 1997.

GHIRA, Mariano, "Casas para Escolas", *Archivo Pittoresco*, 1864, vol. VII, pp. 164-166 e pp. 207-208.

GHIRA, Mariano, "Mobilia para Escolas", *Archivo Pittoresco*, vol. VII, 1864, pp. 247-248.

GHIRA, Mariano, *Relatorio sobre a Visita de Inspeção Extraordinaria às Escolas do Districto de Lisboa feita no Anno Lectivo de 1863-1864*, Typographia Portugueza, Lisboa, 1865.

GINER DE LOS RÍOS, Francisco, *El Edificio de la Escuela*, Madrid, 1884.

GOFF, Jacques (apresentação), *As Doenças têm História*, Terramar, Lisboa, 1985.

GOMES, Joaquim Ferreira, *A Educação Infantil em Portugal*, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1986, 2.ª edição.

GOMES, Marques, *Memórias de Aveiro*, Aveiro, 1875.

GONÇALVES, F. A., *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1990.

GOUBERT, Jean-Pierre, *La Conquête de l'Eau*, Robert Laffont, Paris, 1986.

GRAÍNHA, M. Borges, *A Instrução Secundária de Ambos os Sexos no Estrangeiro e em Portugal*, Typographia Universal, Lisboa, 1905.

GUERREIRO, Custódio Dias, *Edifícios e Material Escolar*, Memória apresentada no Congresso Pedagógico de Lisboa na sessão inaugural de 12 de Abril de 1897, pp. 19-30.

GUILLAUME, Dr. L., *Hygiène des Écoles. Conditions Architecturales et Économiques*, Paris, 1874.

HAMILTON, David, "De la Instrucción Simultánea y el Nacimiento de la Clase en el Aula", *Revista de Educación*, n.º 296, 1991, pp. 23-42

HORVATH, Attila, *Social Control and School Architecture: a Brief History of Thought on Elementary Education and School Building Design*, Tese de Doutoramento Apresentada à Universidade de Dalhousie, Halifax, 1984.

HORVATH, Attila, "The Effects of Compulsory Education on School Architecture", in Giovanni Genovesi (ed.), *Compulsory Education: Schools, Pupils, Teachers and Methods*: Università di Parma-Bolletino C.I.R.S.E., 1986, vol. II, pp. 127-136.

JORGE, Ricardo, *Hygiene Social Applicada à Nação Portuguesa*, Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos, Porto, 1885.

KRATHWOHL, David R., *Methods of Educational and Social Science. Research an Integrated Approach*, Longman, New York & London, 1993.

LACAPRA, Dominick, *History & Criticism*, Cornell University Press, Ithaca and London, 1985.

LAHOZ ABAD, Purificación, "El Modelo Froebeliano de Espacio-Escuela. Su Introduccion en España", *Historia de la Educación*, n.º 10, 1991, pp. 107-133.

LAHOZ ABAD, Purificación, "Hygiene y Arquitectura Escolar en la España Contemporánea (1838-1936)", *Revista de Educación*, n.º 298, Maio - Agosto de 1992, pp. 89-118.

LAINÉ, Michel, *Les Constructions Scolaires en France*, Presses Universitaires de France, Paris, 1996.

LANDA, Rubén, *La Enseñanza Secundaria en Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928.

LAWN, Martin, *Silences and Images: The Social History of the Classroom*, 1999, (texto policopiado).

LÉONARD, Jacques, *Médecins, Malades et Société dans la France du XIXe Siècle*, Paris, 1992.

LIMA, Adolfo, *Pedagogia Sociológica*, Livraria Escolar Progredior, Porto, 1936, 2.º vol.

LOWE, Roy, "The Medical Profession and School Design in England, 1902-1914", *Paedagogica Historica*, XIII, 2, 1973, pp. 425-444.

LOWE, Roy, "Compulsory Schooling and the Redefinition of English Education", in Giovanni Genovesi (ed.), *Compulsory Education: Schools, Pupils, Teachers and Methods*: Università di Parma-Bolletino C.I.R.S.E., 1986, vol. II, pp. 115-124.

MACAIGNE, Dr., *Précis d'Hygiène*, Paris, 1911.

MARKUS, Thomas A., *Buildings and Power. Freedom and Control in the Origin of Modern Building Types*, Routledge, London and New York, 1993.

MARKUS, Thomas A., "Early Nineteenth Century School Space and Ideology", *Paedagogica Historica*, vol. XXXII, 1996, pp. 9-50.

MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo: Arquitectura, Currículo e Poder*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

MATO DÍAZ, Angel e TERRÓN BAÑUELOS, Aida, "Un Ejemplo de Espacio Escolar Cerrado: El Colegio de La Inmaculada de Gijón", *Historia de la Educación*, n.ºs 12 e 13, 1993-1994, pp. 245-272.

MATOS, Alfredo Filipe de, *O Passado, o Presente e o Futuro da Escola Primaria Portuguesa*, Edição do Autor, Freixo (Lousã), 1907.

MATOS, Sérgio Campos, "Política de Educação e Instrução Popular no Portugal Oitocentista", *Clio*, Edições Colibri, Lisboa, 1997, pp. 85-107.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa, [1994], vol. 6.

MESMIN, George, *L'Enfant, l'Architecture et l'Espace*, Casterman, Tournai, 1973.

*Mestre José Luiz Monteiro na Arquitectura da Transição do Século*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1990.

MIRANDA, José Guilherme Pacheco de, *A Assistência Médica Escolar no Porto*, Porto, 1915.

*Modelos de Mobília para Escolas de Instrução Primária Organizados por Ordem da Direcção Geral de Instrução Pública*, Lisboa, 1877.

MOITA, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.

MURTA, José Guerreiro, *Evocação Histórica do Primeiro Liceu de Lisboa e do País (Discursos e Anotações)*, Lisboa, 1953.

NOBRE, José Barros, *Primeiro Centenário da Criação dos Liceus em Portugal*, Aveiro, 1936.

NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987, 2 vols.

NÓVOA, António, "A República e a Escola: das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades", *Revista Portuguesa de Educação*, 1(2), 1988, pp. 29-60.

NÓVOA, António, *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (sécs. XIX-XX)*, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, 1993.

NÓVOA, António, *História da Educação*, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

NÓVOA, António e SCHRIEWER, Jürgen (eds.), *A Difusão Mundial da Escola*, Educa, Lisboa, 2000.

NÓVOA, António (dir.), *Roteiro dos Liceus Históricos Portugueses*, [a publicar].

PANOFISKY, Erwin, *O Significado nas Artes Visuais*, Editorial Presença, Lisboa, 1989.

PEIRÃO, M.E., GEIGER DE MELLO, M. e VENDRAMINI NEVES, H.M., *Arquitectura Escolar Paulista (1890-1920)*, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, São Paulo, 1991.

PEREIRA, José Carlos Seabra, *Decadentismo e Simbolismo na Poesia Portuguesa*, Coimbra, 1975.

PIMENTEL, Irene, "A Eugénia na Primeira Metade do Século XX. O Aperfeiçoamento da Raça", *História*, n.º 3, Junho de 1998, pp. 18-27.



PLANAT, P., *Nouveau Règlement pour la Construction et l'Ameublement des Écoles Primaires et des Écoles Maternelles*, Paris, 1882.

*Projecto para o Estabelecimento de uma Escola Modelo*, Tipografia Luso-Britânica, Lisboa, 1871.

PULIDO VALENTE, Vasco, *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses. 1834-1930*, Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1973.

QUEIROZ VELOSO, J. M., *O Ensino Secundario em Portugal (Discurso Pronunciado na Camara dos Senhores Deputados na Sessão de 21 de Agosto de 1908)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909.

QUIVY, Raymond, e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, 1992.

RAMALHO, Albano, *Impressões Sobre as Escolas de França e Belgica e Critica da Educação e Instrucção Primaria em Portugal*, Porto, 1909.

RAMOS, Luís de Oliveira (dir.), *História do Porto*, Porto Editora, Porto, 1998, 2.<sup>a</sup> edição.

RAPOSO, José António Simões (dir.), *Conferências Pedagógicas. Relatório das Conferências de Lisboa em 1883*, Lisboa, 1884.

*Regulamento Interno do Asylo de D. Pedro V no Campo Grande para a Infância Desvalida*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870.

*Relatório Geral do Conselho Superior de Instrução Pública*, (sessão de Outubro de 1887), Imprensa Nacional, Lisboa, 1887.

RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Typographia da Academia Real das Sciencias, 17 vols., 1871-1892.

SALOMON-BAYET, Claire (dir.), *Pasteur et la Révolution Pastorienne*, Payot, Paris, 1986.

SAMPAIO, Manuel de Castro (trad.), *Compendio de Hygiene Popular*, Tipografia da Voz do Alentejo, Elvas, 1860.

SANTOS, Alves dos, *A Nossa Escola Primária*, Casa Editora de A. Figueirinhas, Porto, [1910].

SEABORNE, Malcolm, *Primary School Design*, RKP, Londres, 1971.

SEABORNE, Malcolm e LOWE, Roy, *The English School. Its Architecture and Organization 1870-1970*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1977, vol. II.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, [1985], vol. V.

SILVA CARVALHO, Augusto da, *Ação do Saneamento Geral sobre a Tuberculose*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1905.

SIMÕES, Augusto Filipe, *Educação Physica*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1879, 3.<sup>a</sup> edição [1.<sup>a</sup> edição de 1872].

SPENCER, Herbert, *Ensayos sobre Pedagogía*, Akal, Madrid, 1983.

TAVARES, José, "1.º Centenário do Liceu de Aveiro. Breve História do Liceu", *Labor*, n.º 115, 1951, pp. 71-120.

TOPOLSKY, J., *Metodologia de la Historia*, Cátedra, Madrid, 1982.

TOSTÕES, Ana Cristina, "Arquitectura Portuguesa do Século XX", in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.

TOULIER, Bernard, "L'Architecture Scolaire au XIXe siècle: de l'Usage des Modèles pour l'Édification des Écoles Primaires", *Histoire de l'Éducation*, n.º 17, Dezembro de 1982, pp. 1-29.

TRÉLAT, Émile, "Nécessité d'Eclairer les Salles des Écoles par un Jour Unilatéral, Lettre à Monsieur le Préfet de la Seine", in *Encyclopédie d'Architecture*, Paris, vol. 4, 1875, pp. 64-67.

TRILLA, Jaume, *Ensayos sobre la Escuela. El Espacio Social y Material de la Escuela*, Laertes S.A. Ediciones, Barcelona, 1986, 2.<sup>a</sup> edição.

VASCONCELOS, Faria de, *Problemas Escolares*, Seara Nova, Lisboa, 1921.

VIEIRA, Afonso Lopes, "Escolas Belas - ou Morrer", *Revista Educação*, n.º 4, 28 de Fevereiro de 1913.

VIGARELLO, Georges, *Le Corps Redressé*, Delarge, Paris, 1978.

VIGARELLO, Georges, *O Limpo e o Sujo*, Edições Fragmento, Lisboa, 1985.

VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa, "Práticas Eugênicas, Medicina Social e Família no Brasil Republicano", *Revista da Faculdade de Educação de São Paulo*, vol. 19, n.º 1, 1993, pp.79-96.

VIÑAO FRAGO, Antonio, "Del Espacio Escolar y la Escuela como Lugar: Propuestas e Cuestiones", *Historia de la Educación*, Edições da Universidade de Salamanca, n.ºs 12 e 13, 1993-1994, pp. 17-74.

ZEVI, Bruno, *Saber Ver a Arquitectura*, Martim Fontes, São Paulo, 1989.

## **ELENCO DE IMAGENS**

1. Planta de modelo de escola de instrução primária desenhada pelo arquitecto Valentim José Correia, 1864.	10
2. e 3. Dois modos de utilização para a galeria Wilderspin, 1840.	13
4. Planta n.º 1 para a escola infantil Billby and Ridgeway's, 1834.	14
5. Planta do piso térreo do convento onde esteve instalado o liceu nacional de Braga, 1909.	16
6. Aspecto da fachada principal do liceu de José Estêvão, em Aveiro.	51
7. Sala de aula no liceu Chaptal em finais da década de 70 do séc. XIX.	54
8. Fachada principal do edifício projectado para o liceu nacional do Porto, 1861.	56
9. Planta do 1.º piso do edifício projectado para o liceu nacional do Porto, 1861.	58
10. Modelo de escola de instrução primária, 1864.	67
11. Modelo de escola de escola de instrução primária para 50 alunos, 1864.	68
12. Modelo de carteira para 3 alunos adoptado na Casa Pia de Lisboa, 1864.	70
13. Separador em madeira utilizado em França nas escolas primárias mistas, nos inícios da década de 70 de Oitocentos, destinado a dividir a sala de aulas em duas partes.	79
14. Planta do projecto apresentado ao governo para as escolas conde de Ferreira, com a proposta de alteração inicial, 1866.	80
15. Fachada principal do projecto apresentado ao governo para as escolas conde de Ferreira, 1866.	81
16. Fachada lateral de um projecto de escola mista para 250 alunos segundo o método de ensino mútuo, da autoria de A. Bouillon, 1834.	81
17. Modelo de carteira divulgado na Exposição Universal de Paris, 1867.	92
18. Modelo de Kunze apresentado na Exposição Universal de Viena, 1873.	92
19. Alguns dos modelos de mobiliário escolar expostos na Exposição Universal de Paris, 1878.	93
20. Modelo de carteira concebida pelo Dr. Kaiser, 1880.	96
21. Vista de implantação da escola, e habitação para a respectiva professora, projectada para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém, 1880.	101

22. Planta da escola de instrução primária projectada para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém, 1880.	102
23. Modelo de janela para a escola de instrução primária projectada para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém, 1880.	103
24. Modelo de janela para escolas de instrução primária preconizado em França nos inícios da década de 70 de Oitocentos.	103
25. Vista em corte da parede fundeira da escola de instrução primária projectada para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém, 1880.	104
26. Desenho das instalações sanitárias da escola de instrução primária projectada para o sexo feminino na freguesia de S. Miguel de Ferreira, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém, 1880.	104
27., 28 e 29. Imagens divulgadas em Portugal concernentes à drenagem de solos e a estudos de iluminação, publicadas em anexo à regulamentação para a construção de escolas francesas, 1880.	106
30. Imagem difundida em Portugal relativa a sanitários, publicada em anexo à regulamentação para a construção de escolas francesas, 1880.	107
31. e 32. Fachada principal e alçado lateral do edifício projectado para o liceu do Porto, 1883.	115
33. e 34. Plantas do edifício projectado para o liceu nacional do Porto, 1883.	116
35., 36 e 37. Alçado principal, alçado posterior e planta do anteprojecto do liceu nacional de Castelo Branco, 1884.	120
38. Pormenor do tímpano da fachada principal do liceu projectado para Castelo Branco, 1884.	120
39. Vista parcial do corpo principal do liceu Rodrigues Lobo em Leiria.	123
40. e 41. Alçados posterior e principal da escola primária tipo Adães Bermudes de Vila Real, 1898.	129
42. e 43. Plantas da escola primária tipo Adães Bermudes de Vila Real, 1898.	130
44. Grupo Escolar de Itapira, em S. Paulo/Brasil, projectado por Victor Dubugras, 1896.	131
45. Planta do piso térreo do Grupo Escolar de Itapira, 1896.	132
46. Projecto para uma aula de ginástica a ser edificada na cerca do liceu nacional de Portalegre, 1907.	146
47. Planta da aula de ginástica a ser edificada na cerca do liceu nacional de Portalegre, 1907.	146
48. a 56. Imagens insertas no catálogo da Fábrica Collin relativo a material de antropometria, c. 1905.	150
57. Plano de escola primária rural para rapazes e raparigas, com "Mairie".	170
58. e 59. Dois modelos de carteira escolar desenhados por Adães Bermudes, 1902.	175

60. Tabela de dimensões de um modelo de carteira escolar desenhado por Adães Bermudes, 1902.	176
61. Fachada principal do edifício projectado por Adães Bermudes para o liceu nacional da Guarda, c. 1905.	180
62. Planta do rés-do-chão do edifício projectado por Adães Bermudes para o liceu nacional da Guarda, c. 1905.	181
63. Planta do 1.º andar do edifício projectado por Adães Bermudes para o liceu nacional da Guarda, c. 1905.	181
64. e 65. Aparelho de suspensão para cartas geográficas; cosmógrafo destinado a demonstrar os movimentos e posição da terra e lua em relação ao sol, 1907.	200
66. a 69. Globo terrestre modelo inclinado; globo terrestre com círculo e meridiano metálicos; esfera armilar de Copérnico; esfera armilar de Ptolomeu, 1907.	200
70. Planta do rés-do-chão (2.º pavimento) do edifício projectado para o liceu central de Lisboa por Rosendo Carvalheira, 1896.	204
71. Fachada principal do projecto destinado ao liceu central de Lisboa, 1896.	206
72. Plano dos telhados do projecto destinado ao liceu central de Lisboa, 1896.	206
73. Detalhe, em corte, da escada principal e zimbório do projecto para o liceu central de Lisboa, 1896.	208
74. Planta ao nível do rés-do-chão (2.º pavimento) do liceu central de Lisboa, já com as alterações propostas em 1902 pela comissão revisora do projecto, 1905.	212
75. Aspecto de um dos pátios rectangulares do liceu Passos Manuel.	213
76. Vista em perspectiva do Colégio Chaptal, terminado em 1876 sob plano do arquitecto Eugène Train.	215
77. Planta ao nível do r/c do liceu Camões, 1907.	223
78. Vista das galerias exteriores de circulação do liceu Camões, tirada ao nível do 1.º andar, na zona de acesso ao pátio pela escadaria interior.	224
79. Planta ao nível do 1.º andar do liceu Camões, 1907.	225
80. Planta ao nível do 2.º piso do liceu Pedro Nunes, 1909 [reconstituição].	226
81. Panorâmica das fachadas posteriores do liceu Pedro Nunes, c. 1911.	227
82. Fachada principal do liceu Pedro Nunes, visionando-se na sua frente o que viria a ser a futura Avenida Álvares Cabral, c. 1910.	228
83. Alunos realizando experiências de química no liceu Pedro Nunes, 1914	229
84. Planta, ao nível do rés-do-chão, do liceu Alexandre Herculano, no Porto, 1914.	237
85. Galeria aberta de ligação junto ao jardim interior do liceu Alexandre Herculano, no Porto.	238

- 
- |   |     |
|---|-----|
| 86. Vista aérea do liceu Alexandre Herculano, no Porto.   | 239 |
| 87. e 88. Cartelas epigrafadas apostas na fachada principal do liceu Alexandre Herculano, no Porto. | 240 |

## **ANEXOS**



## **ANEXO I**

### **Principais momentos de intervenção legislativa em matéria de construção, material e mobiliário escolares (1860-1920)**

• O levantamento efectuado é concenente aos ensinos primário e liceal. São incluídas, pela sua relevância, algumas disposições legais relativas às escolas infantis.

- Portaria de 24 de Fevereiro de 1860 - Declarando a satisfação do governo pelo facto de se ter inaugurado o novo edifício do liceu nacional de Aveiro.

- Portaria de 19 de Maio de 1860 - Sobre a legalização dos oferecimentos feitos em benefício de novas escolas primárias pelas câmaras municipais e juntas de paróquia.

- Carta de Lei de 27 de Junho de 1866 - Decretada de utilidade pública a expropriação de casas ou terrenos necessários para a construção de edifícios destinados para a fundação de escolas públicas de ensino primário. Câmaras autorizadas a contratar com os testamenteiros do conde Ferreira, nos termos legais, a construção de edifícios e mobiliário escolares para o ensino primário.

- Portaria de 20 de Julho de 1866 - Referem-se, pela primeira vez, as condições que devem ser observadas nas construções das casas das escolas de instrução primária.

- Portaria de 7 de Julho de 1871 - Rectifica algumas disposições da portaria de 20 de Julho de 1866, nomeadamente o estabelecido no capítulo 4.º, no sentido de tornar mais flexível o disposto no dito capítulo e obrigando a que se cumpra a relação de objectos considerados indispensáveis para a criação de escolas primárias.

- Portaria de 29 de Dezembro de 1875 - Instruções para as "casas de escolas" do ensino primário serem inspecionadas: o ponto 5.º determina que nenhuma construção, reedificação ou recuperação de escolas públicas será consentida sem autorização do governo.

- Lei de 2 de Maio de 1878 (artigo 61.º, § 1.º e § 3.º) - Estabelece que incumbe às juntas de paróquia dar casa para as escolas, habitação para os professores e fornecer mobiliário escolar. Determina ainda que quando cessar para o Estado o pagamento dos professores de instrução primária, o governo concorrerá anualmente com 200 contos de reis, quantia que será incluída no Orçamento Geral do Estado, para subsidiar as juntas de paróquia na construção de edifícios escolares.

- Lei de 11 de Junho de 1880 (artigo 11.º) - Para dar cumprimento ao disposto no artigo 61.º da Lei de 2 de Maio de 1878, estabelece que as Câmaras Municipais na falta de heranças, doações ou legados deixados a favor das escolas... são obrigadas a lançar um imposto especial para a instrução primária que não poderá exceder 3% adicionais às contribuições gerais directas do Estado.

- Portaria de 27 de Dezembro 1884 - Aprova o primeiro projecto liceu central de Lisboa na base do parecer emitido pelo Conselho Superior de Obras Públicas.

- Portaria de 4 de Dezembro de 1886 - Determina que não se dê provimento a escola alguma criada depois da Lei de 2 de Maio de 1878, sem que esteja verificado por auto de inspecção que as escolas reúnem, pelo menos, as condições indicadas pela portaria de 7 de Julho de 1871, e que se prove que existe casa com as indispensáveis condições para a habitação do professor. Determina ainda que se exerça uma fiscalização sobre os orçamentos das juntas de paróquias em ordem a que sejam votadas as receitas para ocorrer às despesas do material das escolas.

- Portaria de 29 de Dezembro de 1896 - Manda reformar o projecto do liceu central de Lisboa.

- Carta de Lei de 20 de Setembro de 1897 - Ordena, no seu artigo 1.º, alínea b), a conclusão do edifício destinado ao liceu nacional central de Lisboa, sendo a empreitada adjudicada em hasta pública e tendo por base os projectos e orçamentos aprovados pelo governo, ouvido o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas.

- Portaria de 1 de Março de 1898 - Abre concurso para apresentação de projectos de edifícios destinados à construção de escolas primárias.

- Lei de 30 de Junho de 1898 - Autoriza o governo a contrair um empréstimo até à quantia de 400 000 reis para a construção de 200 edifícios destinados a escolas de instrução primária. Estabelece provisoriamente os serviços das Construções Escolares.

- Portaria de 22 de Novembro de 1899 - Manda declarar às corporações administrativas e aos particulares, que a Direcção das Construções Escolares fornece gratuitamente os projectos das escolas primárias oficiais, e que nenhuns outros podem ser executados sem aprovação do governo.

- Lei de 12 de Junho de 1901 - Isenta de quaisquer contribuições e direitos aduaneiros as heranças, legados, donativos e aquisições com destino a escolas de ensino.
- Portaria de 22 de Julho de 1901 - Ordena uma inspecção aos edifícios escolares construídos com o subsídio do conde de Ferreira, devendo intimar-se as câmaras a quem foi concedido esse subsídio para fazerem neles os reparos necessários.
- Decreto n.º 8 de 24 de Dezembro de 1901 - Cria, junto da Direcção Geral de Instrução Pública, a Direcção Técnica das Construções Escolares (artigo 108.º).
- Portaria de 19 de Maio de 1902 - Nomeia comissão, presidida por Abel de Andrade, para rever o projecto do futuro liceu Passos Manuel.
- Portaria de 17 de Setembro de 1902 - Remodela a comissão nomeada em 19 de Maio de 1902, agregando-lhe Ricardo Jorge, Inspector Geral de Saúde Pública, António de Almeida Dias e Costa Sacadura, Inspectores Sanitários Escolares, e Adães Bermudes, responsável pela Direcção Técnica das Construções Escolares.
- Portaria de 5 de Março de 1903 - Determina que as obras do edifício do liceu central de Lisboa (futuro Passos Manuel) fiquem a cargo da Direcção Técnica das Construções Escolares que recebe a incumbência de organizar com urgência o projecto definitivo de acordo com o parecer da comissão nomeada em 1902.
- Decreto de 3 de Outubro de 1903 - Autoriza a Câmara Municipal de Coimbra a contrair um empréstimo a fim de aplicar 15 000 reis na aquisição de terrenos e concessão de subsídios para construção de edifícios escolares.
- Portaria de 28 de Julho de 1904 - Autoriza o Director Geral de Instrução Pública a assinar o contrato e demais termos relativos a um empréstimo para a construção de edifícios escolares [instrução primária], a que se refere a Lei de 30 de Junho de 1898.
- Decreto de 16 de Julho de 1906 - Abre um crédito extraordinário para despesas feitas com as construções das escolas primárias, e das que há a fazer com a conclusão das mesmas construções.
- Decreto de 12 de Julho de 1907 - Autoriza o governo a contrair um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos destinado à aquisição de terreno e construção de um edifício para o liceu central de Lisboa (1.ª Zona/futuro Liceu de Camões).
- Portaria de 22 de Outubro de 1907 - Nomeia comissão para examinar e apreciar os projectos relativos à construção do edifício destinado ao liceu central de Lisboa (1.ª zona).
- Decreto de 23 de Dezembro de 1907 - Autoriza o governo a contrair um empréstimo até à quantia de 400 000 reis destinado à aquisição de terreno e construção ou adaptação de edifícios para o liceu central de Lisboa (3.ª zona escolar/futuro liceu de Pedro Nunes), para uma grande escola primária para os dois sexos com locais para classes infantis, para uma escola de ensino normal primária mista e compra do respectivo material e mobiliário.
- Decreto de 27 de Junho de 1908 - Abre um crédito especial para despesas de construção do edifício do liceu central da 3.ª zona escolar e para pagamento dos juros dos empréstimos concernentes aos liceus da 1.ª e 3.ª zonas.
- Decreto de 28 de Agosto de 1908 - Determina a abertura de um crédito especial de 36 000 reis para despesas com a construção do edifício do liceu central da 1.ª zona escolar de Lisboa.
- Carta de Lei de 9 de Setembro de 1908 - No artigo 80.º estabelece que o número máximo de alunos de cada classe dos liceus não deve exceder 45 nas três primeiras classes, 35 nas duas seguintes e 30 nos cursos complementares, tendo ainda em atenção que um excesso de 10 alunos implica o seu desdobramento. As aulas onde funcionam as classes não devem ter uma superfície inferior a 1 m<sup>2</sup> por aluno de cada turma, excepcionalmente pode reduzir-se a 0,75 m<sup>2</sup>. O artigo 85.º estabelece que os serviços de conservação e construção de edifícios escolares, a cargo do Ministério dos Negócios do Reino, são transferidos para o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, ficando revogados os decretos de 24 de Dezembro de 1901 e 19 de Setembro de 1902. O Artigo 89.º autoriza a inscrição no mapa da receita extraordinária da quantia de 150 000 reis para a construção de um edifício para liceu central de Lisboa (3.ª Zona).

- Portaria de 9 de Dezembro de 1908 - Nomeia comissão constituída por Costa Sacadura, Ventura Terra e pelos três reitores dos liceus centrais de Lisboa, com o fim de dar parecer sobre o tipo de mobília a adoptar nos liceus em construção na cidade de Lisboa [Camões e Passos Manuel].
- Decreto de 31 de Dezembro de 1908 - Abre um crédito especial para pagamento de despesas com construções escolares, liquidadas posteriormente a 1 de Julho de 1907.
- Portaria de 24 de Fevereiro de 1909 - Nomeia uma comissão para examinar o anteprojecto e projecto definitivo, bem como o caderno de encargos, para a construção do edifício destinado ao liceu da 3.ª zona escolar de Lisboa (futuro Pedro Nunes).
- Portaria de 5 de Março de 1909 - Nomeia comissão para apreciar os trabalhos feitos acerca da organização de uma colecção modelo de material para o ensino de desenho nos liceus.
- Decreto de 29 de Abril de 1909 - Aprova o regulamento do serviço das Construções Escolares.
- Portaria de 19 de Novembro de 1909 - Aprova a abertura do concurso para fornecimento de mobiliário destinado ao Liceu Camões.
- Portaria de 31 de Março de 1910 - Manda abrir concurso para fornecimento de mobiliário destinado ao liceu de Passos Manuel.
- Lei de 29 de Março de 1911- No capítulo IV, artigos 22.º e 36.º, definem-se as condições a que devem obedecer, respectivamente, as escolas infantis e primárias.
- Decreto de 23 de Agosto de 1911 - Regulamenta, nos artigos 6.º ao 12.º, as condições a obedecer nas escolas infantis ao nível das suas dependências e mobiliário.
- Carta de Lei de 18 de Abril de 1912 - Autoriza o governo a contrair um empréstimo de 150 000 reis para a construção de um edifício para o liceu Alexandre Herculano, na cidade do Porto.
- Portaria de 13 de Julho de 1912 - Nomeia comissão para fixar normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a que devem obedecer os novos edifícios escolares (escolas infantis e primárias elementares e complementares), sendo constituída por Adães Bermudes, Costa Sacadura e Arlindo Varela.
- Lei de 17 de Janeiro de 1913 - Destina, da verba consignada no orçamento de cada ano para a conservação e reparação de edifícios públicos, a quantia de 200 000 escudos para a construção de edifícios para escolas primárias.
- Decreto n.º 134 de 15 de Setembro de 1913 - Regulamenta a Lei de 29 de Março de 1911, nomeadamente no que concerne às condições que as câmaras municipais devem observar na instalação das escolas primárias, sua competência, estabelecendo o artigo 3.º algumas normas nesta matéria.
- Lei n.º 143 de 27 de Abril de 1914 - Autoriza o governo a contrair um empréstimo destinado à aquisição de terreno e construção de um edifício para o liceu da 2.ª zona escolar da cidade do Porto.
- Lei n.º 264 de 23 de Julho de 1914 - Regula a forma de serem levantados os subsídios a sair da verba de 200 000 escudos destinados a construções escolares pela Lei de 17 de Janeiro de 1913.
- Lei n.º 293 de 19 de Janeiro de 1915 - Define disposições concernentes à distribuição da verba de 175 400 reis destinada a construções escolares.
- Decreto n.º 2172 de 6 de Janeiro de 1916 - Esclarece algumas disposições da Lei n.º 264 sobre o abono de subsídios para construções escolares.
- Lei n.º 563 de 6 de Junho de 1916 - Cria um fundo permanente denominado "Fundo das Construções Escolares", para ser aplicado à construção de escolas primárias.
- Lei n.º 591 de 12 de Junho de 1916 - Autoriza a aplicação de parte da verba inscrita no orçamento do Ministério da Instrução Pública aos encargos de um empréstimo destinado à construção do liceu na cidade de Viseu.

- Decreto N.º 2947 de 20 Janeiro de 1917 - Estabelece provisoriamente as normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a que devem satisfazer os novos edifícios escolares (escolas infantis e primárias elementares e complementares). Aplica a Lei. n.º 563 de 6 de Junho de 1916 relativa à Comissão nomeada em 13 de Junho de 1912.

- Lei n.º 811 de 5 de Setembro de 1917 - Autoriza o governo a contrair um empréstimo até à quantia de 250 000 reis destinada à conclusão do edifício do liceu feminino da cidade de Lisboa, inscrevendo-se no orçamento do Ministério das Finanças a quantia necessária para amortização e juros desse empréstimo.

- Decreto n.º 4226 de 27 de Abril de 1918 - Autoriza o governo a contrair um empréstimo até à quantia de 60 000 reis, amortizável em sessenta anos, destinado à construção de um edifício para a instalação do liceu da Guarda, e, se houver algum excedente, à aquisição de mobiliário e material para o mesmo liceu (artigo 1.º).

- Decreto n.º 4642 de 14 de Julho de 1918 - Autoriza o governo a contrair um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos até à quantia de 5000 contos, a juro não excedente a 5 por cento, amortizável em sessenta anos, com a aplicação e determinações seguintes:

- 1.º Criação de Escolas de ensino primário com cantinas para alimentação dos alunos, gratuita para os pobres, em todo o país;
- 2.º As Escolas construídas a expensas deste empréstimo terão a designação de "Escolas Primárias 5 de Dezembro".

- Decreto n.º 5288 de 18 de Março de 1919 - Autoriza o governo a contrair com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 650 000 reis para aquisição do terreno e construção do novo edifício para o liceu Central de Gil Vicente, bem como aquisição urgente de material e mobiliário escolar, a juro não excedente a 5 por cento, amortizável em sessenta anos.

- Decreto n.º 5479 de 14 de Abril de 1919 - Reporta-se à cedência pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim de um edifício ao Estado com as necessárias condições pedagógicas para a instalação do liceu da mesma localidade, ficando a autarquia desobrigada de todos os encargos resultantes da manutenção do liceu de Eça de Queiroz.

- Decreto 5373 de 5 de Abril de 1919 - Reorganiza os serviços de Construções Escolares dentro do Ministério de Instrução Pública, sendo criada a Repartição das Construções Escolares (anteriormente era apenas secção), funcionando junto da Direcção Geral da Instrução Pública.

- Decreto n.º 5676 de 10 de Maio de 1919 - Declara de utilidade pública a urgente expropriação de um prédio urbano e anexos, situado na Praça de José Estêvão, da cidade de Aveiro, contíguo ao edifício onde está instalado o liceu, sendo o referido prédio utilizado pelo Conselho Administrativo do Liceu Central de Aveiro, para ampliar e melhorar a actual instalação liceu.

- Decreto n.º 5684 de 10 de Maio de 1919 - Autoriza o governo a contrair com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 150 contos para construção do novo edifício para o liceu de Sá de Miranda, em Braga, a juro não excedente a 5 por cento, amortizável em sessenta anos.

- Decreto n.º 5687 de 10 de Maio de 1919 - Autoriza o governo a aplicar na aquisição de mobiliário e material didáctico para os liceus uma quantia até 150 000 reis, do produto da 1.ª prestação do empréstimo realizado com a Caixa Geral de Depósitos, em harmonia com o decreto com força de Lei n.º 4642 de 14 de Julho de 1918.

- Decreto n.º 5688 de 10 de Maio de 1919 - Determina que seja adoptado, para ser desenvolvido em projecto definitivo, o anteprojecto do edifício do liceu Rodrigues de Freitas, elaborado pelo arquitecto José Marques da Silva, assim como nomeia a comissão encarregue de escolher o terreno, redigir o projecto definitivo e superintender as obras do dito liceu.

- Portaria n.º 1869 de 28 de Junho de 1919 - Determina que o arquitecto Luís da Cunha organize o projecto e caderno de encargos, ficando encarregado da direcção dos trabalhos da execução [do liceu de Gil Vicente], tendo direito ao pagamento dos honorários estabelecidos pelo regulamento da Sociedade dos Arquitectos Portugueses.

- Portaria n.º 1870 de 28 de Junho de 1919 - Determina que uma comissão composta do reitor do liceu de Braga, José Martins Barreto, de professores do mesmo estabelecimento, do inspector geral de Sanidade Escolar, Dr. Sebastião Cabral da Costa Sacadura, ou um seu delegado no mesmo liceu, e dos arquitectos Amílcar da Silva Pinto e Porfírio Pardal Monteiro, seja encarregada de determinar e fazer a aquisição do

terreno necessário à construção do novo edifício, devendo também estabelecer as bases e condições a que o mesmo deve obedecer.

- Portaria n.º 1927 de 29 de Julho de 1919 - Agrega o arquitecto João Coutinho de Almeida Eça à comissão nomeada pela portaria n.º 1870, de 28 de Junho de 1919, para elaborar conjuntamente o projecto do edifício destinado a liceu de Braga.

- Decreto n.º 6137 de 29 de Setembro de 1919 - Publica o regulamento do ensino primário e normal, onde se ordena que na instalação da escola sejam obedecidas as normas técnicas, higiénicas e pedagógicas estabelecidas pelo Decreto n.º 2947 de 20 de Janeiro de 1917.

- Decreto n.º 6328 de 6 de Janeiro de 1920 - Regula a distribuição da 2.ª prestação do empréstimo de 5000 contos para construções escolares, revogando as disposições do Decreto n.º 6118.

- Decreto n.º 6653 de 1 de Junho de 1920 - Manda depositar na Caixa Geral de Depósitos, ou suas delegações à ordem do Ministro da Instrução Pública, todos os subsídios concedidos para auxílio e construção de edifícios escolares nos anos económicos de 1913-1914 a 1917-1918, que por qualquer motivo não tenham tido a devida aplicação.

- Decreto n.º 6700 de 23 de Junho de 1920 - Manda proceder ao estudo e elaboração dos projectos e cadernos de encargos das escolas a construir em determinada localidade e à vistoria de vários edifícios já em construção.

- Decreto 6885 de 4 de Setembro de 1920 - Abre um crédito destinado às despesas de aquisição do terreno e construção do edifício para o liceu Rodrigues de Freitas, com fundamento na autorização concedida ao governo pela Lei n.º 143 de 24 de Abril de 1914.

- Portaria n.º 2433 de 14 de Setembro de 1920 - Ordena, através do Ministro da Instrução Pública, que a Inspeção Geral de Sanidade Escolar promova a instalação e o funcionamento de uma ou mais escolas ao ar livre na cidade de Lisboa, sendo destinadas a crianças que frequentam as escolas primárias de ensino geral, recrutadas pelos médicos escolares.

- Portaria n.º 2434 de 14 de Setembro de 1920 - Em acordo com o decreto n.º 6700 de 23 de Junho de 1920 - estando portanto definidas as localidades onde devem ser construídas novas escolas, bem como os edifícios escolares em construção cujas conclusões se tomem mais urgentes, e sendo reconhecida a necessidade de atender à construção e conclusão de outros edifícios escolares -, o governo, pelo Ministro da Instrução Pública, ordena que aos mapas n.ºs 1 e 2, anexos ao citado Decreto n.º 6700, sejam aditados os mapas n.ºs 1-A e 2-A apensos a esta portaria.

## **ANEXO II**

### **Edifícios projectados para liceus (meados do séc. XIX- finais da segunda década do séc. XX)\***

\* Indicam-se apenas os projectos que tiveram prossecução, tendo ou não sido inaugurados no período do nosso estudo. Neste anexo não se inclui o liceu de Vila Real, que possuiu edifício próprio construído em 1901 a instâncias de um benemérito local. Tal facto fica a dever-se à escassez de informações a esse respeito e à ausência de elementos gráficos, sendo no entanto útil consultar a propósito J. Almeida, "O Liceu de Camilo Castelo Branco - I", *Liceus de Portugal*, n.º 19, Outubro de 1942.

**Liceu de José Estêvão (actual Escola Secundária Homem-Cristo)  
Aveiro**

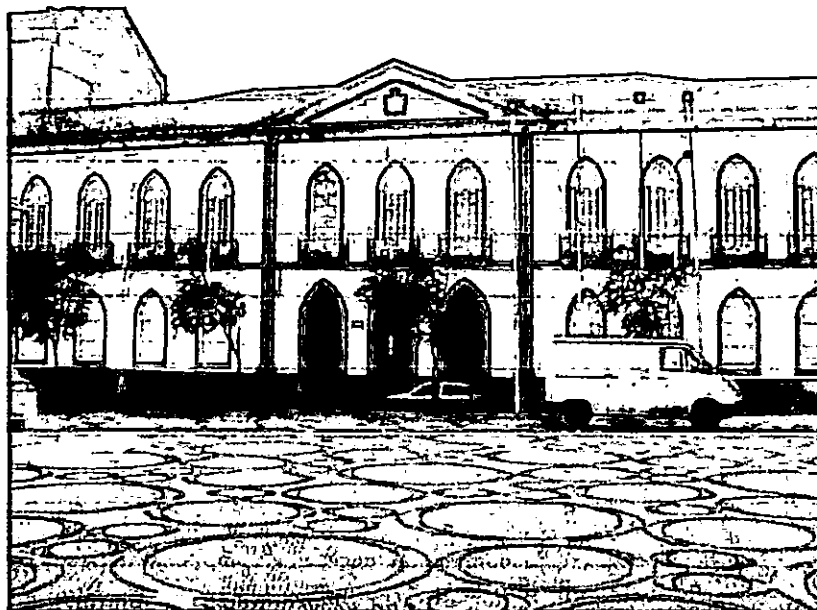


Foto do autor (Janeiro de 2000).

Autor do projecto	Projecto elaborado sob a alçada do Director de Obras Públicas do Distrito de Aveiro, Agostinho Lopes Pereira Nunes.
Data do projecto/legislação concernente	Por iniciativa de José Estêvão foi requerido ao governo, em sessão parlamentar de 16 de Julho de 1853, a planta e orçamento de um edifício para estabelecer o liceu do distrito de Aveiro. Em Setembro de 1854, o projecto e orçamento estavam já elaborados. Por portaria de 5 de Março de 1855, firmada por Fontes Pereira de Melo, foram ordenadas as obras de construção.
Local (descrição coetânea à época)	O espaço foi sugerido pelo próprio José Estêvão, ou seja, parte do local anteriormente ocupado pela antiga Albergaria de S. Brás.
Período de construção	Entre finais de 1855 e finais de 1859.
Data da inauguração	15 de Fevereiro de 1860.

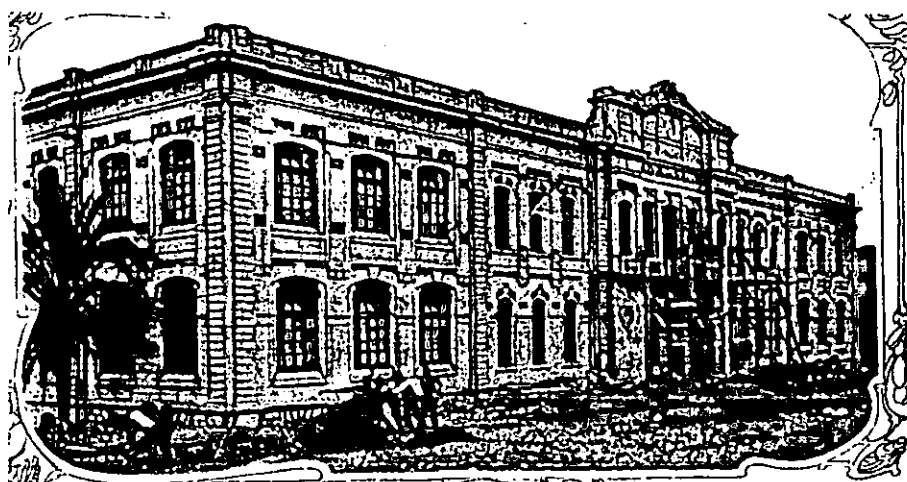


**Liceu de Rodrigues Lobo - Leiria**

Foto do autor (Abril de 1999).

Autor do projecto	Francisco Guilherme de Castro, Condutor de Obras Públicas.
Data do projecto/Legislação concemente	1892.
Local (descrição coetânea à época)	No "Sítio dos Olivais", confinando com a Rua Tenente Valadim.
Período de construção	12 de Dezembro de 1892 a 1894. As obras estiveram algum tempo interrompidas pela extinção da Junta Geral do Distrito, recomeçando em Abril de 1893 e sendo posteriormente entregues ao Ministério das Obras Públicas.
Data da inauguração	1894.

## Liceu Passos Manuel - Lisboa/ 2.ª zona escolar



Aspecto do liceu Passos Manuel na última fase dos trabalhos, foto in *Ilustração Portuguesa*, n.º 254, 1911 (1.º semestre).

Autor do projecto	Rosendo de Carvalheira.
Data do projecto/Legislação concenente	Em 15 de Julho de 1881 foi nomeada uma comissão, presidida por António Augusto de Aguiar e que integrava o arquitecto José Luís Monteiro, para escolher o local, organizar o projecto e estudar o orçamento para a construção do edificio. A comissão deu a resposta a 1 de Agosto de 1881 e o projecto de Monteiro, datado de 8 de Setembro de 1882, seria aprovado por portaria do Ministério do Reino de 27 de Dezembro de 1884. Por officio da Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, de 4 de Agosto de 1888, é encarregue o arquitecto Rafael da Silva e Castro da modificação da planta primitiva (de trapezoidal para rectangular). Por falecimento deste último, em Junho de 1896, Rosendo de Carvalheira é convidado a acabar os planos que estariam prontos em Setembro desse mesmo ano (publicados na revista <i>A Construção Moderna</i> em Fevereiro de 1901). Posteriormente, o projecto foi mandado reformar por portaria de 29 de Dezembro de 1896 e por officios de Maio de 1898 e de Janeiro de 1902. Também no ano de 1897, por Carta de Lei de 20 de Setembro, foi mandado concluir o edificio. Por portaria de 19 de Maio de 1902 foi nomeada uma comissão para propor alterações ao projecto do liceu (o elaborado em Set. 1896). Em 1903, por portaria de 9 de Março, foi ordenada a elaboração do projecto final de acordo com o parecer emitido pela citada comissão de 1902, passando as obras a ficar a cargo da Direcção Técnica das Construções Escolares. Contudo, o projecto final só seria firmado em 15 Outubro de 1907, por Rosendo carvalheira, sobre o qual veio ainda o Conselho Superior de Obras Públicas a fazer rectificações (sessão de 21 de Novembro do referido ano), sendo então a

	preocupação dominante reduzir a ostentação arquitectónica e adaptá-lo ao Regulamento da Instrução Secundária de 1905. O Liceu Nacional Central da 2.ª zona escolar de Lisboa foi autorizado a usar a designação de Liceu Passos Manuel em 17 de Julho de 1908.
Local (descrição coetânea à época)	A Jesus, na cerca do extinto convento dos Paulistas.
Período de construção	Obras das fundações, canos de esgoto... arrancaram em 10 de Dezembro de 1887, progredindo com desenvolvimento vário até 1897, acabando por ser suspensas em 1898. Até ao ano de 1901, sem avanços visíveis, tinham sido gastos cerca de 300 contos. Em 1907, ano em que o rei D. Carlos e João Franco visitaram os trabalhos, estimava-se ainda que as obras durariam mais dois anos, embora se registasse nesse mesmo ano um avanço significativo da obra ficando já levantada toda a fachada principal.
Data da inauguração	26 de Dezembro de 1910. Início das aulas em Janeiro de 1911.

## Liceu Nacional de Faro

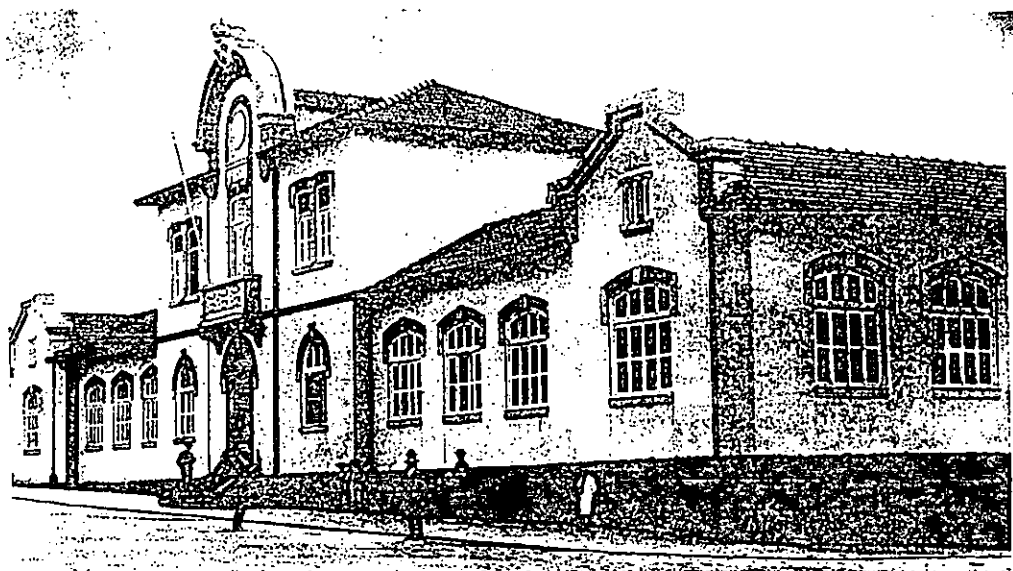


Imagem reproduzida a partir do trabalho de Maria Elisa Páscoa dos Santos Luís Barreiras, *Liceu João de Deus – Faro*, a publicar no *Roteiro dos Liceus Históricos Portugueses*, sob direcção de António Nóvoa.

Autor do projecto	Adães Bermudes.
Data do projecto/legislação concernente	c. 1903.
Local (descrição coetânea à época)	Rua Manuel de Arriaga.
Período de construção	Arranque em 1903, com várias fases de paragem por incumprimento de pagamentos ao empreiteiro.
Data da inauguração	Ano lectivo de 1908-1909.

## Liceu Bocage - Setúbal



Na foto, à direita, o liceu Bocage em 1942 in *Um tesouro guardado - Setúbal de outros tempos*, Setúbal, 1993, 3.ª edição, p. 57.

Autor do projecto	Rosendo Carvalheira.
Data do projecto/legislação concernente	1907. Projecto aprovado por despacho do Ministro dos Negócios do Reino, de 19 de Abril de 1907.
Local (descrição coetânea à época)	Parte sul do Campo do Bonfim.
Período de construção	Preparação dos trabalhos de drenagem do terreno, aterros... em 1906, antes portanto do projecto arquitectónico estar aprovado. Arranque da construção do edificio em 1907, prolongando-se durante longo período. Em 1938/1939 o edificio entra em processo de ruína, sendo demolido em finais dos anos 40.
Data da inauguração	26 de Março de 1908 (transferência apenas para o corpo central).

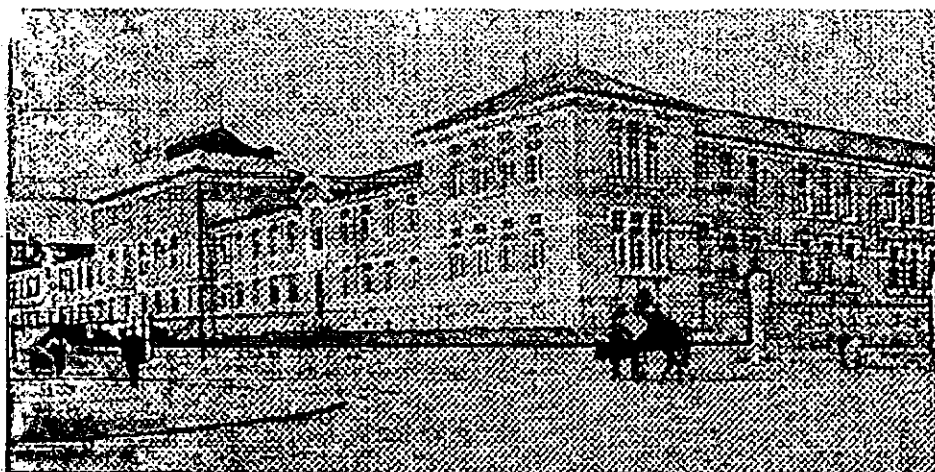
**Liceu de Camões - Lisboa/ 1.ª zona escolar**

Foto do AFCML (c. 1910).

Autor do projecto	Miguel Ventura Terra.
Data do projecto/legislação concemente	1907. Pelo decreto de 12 de Julho de 1907 foi autorizado o governo a contrair empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, destinado à aquisição de terreno e construção do liceu. A designação do liceu foi atribuída por decreto de 9 de Setembro de 1908.
Local (descrição coetânea à época)	Largo do Matadouro Municipal.
Período de construção	16 de Janeiro de 1908 (início).
Data da inauguração	16 de Outubro de 1909.

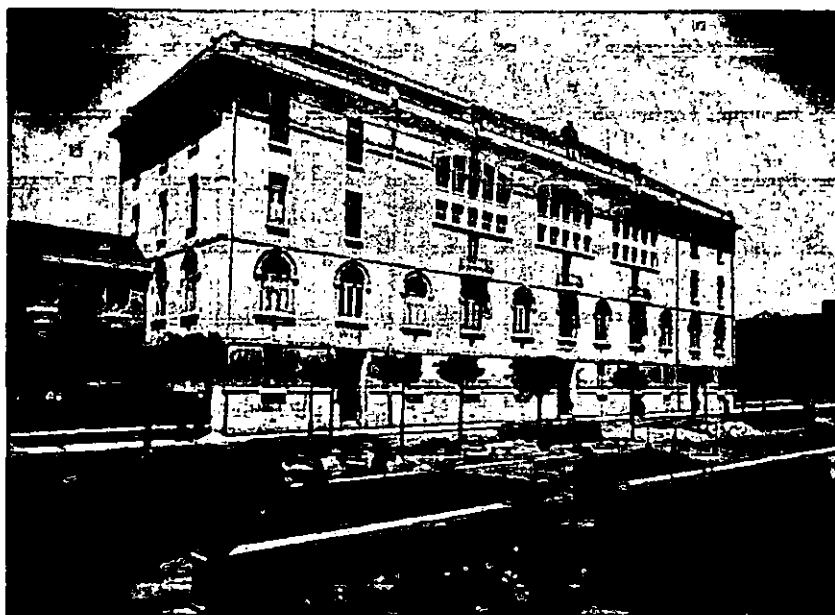
**Liceu de Pedro Nunes - Lisboa/ 3. º zona escolar**

Foto de cerca de 1911 (AFCML).

Autor do projecto	Miguel Ventura Terra.
Data do projecto/legislação concernente	1909. Pelo decreto de 23 de Dezembro de 1907 foi autorizado o governo a contrair um empréstimo destinado à aquisição de terreno e construção ou adaptação de edifícios para o liceu. Anteprojecto e projecto definitivo examinados por comissão nomeada por portaria de 24 de Fevereiro de 1909. Denominado Liceu de Pedro Nunes por Decreto de 31 de Outubro de 1911.
Local (descrição coetânea à época)	À Estrela (entre o jardim do mesmo nome e a rua Saraiva de Carvalho).
Período de construção	Julho de 1909 (início dos trabalhos).
Data da inauguração	11 de Novembro de 1911 (transferência para o edifício em 17 de Novembro de 1911).

**Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho/ Lisboa**

Foto de 1958 (AFCML).

Autor do projecto	Miguel Ventura Terra.
Data do projecto/legislação concenente	1913. Reformulado e ampliado na década de 30, segundo projecto do arquitecto António Couto.
Local (descrição coetânea à época)	Rua Rodrigues da Fonseca.
Período de construção	Em 1914 estava assinado o contrato de compra do terreno e as obras iniciaram-se em 1915, sendo depois interrompidas em 1921 e retomadas em 1929.
Data da inauguração	25 de Outubro de 1933 (início das actividades).



Liceu Alexandre Herculano - Porto/ 1.ª zona escolar



Foto in *Anuário do Liceu Central Alexandre Herculano*, ano lectivo 1929 - 1930, Porto, 1930.

Autor do projecto	José Marques da Silva.
Data do projecto/legislação concernente	1914. A Lei de 18 de Abril de 1912 autorizou o governo a contrair um empréstimo de 150 000 reis para a construção de um edificio para o liceu Alexandre Herculano. Em Abril de 1914, foi nomeada comissão composta por Costa Sacadura, Marques da Silva e Oliveira Simões para dar parecer rápido sobre o projecto. Em 5 de Junho de 1916 é decretada a expropriação do terreno para a construção do liceu.
Local (descrição coetânea à época)	Terreno na Quinta de Sacais.
Período de construção	Em 31 de Janeiro de 1916 ocorreu o lançamento da primeira pedra, com a presença de Bernardino Machado. A primeira prestação da primeira empreitada, fundação e aterros foi paga a Fevereiro de 1916. Interrompida a construção em 1923 e retomada em 1926.
Data da inauguração	No ano de 1921-1922 começaram a funcionar as primeiras aulas no edificio, que estava ainda reduzido à ala poente do seu corpo central. O início do funcionamento com todos os serviços ocorreu em Outubro de 1929, mas a finalização total dos trabalhos deve ter acontecido em 1934 (data que aparece firmada no corpo central).

**Liceu de Rodrigues de Freitas - Porto/ 2.ª zona escolar**

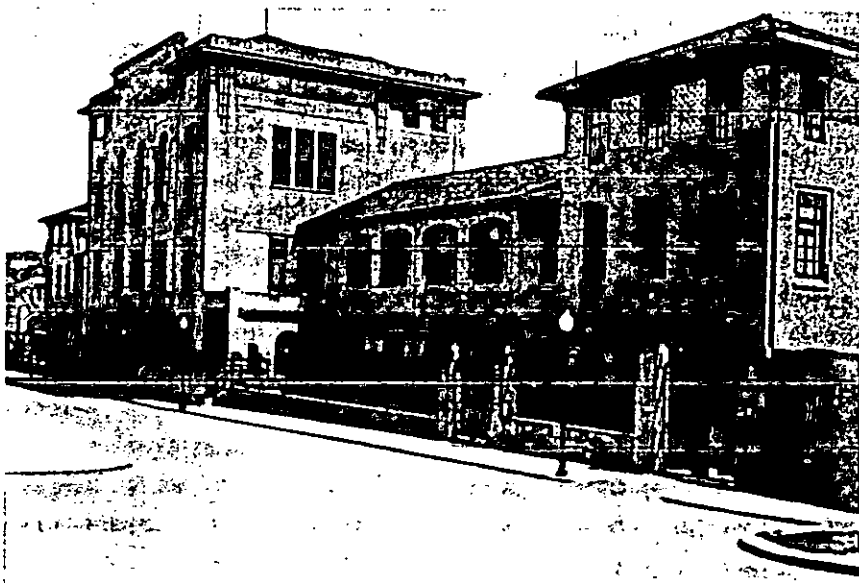


Foto in *Liceus de Portugal*, n.º 7, Abril de 1941.

Autor do projecto	José Marques da Silva.
Data do projecto/legislação concernente	1918. Em 1914, pela Lei de 24 de Abril, cuidava-se da construção do empréstimo para tal realização. Em 1918, no consulado sidonista, é aberto concurso para a elaboração do projecto, com elementos mínimos de programa (D.G. n.º 206, de 3 de Setembro). Em 22 de Outubro de 1918, é nomeada comissão para proceder à escolha dos anteprojectos, da qual faziam parte José Joaquim Ferreira, Costa Sacadura e Amílcar da Silva Pinto.  Outra legislação: decreto n.º 5688 de 10 de Maio de 1919; portaria de 17 de Junho de 1919 e decreto n.º 6885 de 4 de Setembro de 1920.
Local (descrição coetânea à época)	Nos terrenos do extinto Priorado de Cedofeita.
Período de construção	Julho de 1927 a 1933.
Data da inauguração	Alojamento definitivo em Setembro de 1932.

### **ANEXO III**

**Projecto de regulamento de higiene geral applicável aos  
estabelecimentos officiais de instrução secundária (18  
Janeiro de 1909)**

SECÇÃO PERMANENTE  
DO CONSELHO SUPERIOR DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Processos n.ºs 5:956,  
5:994, 6:007

Projecto de regulamento de hygiene geral applicavel aos estabelecimentos  
officiaes de instrucção secundaria

CAPITULO I

Atribuições e deveres do pessoal superior

Do reitor

Artigo 1.º Ao reitor, como chefe de cada um dos estabelecimentos de instrucção secundaria, e primeiro responsavel pela sua administração e educação dos alumnos, pertence a superintendencia dos correlativos serviços de hygiene, nos termos do presente regulamento. (N.º 20.º do artigo 129.º do regulamento geral approved por decreto de 14 de agosto de 1895).

Dos professores

Art. 2.º Compotindo ao professor promover não só o progresso litterario o o moral dos alumnos, mas tambem tudo quanto diga respeito á conservação da sua saude, incumbê-lhe a propaganda das boas praticas, tanto da hygiene geral como da individual.

Do inspector sanitario

Art. 3.º Ao inspector sanitario junto de cada lyceu ou escola municipal secundaria pertencerá vigiar pelas condições hygienicas do edificio e respectivas installações, e velar pelo estado sanitario dos alumnos.

§ unico. O lugar de inspector sanitario será desempenhado:

a) Em Lisboa, Coimbra e Porto pelos membros da inspecção sanitaria escolar, nomeados por virtude do decreto n.º 1 de 19 de setembro de 1902 e § 2.º do artigo 4.º do decreto de 29 de agosto de 1905;

b) Nas demais localidades, pelo medico sanitario da area territorial em que tiver a sede cada um dos estabelecimentos referidos, nos limites e termos do disposto no n.º 1.º do artigo 50.º e artigo 109.º do regulamento dos serviços de saude e beneficencia publica, approved pelo decreto n.º 8, de 24 de dezembro de 1901.

Art. 4.º Cumpre ao inspector sanitario lyceal: (Artigo 109.º do decreto n.º 8, de 24 de dezembro de 1901)

1.º Verificar as participações de doença do pessoal respectivo, quando o reitor o julgar necessario;

2.º Inspeccionar os alumnos, no começo do anno lectivo, examinando o seu estado sanitario e hygiene pessoal, indicando, tambem, os que não são vaccinados e os que soffrem de doença contagiosa ou prejudicial á collectividade;

3.º Organizar, para cada um dos alumnos inspeccionados, o boletim anthropometrico, e elaborar os respectivos quadros estatisticos;

4.º Promover as vaccinações o revaccinações necessarias;

5.º Observar methodicamente, no decurso do anno, o desenvolvimento physico, estado de saude e hygiene pessoal dos alumnos, dando ao reitor, seguidamente ao exame de cada caso digno de nota, as informações e participações que se tornarem necessarias;

6.º Inspeccionar, nos casos necessarios, os alumnos que, por doença, tenham deixado de frequentar a escola, e

certificar que nella poderão ser readmittidos sem perigo de contagio ou incommodo para a população escolar;

7.º Indicar os alumnos que, temporariamente, devam ser afastados da frequencia escolar, os quaes serão entregues ás familias acompanhados de um boletim explicativo do afastamento, com a declaração de não poderem ser readmittidos sem a inspecção a que se refere o numero precedente;

8.º Inspeccionar frequentemente o edificio e suas differentes installações, quer publicas quer particulares, observando o respectivo estado de aceio, e verificando especialmente:

a) As condições hygienicas, sob o ponto de vista da cubagem, ventilação e aquecimento, das aulas, gymnasio, vestibulos e mais locaes em que os alumnos persistam mais demoradamente;

b) As condições hygienicas do material do ensino e as do mobiliario escolar, designadamente das carteiras e bancos dos alumnos;

c) As condições da disposição do mobiliario das aulas, sob o ponto de vista da hygiene visual e auricular;

d) O estado hygienico das fontes, lavatorios, latrinas e ourinoes;

9.º Fazer conferencias de hygiene elemental, e especialmente de hygiene escolar, quando o Governo o reputar conveniente;

10.º Propôr o encerramento do estabelecimento, em caso de epidemia que ataque consideravel numero de alumnos ou de outra occorrença hygienica urgente;

11.º Indicar ao reitor a conveniencia da destruição de quaesquer focos de infecção, e o afastamento de causas de perversão para os alumnos, existentes nas proximidades do edificio;

12.º Elaborar a estatistica sanitaria dos alumnos, em conformidade com os resultados da propria observação, e dos attestados apresentados para justificação de faltas commetidas;

13.º Assistir aos conselhos escolares, quando estes hajam sido convocados com o fim de serem ouvidos sobre horarios ou quaesquer providencias, que se refiram ao ensino da gymnastica ou á inspecção sanitaria escolar, e consultar sobre estes negocios;

14.º Dar parecer sobre os assuntos em que a sua competencia profissional seja consultada pelas autoridades escolares.

§ 1.º O reitor fará dar immediata execução, sob a direcção do inspector sanitario, ás providencias hygienicas, que por esto lhe forem reclamadas, devendo, quando assim não proceda, dar pronto conhecimento á Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial dos motivos que teve para o não fazer. Neste caso será junta a informação do inspector.

§ 2.º O inspector sanitario deverá apresentar ao reitor, até o dia 31 de agosto de cada anno, um relatorio do serviço de hygiene escolar, no qual não só se descrevam as occorrencias dignas de menção, durante o anno lectivo, mas se proponham as providencias necessarias para melhoramento do dito serviço ou das condições de salubridade do estabelecimento. Este relatorio será acompanhado da estatistica sanitaria dos alumnos, e, bem assim, da estatistica medico-anthropometrica, a que se refere o artigo 44.º Immediatamente á sua entrega, o reitor enviará o dito relatorio á Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, acompanhado de quaesquer considerações que entenda opportuno formular (n.º 6.º do artigo 373.º do regulamento de 19 de setembro de 1902).

Art. 5.º Ao inspector sanitario incumbe, pelo que respeita ás condições physicas dos alumnos, uma assistencia dedicada e intelligente, que será exercida:

1.º Investigando cuidadosamente do seu estado de saude,

não só nas inspecções goraes, cujos resultados mencionará na caderneta sanitaria (modelo n.º 1), mas nas visitas frequentes ao estabelecimento, aconselhando-os devidamente;

2.º Verificando, pelos processos anthropometricos, as taras que apresentem e possam ser modificadas pelo conveniente tratamento;

3.º Observando, na parte relativa ás differenças das medições anthropometricas, aquelles que apresentem anormalidades de crescimento, cuja causa procurará conhecer;

4.º Seguindo com regularidade a instrucção de gymnastica, apreciando attentamente os seus resultados, propondo ao reitor os exercicios em que mais convirá insistir para determinados alumnos, e os que outros deverão evitar, num e noutro caso em harmonia com os principios aconselhados pela gymnastica medica e orthopedica para individuos de constituição especial;

5.º Dedicando os maiores cuidados ás imperfeições ou enfermidades que prejudiquem os órgãos dos sentidos, visto estar reconhecido poder ser impedido por uma hygiene rigorosa o desenvolvimento de algumas d'estas enfermidades, sobretudo as visuaes;

6.º Examinando cuidadosamente a bôca e os dentes de cada alumno, mencionando o resumo das suas observações, relativas á abundancia de tartaro, á presença de erosões, ao estado das gengivas e á carie dentaria, em boletim apropriado dirigido á secretaria;

7.º Visitando amiude as aulas, gymnasio e demais lugares que os alumnos frequentem, para se certificar das suas condições hygienicas, e se são cumpridos os preceitos determinados com o fim de as assegurar, dando conhecimento immediato ao reitor de qualquer irregularidade encontrada, a fim de ser prontamente remediada;

8.º Estabelecendo a revisão medica, nas classes a que pertença algum alumno em quem se tenha manifestado doença contagiosa;

9.º Communicando por escrito ao reitor a necessidade de tratamento para aquelles alumnos cuja saude haja reconhecido lesada, a fim de serem enviadas pela secretaria ás respectivas familias (modelo n.º 2) as devidas participações.

Art. 6.º Pela secretaria será permanentemente indicado, no sitio em que se fixem os demais avisos aos alumnos, o local, dia e hora, fora do horario escolar, em que o inspector sanitario dará consulta relativa aos assuntos que, nos termos do presente regulamento, são da sua competencia profissional.

Art. 7.º Na secretaria do estabelecimento existirá um registo especial no qual o inspector sanitario accusará a data de cada uma das suas inspecções ou visitas ao estabelecimento, mencionando as providencias de ordem hygienica que entenda conveniente serem adoptadas, ou declarando nada haver a expor. O reitor lançará o visto seguidamente a cada uma d'essas exposições.

## CAPITULO II

### Ordem Interna

Art. 8.º Os estabelecimentos de instrucção secundaria pela boa ordem interna, estado de limpeza, perfeita conservação do edificio e seu mobiliario, disposição apropriada e hygienica d'este e do material de ensino devem constituir para os alumnos salutar exemplo, que influa no proprio regime da sua vida.

Art. 9.º Nas classes mistas a distribuição dos lugares obedecerá ao principio do agrupamento dos alumnos do sexo feminino, que occuparão local especial da sala.

§ unico. Quando uma classe tenha de desdobrar, a distribuição será feita por forma que os alumnos do sexo feminino façam parte da mesma turma.

## CAPITULO III

## Salas para aulas

Art. 10.º As salas devem ter superficie proporcional ao numero e idade dos alumnos que componham as classes que nellas tenham de funcionar. O minimo espaço admissivel será calculado na razão de 1<sup>m</sup>,25 por alumno, para carteiras-bancos que satisfaçam aos preceitos hygienicos, comprehendendo os espaços destinados a communicações. Para mobiliario mais singelo, o referido espaço não será inferior a um metro quadrado por alumno. A altura da sala não deverá ser inferior a 3<sup>m</sup>,50.

Art. 11.º As salas devem receber luz abundante, sendo preferivel a illuminação uni-lateral esquerda. Haverá o cuidado de evitar que o sol penetre no interior da aula, quando esta funcionar. Nas aulas de desenho convirá que a illuminação se realize pelo tecto envidraçado em forma de dentes de serra. As salas cujas janellas tiverem exposição exclusiva ao norte não deverão ser aproveitadas para aulas.

§ 1.º A disposição da mobilia será feita por forma que os alumnos jamais recebam a luz pela frente ou só pela direita, sendo admissiveis, contudo, a illuminação bi-lateral e a que se effectue pela esquerda e costas dos alumnos.

§ 2.º A ventilação será assegurada pelos convenientes processos scientificos ou, quando menos, por duas amplas janellas, dotadas de bandeiras ou caixilhos moveis.

§ 3.º Se no orçamento do Estado vier a ser inscrita uma verba destinada ao aquecimento das aulas dos estabelecimentos de instrucção secundaria, e haja para tal fim o conveniente material, o reitor providenciará de modo a assegurar nas salas uma temperatura não inferior a 15º centigrados, nem superior a 20º, para cuja verificação existirá um thermometro em cada uma d'ellas.

§ 4.º Os tectos e paredes das salas deverão permittir frequentes lavagens ou caiações. Os sobrados serão soalhados e bem conservados para admittirem lavagens semanaes.

Art. 12.º As janellas das salas estarão abertas durante meia hora, pelo menos, antes das classes começarem a funcionar, voltando a ser abertas durante o intervallo das aulas, a fim de assegurar a renovação do ar.

§ unico. Enquanto os alumnos estiverem nas salas, evitar-se-hão as correntes de ar que os prejudiquem, conservando-se simplesmente abertas as bandeiras ou os caixilhos moveis das janellas.

## CAPITULO IV

## Mobiliario escolar e material de ensino

Art. 13.º A mobilia escolar deverá ser, quanto possivel, individual, apropriada á estatura dos alumnos a que se destine, e conforme aos modelos mandados adoptar pela Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, os quaes deverão satisfazer aos preceitos hygienicos, com o fim especial de evitar a miopia e as deformações rachideas.

§ unico. O material de ensino deverá ser subordinado igualmente aos modelos approvados pela referida Direcção Geral, e satisfazer aos preceitos hygienicos, designadamente aos seguintes:

a) O quadro negro será collocado em suporte, que permitta elevá-lo ou abaixá-lo, de modo que a altura a que funcione seja adaptavel á estatura media dos alumnos que compuserem cada classe.

b) Disposição identica será adoptada para a suspensão das cartas geographicas, quadros parietaes e qualquer outro material que seja utilizado por forma analoga.

c) O processo de limpeza do quadro negro será subordinado, quanto possivel, ao preceito de conservar as mãos limpas.

d) Em regra, a collocação do material de ensino no acto das lições obedecerá á disposição que permita a todos os alumnos seguirem, em attitude physica normal, a exposição feita, devendo a illuminação do dito material ser nítida para cada um d'elles.

## CAPITULO V

### Da agua para bebida

Art. 14.º A agua destinada para bebida será fervida ou filtrada, devendo o copo de uso commum ser substituído pelo individual, da propriedade dos alumnos, ou pela «fonte hygienica».

## CAPITULO VI

### Serviço de hygiene individual

Art. 15.º A certidão de vaccina é documento essencial para a primeira matricula nos estabelecimentos officiaes de instrucção secundaria.

§ unico. Por occasião de epidemia variolica será exigida a revaccinação dos alumnos, quando assim o proponha o medico sanitario.

Art. 16.º Se entre os alumnos se manifestar epidemia, cuja origem resida no edificio, o inspector sanitario proporá immediatamente ao reitor as providencias immediatas para a completa e rapida extincção da causa.

Art. 17.º Aos alumnos em quem o inspector sanitario houver reconhecido agudeza visual ou auditiva inferior á normal serão distribuídos, nas aulas que frequentarem, os logares mais proximos do professor. Nas aulas de desenho, quando se trate de defeito visual, os logares distribuídos serão os mais bem illuminados.

§ unico. Para os fins d'este artigo, os interessados ou quem os represente, sollicitarão por escrito na secretaria, no acto da matricula, a conveniente inspecção sanitaria, podendo o inspector sanitario, comtudo, promover por iniciativa propria a applicação da doutrina do presente artigo para aquelles alumnos que tenha reconhecido nas circumstancias referidas.

Art. 18.º Quando algum professor reconhecer em qualquer alumno deficiencia de visão ou de ouvido, deverá fazer a devida participação do facto na secretaria para os efeitos do artigo anterior e seu paragrapho.

Art. 19.º A distribuição de logares especiaes nas aulas por motivo de defeitos visuaes ou auditivos devidamente reconhecidos, será mantida nos annos lectivos seguintes, sem dependencia de novo processo, para o que existirá na secretaria o conveniente registo.

Art. 20.º Sempre que um professor tiver fundamento bastante para suspeitar que algum alumno se acha doente, deverá mandá-lo apresentar na secretaria, de onde o acompanhará a casa de sua familia pessoa competente, que será portadora do aviso explicativo do occorrido.

Art. 21.º Não é permitida a frequencia escolar aos alumnos que padeçam doença contagiosa, incommoda, repugnante ou perigosa.

§ 1.º Os alumnos que tenham affecções da pelle ou couro cabelludo não poderão frequentar os estabelecimentos lyceaes sem que apresentem declaração do inspector sanitario de estarem curados ou de não serem perigosos para os condiscipulos.

§ 2.º Quando em algum alumno se haja manifestado sarna, pellada ou tinha, proceder-se-ha á revisão medica de todos os alumnos da classe a que elle pertencer.

§ 3.º Os alumnos que tenham estado em tratamento de molestia infecciosa ou epidemica, e designadamente de variola, diptheria ou escarlatina, não poderão comparecer no edificio do lyceu sem apresentar attestado do inspector sanitario que prove não offerecerem perigo de contagio.

§ 4.º Os alumnos que faltarem por mais de tres dias successivos á frequencia escolar, em razão de incommodo de saude, ou suas familias, deverão participar, por escrito,



ao secretario do lyceu a declaração de doença, independentemente da justificação subsequente. A omissão d'esta comunicação impedirá a justificação das faltas commettidas.

§ 5.º A secretaria entregará sempre aos representantes dos interessados recibo das participações a que se refere a disposição precedente.

§ 6.º A infracção do disposto nos §§ 1.º e 3.º do presente artigo será sempre punida em conformidade com o respectivo regulamento, podendo a pena applicada ser a da exclusão temporaria, quando a falta commettida tenha dado causa a contagio.

Art. 22.º Quando o inspector sanitario reconhecer que exigem tratamento as lesões dentarias occorrentes em algum alumno, a secretaria, em vista do boletim a que se refere o n.º 9.º do artigo 5.º, dará conhecimento do facto á respectiva familia.

Art. 23.º Aos alumnos é prohibido o fumar dentro do edificio ou nas suas proximidades.

Art. 24.º Os alumnos em quem for reconhecido descuido no aceio corporal, e os que presistirem em se apresentar com fado roto, sujo ou por qualquer forma demonstrativo de desleixo ou falta de limpeza, não poderão continuar a frequencia dos lyceus.

§ unico. Quando occorrer um caso d'esta ordem, o roitor determinará, antes de qualquer outro procedimento, que, pela secretaria, seja avisada a familia do alumno das providencias que deve tomar para que elle não tenha de interromper a frequencia escolar.

## CAPITULO VII

### Instrucção de gymnastica

Art. 25.º O ensino da gymnastica, obrigatorio para os alumnos do sexo masculino que frequentarem os estabelecimentos de instrucção secundaria, tem por fim essencial conservar-lhes a saude, robustecer-lhes a força, avigorar-lhes as qualidades de character, desenvolver-lhes a destreza e, d'este modo, assegurar-lhes o equilibrio intellectual e moral.

§ 1.º O ensino da gymnastica será subordinado ás duas seguintes condições:

1.ª Evitar cuidadosamente os exercicios que não tenham utilidade reconhecida, e importem apenas difficuldades espectaculosas.

2.ª Permittir, nos termos compatíveis com a boa ordem, o desenvolvimento do espirito de iniciativa, indispensavel para tornar o ensino attrahente.

§ 2.º No ensino da gymnastica as turmas não deverão exceder o effectivo de cincoenta alumnos.

Art. 26.º Junto de cada estabelecimento de ensino secundario haverá um terreno unido, com ligeira inclinação que assegure o rapido esgotamento da agua da chuva, limpo de pedras e de ervas, arenoso, limitado por muros e separado da via publica, no qual serão collocados os indispensaveis appparelhos de gymnastica, que não convenha, por sua natureza, ter resguardados em outro local. A superficie d'este terreno não deverá ser inferior a 5 metros quadrados por alumno, calculado o numero d'estes pelo maximo dos que ahí tenham de receber instrucção, por cada vez.

Art. 27.º O ensino da gymnastica deverá ser ministrado ao ar livre, sempre que o estado atmospherico o permittir, devendo o professor ter em especial attenção os seguintes preceitos hygienicos:

1.º Quando o terreno estiver humido, evitará que os alumnos permaneçam muito tempo parados no mesmo local, procurando movimentá-los o mais possível;

2.º Se o tempo estiver agreste, regulará os exercicios por forma a evitar que a transpiração seja demasiadamente activa, ou que os alumnos demorem inactivos;

3.º Não permittirá, durante os exercicios, que os alum-

nos bebam agua fria, logo depois de haverem executado movimentos que activem a transpiração.

§ unico. Havendo gymnasio coberto, o chão será impermeavel, devendo este, antes de começarem os exercicios, ser passado a pano humedecido no liquido antiseptico para esse fim recommendado pelo inspector sanitario.

Art. 28.º A instrucção dos movimentos gymnasticos propriamente ditos comprehenderá sómente os que tenham utilidade demonstrada. O professor exporá desenvolvevidamente essa utilidade aos alumnos.

§ unico. Um programma approvedo pelo Governo prescreverá os exercicios que devem ser executados pelas diferentes classes, de modo que correspondam á media da idade e desenvolvimento phisico dos respectivos alumnos.

Art. 29.º Os exercicios gymnasticos serão intervallados com descansos, especialmente quando exigirem grandes esforços. Se elles provocarem o suor, os intervallos serão curtos, para evitar os arrefecimentos subitos, convindo que aos descansos sigam movimentos elementares, cuja facil e pouco fatigante execução permita que se mantenha a temperatura do corpo, e as funcções da pelle se executem sem perturbação nem interrupção.

Art. 30.º O professor deve diligenciar desenvolver entre os alumnos o gosto e a emulação, tornando os exercicios faceis e agradaveis, sem perder de vista que só a imprevidencia e falta de observancia das regras poderão occasionar accidentes desastrosos. Cuidará de evitar que os alumnos menos destros sejam alvo do motejo dos condiscipulos, e bem assim que a emulação degenera em espirito de rivalidade, o que é sempre prejudicial e arrasta a exercicios perigosos.

§ unico. O professor deve procurar que no espirito dos alumnos se forme a convicção de que o proveito da gymnastica reside essencialmente na quantidade de trabalho muscular produzido methodicamente, por onde não devem ser causa de desanimo quaesquer contrariedades phisicas ou moraes que dificultem a perfeição e agilidade dos movimentos.

Art. 31.º Quando algum alumno mostrar difficuldade na execução de qualquer exercicio e allegar reluctancia natural, o professor procurará vencer essa reluctancia com methodo e successivamente. Se a allegação se basear em defeito phisico ou incommodo de saude, o alumno será mandado apresentar na secretaria, a fim do se tomarem as providencias convenientes.

Art. 32.º O professor evitará a repetição obstinada de qualquer movimento, esforçando-se por conseguir que a execução do conjunto de todos elles, se aperfeiçoe progressivamente.

Art. 33.º O professor diligenciará conseguir que os movimentos sejam executados com agilidade e elegancia, e, bem assim, que os alumnos mantenham em todas as situações o aprumo e aspecto varonil recommendados pela esthetica e pela hygiene.

Art. 34.º Cada lição deve comprehender um certo numero de exercicios, que ponham em acção todas as partes do corpo, em conformidade com os preceitos da gymnastica racional. Os movimentos feitos para um lado devem ser repetidos para o outro, com o fim de promover o equilibrio organico, evitando a concentração de força e demasiada flexibilidade em um só ponto e, portanto, a fraqueza, falta de energia e flexibilidade em outro. Os movimentos bruscos serão cuidadosamente evitados, pois que obrigam os ligamentos e tendões, que rodeiam as articulações, a exceder o seu limite de elasticidade natural.

Art. 35.º Quando algum alumno se moleste, de modo que exija a intervenção medica, o respectivo professor informará circunstanciadamente do facto, e das responsabilidades que, por ventura, elle envolva, em participação escrita dirigida ao reitor.

Art. 36.º O alumno que, na frequencia da gymnastica, der um numero de faltas de comparencia não justificadas superior á terça parte do numero total de lições, perde o anno, nos termos do disposto nos artigos 37.º e 40.º do regulamento approved por decreto de 14 de agosto de 1895.

§ 1.º O ensino da gymnastica somente deixará de ser ministrado aos alumnos a quem, segundo o parecer do inspector sanitario, elle se torne temporariamente nocivo. O inspector deverá lavrar a respectiva declaração, com designação do periodo de dispensa do ensino, na informação medica do livrete sanitario do competente caderno escolar (modelo n.º 26 do regulamento approved por decreto de 29 de agosto de 1905) e em comunicação para a secretaria.

§ 2.º A dispensa a que se refere o paragrapho anterior não poderá ser superior a quinze dias; quando o inspector sanitario entender que aquelle prazo deve ser alongado proporá a reunião de uma junta medica, nomeada pelo Ministerio do Reino, a qual resolverá.

§ 3.º No caso do alludido inspector sanitario haver proposto, nos termos do n.º 4.º do artigo 5.º, que a algum alumno se ministre determinada classe de exercicios, e do reitor haver autorizado a proposta, será constituída uma turma especial, que executará apenas os ditos exercicios.

## CAPITULO VIII

### Anthropometria

Art. 37.º No principio de cada anno lectivo proceder-se-ha ás mensurações anthropometricas de todos os alumnos do sexo masculino.

§ unico. Em regra, o serviço das mensurações deve preceder o do ensino gymnastico, salvo quando do cumprimento da presente regra resultar a suspensão prolongada do dito ensino.

Art. 38.º As mensurações serão realizadas sob a direcção do inspector sanitario, coadjuvado pelos professores de gymnastica, mas de modo que cada mensuração seja feita a todos os alumnos pela mesma pessoa.

Art. 39.º O exame anthropometrico será feito com o auxilio dos seguintes instrumentos:

- Fita motrica inextensivel;
- Dynamometro de pressão e tracção;
- Estalão;
- Balança;
- Espirometro;
- Escalas de Wecker;
- Apito de Dalton.

§ unico. Estes instrumentos serão dos modelos mais aperfeiçoados e especialmente construidos para o destino indicado.

Art. 40.º O exame consistirá na determinação dos seguintes caracteres medico-anthropometricos:

- a) Estatura;
- b) Peso;
- c) Perimetria;
- d) Espirometria;
- e) Dinamometria (tracção e pressão);
- f) Agudeza visual;
- g) Agudeza auditiva;
- h) Desvios da columna vertebral;
- i) Dentição;
- j) Vacinação e revaccinação.

Art. 41.º O resultado do exame será lançado em mappa (modelo n.º 3), e relacionado, para cada alumno, com o exame anterior, de modo que demonstre facilmente a respectiva evolução physica individual.

Art. 42.º O inspector sanitario nas mensurações effectuadas terá em vista as seguintes normas praticas:

- a) Estatura.—Mede-se com o estalão, estando o exa-

minado descalço, com as costas rasando aquelle instrumento; os pés, pelos calcanhares, tangentes a este, e levemente afastados um do outro pela extremidade anterior; a cabeça em posição horizontal, de modo que o plano bi-orbitario seja sensivelmente paralelo ao horizonte; os braços pendidos ao longo do corpo;

b) *Peso*.—Será medido pela balança de que se fizer uso, devidamente aferida;

c) *Perimetria*.—Obtem-se por meio da fita metrica passada horizontalmente em volta do tronco, sem pressão, ao nível da união do appendice xiphoideo com o esterno, nos dois movimentos de inspiração e expiração maximos, com os braços pendentes ao longo do corpo e na posição militar de *sentido*.

d) *Espirometria*.—Esta observação é facultativa.

e) *Dinamometria*.—Será marcada pela graduação do dynamometro empregada a força de pressão de cada uma das mãos e a de tracção.

f) *Desvios da columna vertebral*.—Inscriver a designação scientifica do desvio, se o houver, ou apenas a palavra *normal*, no caso de o não haver.

g) *Agudeza visual*.—Inscriver pelas letras B, S ou M a visão boa, sufficiente ou má.

h) *Agudeza auditiva*.—Como no caso anterior.

i) *Dentição*.—Como nos casos anteriores.

j) *Vaccinação e revaccinação*.—Para registar este exame adoptar as letras S (Sim) ou N (Não). Para as revaccinações inscrever o anno em que foram feitas, collocando superiormente os signaes + ou —, conforme hajam sido positivos ou negativos os resultados.

§ unico. As observações relativas á estatura, peso, perimetria e desvios da columna vertebral serão tomadas tendo o alumno apenas as ceroulas e meias.

Art. 43.º Alem das mensurações obrigatorias, poderão ser feitas quaesquer outras que os progressos scientificos aconselharem.

Art. 44.º O inspector sanitario, coadjuvado pelos professores de gymnastica, organizará a estatistica do serviço anthropometrico a seu cargo, especificando as differenças das medições de todos os alumnos.

## CAPITULO IX

### Latrinas

Art. 45.º Nos estabelecimentos de instrucção secundaria, com frequencia mista, haverá latrinas destinadas exclusivamente para cada um dos sexos, situadas em locais afastados entre si. Em cada latrina, por cada 60 alumnos, não haverá menos de dois compartimentos, com as dimensões de 0<sup>m</sup>,70 de largura por 1<sup>m</sup>,10 de cumprimento. O numero de urinoes será tambem proporcional á população escolar.

§ 1.º As latrinas terão ar e luz abundantes e as paredes e o chão impermeaveis, devendo ser dotadas de auto-clismos automaticos.

§ 2.º Pela sua situação e disposição, as latrinas deverão permittir uma fiscalização facil, rapida e permanente, devendo haver um empregado encarregado da sua constante vigilancia.

§ 3.º Os urinoes deverão ser igualmente bem ventilados, com paredes proprias para receberem uma substancia oleosa, apropriada ao fim de as tornar impermeaveis e inodoras, a qual será cuidadosa e periodicamente applicada.

## CAPITULO X

### Vestiarlo e lavatorio

Art. 46.º Uma casa, regularmente illuminada o ventilada, será destinada á guarda dos artigos de vestuario, que os alumnos trouxerem consigo para resguardo das intempéries, para o que haverá nas paredes o numero necessario de cabides e prateleiras, dispostas methodicamente.

Art. 47.º Haverá, também, uma casa destinada a lavatório. A água para a lavagem correrá por torneira, cujo calibre seja inferior ao do tubo do esgotamento da bacia collocada inferiormente, o qual será conservado com a abertura sempre livre. No lavatório haverá sabonete, pedra pomes e toalhas.

#### CAPITULO XI

##### Serviço de limpeza no edificio

Art. 48.º Constituinte a limpeza dos edificios e do material dos lyceus um serviço hygienico, ao inspector sanitario incumbe a sua direcção. O inspector formulará sobre o assunto as instrucções convenientes, tendo em attenção o presente regulamento e circumstancias occorrentes.

Art. 49.º Terminados os trabalhos diários, proceder-se-ha á limpeza geral de todas as salas, communicações e dependencias do estabelecimento.

Art. 50.º Duas horas antes de começarem os trabalhos escolares, serão abertas as differentes janellas do edificio, se o tempo o permittir, por forma a assegurar perfeita ventilação ás differentes salas e communicações. Seguidamente, proceder-se-ha á limpeza de todo o mobiliario.

Art. 51.º Todos os annos, logo no começo das ferias grandes, nos estabelecimentos de ensino secundario proceder-se-ha á limpeza completa e ao saneamento. As paredes e pavimentos devem ser convenientemente desinfectados, depois de reparadas as deteriorações que existirem. As mobílias serão também beneficiadas e desinfectadas.

Art. 52.º Nos logares frequentados pelo pessoal deve haver escarradores hygienicos.

§ unico. Serão igualmente dispostos nos logares apropriados recipientes para lançar papeis inuteis.

Art. 53.º No vestibulo de entrada do edificio haverá um limpador de ferro e, proximo d'elle, um amplo capacho para limpeza do calçado. O capacho será frequentemente regado com o liquido antiseptico recommendado pelo inspector sanitario.

#### CAPITULO XII

##### Condições hygienicas dos compoundos

Art. 54.º As condições hygienicas a que devem satisfazer os livros destinados ao ensino são as seguintes:

1.ª O papel deve ser: muito levemente amarollado ou acinzentado; absolutamente isento do lustro; sufficientemente espesso para que a impressão de uma das facas não prejudique a do verso, e com o minimo de cravação;

2.ª A cor dos caracteres impressos deverá ser nitidamente preta;

3.ª O typo não deve ser cansado;

4.ª O comprimento das linhas não excederá 0<sup>m</sup>,10;

5.ª O limite minimo das margens será de 0<sup>m</sup>,023;

6.ª O entrelinhado não deverá ser inferior a dois pontos para os corpos que não excederem a doze pontos, e a quatro, para os superiores;

7.ª São permittidos os typos constantes das *Provas da fundição de typos da Imprensa Nacional* (ultima edição de 1888), que vão enumerados e reproduzidos no quadro junto ao presente regulamento.

Art. 55.º Os autores ou proprietarios dos livros adoptados para o ensino publico deverão apresentar na Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial um exemplar devidamente autenticado de cada edição dos ditos livros, a fim de serem verificadas as suas condições hygienicas por peritos competentes, nos termos preceituados pelo artigo seguinte. Estes exemplares serão conservados na biblioteca junta ao Conselho Superior e Direcções Geraes da Instrucção Publica.

§ unico. Aos reitores e, bem assim, aos inspectores sanitarios incumbe tomar conhecimento das infracções dos preceitos enumerados no artigo precedente, devendo o facto ser communicado á Direcção Geral de Instrucção Secundaria,

Superior e Especial, com indicação do titulo do compendio, nomes do autor e proprietario e designação dos estabelecimentos onde foi composto e impresso.

Art. 56.º A Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial, tanto no caso do artigo precedente, como no do seu § unico, enviará um exemplar do livro de que se tratar ao administrador geral da Imprensa Nacional, a fim de que o faça devidamente examinar por peritos competentes, sob o ponto de vista da execucao do disposto nas condições technicas prescriptas no artigo 54.º

§ unico. É prohibido aos funcionarios publicos, que tomem parte em processos d'esta natureza, fazerem d'elles objecto de noticia ou divulgacao, até que o exame alludido confirme a suspeita (§ unico do artigo 12.º do regulamento de 23 de agosto de 1902).

Art. 57.º Comprovada pela forma exposta a infracção do disposto no artigo 54.º, não poderá o respectivo livro ser adoptado para o ensino, emquanto o autor ou proprietario não publicar nova edição, que observe as devidas condições hygienicas, obrigando-se elle, por declaração escrita e devidamente reconhecida por tabellião, a retirar do mercado a edição anterior.

§ 1.º No caso de falta de cumprimento do compromisso contraído ou de reincidencia, o livro será definitivamente excluído do ensino publico.

§ 2.º Das resoluções indicadas será dado immediato conhecimento aos conselhos escolares, para os effeitos devidos.

### CAPITULO XIII

#### Reparação de danos praticados pelos alumnos

Art. 58.º Como sancção da doutrina contida no artigo anterior, e para assegurar a pronta reparação de todas as deteriorações produzidas, de modo que a hygiene escolar e boa apparencia material sejam inflexivelmente mantidas, as familias dos alumnos indemnizarão a administração do lyceu por todos os prejuizos materiaes por elles causados.

§ 1.º Quando as familias se recusarem no pagamento voluntario das referidas indemnizações, será a sua importancia cobrada executivamente como divida á Fazenda Publica.

§ 2.º A importancia das indemnizações, que terá escripturação especial, clara e nitida será restrictamente applicada á renovação ou concerto do material deteriorado. Haverá em cada estabelecimento uma tabella approvada pelo reitor, que fixe a importancia das indemnizações pelos prejuizos mais frequentes. Aquelles cuja importancia não constar da dita tabella serão avalindos pelo perito que houver de ser encarregado da reparação.

§ 3.º Será permittido ás familias substituir os artigos damnificados por outros em boas condições, comtanto que estes sejam identicos aos modelos adoptados.

§ 4.º Pela mesma forma, será permittido ás familias mandarem proceder ás reparações materiaes á sua responsabilidade, comtanto que a qualidade dos materiaes e mão de obra sejam perfectas, e que não soffra alteração sensivel a apparencia do edificio ou a dos objectos que hajam de ser reparados.

### CAPITULO XIV

#### Disposições transitorias

Art. 59.º A doutrina do artigo 36.º terá começo de execucao no anno lectivo de 1909-1910.

Art. 60.º Não são applicaveis as disposições dos artigos 54.º, 56.º e 57.º ás edições actualmente existentes dos compendios adoptados para o ensino secundario.

§ unico. Não é igualmente applicavel a doutrina dos ditos artigos aos compendios em via de publicação, embora ainda não adoptados para o ensino, quando os seus autores ou proprietarios justifiquem este facto, com a apre-

sentação das folhas já compostas e impressas, em requerimento entregue na Direcção Geral de Instrucção Secundaria, Superior e Especial até trinta dias contados da data do presente regulamento.

Lisboa, 18 de janeiro de 1909. = *José Curry da Camara Cabral* = *Sebastião Cabral Costa Saccadura* = *José Estevão de Moraes Sarmento*.

(IAN/TT, Ministério da Instrução  
Pública, Cx. 164, Maço 19)

## **ANEXO IV**

### **“Arquitectos da Escola”: notas biográficas.\***

\* As quatro biografias que apresentamos correspondem aos arquitectos que, para o período em questão, tiveram maior intervenção na planificação de edifícios escolares, nomeadamente Miguel Ventura Terra, José Marques da Silva, Adães Bermudes e Rosendo Carvalheira. Cabe, no entanto, fazer uma breve alusão à figura de Raul Lino (1879-1974), cuja noticia não incluímos aqui, mas para quem o equipamento escolar foi também um tema dominante, assinalando-se como projecto de referência a esse nível o Jardim-Escola João de Deus (1914), e, no ano de 1935, a elaboração dos projectos-tipo regionalizados para a construção de escolas primárias nas regiões do sul de Portugal.



**Arnaldo Redondo Adães Bermudes**

(Porto, 1864 - Sintra, 1947)



Foto do AHMEPAT

Estudou na Academia Portuense de Belas Artes até ao ano de 1886, altura em que partiu para Paris, complementando então a sua formação na Escola de Belas Artes e no atelier de Paul Blondel. Regressado a Portugal em 1894, desde logo revelou a influência do historicismo parisiense, vindo mesmo a tornar-se num dos mais ecléticos arquitectos no primeiro quartel do século XX. Com uma sólida formação *Beaux-Arts*, demonstrou igualmente nas suas obras um gosto pelo historicismo português, sobretudo sentido na recorrência às formas manuelinas (exemplo dos Paços do Concelho de Sintra, 1905) e românicas. No quadro de uma produção vasta e diversificada, destacam-se como obras referenciais o Palacete Agrolongo (Lisboa, 1906), um edifício de habitação no Intendente (Lisboa, 1908), Agências Distritais do Banco de Portugal e a Escola Normal de Lisboa (1913). Na sua actividade de arquitecto, os projectos de habitações económicas e de construções escolares ocuparam um lugar importante.

**Obras principais no campo das construções escolares:**

Com créditos firmados como projectista de edifícios escolares a partir de 1898, ano em que recebeu o 1.º prémio no concurso aberto pelo Ministério do Reino para projectos-tipo de escolas primárias, Adães Bermudes veio a assumir-se como um dos arquitectos preocupados com a criação de infra-estruturas escolares, sobretudo no que diz respeito à instrução primária. Por despacho

de 28 de Abril de 1899, passou a dirigir os trabalhos das Construções Escolares (antecedente da Direcção Técnica) e, no ano de 1900, na Exposição Universal de Paris, recebeu uma medalha de ouro na secção de arquitectura escolar. Contudo, é entre 19 de Setembro de 1902 - data em que foi regulamentado o dec. n.º 8 de 24 de Dezembro de 1901 que criou a Direcção Técnica das Construções Escolares, organismo que ficou directamente subordinado à Direcção Geral de Instrução Pública - e 9 de Setembro de 1908 - transferência dos serviços da Direcção Técnica das Construções Escolares para o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - que Bermudes, na qualidade de director, desenvolveu intenso labor. Desse período, ainda sujeito a um estudo mais detalhado, merecem especial referência os projectos de mobiliário escolar (5 tipos de carteiras para os liceus, Set. 1902), e dos edificios dos liceu de Faro (c. 1903) e da Guarda (c. 1905, igual programa mas sem execução). De cronologia mais tardia, mas igualmente meritórios de referência, são os projectos do edificio da Escola Brotero em Coimbra (1910) e da já citada Escola Normal de Lisboa, este último a suscitar duras críticas por parte do corpo docente (pertencente à Comissão Instaladora) durante a marcha dos trabalhos.

**Rosendo Garcia de Araújo Carvalheira**

(Arcos de Valdevez, 1863 - Lisboa, 1919)



Foto in Eduardo Martins Eduardo Martins Bairrada, *Arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919), um Filho Adoptivo de Alexandre Herculano na Arte de Construir (Notas de Fixação Biográfica)*, Lisboa, 1981.

Parte da sua infância foi já vivida em Lisboa, mantendo estreita relação com Alexandre Herculano, que o ajudou nos seus primeiros estudos. Sem formação específica em arquitectura, fez o seu aprendizado no Instituto Industrial de Lisboa frequentando o curso de condutor de obras públicas (iniciado em 1882). Não obstante a sua formação, foi um dos principais intervenientes na criação dos principais órgãos de classe dos arquitectos em Portugal, participando na redacção dos estatutos da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, que se fundaria oficialmente em 11 de Dezembro de 1902. Foi, de igual modo, um dos fundadores da revista *A Construção Moderna* (1900-1918), que veio a constituir-se como o principal meio de divulgação da arquitectura que se ia construindo na capital. Numa fase inicial e curta com obras arreigadas a formas neomanuelinas, evoluiu para um gosto francês *beaux-arts*, embora tenha sabido sobrepor ao monumentalismo a distinção volumétrica-funcional. Numa carreira pródiga em cargos ocupados - membro do 1.º Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, 1903; presidente da direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1909; membro da comissão dos bens dos palácios nacionais, 1911; membro do júri do prémio Valmor, 1913; chefe do gabinete do ministro do comércio, Professor João Alberto Pereira de Azevedo Nunes, 1918) -, o seu maior contributo proveio de obras de carácter funcional (Serviço de Luta Antituberculosa, Lisboa, 1905; Sanatório de Santana, Parede, 1902-1904; colaboração no Sanatório Dr. Sousa Martins, Guarda, inaugurado em 1907). A sua

---

acção dividiu-se ainda pelo campo do restauro monumental, com intervenções na Sé da Guarda (1898), no corpo central e Casa Pia de Lisboa no mosteiro dos Jerónimos (1901) e na Sala dos Brasões do Palácio Real de Sintra (1904).

**Obras principais no campo**

**das construções escolares:** Em 1896 foi convidado a acabar os planos do liceu central de Lisboa (futuro liceu Passos Manuel), projecto inicialmente entregue ao arquitecto José Luís Monteiro. Desde essa data, e pelo menos até ao ano de 1907, esteve ligado à direcção dos trabalhos do edifício. Foi ainda o responsável pelo projecto do liceu Bocage, em Setúbal (1907).

**José Marques da Silva**  
(Porto, 1869-1947)



Foto in *A Architectura Portuguesa*, n.º 11  
Novembro de 1909.

Estudou na Academia Portuense de Belas-Artes, partindo depois para Paris, onde foi, à semelhança de Ventura Terra, aluno de Victor Laloux. Chegado a Portugal em 1896, será por excelência o arquitecto do Porto, traçando nesse mesmo ano a primeira versão da Estação de São Bento, obra essa sem relação estilística com a gare d' Orsay, de Laloux. Numa produção que denota ainda o apego ao eclectismo de estilos, percepção-se um notável sentido e entendimento urbanos, bem visíveis nos edifícios projectados para a Avenida dos Aliados. Exerceu a docência na Escola de Belas-Artes do Porto, da qual foi director desde 1913 até à data da sua aposentação em 1939. Na Invicta, projectou ainda um bairro económico para obstar às péssimas condições de higiene em que residia o operariado, tornando-se por esse facto um dos pioneiros da habitação social em Portugal, a par com Bermudes, na capital. Numa vida longa, merecem referência particular a já citada Estação de São Bento, o Bairro de Monte Pedral (Porto, 1900), a Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães, 1900), o Teatro de S. João (Porto, 1910-1918), os Armazéns Nascimento (Porto, 1914-1927) e a Casa de Serralves (Porto, 1931).

#### **Obras principais no campo**

**das construções escolares:** Durante a sua estada em Paris realizou um concurso para uma escola primária (1892) e para uma escola normal superior (1893). Já em Portugal, executa alguns estudos para o

---

concurso de projectos de edificios destinados a escolas primárias, realizado em 1898 e ganho por Bermudes. Desde 1902 que se vê abeirado da construção de um novo edificio para o liceu central do Porto, vindo efectivamente a ser o responsável pelos projectos dos liceus Alexandre Herculano (1914) e Rodrigues de Feitas (1918), e a dirigir os respectivos trabalhos.

**Miguel Ventura Terra**

(Seixas, 1866 - Lisboa, 1919)



Foto in *A Architectura Portuguesa*, n.º 6,  
Junho de 1909.

Formou-se em 1886 na Academia de Belas-Artes do Porto, rumando depois a Paris onde completou a sua formação e trabalhou com Jules André e Victor Laloux. Proclamado arquitecto de 1.º classe pelo governo francês (Dezembro de 1894), regressou a Portugal em 1896, época em que o país se encontrava ainda arreigado à linguagem do romantismo oitocentista e do eclectismo formal dos estilos, sabendo impor na capital um conjunto de valores de sinal contrário às tendências dominantes. Com um entendimento muito contido dos modelos *beaux-arts*, as suas obras denotam uma coerência das composições que se afirma predominante em relação aos elementos expressivos. Apesar da morte prematura, teve uma produção vasta e diversificada que deixou marcas nos arquitectos das gerações seguintes, sobretudo pela nota de progresso e racionalidade. Como obras referenciais mencionamos a Câmara dos Deputados (Lisboa, 1896), o Pavilhão de Portugal (Paris, 1900), um prédio de habitação (Lisboa, 1903), o Santuário de Santa Luzia (1903), a Sinagoga (Lisboa, 1905) e o liceu Camões (1907).

**Obras principais no campo**

**das construções escolares:** Neste capítulo, a maior contribuição de Ventura Terra adveio dos projectos destinados a três liceus na capital (Camões, 1907; Pedro Nunes, 1909; Maria Amália, 1913). Ventura Terra adquiriu certamente algum conhecimento no campo das construções escolares quando frequentou a Escola Nacional e Especial de Belas-Artes em França, tendo obtido uma segunda menção com um projecto para uma escola primária mista (1889), e uma primeira menção com um projecto para uma faculdade de ciências (1893).

O projecto do liceu Camões marca em Portugal uma viragem importante na concepção de um edifício deste tipo, onde a funcionalidade se impõe como elemento preponderante no programa arquitectónico. Ventura Terra foi também o responsável pela concepção de todo o mobiliário escolar para o liceu Camões, cujo concurso de dotação foi aberto em 1909.

